

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA JÚNIOR**

## **SEGREDOS DA IMPRENSA**

**Arquivos secretos do Brasil e dos EUA revelam contradições,  
pressões, parcerias e estratégias do poder e da mídia**

Rio de Janeiro

2022

**PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA JÚNIOR**

**SEGREDOS DA IMPRENSA:**

Arquivos secretos do Brasil e dos EUA revelam contradições,  
pressões, parcerias e estratégias do poder e da mídia

Tese apresentada à Escola de Comunicação da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
requisito para obtenção do título de Doutor em  
Comunicação e Cultura

Orientador:

**MUNIZ SODRÉ DE ARAÚJO CABRAL**

Rio de Janeiro

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

DF811s Da Fraga Junior, Plínio José  
Segredos da Imprensa: arquivos secretos do  
Brasil e dos EUA revelam contradições, pressões,  
parcerias e estratégias do poder e da mídia / Plínio  
José Da Fraga Junior. -- Rio de Janeiro, 2022.  
307 f.

Orientador: Muniz Sodré de Araujo Cabral.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós  
Graduação em Comunicação, 2022.

1. mídia. 2. imprensa. 3. documentos secretos .  
4. SNI-CIA. 5. Brasil-EUA. I. Sodré de Araujo  
Cabral, Muniz, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO  
UFRJ



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

**ATA DA QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE  
TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA  
JÚNIOR NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Plínio José da Fraga Júnior**, intitulada: "**Segredos da Imprensa: arquivos secretos do Brasil e dos EUA revelam contradições, pressões, parcerias e estratégias do poder e da mídia**" perante a banca examinadora composta por: **Muniz Sodré de Araújo Cabral** [orientador(a) e presidente], **Raquel Paiva de Araújo Soares**, **Cristiane Henriques Costa**, **Conrado Hübner Mendes** e **Claudia Fragoso Sarmiento**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

aprovada     reprovada     aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

DocuSigned by:  
  
73E04107713C49E  
Muniz Sodré de Araújo Cabral [orientador(a) e presidente]

DocuSigned by:  
  
40E9E2A029E544  
Raquel Paiva de Araújo Soares [examinador(a)]

DocuSigned by:  
  
E11F19E544  
Cristiane Henriques Costa [examinador(a)]

DocuSigned by:  
  
0D02CA061293F  
Conrado Hübner Mendes [examinador(a)]

DocuSigned by:  
  
7F5B6AE455E641E...  
Claudia Fragoso Sarmiento [examinador(a)]

DocuSigned by:  
  
44E9A0D2  
Plínio José da Fraga Júnior [candidato(a)]

\* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CEPG.

**PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA JÚNIOR**

SEGREDOS DA IMPRENSA:

Arquivos secretos do Brasil e dos EUA revelam contradições, pressões, parcerias e estratégias do poder e da mídia

Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de doutor em comunicação e cultura:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araujo Cabral  
Orientador UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Paiva de Araujo Soares  
Examinadora UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane Henriques Costa  
Examinadora UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Sarmiento  
Examinadora externa King's College London

---

Prof. Dr. Conrado Hübner Mendes  
Examinador externo USP

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022

A Paula e Bento, os amores e as alegrias da vida.  
A minha mãe, Maria, por uma vida de amor e dedicação.  
A memória de meu pai, Plínio, guia de luz.

## AGRADECIMENTOS

A Muniz Sodré, mestre na vida.

A Raquel Paiva, que me abriu as portas da academia.

A meus irmãos e sobrinhos, que me acompanham com paciência e esperança.

A meus amigos, que tanto me ensinaram e corrigiram.

Aqueles que têm lado na história, porque sabem que ser neutro é estar do outro lado.

*“Quem és tu que queres julgar,  
com vista que só alcança um palmo,  
coisas que estão a mil milhas?”*

Dante, no Paraíso de “A Divina Comédia”

## **RESUMO**

Esta tese se propõe a mapear as relações secretas entre poderes governamentais e órgãos de comunicação. A busca, a localização e a análise de documentos históricos que fundamentam essa relação cumprem o papel de abrir novas possibilidades de vertentes informativas e interpretativas. O resultado dessa jornada deslinda episódios obscuros em que



política e comunicação estavam associadas, seja por interesse comum ou por imposição econômica ou governamental. A partir da investigação de documentos nos arquivos públicos do Brasil e dos Estados Unidos, foi possível inventariar e analisar segredos que regeram as relações entre mídia, Estados e governos, de 1969 a 1990. É demonstrado ainda que havia colaboração e parceria entre os polos, assim como pressão direta e indireta por meio de canais financeiros, ações de censura e de vigilância e de cobrança por afinidade política e ideológica. Tal mapeamento revelou que essas pressões tiveram influência direta no comportamento da corporação jornalística, em seus diversos níveis: da direção editorial e financeira até a redação envolvida diretamente na produção da notícia. Os efeitos das pressões e dos alinhamentos de governos e empresas no produto jornalístico oferecido a leitores e telespectadores por diversas vezes contrapôs-se às proposições de objetividade jornalística, tidas como essenciais na velha política de “separação Igreja e Estado” (imagem corriqueira nas redações para dizer que os interesses políticos, empresariais, financeiros e comerciais devem ser mantidos distantes e delimitados das decisões editoriais jornalísticas). Ao final, foram estabelecidas conexões entre as formas de pressão do passado e as atuais, analisando as contrapartidas de pressão do público a partir da consolidação da sociedade digital, em especial com o papel crescente e preponderante dos algoritmos na produção da notícia.

Palavras-chave: Mídia; imprensa; documentos secretos; SNI; Brasil-EUA; memória; história do jornalismo.

## **ABSTRACT**

This thesis focuses on mapping the secret relationships between governmental powers and media. The search for, the localization, and the analysis of historical documents that underlie this relationship fulfill the role of opening new informative and interpretative fronts. The result of this journey unveils obscure episodes in which politics and communication were associated, whether by common interest or by economic or governmental imposition. Based on the investigation of documents in the public archives of Brazil and the United States, it was possible to inventory and analyze the secrets that governed the relations between media, states, and governments between 1969 and 1990. It is demonstrated that there was collaboration and partnership between the poles, as well as direct and indirect pressure through financial channels, censorship and surveillance actions, and charging for political and ideological affinity. Such mapping revealed that such pressures had a direct influence on the behavior of the journalistic corporation, in its various levels, from the editorial and financial management to the newsroom directly involved in the production of the news. The effects of government and corporate pressures and alignments on the journalistic product offered to readers and viewers several times contradicted the propositions of journalistic objectivity, considered as essential in the old policy of "separation of Church and State" – a common image in newsrooms to say that political, corporate, financial, and commercial interests should be kept far away and delimited from journalistic editorial decisions. In the end, connections were established between past forms of pressure and current ones, analyzing the counterparts of public pressure from the consolidation of digital society, especially with the growing and predominant role of algorithms in the production of news.

Keywords: Media, press, secret documents, SNI, Brazil-USA, memory, history of journalism.

## LISTA DE IMAGENS

Fig. 1: Registro oficial do SNI com lista de documentos destruídos em 12/12/1980.	32
Fig. 2: Despacho da embaixada americana no Rio para o Departamento de Estado sobre cobertura da imprensa brasileira a respeito de encíclica papal.	33
Fig. 3: A coluna pioneira de Alberto Dines sobre a imprensa na Folha de S.Paulo.	55
Fig. 4: “Imprensa e golpe”.	61
Fig. 5: Documento sobre almoço do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, com o diretor do Jornal do Brasil, Manoel Francisco do Nascimento Brito.	75
Fig. 6: Documento sobre a conversa de Roberto Marinho com Lincoln Gordon.	79
Fig. 7: Despacho do secretário de Estado, Henry Kissinger, sobre empréstimo a Globo.	97
Fig. 8: Anúncio sobre o debate presidencial americano.	103
Fig. 9: Documento do Departamento de Estado sobre transmissão de debate presidencial americano pela TV Globo, custeada pelos americanos.	107
Fig. 10: Despachos do ministro Euclides Quandt de Oliveira com o presidente Ernesto Geisel (“NOTA DE COMUNICAÇÕES”, 24/04/1974).	119
Fig. 11: Na agenda do presidente Ernesto Geisel, temas para discutir com o ministro das Comunicações: o primeiro deles sendo queixas de Roberto Marinho ao ministro (“AGENDA PARA DESPACHO”, 25/04/1974).	120
Fig. 12: Remessa de dólares da Globo para Ilhas Cayman.	130
Fig. 13: A sucessão da Globo era tema de segurança nacional para Centro de Informações do Exército, em especial por desconfiança em torno de Roberto Irineu Marinho.	137
Fig. 14: Análise do Departamento de Estado sobre a criação do SNI em 1964.	143
Fig. 15: Análise de Frias de Oliveira ao Departamento de Estado.	155
Fig. 16: Depoimento de Frias ao comando da Aeronáutica.	162
Fig. 17: Documento do SNI atribuindo a Frias e Caldeira uma série de remessas ilegais de dólares ao exterior.	173
Fig. 18: Ordem de pagamento da Granja Itambi (de Frias) para a compra de dólares ao final.	176
Fig. 19: Saída da Folha da Tarde de jornalistas alinhados com SNI provocou reação na comunidade de informações.	184
Fig. 20: Dono do JB, Nascimento Brito contou ao banqueiro Magalhães Lins sobre a publicação de documentos da Operação Brother Sam (confirmação do apoio dos EUA ao golpe de 1964). Lins antecipou detalhes para consulado americano.	197
Fig. 21: Ficha do SNI com relatos de atividades e comentários de Nascimento Brito, do JB.	199
Fig. 22: Documento do Estado Maior da Marinha, no qual Gaspari é descrito como figura de “revoltante cinismo” e de desrespeito às formas de “convivência social”.	217
Fig. 23: A ficha de Janio de Freitas no SNI: “jornalista de cunho contestatório”.	222
Fig. 24: A prisão de Hélio Fernandes por publicar diretivas secretas do Exército foi acompanhada em detalhe pelo Departamento de Estado dos EUA.	228
Fig. 25: Imagem da página sem manchete (Jornal do Brasil, 12/09/1973).	235
Fig. 26: A Ficha de Dines no SNI: “responsável por infiltração de cunho marxista-leninista”	240
Fig. 27: A ficha de Evandro Carlos de Andrade: “notoriamente ligado à esquerda”	244

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1. EMARANHADO DE SIGLAS E PAPÉIS: UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA</b>	22
<b>2. ORIGENS DO SEGREDO</b>	34
2.1 O SEGREDO COMO INIMIGO DA TRANSPARÊNCIA NO JORNALISMO	41
2.2 POR QUE A IMPRENSA NÃO FALA DE SI	46
<b>3. IDEOLOGIA, HEGEMONIA E SOCIEDADE CIVIL</b>	56
3.1 O CONSERVADORISMO DA IMPRENSA BRASILEIRA	59
<b>4. O NEBULOSO PAPEL AMERICANO</b>	68
4.1 OS DONOS DA MÍDIA COMO FONTES	72
4.2 O TEMPO LENTO DAS NOTÍCIAS	84
4.3 O PAPEL-MOEDA AMERICANO	90
<b>5. O USO POLÍTICO DA MEMÓRIA</b>	97
5.1 O DEBATE ENQUADRADO	100
<b>6. AS RELAÇÕES OBSCURAS DO QUARTO PODER</b>	108
6.1 QUEM DÁ PODE TIRAR	113
6.2 A GLOBO COMO PARCEIRA E ALVO	121
<b>7. OS ARQUIVOS SECRETOS E A VERDADE</b>	139
7.1 O ÚLTIMO BARÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA	143
7.2 O ESTRATEGISTA PRAGMÁTICO	147
7.3 O DEPOIMENTO AO GENERAL	151
7.4 A VIRADA ANUNCIADA EM BILHETE	164
7.5 O JORNAL DE MAIOR TIRAGEM	176
<b>8. O JORNALISMO E O PASSADO VIVO</b>	185
8.1 BROTHER SAM E SEUS AMIGOS	188
8.2 DE OLHO NO DONO	198
<b>9. A IMPRENSA SE REPOSIONA SOBRE O GOLPE</b>	199
9.1 JORNALISTAS FRANCO-ATIRADORES	207
9.1.1 Elio Gaspari, “perigoso e violento”	210
9.1.2 Janio de Freitas, o proscrito	217
9.1.3 Helio Fernandes, o campeão de prisões	222
9.1.4 Alberto Dines, odiado e temido	228
9.1.5 Evandro Carlos de Andrade, a cara da Globo	240
<b>10. ALGORITMO, O NOVO DETENTOR DO SEGREDO</b>	245
<b>CONCLUSÃO</b>	256

## REFERÊNCIAS INTRODUÇÃO

264

“Para fazer história, o homem é feito pela história.” A definição de Emanuel Carneiro Leão é precisa e poética. Os homens fazem a história, mas não a fazem discricionariamente nas condições por eles mesmos escolhidas e sim nas condições dadas e herdadas do passado (CARNEIRO LEÃO *et al.*, 1987, p. 4). Como Marx apontou: “A tradição de todas as gerações mortas pesa com grande peso no cérebro dos vivos” (*Idem*, 2000, p. 4).

Em um ensaio publicado no longínquo ano de 1987, três anos antes de o acesso a internet ter se tornado realmente público com o oferecimento da rede virtual além dos centros de pesquisa, Carneiro Leão refletia que nenhuma força da tradição parecia poder resistir àquilo que chamou da “atropelada da comunicação” (*Ibidem*, p. 6). Não havia WWW, nem Facebook, YouTube ou Twitter. Mas Carneiro Leão criou uma das mais belas imagens para questionar os desafios que então se impunham ao expor o paralelo entre um ato de penitência e o elemento químico essencial aos supercondutores que hoje permitem a inteligência artificial.

O cilício, que hoje nos ameaça, é de silício. O desafio, que hoje nos atinge, provém de uma autocracia informacional. A informática se torna um rolo compressor. Em seu tropel a sociedade rola de alto a baixo. Tudo se processa. [...] Sendo um verbo de essência, informatizar nos precipita na avalanche de um poder histórico de realização. Por isso não indica primordialmente o processamento automático de conjunturas, mas um processo autocrático de estruturação que tudo aplanar, tudo controlar, tudo contrair numa composição onipotente. [...] A informatização é uma voracidade estrutural em que todas as coisas, todas as causas e todos os valores são acolhidos, são defendidos, mas ao mesmo tempo perdem sua liberdade e fenecem em criatividade. Assim, informatizar é um supermodo de organizar. (*Idem*, 1987, p. 6-8)

Há 35 anos, informatizar era um neologismo derivado de informática para designar toda uma ordem do real, de realização e de realidade, instaurada pelo processamento microeletrônico das informações. A informatização permitiu a transformação do real numa forma controlada de poder, como apontou Carneiro Leão. Informatizar, antecipava ele, era um supermodo de organizar. E de vigiar, reprimir, moldar.

Grande parte do objeto de estudo desta pesquisa é anterior à informatização, mas alguma parte chegou a ser parcialmente afetada por ela quando documentos empoeirados se tornaram digitais. O material de estudo aqui analisado tem a marca do passado. Mas, como o homem é feito pela história, seus efeitos ressoam de múltiplas maneiras na sociedade da informação instantânea e global. Os recursos dessa sociedade como, por exemplo, documentos digitalizados permitindo que sejam acessados a milhares de quilômetros da sede de origem por meio da rede mundial de computadores, possibilitaram que essa pesquisa confrontasse, de algum modo, o segredo, como se explicará adiante. Essa contradição entre analógico e digital, entre velho e

novo e entre papel e metadados é relevante, mas não a mais importante para este estudo. A contradição entre o que é segredo e o que é tornado público pela imprensa sim o é.

Parte do poder e da mística da imprensa foi construída na cumplicidade política e social com os leitores. Por meio da imprensa, governantes e sociedade dialogavam direta ou indiretamente, contribuindo para a ideia de que o povo participa do poder também por meio dos órgãos de comunicação. Assim, ao exercer o papel de mediadora dos interesses particulares da sociedade civil, visando principalmente preservar as garantias individuais frente ao poder do Estado, a imprensa – no seu entendimento mais liberal – tornou-se uma das constituidoras do espaço público em suas origens.

O prestígio do papel social da imprensa cresceu a partir da declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. Dois artigos se destacam no que tange à liberdade de imprensa e ao direito dos cidadãos de cobrar os governantes:

Art. 11º. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei. [...] Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração (FERREIRA FILHO *et al.*, 1978).

Com o nascimento da imprensa de massa, a liberdade de expressão, de cunho individual a princípio, originou o conceito de liberdade de imprensa por derivação. A liberdade de imprensa se fazia então necessária para resguardar a República nascente dos segredos de Estado.

Conforme o dicionário, a palavra “segredo” tem a sua origem no latim *secretus*, que significa “à parte, oculto, isolado”. Por sua vez, o vocábulo latino é o particípio passado de *secernere*, que significa “separar, pôr à parte” (HOUAISS, 2001).

Os segredos de mando ou de Estado – *arcana imperii*, na definição clássica – são em geral confiados a poucos, estão ocultos, isolados, colocados à parte da visão geral. *Arcana* é algo que é subtraído da vista pública, é aquele fundo que quer se manter longe da alçada do cidadão. Desta maneira, *arcana imperii* se contrapõe à definição de Cícero para República. Literalmente “coisa pública”, *Res publica* surge como contraposição ao período monárquico romano anterior, significando os temas, as aspirações e as noções de governo a partir ou voltados para o povo (CÍCERO, 2021, p. 1-2).

A imprensa nasce e garante prestígio porque luta contra os *arcana imperii*, contra os segredos do ponto de vista do público. Esses segredos, que podem ser interno-financeiros, comerciais, políticos ou ideológicos, contrapõem-se à missão democrática e necessária da exposição pública dos meandros do poder. A defesa aberta da liberdade, entretanto, choca-se

com subterrâneos das relações mantidas pela imprensa. Essa contradição pode estar relacionada a dinheiro – financiamento, sustentação e enriquecimento –, poder governamental ou interesse político-ideológico e se mantém submersa, longe dos olhos do público da mídia. Expor essa contradição é a premissa deste trabalho.

Esta pesquisa concentra-se em apresentar segredos da imprensa: as alianças silenciosas, os percursos contraditórios e os interesses difusos do papel do jornalismo na relação com o poder, na construção da memória e da narrativa sobre si próprio; toma como exemplar a revelação, por meio de documentos secretos, de interações – por vezes obscuras ou ditatoriais – dos governos brasileiro e norte-americano com a mídia, com interferência na produção da notícia.

A partir da investigação de documentos nos arquivos públicos do Brasil e dos Estados Unidos, esta pesquisa propôs-se a:

I – inventariar e analisar segredos que regem as relações entre mídia, Estados e governos, seja por meios financeiros, de censura, de vigilância ou de cobrança de afinidade política e ideológica;

II – mapear e analisar o impacto de tais pressões no comportamento da corporação jornalística;

III – demonstrar os efeitos das pressões e dos alinhamentos de governos e empresas no produto jornalístico oferecido a leitores e telespectadores, em contraposição às proposições de objetividade jornalística;

IV – estabelecer conexões entre as formas de pressão do passado e as atuais e analisar as contrapartidas de pressão do público a partir da consolidação da sociedade digital.

A hipótese central desta pesquisa é a presença de um aspecto da contradição liberal na mística do jornalismo. O jornal, mesmo no século XXI, mesmo com o discurso da democracia e da separação de poderes, também é alimentado por segredos. Segredos que deveria, por princípio, combater. A imprensa tem a sua própria dimensão de segredo. Há uma contradição permanente, estrutural, não conjuntural, na concepção ocidental da imprensa, quando se aborda a questão do segredo. O jornal nasce para combater os segredos, mas também se alimenta e se estrutura por meio dos próprios segredos. Esse segredo pode ser interno, administrativo, financeiro, político, mas não deixa de ser segredo e de chocar com a missão essencial da imprensa de informar, buscar a transparência e fazer valer o princípio de publicidade que propõe para o Estado.

A historiografia brasileira tem lacunas a preencher na relação entre poderes governamentais e órgãos de comunicação. A busca, a localização e a análise de documentos

históricos que fundamentem essa relação cumprem o papel de tentar abrir novas vertentes informativas e interpretativas. O resultado dessa jornada deslinda episódios obscuros em que política e comunicação estavam associadas, seja por interesse comum ou por imposição econômica ou governamental.

Ao investigar as origens das pressões que Estados e governos exercem sobre a mídia, seja por meios financeiros, de censura, vigilância ou cobrança de afinidade política e ideológica, esse projeto reconta parte da história oficial do exercício do jornalismo e aponta deslizamentos na objetividade, força canônica na construção da imagem da mídia. Como ser agente de interesses políticos interferiu, moldou ou influenciou a divulgação de notícias, e com quais resultados? A corporação jornalística elaborou estratégias de assimilação ou resistência? Com quais consequências?

A história de parte dos meios de comunicação brasileira está marcada por alinhamentos políticos que alavancaram certos grupos de comunicação e aniquilaram outros. Que tipos de indícios os arquivos secretos dão dessas operações?

Apesar do discurso de objetividade e imparcialidade com que construíram sua legitimidade social, os órgãos de comunicação mantiveram-se vulneráveis a pressões, parcerias e estratégias traçadas pelos donos do poder, com reflexos sobre a apresentação da notícia, como se verá. A mídia construiu a imagem da objetividade e da referencialidade. Ampliou sua base de leitores a partir das expectativas dessas ideias, dando aos fatos uma aura de fidelidade que lhe conferiu considerável poder social. Quais as consequências da quebra desse contrato de confiança com a base de leitores?

Por último, mas não menos importante, é preciso revisar os acontecimentos do passado e projetar seus efeitos para o presente e para o futuro. As pressões comunitárias e sociais hoje parecem mais efetivas sobre os rumos das empresas de comunicação, mesmo que ainda limitadas. A capacidade de mobilização do leitorado na era digital provocou revisões históricas do papel exercido pela mídia no passado e funciona para balizar parte da cobertura jornalística atual.

As linhas que guiaram o trabalho foram traçadas por estudos documentais, pesquisa bibliográfica, análise de discursos e entrevistas abertas semiestruturadas. Foram feitas pesquisas exaustivas em arquivos oficiais do Brasil e dos Estados Unidos, analisadas detalhadamente centenas de edições de jornais e contextualizados fatos a partir de pesquisa bibliográfica de autores relevantes e conceituados. Ao fim desse percurso, buscou-se construir um painel que permitisse responder às perguntas acima levantadas. Ou ao menos dar indícios de como essas inquirições podem ser delineadas.



Sabe-se que a interdisciplinaridade característica dos processos comunicacionais, dos próprios fundamentos teóricos e das estruturas nas quais as instituições midiáticas se enraízam torna difícil a delimitação dos objetos e a demarcação de fronteiras em relação a outras áreas do conhecimento, ao mesmo tempo que a fortalece.

Muniz Sodré (2002; 2014; 2017) buscou fundamentar a comunicação como um campo científico próprio – mapeando suas áreas de interesse e desconstruindo as fronteiras erigidas entre estas e outros campos das ciências humanas e sociais. Nesse percurso, sugeriu a criação de um modo comunicacional que propõe essa forma de pensar a comunicação por meio de método transcultural, múltiplo, circulatório, propondo uma nova forma de diálogo:

Com vistas a uma ciência da comunicação humana, um começo estratégico é associar à questão moderna a velha noção de *communicatio* (do latim ciceroniano) para designar a coesão social sob o ângulo de uma transcendência, que é a do “diálogo” entre os deuses e os homens. Diálogo, não como mero intercâmbio de palavras, mas como ação de fazer ponte entre as diferenças, que concretiza a abertura da existência em todas as suas dimensões e constitui ecologicamente o homem no seu espaço de habitação – portanto, diálogo como categoria ética (SODRÉ, 2014, pos. 3080).

De certa maneira, esta pesquisa busca criar pontes entre outras áreas do conhecimento – a história, a memorialística, a ciência política – e entre a própria pesquisa em comunicação com o fazer jornalístico. O estabelecimento de diálogo, entre passado e presente, fiscalizadores e fiscalizados, produtores e leitores de notícias, é um dos eixos que se tentou percorrer. O tom certamente jornalístico dos capítulos adiante reflete também a construção de pontes entre o pesquisador e o repórter em campo, entre a academia e as redações, tão impregnadas na sua própria experiência. A experiência de associar a pesquisa acadêmica ao jornalismo também foi marcada pela dominância da política na sua acepção mais profunda: a da participação cidadã que busca entender e revigorar a comunidade.

Jornalistas são atores políticos, assim como os donos dos meios de comunicação. Idealmente, a objetividade perseguida pelos jornalistas impede que sigam agendas partidárias ou ideológicas particulares. Seu papel político, no entanto, estabelece-se também porque sua adesão a princípios de objetividade e de deferência aos fatos, mantendo equidistância deles, traz consequências sociais e políticas. A cobertura que exercem, independentemente de sua adesão a agendas ou ideias específicas, influencia o ambiente político.

Já os donos dos meios de comunicação têm na política, muitas vezes, a origem do seu poder social. Interferem na sociedade a partir das instituições comunicacionais de que dispõem, quase sempre oriundas de permissões do poder político. Seus veículos, em geral, dizem partilhar

os cânones da objetividade jornalística, mas os donos da mídia são atores políticos de maior poder de interferência que os jornalistas.

Talvez pareça estranho um jornalista voltar-se para o passado, para temas e personagens da política do passado, em plena era da nova sociedade da informação que emerge dos meios digitais regidos pela lógica algorítmica. Vive-se no tempo do novo. O homem moderno foge do antigo e abraça as mudanças aceleradas, ao mesmo tempo em que deseja o que foi novo tempos atrás, mas agora já foi descartado. O ser humano, ao fim e ao cabo, é nostálgico. Mesmo a avassaladora cultura da novidade é obcecada com a memória e suas reconstruções.

Há 50 anos, nostalgia tinha outro sentido. Limitava-se a sentimentos do passado vinculados a comunidades, causas vencidas e perdidas, questões familiares. O tempo era vivenciado como um ciclo de estações e festividades, só perturbado por eventos indesejados como as guerras ou catástrofes naturais. Os ancestrais marcavam o tempo por meio de festividades que magicamente capturavam os primeiros momentos (origem do cosmos ou nascimento de um líder religioso). Reinava o “mito do eterno retorno”, como elaborou Cross (CROSS, 2015, p. 6).

A modernidade significou o desdém pela tradição e pelo velho e a adoração pela novidade e pela juventude. O progresso criou as pessoas nostálgicas pelo que desapareceu. Os modernos descobriram que mudanças são inevitáveis e tentaram tomar posse do passado. A velha ideia dos ciclos e de que o passado retornava naturalmente levou à percepção de que o passado é uma reconstrução, recriação por meio de rituais e simbolizado por relíquias e lembranças, por vezes exibido em museus e praças, mas que também se esconde nas prateleiras e paredes de casas. Com o permanente estado de mobilidade e impermanência, lugar e tempo tornaram-se mais esquivos. Progresso induz à sensação de exílio e esquecimento (*Ibidem*, p. 8).

Na frase precisa da crítica literária russa Svetlana Boym, os modernos recusam “o cerco irreversível do tempo que aflige a condição humana” (*apud Ibidem*, p. 14). Para Lowenthal, o modismo do passado fez com que este se tornasse um país estrangeiro: “Um lugar que deve ser visitado e preservado, mas sempre mantido à parte do mundo real”, criticou (*Ibidem*, p. 9). O fato é que a nostalgia gera empatia entre os humanos, mesmo sob o risco de o passado trazer desentendimentos e descrédito sobre o presente. A nostalgia, esse amor pelo passado, pode trazer novo entendimento do mundo presente, aumentar a autocompreensão e a aceitação; pode permitir usar as coisas da memória para nos engajar no passado, não “regressar ao passado”, como propõe Cross. Essa foi uma das razões que levou um jornalista do tempo presente a se voltar para documentos que retratam um país distante no tempo, mas que pode explicar como se tornou o que é no mundo dos algoritmos.

A revisão histórica das relações da imprensa com governos é subavaliada no estudo do jornalismo e da comunicação brasileira. Pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes

mostrou que o tema mereceu poucas abordagens à altura de sua relevância. Este trabalho é uma tentativa de seguir por essas linhas, a partir de pesquisas nos arquivos brasileiros e norte-americanos com o levantamento de documentos inéditos sobre as relações entre governos e mídia.

O primeiro capítulo traz uma explicação necessária sobre a história, o funcionamento e o acesso aos arquivos secretos do Brasil e dos Estados Unidos que basearam esta pesquisa.

O segundo capítulo busca conceituar as origens do segredo como instrumento de poder e seu choque com os princípios que regem a atuação da imprensa em favor da publicização dos atos e políticas públicas – a partir de Simmel; discorre ainda sobre os vínculos entre democracia, transparência e direito à informação – como apontados por Bobbio; em suma, trata da contradição irresolúvel até aqui entre o direito do Estado de guardar informações e o papel essencial da imprensa em torná-las públicas; discute também como o segredo é inimigo direto da transparência, elemento essencial ao estado democrático e encerra apontando outra contradição: como a imprensa brasileira cobra transparência pública, mas evita tratar de si, de seus métodos e dos seus pressupostos editoriais e empresariais.

O terceiro capítulo – a partir de conceitos de Gramsci – apresenta uma reflexão sobre como a imprensa exerce o papel de engrenagem reprodutora de ideologia dominante de forma nem sempre perceptível por sua audiência: seus interesses e forças econômicas de apoio ou de combate costumam ser mais claros do que o papel ideológico que exerce. A partir daí, usando exemplos de documentação oficial produzida nos Estados Unidos e relatos da própria imprensa brasileira, é demonstrada a inequívoca dominância conservadora no papel exercido por ela.

O quarto capítulo mostra, a partir de pesquisa em arquivos secretos que foram liberados para consulta pelo governo dos Estados Unidos, que a diplomacia e a comunidade de inteligência americana atuavam livremente no Brasil e mantinham contatos diretos com donos de jornais e jornalistas pelo menos desde a década de 1950; revela por meio de diversos documentos, muitos deles inéditos, como a diplomacia americana tinha como fontes proprietários de meios de comunicação brasileiros – esses, em nome do bom relacionamento, traçavam análises, antecipavam tendências e informações essenciais para que a diplomacia americana se posicionasse em relação aos temas correntes nacionais; demonstra ainda o grau relativo de importância que a imprensa brasileira recebia no período da ditadura militar em termos de atenção e acompanhamento por parte do Departamento de Estado americano. O capítulo se encerra com a revelação de diversos documentos que comprovam que os EUA financiaram diretamente empresas de comunicação brasileiras, sempre vinculando a liberação de dinheiro à certeza de que a imprensa estava alinhada a seus interesses.

O quinto capítulo começa com uma reflexão sobre como os meios de comunicação são palco de uma disputa de narrativa hegemônica, em que o poder político usa de todas as ferramentas possíveis para impor seus pontos de vista, a partir de conceitos e elaborações de Ricoeur, Halbwachs, Todorov, Zelizer e Huysen; outra vez por meio de documentos inéditos, exemplifica como os Estados Unidos usaram a TV Globo para fazer propaganda da própria democracia, num país que vivia sob uma ditadura: a manobra, contraditória com o apoio ao golpe dado pelos americanos, marca um sinal da virada na política americana sobre o Brasil, com maior pressão em defesa dos direitos humanos e da normalidade democrática e é um exemplo de como a hegemonia é exercida pela potência mundial.

O sexto capítulo é aberto com a discussão e conceituação das teorias do agendamento e do enquadramento nas rotinas diárias da imprensa, a partir das formulações de Entman, Tuchman, Goffman, Sodré e Traquina; prossegue exemplificando como era exercido o poder de intimidação do governo autoritário brasileiro sobre os meios de comunicação: tal pressão atingia de forma mais direta as emissoras de rádio e televisão, detentores de concessão pública, que por isso, mas não só, trataram de abandonar o regime apenas quando este estava nos estertores; contextualiza documentos nos quais a própria ditadura reconhece os serviços prestados pelo grupo *Globo*; conclui com nova leva de documentos inéditos, desta vez do serviço secreto brasileiro, nos quais se comprova que a Globo foi parceira, mas também alvo prioritário da chamada “comunidade de informações”, embrenhada nos subterrâneos da ditadura.

O sétimo capítulo se inicia com uma reflexão sobre o papel histórico e social dos arquivos públicos a partir de Joutard e Delmas; usa as proposições de Goulart Ribeiro para discutir até que ponto um papel de arquivo expressa verdades; salienta que, além do conteúdo informativo por si próprio, documentos históricos falam também por paralelismos, quando sua própria existência revela ambientação, confrontos e omissões que por si trazem novas camadas interpretativas para os fatos; mostra como documentos são reflexos do jogo de forças da sociedade. Tal discussão enseja a colocação em destaque de uma série de documentos inéditos que mostram as estratégias do grupo *Folha* na relação com militares: tido como jornal de maior grau de contestação, a trajetória da empresa paulista é recheada de concessões, recuos e contradições, ao mesmo tempo em que aposta na retomada da normalidade democrática como estratégia política e empresarial.

O oitavo capítulo argumenta que é por meio de jornais e revistas que a imprensa exerce força preponderante na manutenção viva do passado – como proposto por Zelizer; usa conceitos de Barthes, Bourdieu e Ricoeur para destacar como a defesa de uma política justa da memória

é uma problemática de poder e, a partir dessa ótica, discute uma série de documentos secretos americanos que confirmam a sabida participação dos Estados Unidos no golpe militar brasileiro, mas principalmente exemplifica as relações de compadrio que os proprietários de meios de comunicação brasileiros mantinham com a diplomacia americana, sendo que tais vínculos permaneciam ocultos do público. Tal compadrio é exemplificado por meio de episódios envolvendo o grupo *Jornal do Brasil*, que mantinha relações próximas com os americanos e com o regime militar, ainda assim teve seu proprietário como alvo direto de espionagem em suas atividades cotidianas.

O nono capítulo mostra o esforço da imprensa brasileira para se reposicionar sobre o golpe militar mais de 40 anos depois de sua efetivação; contextualiza o aumento da pressão pública por revisão histórica e transparência; demonstra por meio de documentos secretos como os jornalistas que lideravam redações também enfrentavam pressões pessoais do regime militar contra si e estabeleciam as próprias estratégias para lidar com elas. Relatos individuais exemplificam como nunca se maltratou tanto e a tantos jornalistas como na ditadura militar.

O décimo capítulo levanta uma reflexão sobre o papel dos algoritmos nos novos meios de informação, propondo que eles são o novo segredo da imprensa, a atentar contra os princípios da transparência; relata o papel já exercido hoje pela inteligência artificial nas redações e reflete sobre seus impactos a partir de Danaher e Estlund; apresenta ainda os conceitos do capitalismo de vigilância de Zuboff; discute também as características de plataformização, dadificação e performatividade algorítmica; recorre a Diakopoulos para exemplificar como o algoritmo muda a rotina jornalística e conclui que nem todo algoritmo deve ser prejudicial, mas se preocupa com os impactos da repetição do viés preconceituoso característico da sociedade moderna.

Durante quatro anos, foram consultados milhares de documentos nos arquivos públicos brasileiros e americanos, em processo paralelo a entrevistas, leituras e investigações, na tentativa de buscar aspectos novos sobre a forma como o passado é contado. Documentos oficiais do governo brasileiro foram consultados no Arquivo Nacional e no Itamaraty, no Rio de Janeiro e em Brasília. Documentos oficiais do governo dos Estados Unidos foram consultados nos arquivos do Departamento de Estado, da Central Intelligence Agency (CIA) e do National Archives and Records Administration (Nara), bem como nas exemplares bibliotecas presidenciais norte-americanas.

Para estabelecer um nexos narrativo, foram selecionados documentos que exemplificassem a relação da mídia brasileira com o poder a partir do foco em três órgãos de imprensa específicos: *Grupo Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, selecionados a critério do autor. As referências apenas pontuais a *O Estado de S. Paulo*, a revista *Veja* e a

jornais independentes historicamente relevantes como *O Pasquim* devem-se à tentativa de priorizar o que pudesse haver de inédito ou esclarecedor na história dos três primeiros grupos de imprensa. Na impossibilidade de uma narrativa linear ou cronológica, até pela natureza dos documentos, buscou-se concentrar esforços na estruturação temática, visando que fosse a mais clara e articulada possível.

De modo geral, a quase totalidade dos mais de 400 documentos aqui citados, direta ou indiretamente, está concentrada entre os anos 1960 e 1980. Tal limitação temporal foi estabelecida pois os documentos secretos têm prazo máximo de desclassificação em 25 anos, salvo exceções. Alguns poucos documentos aqui citados já haviam se tornado públicos, sendo temas de reportagens ou outras apreciações acadêmicas. Quase dois terços dos documentos apresentados nesta pesquisa são inéditos ou desconhecidos, apesar de, em tese, estarem disponíveis a qualquer pesquisador. Os possíveis motivos para isso são o grau de aleatoriedade do resultado das buscas, a necessidade de persistência e obstinação na leitura de milhares de documentos paralelos, na falta de um foco específico dos arquivistas nas relações com a imprensa. No caso dos documentos americanos, foi necessário solicitar diretamente às autoridades competentes a liberação de arquivos sobre a mídia brasileira. Como se sabe, quando os EUA liberam tais documentos pedidos especificamente por um pesquisador, os arquivos são integrados e disponibilizados a todos os demais interessados.

Esse extenso trabalho teve como objetivos retratar relações que se mantiveram ocultas ou silenciadas por muito tempo e, com isso, colaborar com a abertura de uma trilha que permita que novos trabalhos nessa linha surjam, se desenvolvam e se tornem de certa maneira complementares. A imprensa institucionalmente continua sem gostar de falar de si, seja por questões empresariais, mercadológicas ou políticas. Cabe então aos jornalistas e pesquisadores em comunicação desbravarem esse campo vasto, porém ainda limitado de referências.

## **1. EMARANHADO DE SIGLAS E PAPÉIS: UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA**

As formas de acesso aos documentos que baseiam esta pesquisa foram múltiplas e o modo de localização de cada um deles também. Num quadro mais geral, pode-se dizer que os documentos brasileiros têm origem no Arquivo Nacional e no projeto Memórias Reveladas, lançado pelo governo federal em 2009. No caso dos documentos americanos, as fontes principais foram o National Archives, o arquivo nacional americano, e os bancos de dados do Departamento de Estado, da CIA e das diversas bibliotecas com memórias das administrações presidenciais americanas. Alguns poucos documentos tiveram origem no Wikileaks, uma organização que torna público documentos obtidos de forma anônima.

Grande parte dos documentos americanos foi liberada pelas próprias instituições a partir do fim do sigilo legal. Uma parte significativa dos documentos só foi liberada por meio de requisição legal, os chamados FOIAs. Um pesquisador envia um requerimento sobre documentos específicos que deseja acessar ou temas genéricos que pretende abordar. Recebe então os arquivos que solicitou, se assim aprovados pela autoridade que os mantém. Por vezes, são arquivos digitais; por vezes, arquivo em papel mesmo.

No caso de temas de grande repercussão histórica, como o golpe de 1964 no Brasil, ou programas específicos do país, como a questão nuclear, as instituições americanas em geral já dispõem de extenso catálogo de documentos, fruto de iniciativas próprias ou de pesquisadores. Muitos desses documentos de grande interesse são acessados por meio da internet, em uma série de banco de dados de instituições – da CIA ao Departamento de Estado, passando por universidades como as de Brown e do Texas.

A busca, no entanto, sobre o relacionamento de órgãos e instituições públicas americanas com a imprensa e jornalistas brasileiros não está entre as prioridades dos bancos de dados dos EUA. Assim parte dos documentos aqui tratados foi localizada por meio de resumos de documentos em índices de diversos catálogos. Tais arquivos só seriam totalmente conhecidos depois de obtidos por meio de cópias xerográficas enviadas pela CIA ou pelo Departamento de Estado, por exemplo, ao custo de US\$ 13 cada grupo de 100 páginas. Os documentos eram enviados antes mesmo que a taxa fosse paga, acompanhados do devido lembrete da necessidade de depósito em favor do Tesouro americano.

Trata-se de um mergulho em dados associados por meio de pesquisas de nomes de empresas de mídia e jornalistas. Por vezes, um arquivo do Departamento de Estado com o nome “O Globo” era só um resumo de notícias destacadas pelo jornal brasileiro – um serviço relevante

há 50 anos, numa era sem internet. Outras vezes era um arquivo com relato de conversas confidenciais, comentários de bastidores, avaliações políticas e negociações de empréstimos ou benefícios de instituições oficiais.

A profícua produção da embaixada e dos consulados americanos no Brasil permite por si uma interessante narrativa da história do país do ponto de vista dos americanos. Muitas vezes os serviços consulares se confundem com trabalhos de espionagem mesmo. Um agente consular americano que conversa com um jornalista pode ser, na realidade, um servidor da agência de inteligência americana. Em geral, os despachos consulares refletem conversas e atos de interesse imediato. A CIA consolida as informações que obtém em relatórios de análises mais amplas – sobre a reação ou censura à imprensa ou, por exemplo, sobre a questão dos direitos humanos ou de contendas comerciais.

Voltando aos documentos obtidos no Brasil, nos anos iniciais desta pesquisa, muitos deles só podiam ser localizados por meio de busca eletrônica em computadores instalados nas sedes do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e em Brasília. Ao longo dos anos, parte significativa dos documentos foi liberada também para consulta pela internet.

Inicialmente, havia apenas possibilidade de buscas em um resumo eletrônico de cada ficha. Posteriormente foram incorporadas facilidades eletrônicas, como a busca textual nos documentos.

Não existe uma sequência lógica ou temporal na organização dos documentos. Cada busca, a partir dos parâmetros estabelecidos pelo pesquisador, é um mergulho em um mar de dados. Muitos documentos se completam ou mesmo se repetem. Como havia uma intensa troca de informações, por vezes um documento do Centro de Informações da Marinha pode ser encontrado no arquivo do escritório central do SNI, porque para lá foi repassado.

A narrativa aqui contada é fruto desse mergulho e da montagem possível do quebra-cabeças daí nascido. Há sempre um grau de incompletude ou de peças fora do lugar no mosaico surgido. A perspectiva histórica e o conhecimento anterior produzido por centenas de pesquisadores ajudam a ordenar minimamente o caos.

Como já mencionado, a investigação em comunicação tem como característica o uso de ferramentas multidisciplinares, daí a necessidade de recorrer à história, à ciência política e à arquivologia, mapeando pontos de apoio e esclarecimento ao tema proposto.

Tais ferramentas são fundamentais no acesso e tratamento de informações obtidas em arquivos secretos. Nos Estados Unidos, desde 1967, a Lei de Liberdade de Informação (FOIA) dá aos cidadãos o direito de solicitar o acesso aos registros de qualquer órgão público ou agência federal, ou seja, permite que os norte-americanos saibam como age seu governo por meio de



acesso a documentos oficiais. Os órgãos públicos são obrigados a divulgar qualquer dado ou documento solicitado por meio da FOIA, exceto aqueles que se enquadrem em nove isenções que protegem interesses específicos, tais como a segurança nacional e a privacidade pessoal. Os documentos protegidos são classificados por faixas de sigilo – de reservado até ultrassecreto. A maioria deles torna-se pública 25 anos após sua edição, exceto se o sigilo vier a ser excepcionalmente renovado.

Numa era de piratas cibernéticos, hackers, denunciadores anônimos e órgãos de imprensa que por vezes apenas ocultam a origem da informação para agentes políticos desconhecidos – como as agências de inteligência chinesa e russa – é importante compreender o que é realmente um segredo de Estado na visão legal americana, que define os vários níveis de classificação da seguinte forma (RAY, s/d):

- **confidencial:** nível mais baixo de classificação, aplicado à informação cuja divulgação não autorizada poderia, razoavelmente, causar *danos* à segurança nacional que a autoridade de classificação original é capaz de identificar ou descrever;
- **secreto:** nível de classificação aplicado às informações cuja revelação não autorizada poderia causar *danos graves* à segurança nacional que a classificação original é capaz de identificar ou descrever;
- **altamente secreto:** nível de classificação aplicado às informações cuja divulgação não autorizada possa causar *danos excepcionalmente graves* à segurança nacional que a autoridade de classificação original seja capaz de identificar ou descrever;
- **informação compartimentada, sensível ou codificada (Codeword/Sensitive Compartmented Information – SCI):** camada adicional de classificação para questões relativas a métodos, fontes e análises de recolhimento de informações, caracterizam as chamadas informações ultrassecretas.

Por meio de requerimentos diretos e bibliotecas online, foram consultados milhares de documentos, organizados e selecionados de forma a desvendar chaves de ações do passado. A quantidade de documentos encontrados atesta que era grande a atenção que a imprensa brasileira recebia dos meios diplomáticos e de espionagem americanos. A riqueza das descrições de movimentos de órgãos de imprensa, de reações de jornalistas e de donos de empresas jornalísticas deixa isso evidente. Desde movimentações internas nas redações até a recepção de ideias ou acontecimentos mundiais, por exemplo, tudo era alvo da atenção e interpretação dos americanos que atuavam no Brasil. Os temas poderiam ser uma votação na ONU, um discurso ou entrevista presidencial nos EUA ou uma nova encíclica do papa (exemplo

na Fig. 2). Fosse o que fosse, a reação da imprensa brasileira era registrada, interpretada, qualificada e dividida com Washington.

Na tradução de tais documentos, buscou-se manter a literalidade possível, renunciada por vezes em nome da clareza, da contextualização e da fluidez narrativa. Evitou-se cair, sempre que possível, na imprecisão do velho ditado italiano que diz que “onde há um tradutor, esconde-se um traidor” – seja da conotação, da denotação ou das intenções do autor original.

No Brasil, o sistema legal de acesso à informação foi introduzido pela Constituição promulgada em 1988, mas seu arcabouço jurídico só foi estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (LAI), em vigor desde maio de 2012. A LAI prevê como exceções à regra de acesso os chamados dados pessoais e as informações classificadas por autoridades como sigilosas. O Estado deve classificar as informações sigilosas (aquelas cuja divulgação possa colocar em risco a sociedade – vida, segurança, saúde da população – ou o Estado – soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência) como reservadas (prazo de sigilo de 5 anos), secretas (15 anos) e ultrassecretas (25 anos, renovável uma única vez).

Tal regulamentação permitiu, por exemplo, que o Arquivo Nacional liberasse para consulta 16 milhões de páginas produzidas pelos órgãos de informação no período da ditadura militar, entre 1964 e 1990. O acervo possui informações diversificadas sobre as atividades desenvolvidas pelo governo e seus membros e por opositores do regime de exceção; um emaranhado de dados, em sua maioria pontuais e dispersos, sobre pessoas ou instituições que se relacionaram ou foram investigadas pelo Estado; e documentos sobre pessoas, lugares, partidos, acontecimentos.

Calcula-se que existiam 250 centros de espionagem oficial no Brasil à época da ditadura. O Arquivo Nacional permite consulta em acervos de 38 órgãos de informações do regime militar. Existem 10 mil dossiês de pessoas ou instituições, com quase 250 mil páginas de informações. De acordo com os registros do Arquivo Nacional, 308 mil brasileiros foram fichados pela ditadura. O material completo atinge 1 milhão de páginas sobre o dia a dia desses alvos do governo.

Nem tudo o que foi produzido pelos órgãos de informação, entretanto, está disponível para consulta. Cerca de 20 mil documentos foram destruídos, como comprovam relatórios de incineração do próprio serviço (exemplo na Fig. 1). A prática da destruição de papéis sigilosos foi adotada por outros órgãos estatais e relatórios secretos das Forças Armadas foram incinerados pela ditadura entre o final dos anos 1960 e início dos 1970.

Ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu um acervo gigantesco. Os dossiês principais eram identificados com a sigla ACE (Arquivo Cronológico

de Entrada) e iam sendo numerados em ordem direta, conforme eram produzidos. Só na Agência Central, a numeração dos ACEs chegou a cem mil em 1978, quando por algum motivo foi zerada a conta.

Desde 2008, historiadores do Arquivo Nacional que investigam esse período histórico já identificaram 251 agências e diretorias de inteligência na administração brasileira, mas apenas 40 dessas tiveram seus documentos recuperados e estão à disposição dos cidadãos.

O SNI surgiu logo após a deposição do presidente João Goulart com a intenção de ser um serviço secreto poderoso, a exemplo da cultura americana de espionagem que fez escola entre os militares brasileiros. A legislação que criou o SNI, em 13 de junho de 1964, autorizou o porte de armas por seus agentes, a abertura de agências regionais visando a ramificação de sua abrangência, assinalando o fim de uma era da carência de quadros, recursos e poder, que havia marcado os antigos serviços secretos brasileiros. Dos quadros do SNI, saíram dois presidentes militares: o então coronel João Baptista Figueiredo, que comandou a Agência Central, e o general Emílio Garrastazu Médici, que, em 1967, assumiu a chefia do SNI, substituindo o demitido Golbery do Couto e Silva, criador do SNI.

Coube ao serviço o esforço secreto, na medida do possível, de criar um arquivo sobre os brasileiros, vigiando e armazenando informações sobre parlamentares, estudantes, religiosos, intelectuais, líderes sindicais, além de outros indivíduos considerados inimigos do regime militar instalado em 1964. Seus arquivos continham informações produzidas por funcionários públicos das agências espalhadas pelo território nacional, instaladas nas centenas de órgãos setoriais de informações organizados na administração pública, nos serviços secretos das Forças Armadas e nas instituições policiais.

Os registros de suas bases de dados orientaram os agentes do Estado à execução de violações às liberdades e às garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros e estrangeiros, indicando demissões, a não-admissão de concursados públicos, a não-emissão de passaportes ou negação da renovação de vistos, controlando e punindo os cidadãos no Brasil e no exterior; indicavam também a efetivação de prisões que resultaram em inúmeros casos de tortura, morte e desaparecimento de opositores.

São esses documentos, compostos por milhares de relatórios, pedidos de busca de informações, depoimentos de presos políticos, livros e fotografias tiradas no exercício da espionagem, entre outros registros, que foram recolhidos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ao Arquivo Nacional, a partir da publicação do decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005.

As atividades de inteligência do Estado brasileiro existem desde 1927, passando por diversas formas e estruturas no decorrer do tempo. Os arquivos do SNI formaram-se, inicialmente, com os dados dos arquivos do extinto Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). O SFICI foi criado em 1958 e integrava o Conselho de Segurança Nacional. A partir de 1961, ficou sob a coordenação do então coronel do Exército Golbery do Couto e Silva, tendo como principal função identificar e espionar comunistas nas Forças Armadas. O arquivo do SCIFI era formado por milhares de fichas que relacionavam funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores de imprensa, signatários de manifestos políticos, entre outros.

Com a posse do presidente João Goulart, em setembro de 1961, Golbery deixou o SFICI e, alguns meses depois, passou a dirigir o IPES, criado oficialmente para ser um centro de estudos reunindo técnicos, militares e empresários, com o objetivo de propor reformas para o país. Informalmente, o IPES continuou a alimentar um banco de dados com informações estratégicas e realizou inúmeras ações de doutrinação anticomunista, como palestras, eventos culturais e publicação de livros e folhetos. Os empresários garantiam o funcionamento desse serviço secreto paralelo, destinando-lhe vultosos recursos. Do arquivo do IPES foram transferidas para o futuro Serviço Nacional de Informações as informações pessoais sobre centenas de cidadãos brasileiros (FICO, 2001).

Figueiredo (2005) afirma que a eficiência demonstrada pelo SNI se deveu à obediência dos preceitos da hierarquia e da centralização sistêmica. O ministro-chefe do Serviço era, em geral (com exceção de Golbery), um general-de-exército; a Agência Central era comandada por um general-de-divisão e as agências regionais por um oficial superior (tenente-coronel ou coronel). Já os centros de informações das Forças Armadas eram chefiados por um general-de-brigada e os órgãos setoriais de informações instalados nos ministérios civis, como as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), por um oficial superior. Assim, a cadeia de comando militar estava no cerne organizacional do SNI e de toda comunidade de informações. O órgão possuía a seguinte estrutura: Gabinete do Ministro, que ficava no Palácio do Planalto; Agência Central, sediada em Brasília; e agências regionais em 12 estados.

Os agentes do SNI produziam relatórios com informações e avaliações sobre o governo e o setor público em geral, relatórios externos com dados diversos sobre “países antagônicos” e “países amigos”, e os denominados “relatórios psicossociais” que analisavam o comportamento dos principais agentes e instituições da sociedade. Estavam nesse conjunto as igrejas, os sindicatos, as entidades estudantis, a imprensa e os movimentos sociais. Além destes

documentos, o SNI ainda produzia, no âmbito do gabinete do seu ministro-chefe, as “Apreciações Sumárias”, documentos sintéticos, elaborados a partir de informações produzidas pela Agência Central, para serem lidos apenas pelo próprio chefe do SNI e pelo presidente da República. Uma das bases de dados do SNI, denominada Cadastro Nacional (Cada), era consultada pelos órgãos do governo, sendo utilizada para avaliação dos candidatos à admissão e promoção na administração pública. Muitas das punições impostas pelo regime militar decorreram dessas informações ou de recomendações elaboradas pelo órgão.

Os militares atribuíam grande importância aos meios de comunicação social, principalmente à imprensa e às emissoras de televisão. Na ditadura, a censura institucionalizada permitiu controle rígido sobre jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, cinema, teatro e música. Com o seu abrandamento, a partir da posse de Ernesto Geisel, em 1974, a comunidade de informações passou a ver em qualquer análise jornalística ou programa televisivo mais críticos a expressão de uma “evidente infiltração comunista nos meios de comunicação social”, o que levaria, “em consequência, em curto espaço de tempo, à comunização do povo brasileiro”, como apontou Fico (2001). A perspectiva geral dos órgãos de informações era a de que os comunistas se infiltravam nos jornais com o objetivo de propagar suas ideias.

Os setores militares mais radicais partiam de uma constatação: para o comandante do I Exército, por exemplo, “nas redações de muitos dos grandes jornais, os postos de comando estão entregues a homens que, aberta ou veladamente, esposam ideias de esquerda”. Em função disso, a comunidade de informações buscava identificar nas matérias jornalísticas ecos de “esquerdismo” ou comunismo, por vezes fazendo avaliações simplistas ou delirantes (FICO, 2001, p. 182).

Desde meados do governo Geisel (1974-1979), a conjuntura econômica, social e política começou a desmontar o discurso das comunidades de segurança e de informações. A remodelação do SNI ficou para a “Nova República” de José Sarney (1985-1990) e o governo Fernando Collor (1990-1993), cada um a seu modo. Em 15 de março de 1990, no primeiro dia do governo Collor, o SNI foi extinto. Em seu lugar surgiu a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Como é sabido, houve variações na intensidade da repressão durante a Ditadura Militar: em certos momentos, como na fase imediatamente posterior ao golpe ou na conjuntura que se iniciou em 1968, a repressão foi muito intensa; em outras fases, como no período seguinte às primeiras punições (junho de 1964 a outubro de 1965) e durante a “distensão” e “abertura”, políticas promovidas nos governos Geisel e Figueiredo, o número de punições decresceu. Por causa dessas variações, alguns analistas classificaram o período de combate à luta armada como o “auge da repressão” (entre 1968 e 1974), enquanto outros, sublinhando a coexistência do

regime político de exceção com períodos de diminuição relativa da coerção, mencionaram o neologismo “ditabranda”, muito contestado na academia e na sociedade.

Na verdade, essa aparente “ciclotimia” encobre um penoso processo de evolução e involução demoradas que correspondeu à montagem, ao apogeu e à decadência de um complexo e poderoso sistema nacional de segurança e informações. Tal sistema somente se consolidou entre 1969 e 1970, mais de cinco anos depois do golpe, e sua desmontagem se estenderia para além da volta do país à democracia política – com resquícios persistindo ainda hoje (*Ibidem*, p. 18).

Por sua natureza inerentemente cacofônica, é difícil abordar os documentos consultados por esta pesquisa de forma linear e organizada. Buscou-se evitar uma abordagem escandalosa de fatos ou supostos fatos de caráter particular e episódios típicos de violação à intimidade dos citados em documentos sigilosos e manter-se ao escopo proposto selecionando documentos, relatos e acontecimentos de interesse público, que fossem, de algum modo, reveladores das contradições, pressões, parcerias, estratégias do poder e da mídia.

Muito da compreensão dos fatos aqui descritos se deve a pesquisadores e jornalistas que trataram de temas correlatos com afinco e brilhantismo. Por exemplo, em obra precursora na investigação da comunidade de inteligência, Fico (2002) traçou o quadro do funcionamento burocrático do chamado Sistema Nacional de Informações (SISNI), integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, pelos Sistemas Setoriais de Informações do Ministérios Militares, pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares, entre outros. O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe tinha status de ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República; competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina.

Juntos, SNI, CIE, Cisa e Cenimar formavam a cúpula do sistema de informações da ditadura. Dentre os quatro, o mais fechado e o mais antigo, cuja origem remonta a 1955, era o serviço secreto da Marinha. Tanto no campo da coleta e da análise de informações quanto no da repressão, o Cenimar atuaria com competência acima da média, reconhecida inclusive por seus congêneres (FIGUEIREDO, 2015).

O SNI possuía larga margem de ingerência em diversos assuntos, pois os órgãos de informações sob sua superintendência espalhavam-se pelos diversos níveis e áreas da administração pública. Em relação aos órgãos dos ministérios militares, porém, o SNI podia apenas exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações. Ele produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios. Porém, o sistema de segurança, como se verá, possuía organização própria, não sendo o SNI o órgão de segurança por excelência, nem se constituindo em núcleo central coordenador que teria subordinado “todos os outros órgãos repressivos” (FICO, 2001, p. 41).

A matéria-prima desses órgãos era o informe, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema. Por vezes, eram armazenadas informações que precisavam de confirmação e checagem posterior. O sistema fazia a informação circular. Muitas delas eram contestadas ou contextualizadas adequadamente pela própria estrutura interna. Toda uma rotina extremamente normatizada regulava a produção das informações. Primeiramente, o agente de informações devia recolher um “informe”, espécie de dado bruto inicial, base para elaborar-se a “informação”. Esta última é o conhecimento de um fato ou situação, resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação (*Idem*). Cada informação recebia uma classificação que distinguiu sua confiabilidade. De acordo com o manual do SNI, a fonte da informação era classificada com letras que variavam de “A” a “F”, de acordo com a sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação “A1”. Nos documentos sob cuidado do Arquivo Nacional, em poucos casos é possível encontrar tal classificação diretamente, como citado por Fico.

Oficialmente, as Forças Armadas brasileiras informam que não armazenam mais documentos secretos produzidos entre 1964 e 1990, argumentam que tal situação deve-se ao decreto de 1977, que permitia a destruição de documentos sigilosos, bem como os eventuais termos de destruição, pela autoridade que os elaborou ou pela autoridade que detivesse a custódia de tais papéis.

A Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012 para investigar violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado entre 1945 e 1988, com foco especial no período da ditadura militar de 1964 a 1985, encontrou diversos indícios de que os militares se recusaram a cumprir a lei e repassar documentos secretos ao Arquivo Nacional.

Pesquisador da CNV, Lucas Figueiredo afirma ter evidências de que houve um pacto de silêncio firmado entre os militares e os governos civis do período da redemocratização depois de 1985 impedindo que viessem à luz os arquivos da repressão (FIGUEIREDO, 2015). Há

provas de que milhares de papéis secretos foram microfilmados e poderiam, entre outras informações relevantes, esclarecer o destino de opositores da ditadura tidos na época como “desaparecidos”.

Desde o início dos anos 1970, no auge da repressão à guerrilha, a comunidade de informação militar reunia uma quantidade industrial de pastas individuais. Só no Cenimar (Centro de Informações da Marinha), considerado o mais eficiente dos órgãos de repressão, havia mais de um milhão de páginas microfilmadas em 1973. Figueiredo aponta evidências de que, apesar dos reiterados pedidos da Justiça e do Ministério Público, os presidentes civis nada fizeram para abrir os arquivos do Exército, Marinha e Aeronáutica. No final dos anos 1980, ao menos parte dos arquivos estava intacta e foi utilizada para um livro produzido a pedido do general Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército de Sarney. Duas décadas mais tarde, o general diria sobre os arquivos: “Foram queimados coisa nenhuma” (*Ibidem*, p. 75).

Ainda assim, mesmo que longe da totalidade, muitos dos documentos disponíveis no Arquivo Nacional ajudam a esclarecer períodos importantes da história brasileira. A relação do poder governamental com os órgãos de comunicação é uma delas. Ao investigar, analisar e mapear os documentos disponíveis nos Estados Unidos e no Brasil, o autor buscou traçar as linhas características de como e por que os poderes governamentais ajudavam e tornavam-se parceiros e estimuladores dos meios de comunicação ou como e por que decidiam prejudicá-los, cerceá-los ou sufocá-los. A proposta foi selecionar documentos reveladores dessas articulações, contextualizá-las e criticá-las, para assim reconstituir e ressignificar parte da história da imprensa e dos meios de comunicação brasileiros.



Fig. 1: Registro oficial do SNI com lista de documentos destruídos em 12/12/1980.

RELACAO DE ACE DESTRUIDOS										DATA- 12/12/80
A G E	TERMO	PRG	PROCED	DOCUMENTO	A S S U N T O					
NUMERO ANO	DESTR			TIPO NUM ANO						
032.282	71	04	00064	ABSB	INFAO	0023	71	RESPOSTA LPM IIRM		S
032.283	71	20	00057	ARJ	INFAO	0024	71	APREENSAO IMPRESSOS CCASTIMHEAL		S
032.286	71	04	00575	DSIMS	RELAT	0052	70	RELATORIO SEMANAL MS		S
032.287	71	04	00565	ARJ	INFAO	0017	71	ATUACAO FLATT BOICOTE PROTESTO		S
032.292	71	04	00460	ARE	INFAO	0003	71	INCENDIO CANAVIAIS PE		S
032.293	71	04	00462	APA	INFAO	0004	71	ATIVIDAD MILIT INATIVOS IMPRENSA RS		S
032.295	71	04	00430	ARJ	INFAO	0007	71	TRAMITACAO PROCES JUSTICA TRABALHO GB		S
032.299	71	04	00316	ASP	INFAO	0006	71	ATIV SOC BENEF IRRADS BOA VONTADE SP		S
032.300	71	06	00277	INFFRG	BULET	0133	70	BULET INFORM INST RESSEC BRASIL		S
032.301	71	06	00265	INFFRG	OFICI	0000	71	LIGA NACIONAL EDUCACAO DEMOCRATICA		S
032.302	71	06	00258	ASP	INF	0264	70	ESTUDANTE FACULDADE SP AULAS GUERRILHAS		S
032.305	71	06	00189	ASP	INFAO	0001	71	ASSOCIACAO TAGUIGRAFICA PAULISTA		S
032.306	71	06	00183	ABH	INFAO	0001	70	SURTO POLIOMIELITE BH		S
032.307	71	20	00139	ARE	ENCAM	0561	70	BOLETIM NATAL NORDESTE 1970		S
032.308	71	06	00137	OSIMI	ENCAM	0912	70	PROBLEMAS SECA NORDESTE		S
032.309	71	06	00107	NANT	OFICI	0285	70	FRENTES TRABALHO RN		S
032.311	71	06	00067	GABSNI	MEMO	1425	70	JOSE DE SOUZA LIMA		S
032.314	71	20	17206	NANI	ENCAM	0047	71	PUBLICACAO ECONOMICA		S
032.315	71	06	15981	NAMO	OFICI	0070	71	RECORDS JORNALS ALA		S
032.321	71	20	00202	EME	INF	0441	70	SITUACAO POLITICA BOLIVIA		S
032.322	71	20	00204	ADEEUU	INFB2	0204	70	PROGRAMA EXPLORACAO ESPACIAL EEUU		S
032.323	71	20	00205	ADEEUU	INF	0206	70	POPULACAO EEUU 1970		S
032.324	71	20	00207	ADCHIL	INFA1	0322	70	PASSAGEM RESERVA GENERAIS CHILE		S
032.325	71	06	00233	ADBOLI	INF	0195	70	TESE POLITICA COB		S
032.326	71	20	00234	ADCHIL	INFA1	0304	70	IMPRESA CHILE		S
032.327	71	20	00236	ADCHIL	INFA1	0316	70	MEDIDAS GOVERNO CHILE		S
032.328	71	20	00237	ADEFUJ	INFA1	0200	70	MENSAGEM PRES NIXON PEDIO AJUDA PAISES ALIA		S
032.329	71	20	00238	ADEQUA	INFA1	0594	70	SEQUESTRO CMT FORCA AEREA EQUADOR		S
032.330	71	20	00239	ADEQUA	INFA1	0595	70	FECHAMENTO UNIVERSIDADES FEDERAIS EQUADOR		S
032.331	71	20	00240	ADEQUA	INFA1	0597	70	SEQUESTRO CMT FORCA AEREA EQUADOR		S
032.332	71	20	00241	ADEQUA	INFA1	0598	70	SEQUESTRO CMT FORCA AEREA EQUADOR		S
032.333	71	20	00230	ADEQUA	INFA1	0602	70	CRISE GOVERNO EQUADOR		S
032.334	71	20	00244	ADEQUA	INFA1	0603	70	SEQUESTRO CMT FORCA AEREA EQUADOR		S
032.335	71	20	00245	ADURUG	INFB2	0176	70	REAJUSTAM ESSUEMA POLITICO URUGUAI		S
032.336	71	20	00255	ASP	ENCAM	0719	70	SITUACAO POLITICO MILITAR BOLIVIA		S
032.337	71	20	00261	GABSNI	MEMO	0006	71	RELAT VISITA REALIZADA SERV SECRETO INGLES		S
032.338	71	20	00268	ARJ	ENCAM	0018	71	LATIN AMERICAN TOPICS		S
032.339	71	06	00311	CISA	ENCAM	0003	71	RELATORIO TRIMESTRAL EQUADOR		S
032.341	71	06	00369	INFFRG	RECJO	0000	70	ELEICDES URUGUAI		S
032.342	71	06	00385	INFFRG	RECJO	0000	71	SUCCESSAO PRESIDENCIAL URUGUAI		S
032.343	71	06	00386	INFFRG	RECJO	0000	70	SUCCESSAO PRESIDENCIAL URUGUAI REELEICAO		S
032.344	71	06	00387	INFFRG	RECJO	0000	70	FRENTE AMPLA URUGUAI		S
032.345	71	20	00402	EMFA	INFC3	0003	71	MINERACAO BOLIVIA IMPORTACAO EXPORTACAO		S
032.346	71	20	00420	ABSE	ENCAM	0008	71	MODIFIC DISPOSICAO TROPAS ARGENTINAS		S
032.347	71	20	00441	EMFA	INFB2	0004	71	MARINHA URSS MAR MEDITERRANEO		S
032.348	71	20	00810	DSIMRE	INF	0012	71	DISCURSO PRES BOLIVIA ELEICDES		S
032.350	71	20	00497	GABSNI	MEMO	0028	71	NACIONALIZACAO COBRE CHILE		S
032.351	71	20	00788	EME	ENCAM	0005	71	RELATORIO PERIODICO INFORMACOES EXTERNAS EME		S
032.352	71	20	00873	INF	INF	0013	71	CHILE RECP REPRES REP POP CHINA EMB URSS		S
032.353	71	20	00871	INF	INF	0012	71	MOVIMENTO PADRES TERCEIRO MUNDO COLOMBIA		S
032.354	71	20	00875	INF	INF	0014	71	EVOLUCAO POLITICA CHILE		S
032.355	71	20	00876	INF	INF	0015	71	OBSERVACOES PERITO URSS POLITICA CHILE		S
032.356	71	20	00877	INF	INF	0011	71	PALTO ANDINO REUNIAO REPRES SINDICAIS CHILE		S
032.357	71	20	00794	DSIMRE	OFICI	0007	71	SITUACAO POLITICO MILITAR ARGENTINA		S
032.358	71	20	01053	EME	INFA1	0004	71	ASSISTENCIA EEUU PAISES DESENVOLVIMENTO		S
032.359	71	20	01055	ADURUG	INFB2	0101	71	SITUACAO POLITICA URUGUAI		S
032.360	71	20	01056	ADCHIL	INFA1	0324	70	MILICIAS ARMADAS CHILE		S

Fig. 2: Despacho da embaixada americana no Rio para o Departamento de Estado sobre cobertura da imprensa brasileira a respeito de encíclica papal.

ORIGIN/ACTION <i>ARA-10</i>		DEPARTMENT OF STATE <b>AIRGRAM</b>		<i>SOC 8 BRAZ</i>	
RM/R <i>1</i>	REP	AF	FOR RM USE ONLY		
ARA	EUR	FE	A-938 UNCLASSIFIED		
NEA	CU	INR <i>5</i>	HANDLING INDICATOR		
E	P <i>2</i>	IO	RECEIVED DEPARTMENT OF STATE BUREAU OF INTER-AMERICAN AFFAIRS MAY 1 - 1967 <i>BR</i>		
L	FBO	AID <i>9</i>	DATE: APR 20 1967		
AGR	COM	FRB	FROM : DEPARTMENT OF STATE Amembassies - MONTEVIDEO, BUENOS AIRES, LIMA, BOGOTA, CARACAS Amembassy Office - BRASILIA Amcongen - SAO PAULO, RECIFE Amconsul - BELEM, BELO HORIZONTE, CURTIBA, SALVADOR, PORTO ALEGRE		
INT	LAB	TAR	SUBJECT : Amembassy - RIO DE JANEIRO Brazilian Enthusiasm over Papal Encyclical "Populorum Progressio"		
TR	XMB	AIR	REF :		
ARMY <i>3</i>	CIA <i>20</i>	NAVY <i>5</i>	<p>1. Initial public reaction to the encyclical was uniformly favorable and mostly enthusiastic. Newspapers gave the document's publication front-page, headline treatment on the first day and praise-filled editorials and additional detail (including, in most cases, the text) the next.</p> <p>2. <u>Press</u>. Most newspapers stressed the importance of the encyclical, both in its world-wide social and economic aspects and in its theological significance. <u>Diario de Noticias</u> (centrist, opportunistic) called it "one of the most important documents of our time," and <u>Estado de São Paulo</u> (conservative, highly-respected) felt that it had a "global vision" which made it "truly 'catholic'." <u>Jornal do Comercio</u> (conservative) said that the Church had shown itself "at the service of mankind."</p> <p>3. All of the early comments emphasized the encyclical's emphasis on the importance of alleviating human suffering, with some especially picking out its criticism of "capitalism without brakes." <u>Correio de Manhã</u> (left of center) and <u>Diario de Noticias</u> took off at length on this angle, with the former praising the document's alleged denunciation of the "imperialism of money" and of "the profiteers of misery." The latter said that the Pope had called for an "alliance of the ire of God and the wrath of the poor," which would "provoke a world revolution." Most other newspapers called attention to the implied criticism of capitalism, but in less spectacular terms. <u>Estado de São Paulo</u> said it was "economic liberalism without brakes" that had been criticized and said that the document had also allowed that many things could be accomplished through</p>		
OSD <i>33</i>	USIA <i>10</i>	NSA <i>3</i>			
1967 APR 27 AM 10 00 COPYFLO-PBR			UNCLASSIFIED		
FORM 4-62 DS-323			FOR DEPT. USE ONLY <input checked="" type="checkbox"/> In <input type="checkbox"/> Out		
Drafted by: POL:FFG/dw			Contents and Classification Approved by: POL:MVKrebs		
Clearances:					
<i>Action: ARA/BR - NAN - File</i>					
DECLASSIFIED Authority <i>MSD 96900</i>					

## 2. ORIGENS DO SEGREDO

O uso do segredo como prática de dominação política, ou como instrumento de poder, acompanha a trajetória histórica da noção de Estado. Pode ser definido hoje na ideia corrente de “segredos de Estado” a ação do governo que se oculta, do Estado que esconde suas práticas. A imprensa nasce, entre outras razões, com o papel de desvendar tais segredos em atendimento a seus leitores. Por origem, segredos se chocam com o compromisso de informar.

De acordo com Agamben (2008) e Catanzariti (2010), o conceito de *arcana imperii* refere-se à questão das artes secretas de governar: uma imitação dos segredos da natureza a serem revelados, ou dominados, ou controlados, ou dos segredos divinos a serem revelados, ou dominados, ou ocultados. *Arcana*, em latim, é o plural de *arcanum*, ou seja, aquilo que está oculto, o segredo.

A relação entre os *arcana* e o poder se estabelece em um jogo entre o público e o privado. Desse ponto de vista, os *arcana* funcionam como forma de poder sustentada pela ausência de visibilidade como uma estratégia de controle. Catanzariti elenca três espécies clássicas de segredos que constituem o progressivo modelo de invenção do poder: *arcana dei*, *arcana naturae*, *arcana imperii*. O primeiro “segredo” responde pelo acesso à verdade divina. O segundo, o acesso às leis da natureza. O terceiro, o acesso à razão do Estado (CATANZARITI, 2010, p. 23).

Sob circunstâncias de revoltas ou guerras, muito se justifica a adoção de segredo de Estado. Já na primeira proposta de um governo ideal imaginado por Platão, o filósofo postula uma razão própria do governante: este pode manter suas motivações ocultas do povo, já que somente ele sabe “da altura de sua posição de rei-filósofo esclarecido pela verdade”, qual é o interesse da polis (PLATÃO, 2012, p. 120).

Baruch Espinosa foi um dos mais destacados pensadores a apontar os segredos de Estado como um vício e fomentadores do despotismo:

Mais vale que o inimigo conheça os desígnios honestos de um Estado, que permaneçam ocultos aos cidadãos os maus desígnios de um déspota. Os que podem tratar secretamente dos negócios do Estado, têm-no inteiramente em seu poder e em tempo de paz, estendem armadilhas aos cidadãos, como as estendem ao inimigo em tempo de guerra. Que o silêncio seja frequentemente útil ao Estado, ninguém o pode negar; mas ninguém provará também que o Estado não pode subsistir sem o segredo. Entregar a alguém sem reserva a coisa pública e preservar a liberdade é completamente impossível, e é loucura querer evitar um mal ligeiro para admitir um grande mal (ESPINOSA, 1983, p. 346).

A publicização do discurso impõe-se como postulado durante o Iluminismo. Uma nova elite, a burguesia (entendida como classe econômica e intelectual), estabelece-se no poder no século XVIII nesse contexto. É por meio da atuação pública de seu discurso, da persuasão, que

essa classe começa a substituir os antigos conselheiros do rei, passando então a ser a nova “voz” dos governantes, a sua nova base moral e, por fim, a sentinela do *arcana*, os segredos do Estado.

Bobbio resume que os *arcana imperii* são um tema dominante nos escritos políticos e nas teorias da razão de Estado. Como mostra o pensador italiano, Clapmar foi o autor do mais conhecido escrito sobre o assunto, *De arcanis rerum publicarum* (1605). Ele define os *arcana imperii* como “razões ou conselhos íntimos e ocultos de quem ocupa o primeiro lugar na República” (BOBBIO, 1986, p. 92, tradução própria)<sup>1</sup>. O objetivo é conservar o Estado enquanto tal e conservar a forma de governo existente, para isso a democracia pode ser um estorvo.

Bobbio apresenta duas definições de democracia úteis para a compreensão da intersecção desta com o jornalismo. A primeira delas é: “A democracia é o governo do poder público em público” (*Idem*, 2015, p. 83-84). O autor expõe a necessidade de compreender o termo público em dois sentidos: oposto a privado e oposto a secreto. Público como oposto a privado deve ser compreendido como as questões de interesse comum relativas, basicamente, ao exercício do poder, seja ele qual for. Em oposição a secreto, Bobbio refere-se àquilo que é acessível a qualquer um, aquilo que sai do campo do segredo. Quando fatos, acontecimentos, assuntos, conversas, discursos e documentos, entre outros, são tornados públicos, vive-se uma “democracia mais democrática” (*Ibidem*, p. 84).

Sua segunda formulação em defesa da publicidade das informações é: “A democracia é o governo do poder visível” (*Ibidem*, p. 84). Trata do mesmo pressuposto, afinal, “o poder público em público” é “o poder visível”. Em *Democracia e segredo*, Bobbio afirma que o segredo é a essência do poder e exemplifica que, ao longo da história, o recurso ao segredo foi considerado a essência da arte de governar.

O autor propõe, entretanto, uma série de regras que obriguem os Estados a apresentar suas decisões ao público, de modo a impedir a prática dos *arcana imperii*, que caracteriza modernamente os Estados despóticos. A solução é assim formulada: “Todas as ações que afetam o direito de outros homens e que não sejam compatíveis com a publicidade são injustas” (*Ibidem*, p. 84).

Bobbio já havia definido a origem do escândalo como aquela sentença que não possa ser tornada pública sem que com isto frustrasse seu propósito. A sentença que deva ser mantida em segredo para ter êxito, que não possa ser dita publicamente sem provocar a resistência imediata de todos contra as intenções de fundo, está na origem do escândalo. Diz ele que essa sentença

---

<sup>1</sup> “Intimae et occultae rationes sive consilia eorum qui in republica principatum obtinent”.

não pode explicar a reação necessária e universal de todos contra ela, a não ser pela injustiça com a qual ameaça os demais.

O momento em que nasce o escândalo é o momento em que se torna público um ato ou uma série de atos até então mantidos em segredo ou ocultos, na medida em que não podiam ser tornados públicos pois, caso o fossem, aquele ato ou aquela série de atos não poderiam ser concretizados (*Idem*, 1986, p. 91).

O segredo apresenta-se no “público” e no “privado” como uma noção de grande relevância, estabelecendo relações variáveis entre o que pode ser visto, portanto perceptível, e o que deverá permanecer obscuro, imperceptível, invisível. O segredo remete a algo que se encontra afastado do conhecimento público, à parte, algo que não deve ser publicamente revelado. Com efeito, no que diz respeito ao seu envolvimento na esfera pública, colocam-se as seguintes questões de partida: será ele uma característica da arte de governar ou uma necessidade interna do funcionamento do sistema político? Constituirá uma parte obscura do poder político?

O segredo é inerente à ação política, tal como o recurso à técnica da máscara, afirma Bobbio: “Subtrair-se da vista do público quando se realizam deliberações de interesse político e colocar a máscara quando está obrigado a apresentar-se em público” (*Idem*, 2015, p. 303). Esta é a ideia da política como espetáculo ou, para usar um termo teatral e político ao mesmo tempo, é a ideia da política como “representação”.

Não pode haver representação política fora do âmbito da publicidade, isto é, não se designa por representação política aquilo que sucede entre portas fechadas, aquilo que acontece às escondidas do público. Bobbio captou a ligação entre a representação teatral e a representação parlamentar quando escreveu que o Parlamento é o lugar onde o poder é representado em dupla acepção: é a sede onde se reúnem os representantes e é o local onde, ao mesmo tempo, acontece uma verdadeira e apropriada representação que, como tal, tem necessidade do público e deve acontecer em público.

Já Simmel (2009) buscou ampliar a análise dos limites do segredo. Afirma que a vida moderna é balizada pelo segredo, numa ocultação consciente e voluntária. A intenção de ocultar radicaliza-se quando enfrenta a intenção da descoberta. Produzem-se então a dissimulação e a malversação. Comparado com o estado infantil, exemplifica Simmel, em que toda representação é comunicada, em que todo empreendimento é visível a todos os olhares, o segredo significa uma enorme ampliação de poder, porque muitas das suas manifestações não poderiam ser produzidas na completa publicidade.

Simmel prega que o segredo é uma forma sociológica geral que se mantém neutra e acima do valor dos seus conteúdos. Por outra parte, se o que é secreto não está ligado ao mal, o mal se associa ao que é secreto. O imoral se esconde, mesmo quando não há punição social a temer.

Como ele exemplifica, as deliberações do Parlamento inglês, por exemplo, foram secretas durante muito tempo. No reinado de George III reprimia-se a publicação das decisões pela imprensa, porque era considerada um ataque às imunidades parlamentares.

Nos séculos XVII e XVIII, os governos mantinham no mais escrupuloso segredo o montante das dívidas do Estado, a situação dos impostos, o contingente de tropas; como consequência, os embaixadores nada tinham para fazer a não ser espionar, abrir cartas alheias, arrancar revelações das pessoas que “sabiam” de algo, dos mais nobres aos serviçais. Na visão de Simmel, à medida que progride a adaptação cultural, vão se tornando mais públicas as generalidades e mais secreto o que pertence ao âmbito individual (SIMMEL, 2009, p. 242).

A democracia considera a transparência um estado desejável em si mesmo, partindo da ideia fundamental de que todos devem conhecer os fatos e as circunstâncias que lhes interessam, pois é essa a condição prévia para intervir na sua resolução. Segredo e mentira, na política, podem ser tratados de maneira conjunta, embora a segunda tenha sido tradicionalmente objeto de uma reprovação moral maior que o primeiro. A mentira, no entanto, é uma forma de segredo ou vice-versa, pois ela, como o segredo, implica ocultação de uma verdade de fato.

Almino argumenta que a “Verdade”, em maiúscula, existe apenas como fruto de um consenso que brota de uma argumentação coletiva, ou seja, razões locais e temporais conflitantes disputam ou compõem a verdade no espaço público. E o tempo às vezes transforma as verdades mais estabelecidas em puras mentiras. A verdade, portanto, não é um dado, nem algo que se conheça de antemão.

Não é atingida pela iluminação, nem pela intuição, nem pelo metarrelato, nem pela ciência: as iluminações, intuições, metarrelatos e os critérios, procedimentos e conclusões científicas põem-se à prova num livre jogo de argumentação racional (ALMINO, 1986, p. 11-12).

Do ponto de vista da democracia, não deveria haver lugar para o segredo e a mentira na esfera pública, embora se saiba que esse ideal inexistente em quaisquer das democracias atuais ou passadas. Como definiu Almino, “o segredo é um branco, uma ausência, mas não se trata de um branco e ausência inconscientes [...] [é] a ocultação do que positivamente tem expressão e se conhece” (*Ibidem*, p. 38-39).

Chauí já havia alertado que “o discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas” (CHAUI, 1981, p. 22). Ele se sustenta porque não pode não dizer até o fim aquilo que pretende dizer.

É inegável que há, por conseguinte, um segredo implícito na ideologia. Mas não se trata de um segredo conscientemente elaborado. Trata-se aqui de analisar a prática do segredo por sujeitos conscientes (*Ibidem*, p. 39).

São jornais e jornalistas que rompem o segredo, dão publicidade às coisas públicas, tornam o poder visível. O jornalista, quando no exercício da função de abastecer a sociedade de informação, realiza uma atividade essencial à democracia. Tomando uma imagem usada por Simmel, a objetividade e a imparcialidade são adornos ostentados pelas empresas jornalísticas: “A essência do adorno consiste em atrair o olhar dos outros sobre aquele que o ostenta” (SIMMEL, 2018, p. 223). Neste sentido, o adorno é o antagonista do segredo.

Os meios de comunicação desempenham um papel fundamental não só na transmissão do saber informacional ou da imagem do poder, mas também podem ser instrumento tanto da consolidação das relações de poder quanto da desmistificação do poder. Sendo o poder também a imagem do poder, ele é, em alguma medida, a informação, em suas diferentes versões, sobre si mesmo.

A produção jornalística é um agente adicional da constituição do espaço público, mas está longe de ser o fator determinante. Executa um papel mediador, mesmo que reconhecidamente seletivo e parcial. Os jornalistas procuram apresentar como verdadeiras e neutras as informações que serão aceitas como tal por um público telespectador, ouvinte, leitor. Eles vendem no mercado suas próprias imagens de seriedade e de credibilidade.

Na modernidade, os meios de comunicação aproximam o mundo de tal forma que chegou-se a dizer que se transformou de fato na “aldeia global” de McLuhan (1969) ou que cresce a possibilidade de experimentação de uma volta da democracia direta semelhante àquela da polis grega. Na realidade, contudo, os meios de comunicação ao mesmo tempo aproximam os homens e estabelecem novas distâncias entre eles; servem, de um lado, de instrumento democrático para que todos participem da arte de governar e possam exercer o controle sobre os governantes e, de outro, são instrumentos nas mãos de governantes para estabelecerem um controle político sobre os governados, como apontou Almino.

A questão do segredo ou da revelação da informação ganha uma importância considerável neste momento de nossa história em que os meios de comunicação estão cada vez mais inscritos no cotidiano.

Disse Habermas que “a imprensa é o instrumento pelo qual certos interesses privados privilegiados irrompem na esfera pública” (HABERMAS, 2003, p. 193). Ele afirma que, desde que o volume da parte propriamente jornalística de um jornal seja proporcional ao volume dos anúncios, a imprensa, que no passado foi uma instituição própria às pessoas privadas enquanto público, torna-se a instituição de certos membros do público que não são mais pessoas privadas.

Acrescenta que quanto maior é o impacto dos meios de comunicação no plano jornalístico e público, mais eles se tornam acessíveis à influência de certos interesses privados, sejam eles individuais ou coletivos.

Enquanto antigamente a imprensa tinha se podido limitar a desempenhar o papel de mediador e de estímulo no uso que as pessoas privadas constituindo o público faziam de sua razão, são a partir de agora a mídia que, de maneira inversa, condiciona esse uso da razão (*Ibidem*, p. 196).

Com a maior democratização do acesso quanto à produção das informações, os fatos talvez se tornem menos monolíticos. Pode ser até que a matéria principal das notícias sejam as dúvidas, tal a multiplicidade de versões e interpretações possíveis. A verdade, contudo, sempre terá mais oportunidade de surgir nessa multiplicidade de relatos do que numa versão unilateralmente definida a partir de um interesse específico.

Almino lembra que a verdade é uma informação considerada por um sujeito como tal e que transmite a um outro, num determinado contexto social. Já o segredo é utilizado para esconder problemas ou questões. Sem a publicidade, tais questões ou problemas inexistem politicamente. É por isso que numa democracia, quando a publicidade ganha terreno sobre o segredo, os problemas se tornam mais aparentes. O segredo impede um controle mais efetivo por parte da sociedade sobre seus governantes. Ou seja, o segredo constitui uma forma de se evitar o julgamento, preservando, assim, o lugar de poder. Isso pode ocorrer, na realidade, não apenas na administração, mas também nas profissões, preservando seus agentes do exame de seus atos por parte do público. O segredo também pode assumir nas empresas um papel semelhante ao que assume nas burocracias. Dessa maneira, o segredo protege as empresas de um controle público.

O segredo permite, ademais, que uns poucos possam ser detentores de um “saber”, o dos segredos políticos, com o qual pretendem exercer um poder exclusivo. “Cria-se assim uma realidade escondida e outra aparente. Tendo acesso apenas a esta última, a sociedade é mantida na ignorância de processos decisórios que lhes dizem diretamente respeito” (ALMINO, 1986, p. 98).

Nos tempos contemporâneos, época de novas tecnologias como reconhecimento facial, por exemplo, não faz sentido o Estado guardar segredo, tanto mais quanto as informações de que dispõe digam respeito a indivíduos. O direito à informação, nesses casos, deveria permitir que os indivíduos implicados tivessem acesso às informações que lhes dizem respeito. Esse é o problema que coloca os chamados órgãos de informação ou inteligência em conflito com o direito à informação e com o direito à liberdade. Embora tais órgãos percam muito de sua função repressora quando a liberdade de expressão funciona efetivamente, o fato de que detêm



informações secretas sobre indivíduos sem que estes sequer possam deles tomar conhecimento pode constituir instrumento de arbitrariedades e viabilizar a ascensão e manutenção de déspotas.

O segredo é também fundamental nas conspirações, nas estratégias das rebeliões e das revoluções. É instrumento fundamental das ações clandestinas. A clandestinidade é, em si, ocultamento. Saber se a clandestinidade é legítima ou não tem a ver com a forma como se elaboram as regras que proíbem certas ações de se produzirem às claras. Como esclarece Almino, o segredo é, no fundo, peça importante de defesa e ataque, está no centro das disputas e conflitos entre nações ou dentro da sociedade. As estratégias de ocultamento e revelação de informações têm a ver com a cisão da sociedade interna e externamente; com a questão da sobrevivência, da crise e do conflito, “sejam guerras e revoluções atuais ou potenciais, reais ou imaginárias” (*Ibidem*, p. 102).

Ressalta Almino que, sem acreditar na possibilidade de uma total transparência da sociedade em relação a ela mesma, o importante é tentar ampliar o escopo do direito para aumentar as armas nas mãos de cada um para desvendar o segredo e desmascarar a mentira, ou seja, para ter acesso à informação escrita, oral, visual deve-se ampliar a aquisição por parte da sociedade de instrumentos para combater o silêncio, o segredo e a mentira.

O importante é ampliar os espaços de controle público e social – e não estatal – sobre as informações; multiplicar as formas de controle das versões; eliminar as censuras sobre as informações; aumentar os controles por parte do público sobre documentos oficiais; permitir que todo cidadão tenha acesso às informações que sobre si fabricam órgãos de controle político e possam contestá-las; descartar, em qualquer hipótese, o argumento de que o segredo pode proteger aquele de quem se guarda a informação.

Em suma, o fato está sujeito a interpretações e pode ter diferentes versões, assim como as informações podem estar distorcidas. Mas a proliferação das informações, das notícias, das versões e dos pareceres sobre os fatos faz diminuir os riscos de segredos, mentiras e distorções. A própria manipulação das informações pode ser objeto de uma disputa democrática. Ao contrário, quanto mais concentradas forem as fontes de emissão e interpretação, por mais bem intencionadas que estejam, maiores os riscos de distorção e de falta de transparência.

O direito à informação não é necessariamente transformador da realidade. Mas é a base para qualquer reivindicação consciente de mudanças. Um dos objetivos desta pesquisa foi compreender os processos em curso do segredo: tentando nomear as coisas, romper o silêncio e, quando possível, denunciar o segredo.

## 2.1 O SEGREDO COMO INIMIGO DA TRANSPARÊNCIA NO JORNALISMO

A importância do conceito da transparência para o jornalismo contemporâneo tem sido comparada à da objetividade na primeira metade do século XX (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). A objetividade foi incorporada à prática jornalística como forma de responder às demandas por relatos mais precisos, justos e equilibrados. A transparência surge agora como a resposta necessária contra a desconfiança ao papel da imprensa como instituição e à infodemia de notícias falsas (ONU, 2020).

A sociedade ampliou a pressão por mais transparência nos atos públicos e no mundo corporativo. Cidadãos e instituições estão exigindo dados abertos dos governos, ao mesmo tempo em que se apropriam de tecnologias de monitoramento para auxiliar a tomada de decisão e a implantação de ações públicas. Consumidores e instituições sociais prestam mais atenção ao desenvolvimento e lançamento de produtos, à criação e oferta de serviços e ao posicionamento de empresas e marcas no mercado.

Christofoletti (2021) situa os anos 2000 como os da ampliação significativa do desejo por transparência como norma do jornalismo. O termo transparência, define ele, massifica-se para trazer parâmetros para as práticas de coleta de notícias e diretrizes éticas à luz da crescente disponibilidade e capacidade das novas ferramentas tecnológicas. Sua ascensão foi alimentada por percepções do vínculo da transparência com a prestação de contas, tentativa de elevar a confiança do público na credibilidade do jornalismo. Embora o conceito de transparência seja um princípio de longa data do jornalismo, o contexto da era digital levou alguns a propor que a transparência, não a objetividade, é ou deve ser a principal norma do jornalismo, afirma Christofoletti.

Ser transparente é o melhor caminho para narrar a verdade, apontam Kovach e Rosenstiel (2003). Para o jornalismo, cuja base são as narrativas verdadeiras, ser transparente em suas práticas está no centro da sua responsabilidade social. Daí a afirmação de que a transparência pode ser vista agora como a nova objetividade. Ao mostrar como agem profissionalmente, jornalistas podem tentar contornar peculiaridades e preconceitos. Elemento central na profissão, a objetividade é estruturadora da notícia, mas, por vezes, pode ser inibidora e ilusória. Como se sabe, a objetividade total é impossível no jornalismo e nas atividades humanas em geral, pode ainda ser uma barreira para criação de empatia com a audiência, tornando os relatos insensíveis e frios.

Christofoletti percorreu obras jornalísticas e filosóficas para concluir que a transparência pode ser vista como uma força-motriz para modificar os valores, o ambiente cultural e o capital social do jornalismo; cita duas maneiras possíveis para tal: por meio da disseminação de práticas

de transparência e por meio do engajamento e da participação, educando as pessoas sobre como as notícias são produzidas; propõe o envolvimento do público nesse processo.

Assim a transparência jornalística está condicionada à exposição das práticas profissionais e da forma como são tomadas as decisões, de modo a demonstrar o comprometimento da categoria dos jornalistas na busca da verdade possível.

Assegurar a transparência como nova objetividade é aumentar a atratividade do jornalismo, porque permite aumentar conexão com as novas demandas sociais. A adoção da transparência como novo valor ético jornalístico, no entanto, ainda precisa percorrer um longo caminho, em razão das muitas dificuldades práticas em implantá-las.

Como resumiu Christofolletti, em tese, a habilidade de os jornalistas serem transparentes pode aumentar a valoração social do jornalismo e aproximá-lo da sua audiência. Na prática, significa explicar as rotinas de trabalho e o garimpo preciso das informações, respaldando a narrativa jornalística com material de apoio a atestar a autenticidade dos relatos noticiosos, como, por exemplo, íntegras de documentos, vídeos, transcrições, reproduções e rememoração do passo a passo da construção da notícia. Além disso, o uso de fontes anônimas deve ser esclarecido e justificado, assim como a possibilidade de conflitos de interesse. As óbvias atualizações e correções necessárias devem ser feitas com clareza e de modo imediato, deixando claro para o leitor o compromisso com a precisão e a fidedignidade. O aumento da transparência estimula também o desenvolvimento do pensamento crítico da audiência.

Questões simples, mas nem sempre fáceis, devem ser respondidas pelas corporações jornalísticas: de onde vem o dinheiro que mantém a imprensa? De onde vêm as ideias e as pautas? Qual a vinculação do autor com fontes e temas? Quanto mais precisas as respostas a essas questões, maior será a transparência jornalística e maior a confiança do público.

Christofolletti alerta que a ideia de que clareza e visibilidade dão mais poder e controle é atraente, mas o conceito de transparência vem sendo questionado por autores como Schudson e Pozen (2018) e Berger e Owetschkin (2019). Esses autores, entre outros, advertiram para as deficiências da transparência, se concebidas como uma cura para todos os males, e para os riscos sociais associados à sua adoção automática e não criteriosa.

Privacidade e confidencialidade são necessárias no diálogo entre os jornalistas e suas fontes. Schudson (*apud* CHRISTOFOLETTI, 2021) ressalta que mesmo o direito à informação não é absoluto e que algumas questões precisam permanecer opacas para que a democracia funcione, como é o caso das cédulas secretas de votação e da proteção de populações vulneráveis, por exemplo. Como alerta Ward (*Ibidem*, p. 187), ações transparentes podem ser não democráticas e práticas não transparentes podem ser democráticas.

Apesar de sua popularidade generalizada, a transparência não é um conceito fácil de explicar e implementar. Em meados da década de 1980, a perda de credibilidade nos governos e instituições diante de alegações de corrupção e fraudes obrigou os administradores, públicos e privados, a abrirem suas instituições e organizações e torná-las mais responsáveis. Tal abertura, iniciada nas diversas instâncias de governos, também se estendeu ao mundo corporativo, seja para cumprir requisitos legais e responder à pressão social ou mesmo para busca direta do lucro por meio de reposicionamento da marca.

Desde então, as sociedades vêm desenvolvendo instrumentos para restabelecer a confiança nas instituições e organizações, criando relacionamentos mais abertos, responsáveis e horizontais. Christofolletti (2021) contextualiza que a palavra transparência tem origem no campo da física: a transparência está enraizada no entendimento de que objetos visíveis também estão sujeitos a mais confiança e crédito. Qualquer coisa que possa ser opaca também é suspeita, pois não pode ser monitorada ou mantida sob vigilância. Esse conceito esclarecedor evoluirá para integrar as ideias que sustentam as democracias de hoje, incluindo processos eleitorais.

Na vida social, a transparência é vista como um persuasor democrático, um elemento cada vez mais necessário e mais versátil para promover o equilíbrio social. A transparência tem grande valor na democracia, uma vez que os regimes democráticos precisam de um público informado para funcionar efetivamente como tal. Quando um governo fornece informações sobre suas políticas públicas e opções econômicas, está conscientizando os cidadãos sobre o que se passa na sociedade. Não basta, no entanto, que os governos disponibilizem dados abertos para que decisões democráticas possam ser tomadas. Eles também devem priorizar e interpretar dados, preencher lacunas de informações, apoiar os intermediários que tornam os dados mais acessíveis e investir em educação para que os cidadãos entendam a complexidade dos dados abertos. Em outras palavras, a transparência é um meio para um fim, e não um fim em si mesmo.

Em geral, a mídia apoia o uso de instrumentos de transparência e responsabilidade nos governos, mas as próprias empresas de mídia são resistentes à implementação de políticas internas que permitiriam ao público monitorá-las e debatê-las. Existem aspectos da cultura profissional do jornalismo que dificultam o processo de disseminação de uma mentalidade de transparência. É compreensível que, em algumas situações, repórteres podem não ser completamente transparentes em seus métodos e contatos, sem que corram risco de verem suas fontes comprometidas ou postas em risco.

Salvo exceções muito pontuais, ser transparente é a melhor maneira de dizer a verdade, como afirmam Kovach e Rosenstiel (2003). Para o jornalismo, que trata de buscar verdades,

manter suas práticas abertas ao escrutínio público deve fazer parte da regra profissional, fazendo com que a transparência integre os rituais profissionais diários dos repórteres e das redações.

Em uma de suas colunas, Gaspari (2021) relembra famosa citação do juiz Louis Brandeis, da Suprema Corte dos Estados Unidos: “a luz do sol é o melhor desinfetante”. No início do século XX, Brandeis já apontava a necessidade de que os poderes fossem transparentes para que os cidadãos pudessem mantê-los sob escrutínio constante, sendo capazes de conter erros, irregularidades e abusos.

Essa ideia ganhou impulso em múltiplas áreas e assumiu novas formas no jornalismo no início do século XXI. A transparência parece então ser a nova objetividade. Ao mostrar como fazem seu trabalho, os jornalistas podem corrigir preconceitos e desvios de conduta, por exemplo, ficando assim mais próximos da objetividade.

Transparência, por conseguinte, é adotar a revisão aberta e contínua dos procedimentos jornalísticos. Mais do que estratégica, tal revisão deve ser cultural. A transparência pode assumir diferentes formas nas redações: revela conflitos de interesse em uma matéria; explica como se chegou a determinado documento ou dado; nomeia suas fontes; informa como os custos da reportagem (viagens, hospedagens etc.) foram financiados; admite prontamente erros; deixa claro quem foi o responsável pelo texto, quem editou, e quem colaborou nisso.

Christofoletti conclui que ações transparentes podem ser catalisadores para os processos de inovação no sistema jornalístico, aproximando os produtores de notícias de seu público e promovendo a qualidade técnica. Uma cultura de maior transparência no jornalismo pode criar um relacionamento com o público, contribuir para a qualificação profissional e auxiliar na educação para a mídia; também pode dar maior coerência ao jornalismo, que monitora regularmente as ações públicas e corporativas, sendo esta última quase sempre opaca com seus próprios procedimentos. Se os jornalistas monitoram a transparência dos governos e empresas, por que eles também não podem abrir sua própria prática e mostrar à sociedade como as notícias são produzidas, quem as financia e quais interesses a movem?

Nos jornais brasileiros, são tímidos os movimentos em direção à transparência. Todos os grandes jornais têm espaços diários para publicar correções, mas essas são, em geral, pontuais e pouco efetivas (grafias de nomes e erros sobre datas e lugares lideram o ranking da seção “Erramos”, da *Folha de S.Paulo*, por exemplo).

Mesmo a figura do ombudsman, o defensor dos leitores que já completa 35 anos de atuação pioneira na *Folha*, foi timidamente abraçada por jornais regionais brasileiros, sem que se tenha tornado uma instituição da chamada grande imprensa.

Por sinal, jornalistas que exercem o cargo de ombudsman se reduzem cada vez mais no mundo, numa contradição com as demandas por mais transparência. Nos EUA, que adotaram o primeiro ombudsman em 1967, o número de defensores dos leitores chegou a 60 jornais nos anos 2000. Em tempo de mudanças dos parâmetros de negócio, com menos publicidade, menor tiragem e enxugamento das redações, a Associação Mundial de Ombudsman (ONO) contabilizava apenas 35 em exercício em 2021 nos Estados Unidos e 65 em todo o mundo (ONO, 2021, p. 3).

Em 2018, o jornal *The New York Times*, o que mais cresce no mundo, recebeu uma saraivada de críticas por ter anunciado a extinção do cargo de “public editor”, equivalente ao de ombudsman. A direção do jornal interpretava que a função podia ser substituída por meio de triagens de mensagens de leitores e pelo monitoramento de comentários nas redes sociais.

"Nossos seguidores na mídia social e nossos leitores na internet servem, juntos, como uma forma moderna de fiscalização, mais vigilante e mais poderosa do que uma pessoa trabalhando sozinha jamais poderia ser", justificou Arthur Sulzberger Jr., publisher do *NYT*, em comunicado à imprensa (OWEN, 2017).

A decisão desencadeou um intenso debate sobre o valor de uma função que só foi abraçada pelo jornal em 2003, com o desgaste e o temor de perda de credibilidade após o escândalo “Jayson Blair” (repórter que ascendeu na casa com a publicação de série de entrevistas inventadas e notícias falsas). As reações, em sua maioria, foram negativas. A justificativa foi considerada pífia, por críticos de mídia e jornalistas que cobrem o próprio setor. Alguns chamaram de risivelmente infantil o pensamento de que seguidores nas redes sociais e contribuintes das seções de comentários possam exercer tecnicamente a vigilância proposta pelo publisher.

Em geral, o ombudsman é um jornalista experiente e independente, com bagagem e ferramentas suficientes para oferecer nuances e perspectivas diferentes à redação, propiciando um ambiente de saudável autocrítica, mais do que necessário em tempos de polarização da sociedade como vivem hoje os EUA e o Brasil. O ombudsman ou editor público está em uma posição privilegiada para obter respostas dos principais líderes das organizações de mídia e para insistir na prestação de contas; seriam, em tese, aliados daqueles que advogam por maior transparência na mídia, tese que não resistiu aos cortes de orçamento e pessoal nos jornais do mundo afora.

Ou seja, a adoção de políticas de transparência, como o caso do ombudsman, exige vontade empresarial, recursos humanos e financeiros, capacidade de entender que é mais investimento do que gasto. No caso da revisão de decisões, parcerias e estratégias do passado,

é possível imaginar que a aplicação revisionista do percurso histórico também ajudará no enfrentamento dos riscos do presente e na construção do futuro. Não se trata de um mero olhar para o passado, como forma de nostalgia ou diversão. Trata-se sim de entender erros e colocar-se disposto a não os repetir, quando se reapresentem de alguma forma modernizado no presente e no futuro.

No caso específico dessa pesquisa, transparência também é contar vínculos, estratégias, e parcerias estabelecidos no passado que, de uma maneira ou de outra, ainda provocam reflexos no presente. A imprensa faz história e é feita pela história, parafraseando Carneiro Leão.

Um grupo que se desenvolveu mais ou menos em razão do apoio maior ou menor de um governo, por exemplo, tem hoje possibilidade maior ou menor de enfrentar os desafios contemporâneos a partir da estrutura que construiu no passado. Esse passado que justifica o presente continua a ser, entretanto, obscuro na maior parte dos veículos de imprensa nacionais.

O segredo do passado também deve estar no alvo das novas políticas de transparência da mídia. Não só como ato de contrição, mas como possibilidade de revisão de procedimentos estruturais. Como apontou o jornalista Janio de Freitas em prefácio de livro sobre informação e poder,

a imprensa silencia quando o problema está vinculado a si própria. [...] Os meios de comunicação figuram entre os mais graves problemas brasileiros, por uma infinidade de motivos. Com esta particularidade notável: nenhum outro problema é mais silenciado. Este é quase um segredo. Em parte, porque os próprios meios de comunicação selecionam os problemas a serem expostos publicamente. Mas também por outro fator não menos forte e verdadeiro: na política, nas chamadas ciências sociais, no jornalismo mesmo, raríssimos dispõem-se a abrir fendas no tabu (CAVALCANTI FILHO, 1994, p. 9).

As vozes questionadoras ao papel da imprensa já se tornaram históricas. Faz quase 30 anos que o sociólogo Octávio Ianni ergueu a voz durante debate na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência com uma imprecisão: “Com esta mídia, não se constrói uma nação” (*Idem*, p. 95).

## 2.2 POR QUE A IMPRENSA NÃO FALA DE SI

Repórteres e editores rebatem com frequência críticas contra a imprensa com afirmações de que a liberdade e independência dos meios de comunicação social devem ser protegidas a todo o custo. Esta é muitas vezes uma reação pronta, quase automática. Esta linha de argumentação é por vezes justa, necessária e bem colocada, mas outras vezes é decididamente manipuladora e inútil.

Se o jornalismo é uma força de imensa influência, então merece certamente ser escrutinado e questionado quanto a suas escolhas, métodos e linhas de ação.

Em tempos nebulosos para a democracia, não há dúvida de que os meios noticiosos de investigação do mundo sofrem pressão significativa de quem detém o poder, seja político ou econômico. Como se debate continuamente, a pressão resulta, em parte, das dificuldades da sustentabilidade financeira e da crise de credibilidade da imprensa associada às campanhas que se propuseram a deslegitimar os meios de comunicação – além da infodemia de notícias falsas.

Cada vez é mais perigoso ser jornalista, especialmente para as mulheres. Ataques diretos a jornalistas crescem no Brasil e em todo o mundo. Isto inclui assassinatos, ameaças de morte, intimidação, prisões, linchamento online (SILVA, 2019). A interferência política e governamental na independência editorial dos meios de comunicação social, os interesses comerciais de grupos econômicos se sobrepondo à linha editorial, restrições à liberdade de expressão e ao acesso à informação são também fatores claros de intimidação à imprensa. A soma desses fatores consolida a certeza de que os tempos são sombrios.

Assim é fácil compreender por que razão jornalistas e profissionais da comunicação social assumem automaticamente posições defensivas quando confrontados com críticas diretas a si ou ao trabalho do meio em que atuam. Eles se sentem como se estivessem sendo continuamente atacados, e estão, como já dito.

Muitas vezes, no entanto, a crítica genuína ou a análise rigorosa de reportagens e coberturas é equivocadamente comparada à tática das forças obscurantistas que pretendem desacreditar a imprensa. É difícil chegar, reconheça-se, a um ponto de equilíbrio entre a crítica produtiva e o ataque desqualificador.

Uma coisa são protestos de políticos corruptos que tratam reportagens dos meios de comunicação como notícias falsas e apelam à interpretação draconiana de leis para esconder a própria corrupção. Outra coisa é a crítica de especialistas e cidadãos ao resultado do trabalho dos jornalistas, que deve ser recebida com prudência e respeito porque tem base diferente do simples uso político rotineiro.

As ameaças contra a liberdade de imprensa podem ser graves, mas não são a mesma coisa que críticas genuínas e construtivas que visam contribuir para uma esfera mediática mais democratizada, preocupada em servir melhor o público.

A imprensa gosta de se qualificar como independente. A questão é ter respostas claras sobre independente do quê e de quem. A linha de argumentação de que a imprensa deve permanecer irrepreensível e intocável a fim de proteger a liberdade dos jornalistas é irracional e injustificável. A liberdade de imprensa é importante e, é claro, deve ser protegida. Se os cidadãos cobram a imprensa por mais exatidão, diversidade e transparência – nisso as redes sociais são um ativo enorme –, tal demanda deve ser priorizada.



O direito de liberdade de expressão da imprensa é considerado universalmente tão precioso que qualquer "intromissão" no conteúdo – mesmo de natureza inerentemente problemática ou equivocada – é rejeitada.

Esta visão simplista impede o debate legítimo sobre a qualidade e os critérios da imprensa na sua atividade cotidiana. A imprensa pode ser criticada sem que os seus direitos sejam violados.

Grande parte do debate sobre a responsabilidade da mídia se concentra entre a autonomia jornalística e a necessidade do público de uma imprensa responsável.

Um pioneiro e quase solitário crítico da mídia brasileira, Alberto Dines identificou com muita antecipação que a imprensa brasileira rejeita questionamentos.

Dines dirigiu jornais e revistas no Brasil e em Portugal – entre eles o *Jornal do Brasil*, do qual foi editor-chefe de 1962 a 1973. Foi um dos precursores da crítica de mídia no Brasil, com a seção “Jornal dos Jornais”, publicada na *Folha de S. Paulo* em meados da década de 1970. Em 1996, fundou o *Observatório da Imprensa*, que nas duas décadas seguintes se firmou como referência no debate sobre a atuação dos meios de comunicação no país. Historiador do jornalismo nacional, publicou um dos clássicos da profissão, *O papel do jornal*, em 1974, obra que foi atualizada e reeditada em 2004 (FRAGA, 2017a).

Dines afirmava que, apesar da impressão geral, a crítica à imprensa no Brasil tinha alguma tradição. A *Última Hora*, de Samuel Wainer, inovou com a coluna de Octávio Malta dedicada aos jornais e jornalistas. No mesmo veio, seguiram-se Paulo Francis e Artur da Távola (pseudônimo de Paulo Alberto Monteiro de Barros). Francis escrevia sobre a mídia de Nova York para a *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro) e Monteiro de Barros iniciou nos anos 1970 longeva coluna sobre televisão publicada diariamente em *O Globo* (entrevista ao autor, 2017).

A partir de 1963, quando Hélio Fernandes assumiu a *Tribuna da Imprensa*, a publicação passou a destacar com frequência notícias sobre jornais e jornalistas, tendo, em fins de 1973, levado durante vários dias para a primeira página os detalhes da crise que atingia o *Jornal do Brasil*, que redundou na demissão do próprio Dines. O raciocínio de Fernandes foi simples: o que se passa dentro de um jornal interessa diretamente aos leitores, que são justamente aqueles que dão peso e força ao jornal, comprando-o, lendo-o e respeitando suas informações. A censura à imprensa de então impediu que Fernandes mantivesse sua empreitada crítica, sob a alegação de que era uma “intromissão em assunto privado de uma empresa” (*Idem*).

A revista *Veja*, sob a direção de Mino Carta entre 1968 e 1974, foi a primeira publicação que regularizou a cobertura noticiosa dos meios de comunicação com uma rubrica semanal. A revista *Visão*, em certa fase, sob a inspiração de Zuenir Ventura, também se ocupou com a

temática profissional. *O Pasquim*, desde 1968, com a sua famosa verve e o seu descomprometimento, ocupou-se à farta com a vida dos jornais e dos jornalistas, lembrava Dines (*Idem*).

Na primeira coluna do “Jornal dos Jornais”, publicada aos domingos na *Folha de S.Paulo*, Dines afirmava que a iniciativa representava uma continuidade na preocupação antiga e constante da imprensa brasileira em se aperfeiçoar através da discussão franca.

O único fato novo é que esta coluna está sendo lançada no exato momento em que a distensão política está sendo discutida e tentativamente implantada. No momento em que todos pedem mais debates, porque só estes é que fortalecem as instituições, cabe à imprensa mostrar que expor-se às críticas não é danoso, nem doloroso.

A função da crítica responsável é estimular, elevar os padrões. Onde a crítica está vigilante, seja no campo das artes como no das ideias, a qualidade se eleva. Quando a crítica abrandada, abre-se o caminho para a estagnação.

Cabe à imprensa provar em sua própria carne que abrir-se à crítica não é prova de vulnerabilidade, mas de amadurecimento. O que prejudica é o silêncio.

É hora, pois, de mostrar que a distensão vai servir a todos e que a liberdade não é propriedade de alguns poucos (DINES, 06/07/1975, p. 6).

Quase nada do que o jornalismo brasileiro produziu entre julho de 1975 e setembro de 1977, ficou fora do radar do “Jornal dos Jornais”. Os textos da coluna tinham entre 12 mil e 14 mil caracteres (com espaços). A receita editorial consistia em uma nota de abertura, que “puxava” o título principal, seguida de outras, menores, mas não por isso menos relevantes. No quinto dos nove tópicos da coluna publicada em 12 de outubro de 1975, por exemplo, sob o título “Caça às bruxas”, apareceu a primeira manifestação em jornal de grande circulação sobre as ameaças que então sofria o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da *TV Cultura* de São Paulo. Herzog seria preso e assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo (CONHEÇA, 2014, p. 1794).

Desde a redemocratização, a imprensa brasileira revelou sua força em alguns momentos políticos específicos. Talvez o mais importante deles tenha sido no processo de afastamento do presidente Fernando Collor, em 1992. Primeiro presidente diretamente eleito após a ditadura militar, no pleito de 1989, Collor determinou o maior confisco financeiro da história mundial, fazendo dos brasileiros o caso único de cobaias de experimento econômico. Fracassou no combate à inflação e viu seu governo apodrecer após denúncias múltiplas de corrupção e abusos de poder (LEITÃO, 2019).

Naquele momento, numa sociedade em que a mídia eletrônica era apenas repetidora das reportagens publicadas nos meios impressos, os jornais e revistas foram elementos da linha de frente da investigação que apeou o então presidente da República. Clamada por seu arrojo à época, poucas vozes se levantaram para imaginar qual seria seu papel dali por diante. Alberto Dines foi uma das exceções.

O triunfalismo e a autocongratulação que inebriam os jornais, jornalistas e mezzos jornalistas antes mesmo de encerrado o episódio [impeachment de Collor] são extremamente perigosos: tapam o olho crítico, intimidam com a carnavalização da tragédia brasileira, anestesiaram o discernimento que distingue vícios de virtudes e, sobretudo, impedem o desenvolvimento profissional pela consagração dos recursos excepcionais. Egos inflados são perniciosos em qualquer situação ou atividade, mas num serviço público como o jornalismo, necessariamente discreto, impessoal e sempre surpreendente, esse vedetismo corporativo produz uma disfunção social que lhe pode ser fatal. Entre males, cria falsas expectativas no público, que passa a aguardar dos novos cruzados milagres imediatos e sucessivos (CAVALCANTI FILHO, 1994, p. 105).

Tal “vedetismo” e “disfunção social”, como apontados por Dines, puderam ser comprovados nas décadas seguintes, seja pela cobertura equivocadamente engajada de novos planos econômicos ou por coberturas eleitorais e políticas desequilibradas. Um exemplo desse último desequilíbrio pode ser apontado na forma como a imprensa tratou o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (WESTIN, 2017). O papel da imprensa, nesse caso, foi menos de investigador do que de animador de auditório. Outra cobertura equivocada envolveu o silenciamento e a adesão a projetos de rompimento com valores e determinações constitucionais como no caso das reportagens sobre a Operação Lava-Jato e sua opositora, o vazamento de mensagens da Vaza Jato, que expôs ao país ilegalidades das quais a imprensa foi parceira e beneficiária (DUARTE, 2020).

Dines chamou de “confraria às avessas” o processo contínuo da imprensa de ignorar e minorar as falhas, deficiências e vícios do sistema do qual faz parte. Na visão de Dines, fragilizada por uma devastadora crise de identidade, pulverizada em centenas de recantos opinativos sem qualquer expressão, visivelmente desnorreada diante de um mundo que se transforma em todas as direções, “o Quarto Poder corre atrás, desorientado, de língua de fora, sem agenda e sem projetos, incapaz até de se mirar na passada importância” (DINES, 19/10/2010).

As grandes empresas de mídia brasileiras não querem que o seu poder seja enfrentado por um contrapoder, mesmo que social ou público. As grandes empresas de mídia brasileiras não querem que o seu formidável poder de indução seja sequer arguido. As grandes empresas de mídia brasileiras estão na contramão do processo democrático baseado na equação poder-e-contrapoder (EQUIPE, 22/05/2018).

A “confraria” impede que métodos e decisões da imprensa sejam submetidos com frequência à crítica e ao debate. O trecho abaixo de uma reportagem sobre violência urbana, exemplifica algo que parece mais concreto do que discutir viés político e ideológico. Em 2008, o jornal *O Globo* venceu o prêmio Esso, então o principal galardão jornalístico brasileiro, com reportagem que anunciava descrever o tribunal do tráfico em ação. O início do texto parece arrebatador:

O tribunal do tráfico realizou, na semana passada, mais uma sessão numa favela carioca. Nove traficantes, armados de metralhadoras e fuzis, conduziram no alto de um morro o julgamento ilegal de um rapaz de 15 anos que praticava roubos na própria comunidade.

Capturado de madrugada, o menor foi algemado e barbaramente torturado: tomou choque elétrico, teve garrafas quebradas em seu corpo, foi espancado com pedaços de madeira, sufocado com fita crepe e recebeu uma facada nas costas. Os traficantes estavam decididos a matá-lo, quando o pastor Marcos Pereira intercedeu e começou a sua defesa. O repórter testemunhou a sessão, onde o gerente do tráfico foi o “juiz”; um comparsa, o “promotor”; e a figura mais temida era “o amigo que corta”, o bandido carrasco encarregado de executar a sentença de morte, esquartejar a vítima e dar sumiço ao corpo. No fim do julgamento, a pena de morte foi convertida em exílio (VENTURA, 30/03/2008 p. 1).

O problema principal da reportagem é que o texto não informava o local onde supostamente ocorreram os fatos detalhadamente descritos na reportagem. Havia um acordo entre o repórter e a fonte que o levou para acompanhar o tal tribunal do tráfico. A fonte era o pastor Marcos Pereira, descrito no texto como aquele que impediu um assassinato e comutou a pena do acusado em “exílio” da favela não identificada.

Cinco anos depois, o tal pastor foi preso, acusado de associação criminosa com traficantes. O pastor, como apontou a acusação aceita em juízo, levava ordens de chefes do tráfico que estavam presos para as comunidades onde atuavam, aproveitando-se do fato de ter acesso aos presos em razão dos supostos serviços religiosos que prestava (CORRÊA, 19/06/2014).

São informações suficientes para que houvesse uma reanálise da reportagem premiada pois levanta questões como: afinal, tudo ali reportado foi uma armação para que o pastor ganhasse prestígio público? Ele manipulou o jornalista? No mínimo, o jornal deveria ter reconhecido o erro em concordar omitir o nome do local das supostas atrocidades, o que inviabilizou o trabalho de apuração policial. Tais fatos novos, deveriam ter levado também ao reexame da concessão do prêmio. Porém, nada disso aconteceu, nada foi publicado. A confraria prefere o silêncio e a omissão em vez de confrontar a concorrência, provavelmente porque imagina que seus próprios processos poderiam ser colocados em escrutínio, causando instabilidade e descrença.

A imprensa sofre ataques constantes, sob acusação de reportagens tendenciosas ou mesmo inverídicas. Como já dito, essas críticas por vezes não passam da tentativa de deslegitimar o jornalismo, buscando minar a confiança no trabalho de repórteres e editores. No entanto, pesquisas atestam que, no mundo todo, a confiança do público nos meios de comunicação social começou a diminuir em meados da década de 1970. Nas últimas décadas, tal corrosão da confiança ampliou-se ainda mais (TOFF *et al.*, s/d).

A pandemia mundial do coronavírus provocou ligeira valorização no jornalismo independente, aumentando a confiança em alguns lugares, incluindo o Brasil. Muitos, entretanto, continuam a receber notícias com considerável ceticismo. A mídia está no centro de discussões públicas muitas vezes intensas sobre como as sociedades lidam com questões importantes e às vezes polarizadoras, incluindo a pandemia, mas também de maneira mais ampla a emergência climática, políticos populistas, injustiça racial, desigualdades sociais e geração e divisão da riqueza.

Uma característica mundial da polarização é o uso de redes sociais por políticos e personalidades populistas que se tornam impulsionadores de hostilidade à imprensa e ataques a jornalistas específicos. Porém, a mídia não está sozinha em enfrentar a desconfiança pública, cada vez maior. A confiança em muitas outras instituições, incluindo governos nacionais e locais, também diminuiu em alguns casos, assim como a confiança interpessoal, mostrou o Instituto Reuters (*Ibidem*).

No estudo que comparava o grau de confiança na imprensa e nos governos no Brasil, na Índia, no Reino Unido e nos EUA, a mídia brasileira foi a única a ser apontada como mais confiável do que o próprio governo. Sinal dos tempos, mas, mesmo assim, 40% dos entrevistados disseram não confiar na imprensa. O principal desafio que a mídia e os jornalistas enfrentam dessa parte do público não é hostilidade, mas a indiferença. Alcançá-los, demonstrar o valor que o jornalismo pode ter para eles e ganhar sua confiança exigirá um conjunto diferente de respostas. Certamente a transparência estará entre elas.

Essa erosão e desconfiança refletem questionamentos frequentes sobre partidarismo político, impulsionados pela ascensão de críticos conservadores. Críticos identificados com o pensamento progressista têm combatido esse polo com análises embasadas na ideia de que a imprensa livre e independente é necessidade imperiosa para a sociedade democrática. Em vez de procurarem deslegitimar a imprensa, estes críticos estão simultaneamente buscando explicar o funcionamento da imprensa para o público e tentar cobrar dos órgãos de mídia seu papel de representantes do cidadão e de vigilantes do espaço público. A tese principal é que a cobrança adequada e embasada pode efetivamente fortalecer a imprensa e aumentar a confiança do público nela.

O conhecimento dos processos de produção da notícia ajuda o público consumidor de notícias a compreender melhor o que lê, vê e ouve. O questionamento de critérios jornalísticos pode levar a revisão de valores e práticas noticiosas ditas objetivas, mas que, na realidade, enviam os relatos jornalísticos no sentido de preservar o status quo e pessoas que se encontram no poder. A defesa de maior diversidade nas redações, com a pressão em defesa da

contratação de mais mulheres e repórteres não brancos, permitindo que esses também cheguem a cargos de primeiro escalão, é outra estratégia de combate a comportamentos, pautas e linguagem racistas, sexistas e xenófobos que se infiltraram na produção jornalística.

Por que até muito recentemente os veículos de comunicação brasileiros fecharam os olhos para a falta de diversidade em suas redações? Seria possível especular e enumerar diversas razões – algumas comprováveis (apofobia, machismo e racismo estruturais), outras tantas insondáveis (patrimonialismo, capitalismo de laços etc.).

Apesar de existirem inúmeros projetos de estímulo à diversidade em andamento em milhares de empresas – a grande maioria focada na busca do equilíbrio na questão de gênero – a mídia brasileira está atrasada na busca pela diversidade tanto em relação a seus congêneres pelo mundo quanto em relação a iniciativas de empresas brasileiras de outras áreas da economia (FOLHA CRIA, 28/04/2019).

Não há dúvida de que a diversidade se tornou uma exigência dos novos tempos, dos novos consumidores, das novas gerações. E não há forças mais efetivas do que estas. Investir em redações diversificadas é crucial para a transformação de um país cada vez mais diversificado. Pessoas de diversas origens têm perspectivas diferentes sobre o mundo e, portanto, são mais propensas a reconhecer e estimular relatos que abrangem uma ampla gama de pontos de vista (BOURGAULT, 01/12/2021).

Essa disposição, por sua vez, é um elemento importante na promoção da confiança na mídia. Por que as pessoas confiariam em fontes de notícias em que não se reconhecem? Em fontes de notícias que não refletem sua realidade ou seus interesses?

Pesquisa entre os jornalistas brasileiros atestou que negros, amarelos e indígenas são sub-representados nas redações quando comparados com sua presença no quadro populacional. Entre os poucos profissionais de grupos minoritários atuantes, 97% apontam barreiras discriminatórias à progressão da carreira e 57% se consideram vítimas de racismo (GENTIL, 17/11/2021). Para o desenvolvimento da carreira profissional, a cultura geral das empresas, com privilégios para brancos, em especial em cargos de chefia, é apontada como obstáculo constante. De acordo com a pesquisa, 85% das jornalistas negras entrevistadas disseram enfrentar racismo e machismo na trajetória profissional.

A falta de diversidade não se limita ao jornalismo, mas afeta toda a sociedade brasileira, sendo ainda mais grave em nichos como o dos economistas, com apontou Monica de Bolle:

O machismo é grande na profissão. Há uma espécie de masculinidade tóxica de buscar os holofotes a qualquer preço. A estratégia é, em geral, escapar do tema central para questionar a argumentação das mulheres por vias laterais. Nada como uma conjunção adversativa para anular tudo que vem antes: “Respeito seu ponto, mas...”; “Admiro seu trabalho, mas...”; “Gosto do que você escreve, mas...”. E essas são as intervenções pretensamente gentis e educadas. Há as rudes e grosseiras, que muitas vezes nem sequer podem ser repetidas (BOLLE, 20/06/2019).

A hostilidade muitas vezes afugenta as mulheres de profissões como jornalista e economista. Apesar do índice de desemprego elevado, as mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho. Contudo, o índice de subemprego entre elas é uma vez e meia maior do que entre os homens (PERET, 07/03/2018). Em cargos de diretoria e gerência, elas representam 42% do total de empregados, mas recebem apenas o equivalente a 71% do salário deles. Entre profissionais das diversas áreas do conhecimento com doutorado, as mulheres são maioria (63%), mas recebem o equivalente a 65% dos rendimentos dos homens, cuja qualificação é a mesma.

Como apontou Chimamanda Ngozi Adichie, "a diversidade não é sobre como nos diferenciamos. Diversidade é como abraçamos a singularidade do outro" (ADICHIE, 2019, p. 52). A falta de diversidade na imprensa brasileira é mais um dos problemas silenciados por esse pacto para enterrar as próprias mazelas, pois demonstra a falta de transparência de uma imprensa que não só se recusa a falar de si, como nem sequer admite ser parte do problema.

Fig. 3: A coluna pioneira de Alberto Dines sobre a imprensa na *Folha de S. Paulo*.

PAULO FSP - Domingo, 25 de janeiro de 1976

## Jornal dos Jornais

ALBERTO DINES

### O caso Fiel

O comportamento da imprensa no episódio da morte do operário Manoel Fiel Filho em dependências do DOI e o seu desdobramento na área militar reflete com precisão admirável as qualidades, defeitos, grandezas e misérrimas da nossa imprensa.

Abandonando os fatos em si, analisados que foram nas páginas e nos dias apropriados, fiquemos aqui com o exame da atitude de nossa imprensa frente a eles. Por partes:

✱ As primeiras páginas: Os cuidados e cautelas com que os dois assuntos foram tratados nas páginas frontais dos nossos diários revela a timidez e insegurança no trato de notícias quando não divulgadas pela própria fonte. Mesmo num caso como este, amparado por duas notas oficiais (uma de Brasília, do Ministério do Exército e outra de São Paulo, do II Exército), portanto sem o perigo de tropeçar em especulação, percebe-se pelas primeiras páginas do dia 20, terça-feira, um clima geral de insegura precaução. O "Jornal do Brasil", cheio de dedos, escolheu a menor dimensão na sua hierarquia de destaque (a nota de 1 coluna) para tratar do assunto e, ainda assim, não misturou a morte do operário com a saída do general Ednardo. "O Globo", na mesma linha de contenção e, como sempre, indo adiante, publicou discreta nota de 5 linhas mencionando apenas a troca de comando. "O Estado de S. Paulo" jogou o assunto para a parte mais inferior da primeira página como se a guerra do bacalhau, os votos do Brasil no FMI e um malogrado ataque do MPLA em Angola fossem mais importantes. No entanto, foi ele o único a juntar, numa ousada ilação, os dois episódios (v. abaixo). Esta FOLHA DE S. PAULO saiu-se muito bem, no alto da primeira página, com uma chamada sobre o novo comandante do II Exército, mas sem uma palavra sobre a morte do operário. O "Jornal da Tarde" destacou com uma mancheteinha o afastamento de Ednardo, sem referência a Fiel. O melhor lançamento em primeira página do assunto em toda a imprensa foi o da "Última Hora" (Rio). Num inusitado arrojo, publicou na parte mais alta da primeira página, em duas linhas de oito colunas, corpo 96, o afastamento do general.

✱ Fiel e Ednardo: Obviamente que ao Governo, dentro do laconismo que uma situação militar deste porte exigia, não

exoneração do general Ednardo foi embutida numa matéria sobre Paulo Egídio. Pior, porém, foi a performance de "O Globo", um dos quatro grandes jornais brasileiros, que praticamente congelou o assunto, tanto na primeira como nas páginas internas. Além do primeiro anúncio na 3ª., apenas uma foto amena e relaxada, na quinta, do ministro do Exército com a mão no ombro do general Dilermando.

✱ Destaques: A melhor matéria, pelo assunto e pelo estilo, foi a de Ricardo Koshco, em "O Estado", tratando deste desconhecido Manoel Fiel Filho, que inopinadamente entrou para nossa história política. De uma forma geral os jornais quase o esqueceram. Louvável a iniciativa de creditar a matéria com o nome do autor, honraria que na imprensa brasileira só se dá no segundo caderno ou aos enviados especiais. Excelente matéria, pela idéia e pelo esforço de levantamento, ainda que curta, foi a do JB, em que se relata o metódico e silencioso trabalho de troca de comandos na área do II Exército que o Governo vinha processando desde fins de 1974. Importantíssima, no mesmo JB, a publicação, na sexta-feira, de uma reportagem sobre o prédio cinza do bairro do Paraisópolis, onde se localiza o DOI.

✱ Descuido: o JB, na edição de 21, publicou excelente trabalho sobre Harry Shibata, o legista que teria confirmado os supostos suicídios de Herzog e Fiel. Acontece que Shibata está de férias desde o dia 16 e, portanto, não poderia ter assinado o laudo. O máximo que poderia ter acontecido — e isto não poderia ter escapado a um reporter atento — é que as autoridades, certas da opinião de Shibata, teriam se antecipado e datilografado seu nome no laudo, esperando que voltasse do descanso para assiná-lo.

✱ Senões: Apesar de, em seu conjunto, ter publicado a melhor cobertura do caso, "O Estado" tratou-o até quinta nas últimas páginas enquanto dedicava as páginas nobres de política (3 e 4) a casos sem tanta importância. Como houve insistência, não foi obra do acaso. Esta Folha, ainda que tivesse destacado o caso sempre no alto da primeira página, juntado à saída do general com a morte do operário e publicado o episódio na página mais importante do noticiário (3) teve uma atuação de reportagem contida. No dia em que houve depredação de trens em SP, o jornal dedicou duas páginas aos incidentes e apenas uma aos desenvolvimentos militares.

### Festa demais

Está certo: a chegada do "Concorde" francês ao Galeão e do inglês ao Bahrein, na quarta-feira, iniciava a era da aviação comercial supersônica. O fato rende boas matérias, especialmente porque o superfluo pode aqui ganhar densidade tecnológica. Os jornais em geral serviram-se bem, e o prefeito carioca Marcos Tamoyo, que não perde uma chance de badalar-se, idem. A Air France fez um excelente trabalho publicitário, o que é louvável, pois poderia ter apelado para as matérias de favor. O único jornal a fazer reparos ao voo supersônico foi o "Jornal da Tarde" que, na edição de quinta-feira, gozou o atraso do primeiro voo.

Mas quem deu a nota exagerada, e isto é inédito, foi "Veja" (que não está mais sob a direção de Mino Carta, engalanada como se fosse "Manchete" para saudar a entrada do Brasil na era do supersônico. Ora, o Brasil recentemente entrou na era do cigarro de 120 mm, do macarrão envenenado, dos supermercados franceses, do "rock" clássico e, nem por isto, as coisas mudaram para os comuns mortais.

### O massacre

Todos os jornais, como de resto qualquer pessoa sensata, reconhecem que o acesso ao ensino superior no Brasil é absurdo, que o exame vestibular é um massacre, que o estímulo descomedido ao bacharelismo não serve aos verdadeiros interesses de nosso desenvolvimento.

Mas acontece que os jornais são os maiores estimuladores desta distorção acadêmica com o apoio que a ela oferecem através da publicação de serviços aos candidatos.

O que é que ganham os jornais enchendo páginas e mais páginas com gabaritos e resultados? No máximo 5 mil exemplares a mais logo após os exames e um pouco mais na divulgação dos resultados finais. Mas a que preço? O noticiário geral é sacrificado, as informações do dia são drasticamente suprimidas para alimentar este novo deus chamado vestibulando, que acaba comprando o jornal apenas naquela curta temporada e depois nunca mais.

No lugar de oferecer cadernos ou seções de vida acadêmica, permanentemente, trazendo as novas gerações para o hábito de ler jornal, na ânsia de obter inúteis e custosos — porque momentâneos — aumentos de tiragem, fazem-se estes desperdícios que



### 3. IDEOLOGIA, HEGEMONIA E SOCIEDADE CIVIL

A imprensa dissemina ideias e transporta as narrativas para o mundo, tendo o poder de criar outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializa o Estado, tornando públicas sua simbologia e sua ideologia política, os periódicos, ao narrarem os acontecimentos, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social (BARBOSA, 2007, p. 111).

Como analisa Martin-Barbero, no cenário econômico no qual estão inseridos os jornais e as empresas de mídia em geral,

emerge uma razão comunicacional, cujos novos dispositivos – a fragmentação que desloca e descentra, o fluxo que globaliza e comprime, a conexão que desmaterializa e hibridiza – agenciam as mudanças do mercado da sociedade (MARTIN-BARBERO, 1987, p. 13).

A comunicação se converte em motor eficaz de inserção e desinserção nos mercados e nas tecnologias globais.

Essa ampla força econômica parece mais clara ao público leitor do que a intrincada engrenagem reprodutora da ideologia dominante, papel exercido de forma subliminar pela imprensa em geral.

As famílias dos donos de jornais, marcadas pela sucessão patrimonialista, trazem consigo os padrões mantenedores da ideologia que as sustenta. Gramsci relacionou ideologia aos movimentos das forças sociais, cujos interesses ela organiza e confere materialidade, e não como um mero conjunto de ideias abstratas ou normas lógicas, ou seja, a ideologia permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade. “A ideologia é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza” (GRAMSCI, 1978, p. 111).

Ela não se trata de um conjunto de realidades imateriais nem de simples aparência artificial. A ideologia tem uma existência, encontra-se materializada nas práticas, é “constituidora do real”. Ela é “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 16). Neste sentido, a ideologia pode ser identificada na filosofia, nas superestruturas, na política e, claro, no jornalismo.

O que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade, e o princípio que a norteia é que as ideias não nascem de outras ideias e que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real (*Ibidem*, p. 22).

Essas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”. São elas que, por meio de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes. A ideologia tem papel decisivo e essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. As ideologias organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. (*Ibidem*, p. 62).

Gramsci recupera a análise de *A ideologia alemã*, de Marx e Engels (1984), e afirma que, se a ideologia cria a unidade entre uma visão de mundo e sua prática correspondente, pode-se, no entanto, encontrar com frequência contradições entre a teoria e a prática (*Ibidem*, p. 63). Isto é, um relativo desequilíbrio entre o fato intelectual e a norma prática de conduta, tanto em nível individual quanto coletivo.

O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois, se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção dessa visão. E é pela comunicação que os sujeitos organizam sua visão de mundo, de acordo com seus interesses de classe, e com isso constituem o espaço em que ocorre o processo de constituição de suas identidades – a sociedade civil. Diferentemente de outros autores, Gramsci incluiu a sociedade civil como parte do Estado, por ser este palco de suas lutas políticas e empenhos hegemônicos.

Como apontou Nogueira, a novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção a qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel, nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal no qual se estabelecem as iniciativas do sujeito moderno, que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas (NOGUEIRA, 2003, p. 186). É lugar, portanto, de grande importância política, onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder.

Sem diminuir o peso das estruturas e da base econômica, Gramsci estabelece uma dialética entre sociedade civil e sociedade política e traça a relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização dos sujeitos.

Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que as classes subalternas devem aprender a desenvolver. Mais do que se preocuparem em resistir à opressão, essas classes são chamadas a buscar formas para sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade.

No resumo articulado por Nogueira, a sociedade civil gramsciana condensa o campo dos esforços dedicados a organizar politicamente os interesses de classe – constantemente fracionados pela própria dinâmica do capitalismo –, cimentá-los entre si e projetá-los em termos de ação hegemônica política – esta entendida como fator de mediação, um campo em que se combinam atos, regras e instituições voltadas para a conquista do poder (*Ibidem*, p. 187). A sociedade civil possibilita a articulação e a unificação dos interesses, a politização das ações e consciências, a superação de tendências corporativas ou concorrenciais, a organização de consensos e hegemônias.

Numa releitura mais moderna, a sociedade civil passa a ser definida como instância separada do Estado e da economia, espaço à parte, potencialmente criativo e contestador, visto ora como base operacional de iniciativas e movimentos não comprometidos com as instituições políticas e as organizações de classe, ora como espaço articulado pelas dinâmicas da “esfera pública” e da “ação comunicativa” (HABERMAS, 2003, p. 217).

O pensamento moderno analisa hoje como a comunicação (incluindo a jornalística) pode atuar contra-hegemonicamente. Como afirma Raquel Paiva (2008), se hegemonia é uma forma de adesão irrestrita, contra-hegemonia poderia ser simplesmente definida como seu oposto (PAIVA, 2008, p. 134).

Os termos hegemonia e contra-hegemonia podem nos colocar em posições de aprisionamento se não formos capazes de reinterpretá-los a partir do contexto social, em que as mediações tradicionais foram substituídas pela mídia, que produziu um novo ambiente, uma nova linguagem (*Ibidem*, p. 135). Há um papel contra-hegemônico a ser exercido pelos jornalistas, mas também pelos leitores, que não podem ser tomados como ausentes de responsabilidades no processo. Para a política recuperar sua capacidade de representar os interesses dos cidadãos, e o sentimento de pertencer a uma comunidade para enfrentar a erosão da ordem coletiva, cabe a imprensa deslinda-la dos seus segredos, não os reforçar.

Em um texto intitulado “Os jornais e os operários”, Gramsci fez uma análise muito direta do que acredita ser o papel que a imprensa exercia à época em que o escreveu. Discorreu sobre a importância e a gravidade do ato “aparentemente tão inocente” de escolher o jornal que se pretende assinar e sobre a contradição de muitos apoiarem ideias que são contrárias aos próprios interesses. Dizia que o “operário deve negar decididamente qualquer solidariedade

com o jornal burguês”. Deveria recordar-se sempre que o jornal burguês é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. “Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 1916).

Gramsci reclamava de que o jornal burguês acabava sendo pago pela classe trabalhadora. Em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal recorria àqueles que existem em maior número, os trabalhadores (*Ibidem*).

Este exemplo é citado aqui para expor a necessidade de ampliação da transparência jornalística para além dos métodos e processos, atingindo também a necessária reflexão sobre o papel ideológico exercido pela imprensa. Tal reflexão só seria rica e justa se estimulada por meios e especialistas independentes, dedicados à crítica de mídia, um território vasto e inexplorado no Brasil. Só assim, quando o leitor escolhe seu jornal, terá a exata dimensão se está financiando aqueles que defendem seus interesses ou se os atacam.

### 3.1 O CONSERVADORISMO DA IMPRENSA BRASILEIRA

Em 2013, em celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, promovida pela Unesco, na Costa Rica, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, fez aquela que talvez seja a mais relevante crítica à mídia brasileira propalada internacionalmente em anos recentes. Em discurso notável, Barbosa dizia que a mídia brasileira é conservadora e racista. Avaliando a ausência de diversidade político-ideológica, Barbosa lembrou que há apenas três jornais de circulação nacional, “todos eles com tendência ao pensamento de direita”.

O Brasil tem hoje três principais jornais nacionais impressos, todos mais ou menos inclinados para a direita no campo das ideias. [...] Eu não seria sincero se concluísse a apresentação sem trazer a público desvantagens que vejo em meu país acerca da informação, da comunicação, da liberdade de expressão e de imprensa: o problema está, basicamente, na falta de um pluralismo forte. [...] No Brasil, negros e mulatos representam 50% a 51% população. Mas não brancos são bem raros nas Redações, telas de televisão, sem mencionar a quase abstenção deles nas posições de controle ou liderança na maioria dos veículos. É quase como se não existissem no mercado das ideias. Raramente são chamados para expressar pontos de vista ou especialidades, salvo nas situações de estereótipos. As pessoas são tratadas de modo diferente de acordo com seu status, sua cor de pele e o dinheiro que têm (FREITAS, 07/05/2013).

A conclusão de Barbosa em um foro internacional de que a imprensa e o empresariado brasileiro são brancos e conservadores não pode ser enquadrada no rol das novidades. A imprensa brasileira se mostra conservadora desde a abolição, como detalhou Machado da Silva, em *Raízes do Conservadorismo Brasileiro* (2017).

O panorama traçado por Barbosa foi relegado a segundo plano por grande parte da imprensa brasileira, no dia seguinte ao encontro internacional convocado pela Unesco. Como não fala de si, a imprensa não vê notícia em quem a critica.

O insuspeito diagnóstico do então presidente do STF é aqui lembrado mais por sua excepcionalidade do que por sua riqueza conceitual. Quase 50 anos antes de Barbosa, outra instituição conservadora, o Departamento de Estado do governo americano, solicitou uma alentada análise da imprensa brasileira à sua embaixada no Brasil.

O documento aparece entre centenas de avaliações e informações enviadas do Brasil para Washington contextualizando os acontecimentos no Brasil depois do golpe de 1964. Foi localizado em meio a análise dos arquivos desclassificados – ou seja, com o fim do sigilo aos quais estavam submetidos – tratando das relações do governo brasileiro com o americano. A imersão nos arquivos do Departamento de Estado, pesquisando documentos que tratam do Brasil, parece por vezes mais pescaria do que natação em braçadas. Quanto mais pontual e precisa uma busca é feita, mais difícil é achar documentos de relevância. Uma busca com muitas referências de pessoas, acontecimentos e reuniões por vezes é infrutífera porque nem todos os documentos contêm os parâmetros exigidos.

Contraditoriamente, buscas genéricas por vezes oferecem descobertas relevantes depois de muito ir e vir nos milhares de arquivos disponíveis. São tantos que por vezes a sensação é de afogamento. O Golpe Militar de 1964 completava seu primeiro ano quando a diplomacia americana analisou as reações sociais à quartelada em diversos níveis, apontando forte resistência nos meios estudantil e eclesiástico e louvores ao golpe no meio empresarial. Quanto à imprensa, o Departamento de Estado rotulou-a como conservadora, refletindo o conservadorismo social e políticos de seus proprietários, como demonstra o seguinte trecho de documento inédito encontrado nesta pesquisa:

A imprensa e a mídia em geral, refletindo o conservadorismo de seus proprietários, estão esmagadoramente do lado da revolução e apenas um pouco menos do lado do governo Castello Branco. [...] Apesar de a imprensa geralmente apoiar o governo, isso não significa o endosso completo de todas as políticas governamentais ou uma absoluta falta de críticas ao governo. Pelo contrário, a maioria das reportagens e análises de apoio ao governo tem interesses políticos ou comerciais específicos para preencher e pode-se esperar que haja ataques contra o governo sempre que a política oficial parecer estar trabalhando contra esses interesses (Documento do Departamento de Estado de 3 de abril de 1965, tradução própria).

Fig. 4: "Imprensa e golpe".

ORIGIN/ACTION			DEPARTMENT OF STATE			POL 15 BRAZ		
ARA-B			<b>AIRGRAM</b>			FOR RM USE ONLY		
M/R	REP	AF	A-976			CONFIDENTIAL		
RA	EUR	FE	NO.			HANDLING INDICATOR		
EA	CU	INR	TO <del>P/1</del> Department of State			APR 3 1965		
E	P	TO	FROM : AmEmbassy RIO DE JANEIRO			DATE: March 9, 1965		
L	OPAS	AID	SUBJECT : Survey of Group Attitudes Toward Castello Branco Government			APR 3 1965		
TP	27	GIPM	REF :			NO. 151		
GR	COM	FRB	<p style="text-align: center;"><u>INTRODUCTION AND SUMMARY</u></p> <p>The Castello Branco government commenced its period of rule with the overwhelming confidence and trust of the nation. United in spirit during the first jubilant moments following the ouster of Goulart, the diverse groups which made up the revolution, and most other sectors of the public, were blindly optimistic that under the firm, capable, dispassionate leadership of President Castello Branco, Brazil would soon have the great destiny which, but for bad political leadership, would have been its due many years earlier.</p> <p>This general state of euphoria and blind optimism lasted a short time. As it became clear that the removal of Goulart was only the first step toward national recovery and progress, and that the goals of the revolution demanded personal sacrifice and profound changes in the existing social, political, and economic order, there was a gradual sobering, and a degree of normality revisited the country as the various interest groups resumed their maneuverings for positions of maximum advantage. After a few months, there was a diminished public sense of identification with the revolutionary government, a lack of any widespread feeling of personal involvement in the government's programs, an absence of a pervasive conviction that the government's problems were the problems of all Brazilians. The government did little to correct this. Foregoing any organized and continuing propaganda effort to maintain and expand revolutionary</p> <p style="text-align: center;">GROUP 3: Downgraded at 12-year intervals; Not automatically declassified.</p>					
NT	LAB	TAR						
R	XMB	AIR						
ARMY	CIA	NAVY						
SD	USIA	NSA						
	HEW	NSC						
	9	6						

1200 APR 5 AM 11 59

COPYFLO-PBR

FORM 4-62 DS-323

CONFIDENTIAL

FOR DEPT. USE ONLY  
 In  Out

## 8. The Press

The press, and news media in general, reflecting its conservative ownership, is overwhelmingly on the side of the revolution and only slightly less on the side of the Castello Branco government. The only major exceptions to this general rule are Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa and Ultima Hora, the first two of which supported the revolution but oppose the government. Of the three newspapers

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED  
Authority NN095900

CONFIDENTIAL

A-976 3/9/65  
Page 28  
Rio de Janeiro

clearly in opposition to the government, only Correio da Manhã is not directly tied to political interests which conflict head on with those of the government.

Ultima Hora remains the propagandist of Goulartism. Though it suffered serious financial reverses with the ouster of Goulart and the withdrawal of government financial assistance, forcing the chain to shut down all branches outside of Rio de Janeiro and São Paulo, Ultima Hora has not noticeably changed its line of harsh criticism of the government and gross distortion of government policies and actions. It is a tribute to the patience of the government that Ultima Hora continues to publish in Brazil.

Tribuna da Imprensa, whether controlled by Carlos Lacerda or not, is the vehicle used to expound the Lacerda line. For all practical purposes Tribuna has been opposed to the Castello Branco government since July, 1964, and that opposition becomes more direct and more virulent almost daily. Tribuna circulation, it is fortunate, is limited to 35,000 copies daily.

Correio da Manhã, known as the "venerable prostitute" among newsmen, supported the ouster of Goulart but turned against the government within a few days afterwards. Until now, it has preached an ultra-nationalist, civil-libertarian line which finds nothing to commend in the government of Castello Branco or in the events since March 31, 1964. Unlike Tribuna and Ultima Hora, Correio da Manhã attracts some very capable analysts and commentators who sometimes make a fairly convincing case for their negative interpretations of current developments. However, several of Correio's most capable journalists were recently led to resign by a decision of the paper, forced on it by inadequate advertising revenue, to soften its attacks on the government. This reported decision has not yet found clear expression in print.

Os diplomatas americanos mostravam-se detalhadamente informados sobre cada jornal brasileiro relevante. Apontavam quais eram os três únicos jornais na oposição ao golpe militar

em 1965: *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. Os dois primeiros apoiaram o golpe, mas logo se tornaram opositores a seus condutores. Os americanos ressaltam: “Dos três jornais claramente em oposição ao governo, apenas o *Correio da Manhã* não está diretamente ligado a interesses políticos que conflitam com os do governo” .

O documento explica então que a *Última Hora* continuava sendo a “propagandista do goulartismo”. Afirmava que o jornal tinha sofrido sérios reveses financeiros com a queda de Goulart e o fim da assistência monetária direta deste, tendo sido forçado a fechar a rede de jornais que mantinha fora do Rio de Janeiro e de São Paulo. “A *Última Hora* não mudou visivelmente sua linha de críticas duras ao governo e distorção grosseira das políticas e ações governamentais. É uma homenagem à paciência do governo que *Última Hora* continue sendo publicada no Brasil”, analisa a diplomacia americana.

O papel de oposição da *Tribuna da Imprensa* é justificado pelo projeto político de Carlos Lacerda, controlador do jornal à época. “Em termos práticos, a *Tribuna* se opõe ao governo Castelo Branco desde julho de 1964, e essa oposição se torna mais direta e mais virulenta quase diariamente. A circulação da *Tribuna*, por sorte, é limitada a 35 mil exemplares diariamente.”

A análise reservada enviada ao Departamento de Estado afirma que o jornal *Correio da Manhã* é conhecido entre os jornalistas como a “venerável prostituta”. Lembra que apoiou a derrubada de Goulart, mas se voltou contra o governo alguns dias depois do golpe. “Até agora, pregava uma linha ultranacionalista e civil-libertária que não encontra nada para elogiar no governo de Castelo Branco ou nos eventos de 31 de março de 1964.”

Ressalta o documento que, ao contrário de *Tribuna* e da *Última Hora*, o *Correio da Manhã* atraía “alguns analistas e comentaristas muito capazes que às vezes apontam argumentos justos e convincentes para suas interpretações negativas dos acontecimentos atuais”. Informava, então, que vários dos jornalistas mais capazes do *Correio* foram levados a demitir-se por uma decisão do jornal de amenizar os ataques ao governo, numa tentativa de obter dinheiro público em meio à limitada publicidade.

O documento americano é claro e taxativo nos efeitos perniciosos de uma imprensa acrítica como aquela analisada em 1965.



Em grande parte, o apoio geral da imprensa ao governo levou a maioria dos jornais a abandonar seu senso crítico e a tomar o lado do governo em questões mais sensíveis ou controversas. Assim a imprensa, no geral, endossou majoritariamente a extensão do mandato do presidente Castello Branco, a intervenção federal em Goiás, a intervenção na eleição do presidente da Câmara dos Deputados e a posição inicial do presidente contra a realização de eleições diretas em 1965 em onze estados. Exceto em casos envolvendo interesses políticos ou comerciais de matérias específicas, a imprensa criticará o governo, apenas quando parecer que esse ataque não se tornará um problema.

Provavelmente, o único grande jornal do país que mantém uma quantidade razoável de objetividade, enquanto ainda apoia o governo, é a *Folha de São Paulo*.

Em certo sentido, esse apoio total ao governo que caracteriza a imprensa no Brasil é útil, pois permite que um governo sobrecarregado e bem-intencionado supere as iniciativas sem dedicar muito tempo ou atenção à própria defesa contra críticas da imprensa. No longo prazo, no entanto, a ausência de uma imprensa independente, objetiva e crítica provocará a ausência de um vínculo importante com a opinião pública e a falta de um controle potencialmente eficaz das despesas do governo. Portanto, é notadamente lamentável que os trabalhadores da imprensa, em oposição aos proprietários e diretores de jornais, sejam geralmente críticos ao governo e esse criticismo esteja parcialmente refletido no noticiário e nas análises político-econômicas. A nítida impressão da embaixada é que a maioria dos jornalistas trabalha a favor dos objetivos da revolução e do governo Castelo Branco, mas tendemos a acreditar que o governo está falhando em seus objetivos por falta de bom senso nas relações públicas, falta de aptidão política e de uma visão política mais dinâmica. Também é detectável um tipo mais sério de crítica que questiona a honestidade básica do governo em questões como a compra da AMFORP [empresa de energia americana] e o decreto de exportação de minerais, e que vê motivações políticas ocultas em movimentos governamentais como a intervenção de Goiás, o desmantelamento do Panair do Brasil etc. Deve-se notar que a maioria das críticas é intelectual. Pouco disso reflete uma profunda hostilidade ao governo.

A diplomacia americana então avaliava que dependia de uma série de fatores alguma mudança importante nas atitudes da imprensa em relação aos atores do governo Castelo Branco. Se o governo fosse capaz de progredir economicamente e, ao mesmo tempo, manter um controle político firme, os americanos diziam ser provável que a maioria dos jornais continuasse com seu apoio aos militares. Previam que parte dos jornalistas pudesse rever suas previsões negativas. Os americanos concluem que era possível especular que haveria uma redução do apoio da imprensa ao governo, se a gestão econômica fracassasse. Eles imaginavam que a proximidade das eleições presidenciais previstas para 1966 levaria à ampliação das divisões internas na base da ditadura e que tais divisões seriam expressas nos jornais. O diagnóstico parecia lógico, exceto por um ponto: a ditadura militar não queria eleições e por isso cancelaria o pleito previsto para 1966, restringiria as liberdades públicas e estabeleceria a censura à imprensa para desacelerar o desgaste da imagem do governo autoritário que se estabelecera no Brasil.

Esse atestado de conservadorismo à sociedade brasileira, de insuspeita origem, é mais simbólico do que necessário. Dos costumes às práticas sociais e políticas, o Brasil se revela conservador. Muito se culpa às chamadas classes médias por tal viés, mas talvez seja uma pecha injusta. Atribui-se ao diplomata e político San Tiago Dantas uma afirmação ácida sobre a

formação nacional: “No Brasil, o povo, enquanto povo, é melhor do que a elite, enquanto elite”, dizia ele (DAS ESCOLHAS, 24/08/2018).

Esse conservadorismo, em grau maior ou menor, é induzido e reforçado pela própria imprensa, que procura estabelecer os limites, a linguagem e os valores dentro dos quais a sociedade busca interpretar suas realidades. Sempre há um viés ideológico por trás das escolhas.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 72).

O jornalismo passa a ser então um exercício de apreensão de realidade estruturado pela ideologia hegemônica.

Um experiente jornalista conservador reclamou certa feita de que os jornais brasileiros tecem “os fios de uma velha e antiquada teia”, que define como progressista o pensamento de esquerda e como conservador o pensamento de direita (COSTA, 30/01/2007). De acordo com o próprio jornalista conservador, a imprensa considera que a esquerda é leviana, irrealista, evasiva e irresponsável frente ao suposto realismo e maturidade do pensamento pragmático de direita. O quadro traçado parecia irrepreensível. Mas, ao fim, o articulista reclamava de que a escolha da imprensa por esse “espectro inflexível de paradigmas decorre de falta de ambição intelectual” e chamava a imprensa de “covarde pelo fato de se negar a questionar seus próprios paradigmas” (*Ibidem*). Enfim, sobre o que o jornalista de direita reclamava era do fato de ideias como as suas serem chamadas de direitistas.

Os queixumes do articulista terão sentido? Por ser conservadora, a imprensa brasileira deve ser chamada, como instituição, como sendo de direita? Para evitar dúvida, é preciso conceituar o que é ser de direita. Como sobejamente explicado, na assembleia parlamentar que discutia o futuro da França após a Revolução de 1792, os moderados se sentaram à direita da sala; os radicais, à esquerda. Desde lá, direita e esquerda integram o vocabulário político (BOBBIO, 1995, p. 83). Bobbio expôs com clareza por que, em meio à cultura pós-moderna, a dualidade esquerda-direita segue válida apesar da alta complexificação das estruturas sociais desde a Revolução Francesa. Para ele, são termos antagônicos com o fim de contrastar ideologias, pensamentos e ações políticas. Define como termos excludentes e exaustivos no sentido de que não se pode ser de direita e esquerda simultaneamente. Os termos direita e esquerda pertencem ao grupo das díades antitéticas (*Ibidem*, p. 50.).

Para Bobbio, não existe disciplina que não seja dominada por díades. Ele cita exemplos como: indivíduo-sociedade em sociologia, transcendência-imanência em filosofia, e por fim, direita-esquerda na ciência política.

A existência dos termos direita e esquerda está condicionada ao modo de pensar por díades no campo do saber. A contraposição entre direita e esquerda representa um típico modo de pensar por díades, a respeito do qual já foram apresentadas as mais diversas explicações – psicológicas, sociológicas, históricas e mesmo biológicas. Conhecem-se exemplos de díades em todos os campos do saber. (*Ibidem*, p.32)

Assim, esquerda e direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política (contrastes não só de ideias, mas também de interesse e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, que existem em toda sociedade e que não podem simplesmente desaparecer).

Coube a Giddens recolocar em evidência o termo “Terceira Via”, opção que estaria, de certa forma, entre esquerda e direita, numa imaginosa tentativa de reposicionamento da social-democracia europeia, então encurralada pela ascensão conservadora no continente. Concordando com Bobbio no que se refere ao critério de distinção entre a direita e a esquerda, Giddens propôs uma síntese entre ambos os espectros políticos, com intuito de responder às novas demandas que o contexto pós-moderno requeria (GIDDENS, 2005, p. 13). Giddens desenhou um novo papel para a social-democracia, pois pretendia que ela não só atenuasse as desigualdades, como originalmente se afirmava, mas também possibilitasse a aquisição de poder aos menos favorecidos no âmbito social, para que pudessem romper com as amarras opressivas (*Ibidem*, p.47). Desde então, a tese da terceira via ganhou espaço na imprensa mundial, incluindo vastos campos analíticos de jornais e revistas brasileiros.

Bobbio usava uma história folclórica para expressar seu posicionamento acerca da terceira via. Recorria à narrativa fictícia de uma princesa que desejava ter um animal que fosse a fusão entre o cavalo e o leão. Seu velho pai insistia que isso não era possível, pois o cavalo era adestrado e manso; enquanto o leão era selvagem e feroz. Obstinação, a princesa procurou juntar os dois animais até que o cavalo foi despedaçado pelo leão. Concluiu Bobbio: “Acredito que o pai da caprichosa princesa tinha razão quando disse que o unicórnio não existe e que se trata de escolher entre o leão e o cavalo. Pessoalmente, prefiro o cavalo” (BOBBIO, 1994, p. 168).

Aproveitando a glosa de Bobbio para deixar a terceira via de lado, não é preciso ir muito longe para responder à questão se a imprensa brasileira é, de modo geral, direitista. Basta estabelecer alguns parâmetros simples, em termos de pensamento político-econômico moderno.

A tomar como ponto de análise a opinião expressa nos editoriais dos principais jornais e revistas do país, a imprensa brasileira é:

a) **contra o aumento da taxaço dos mais ricos; contra o conceito geral de patrimônio público, apontando o Estado como gestor ineficiente; contra a manutenção de empresas estatais, que deveriam ser privatizadas como princípio:** “Talvez seja inevitável discutir mais impostos. Mas a prioridade do governo deveria ser aumentar ganhos livrando-se de estatais, suas ineficiências e corrupções, e colocando obras na rua” (“Impostos?”, *Folha de S.Paulo*, 03/12/2016);

b) **contra o sistema público de saúde:** “A cada novo estudo sobre ele corresponde uma constatação preocupante, que levanta dúvidas sobre a capacidade do sistema, do qual depende a assistência médico-hospitalar para a massa da população, de se manter sem uma ampla reformulação” (“Do SUS, só notícias ruins”, *O Estado de S. Paulo*, 22/06/2015);

c) **contra o sistema público de educação:** “Estudo do Banco Mundial sobre a qualidade dos gastos públicos brasileiros resgata o problema da faculdade gratuita, paga por todos, mas que beneficia os ricos” (“Correta crítica ao ensino superior gratuito”, *O Globo*, 30/11/2017);

d) **contra as ações afirmativas:** “Desde meados dos anos 70, os EUA vêm promovendo alguns programas denominados de ‘ação afirmativa’. Com eles pretende-se promover uma espécie de ‘discriminação às avessas’, isto é, facilitar, por meios legais, a inserção social das minorias” (“A cultura na contramão”, *Folha de S.Paulo*, 09/11/1996); “Todavia, não se pode esquecer que iniciativas dessa ordem atingem antes os sintomas do que as causas da desigualdade. O estudante branco ou mulato claro, nascido em meio pobre, continuará a ser discriminado num eventual sistema de cotas raciais. Em síntese, despreza-se o mérito e cria-se um racismo ao contrário” (“Cotas diplomáticas”, *Folha de S.Paulo*, 01/01/2011);

e) **Contra o serviço público por princípio:** “O trabalhador do setor privado – aquele sem estabilidade no emprego e com direito de greve sujeito a regras – tem gastado uma fatia cada vez maior de seu salário para pagar os funcionários públicos ativos e aposentados” (“O peso do funcionalismo”, *O Estado de S. Paulo*, 07/08/2006).

É fácil concluir que a imprensa brasileira tem diretriz conservadora e legalista. Alguns jornais e revistas podem estar mais para lá do que para cá no diapasão da direita, mas a maioria está lá, salvo exceções pontualíssimas, por características políticas e econômicas muito peculiares.

#### 4. O NEBULOSO PAPEL AMERICANO

Em todo o mundo, a relação entre serviços secretos americanos e a imprensa é longa e, na maioria das vezes, subterrânea. No Brasil, a atuação desses serviços não poderia ter sido diferente. Muitas vezes as relações com essas agências eram camufladas como se fossem contatos de brasileiros com os serviços diplomáticos, mas muitas vezes sentava-se à frente do jornalista um agente da CIA com credencial de serviço consular.

Grande parte da diplomacia americana no exterior serve de fato às chamadas agências de inteligência norte-americanas. Elas são um conglomerado de letras, cada uma com um papel legalmente distinto, mas que por vezes se embaralham ou mesmo se chocam, com disputas renhidas por informação e poder. Antes de começar a destrinchar a relação dos órgãos de inteligência com a imprensa brasileira, é preciso uma visão rápida das distinções entre cada uma delas, por ordem cronológica de surgimento. Todas as informações a seguir foram retiradas do site oficial do Office of the Director of National Intelligence<sup>2</sup>.

O *Federal Bureau of Investigation* (FBI) é a polícia federal dos EUA, responsável por contraespionagem e inquérito judicial. Suas origens remetem a um sobrinho posto de Napoleão: Charles Bonaparte, ministro da Justiça do presidente Theodore Roosevelt, que, em 1908, nomeou 34 agentes especiais para conduzir inquéritos sob sua direção. Batizado *Bureau of Investigation*, esse modesto escritório fazia investigações sobre crimes federais.

A partir da Primeira Guerra Mundial, essa agência policial viu suas competências alargarem-se para incluir assuntos de espionagem, sabotagem e sequestro. Rebatizado *Federal Bureau of Investigation* em 1935, o serviço conheceu um forte aumento de efetivo e de poder sob a direção de J. Edgar Hoover. Foi Hoover quem iniciou a caça a comunistas e aqueles considerados subversivos, antes e durante a Segunda Guerra.

Ele chegou ao ápice do poder nos anos 1960, quando seu gosto pela vigilância de cidadãos americanos deu origem a uma vasta operação de espionagem política, durante a qual o FBI gerou milhares de arquivos. Depois da morte de Hoover, em 1972, os sucessores tentaram frear seus excessos. O birô adotou regras estritas para tentar limitar a espionagem doméstica, respeitar a vida privada e operar dentro da legalidade – o que não significa que essas regras não venham a ser burladas.

A *Central Intelligence Agency* (CIA) é um serviço de obtenção de informação secreta voltado para o exterior, sem nenhuma jurisdição sobre solo americano. Seu objetivo é identificar as ameaças à segurança e aos interesses americanos provenientes do exterior e barrar

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://dni.gov>. Acesso em: nov. 2021.

sua execução. Foi criada em 1947 no governo de Harry Truman, sendo o núcleo central de espionagem no exterior.

Tendo sua ação limitada devido a denúncias de abuso de poder, como na derrubada de governos na América Latina, a CIA passou a orientar seus esforços e investimentos, desde o fim da década de 1970, para os meios tecnológicos – satélites, aviões de reconhecimento, escutas eletrônicas, pirataria informática –, reduzindo a dependência de informações fornecidas por agentes em terra.

Apesar da utilização de tecnologias de ponta, a CIA não conseguiu prever dois dos mais importantes acontecimentos pós-guerra: a dissolução da União Soviética, em 1991, e os ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington (“FBI, CIA E NSA...”, 08/09/2002).

A *National Security Agency* (NSA) foi criada em 1952, depois da dissolução de uma agência especializada nascida em 1949. A NSA depende do Pentágono e tem como missões a investigação eletrônica (interceptação de mensagens de redes de supostos terroristas e inimigos), a distribuição de estações de escuta em todos os lugares do mundo e deve garantir a segurança das comunicações governamentais contra todo tipo de intrusão.

Existe ainda a *Defense Intelligence Agency* (DIA), que fornece inteligência militar a soldados e combatentes em campo de batalha, formuladores de políticas de defesa, funcionários do Departamento de Defesa e da comunidade de inteligência. Fundada em 1961, a DIA atua nas guerras em que os EUA tomam parte.

Em relação à imprensa brasileira, os principais contatos com jornalistas e a maioria das análises produzidas em solo nacional se deram por meio de diplomatas ou de agentes da CIA que trabalhavam na embaixada americana ou nos consulados como os de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Desde a fundação em 1947, a CIA busca se aproximar dos jornalistas, seja para obter acesso a informações, às origens delas ou mesmo análises de conjuntura e perspectivas. Os diretores da CIA sempre dedicaram um tempo significativo no contato com jornalistas, preocupados com a imagem pública da agência, principalmente porque, nos EUA, a pressão dos contribuintes pode significar mais ou menos verbas orçamentárias no ano seguinte.

Internamente, os esforços da CIA para se aproximar da imprensa sempre causaram controvérsia. Alguns jornalistas americanos viam como dever patriótico ajudar a Agência, até mesmo se reportando a ela no exterior, enquanto outros viam como seu papel constitucional o ato de se opor à Agência. Isso foi especialmente verdadeiro, por exemplo, durante a Guerra do Vietnã e o escândalo de Watergate, para citar dois casos famosos (“CIA’S USE...”, 17/07/1996).

Posteriormente, desenvolveu-se um relacionamento mais sutil, no qual a imprensa apenas mantinha contatos informais ou mesmo desavisados com a comunidade de inteligência.

Durante a Guerra Fria, os jornalistas foram amplamente vistos como alvos e ou aliados dos serviços secretos americanos. Muitos escritores e jornalistas americanos efetivamente cooperaram voluntariamente com os serviços de inteligência, tanto na divulgação de informações quanto na ideia de fortalecer o lado americano na guerra cultural mundial. No final das décadas de 1960 e 1970, no período do desenlace da Guerra do Vietnã e depois do escândalo de Watergate, grande parte dos jornalistas se empenhou na revelação de segredos das agências de inteligência, como mostrou a divulgação dos Papéis do Pentágono, em 1971, com milhares de páginas sobre a ação cruel dos americanos no Vietnã.

Aldrich cita que vários diretores da CIA afirmavam que jornalistas e espões eram espíritos afins. Ambos são obrigados a procurar fontes humanas com informações valiosas e atribuem grande importância à ética profissional da proteção de fontes. Ambos valorizam os relatórios oportunos e as análises de alta qualidade. No entanto, espões vivem sob o manto do sigilo e jornalistas são pagos para expor informações que poderosos querem ocultar. Assim seus caminhos se cruzam com frequência e são simultaneamente colaboradores e concorrentes (ALDRICH, 2015).

Apesar da prolífica cobertura da imprensa sobre os serviços de inteligência durante o último meio século, a interação da CIA e da mídia recebeu pouca análise acadêmica sustentada. Aldrich argumenta que a relação entre inteligência e mídia é de longa data e notavelmente próxima, com suas origens na primeira década da Guerra Fria. Embora a CIA tenha criado apenas uma assessoria de imprensa formal nos anos 1970, os diretores da agência sempre se preocuparam em saber vender sua imagem para jornalistas (*Ibidem*).

Um exemplo desse comportamento foi o de Allen Dulles, um dos mais marcantes diretores da CIA (1953-1961), que manteve a estratégia de se reunir regularmente com jornalistas de sua confiança, muitas vezes convidando-os para jantar em sua própria casa. Allen era irmão do também poderoso John Foster Dulles, secretário de Estado (1953-1959).

Durante a década de 1950, quando a Guerra Fria estava no auge, os dois irmãos levaram os Estados Unidos a uma série de ações militares em terras estrangeiras cujos efeitos ainda podem ser sentidos hoje no mundo. Impulsionados por um conjunto essencialmente americano de medos e ilusões, os irmãos Dulles lançaram campanhas violentas contra líderes estrangeiros que viam como ameaças aos Estados Unidos.

Essas campanhas ajudaram a instalar períodos de intensa violência em países como Guatemala e Congo, levaram os Estados Unidos à Guerra do Vietnã e estabeleceram as bases para décadas de hostilidade entre americanos e cubanos e iranianos, conforme analisa Aldrich.

De certo modo, a doutrina Dulles também está na base ideológica do apoio americano ao golpe militar no Brasil em 1964. A ligação da família Dulles com o Brasil se solidificaria com o trabalho conduzido por John Watson Foster Dulles (1913-2008), historiador e brasilianista na Universidade do Texas, autor de 12 livros sobre a história e a política do Brasil. O brasilianista era filho de John Foster Dulles (1888-1959) e escreveu obras sobre Vargas, Lacerda, Sobral Pinto e os militares brasileiros.

Pesquisas sobre a relação entre a CIA e jornalistas são problemáticas. Muitos jornalistas brasileiros que conversaram com supostos integrantes do corpo diplomático americano acabaram por ter seus nomes envolvidos em relatórios da agência de inteligência.

Por diversas ocasiões a agência americana usou o jornalismo como uma cobertura não oficial para seus agentes no exterior. Mesmo quando os jornalistas não eram propriamente agentes da CIA, a agência de inteligência conseguia influenciar na apuração de repórteres prestigiosos. Um dos casos mais conhecidos foi o do jornalista polaco-americano Tad Szulc, que atuou no Brasil como repórter da agência *Associated Press* e do jornal *The New York Times*.

Naturalizado americano aos 28 anos, Tad Szulc nasceu em Varsóvia em 1926 e estudou na Suíça e na França na adolescência. Em 1941, aos 14 anos, escapou da Europa devastada pela guerra e viajou para o Brasil para se juntar à sua família que, como judeus poloneses, havia tomado a precaução de partir no ano anterior. Quando estudante da Universidade do Brasil, instituição que se transformaria em 1965 na UFRJ, começou a trabalhar como repórter da *Associated Press* no Rio de Janeiro. Oito anos mais tarde, mudou-se para Nova York para cobrir as Nações Unidas para a agência *United Press*. Dominando seis idiomas, Szulc foi contratado pelo *New York Times* como correspondente latino-americano e cobriu os golpes e conflitos das décadas de 1950 e 1960. Amigo do presidente americano John Kennedy e com acesso ao dirigente cubano Fidel Castro, Szulc manteve uma relação de amor e ódio com a CIA. Sugeriu diretamente a Kennedy a ideia de os EUA patrocinarem milicianos para invadir Cuba (ALDRICH, 2015). Tinha muitos informantes na agência de inteligência e por muitas vezes colaborou abertamente com ela.

Uma reportagem sua que antecipava que os EUA estavam próximos de invadir a baía dos Porcos, em Cuba, em 1961, ideia que ele próprio dera a Kennedy, colocou-o na lista de jornalistas suspeitos da agência. Quando voltou a atuar no Brasil, no começo da década de 1960, Szulc produziu reportagens afinadas com o olhar americano, tanto do suposto comunismo do



presidente João Goulart, como da aceitação de que houve uma passagem democrática do poder do Brasil após o golpe militar de 1964.

Em novembro de 1960, por exemplo, Szulc publicou no *New York Times* texto que alardeava o que insinuava ser a iminente revolução comunista no nordeste do Brasil, descrevendo como os líderes marxistas do movimento social estavam organizando os camponeses (SARZYNSKI, 2018). Apontou que cantores e violeiros de cordel faziam proselitismo do líder agrário Francisco Julião para a população rural amplamente analfabeta. Dizia que os cordéis cantavam a reforma agrária como uma forma de libertação, comparando o processo de revolução no Brasil com o de Cuba. Em texto publicado em 2 de abril de 1964, no mesmo *New York Times*, Szulc relatava o reconhecimento dos EUA ao governo militar empossado após a derrubada de Goulart, afirmando que a sucessão presidencial seguiu os procedimentos constitucionais do Brasil. Não seria Szulc, no entanto, o informante privilegiado da CIA no país, como se lerá a seguir.

#### 4.1 OS DONOS DA MÍDIA COMO FONTES

Formalmente, os diplomatas americanos no exterior estão subordinados ao Departamento de Estado. Sua missão é defender os interesses do governo e dos cidadãos americanos no país em que servem. No entanto, como comprovam documentos do ex-analista da NSA Edward Snowden, tornados públicos em 2013, agentes da CIA por décadas trabalharam livremente no Brasil, disfarçados de integrantes do corpo diplomático (VIANA, 04/07/2015). Uma parceria entre a embaixada americana e a Polícia Federal regulando a ação da CIA no Brasil foi formalizada em 2010, mas a atuação dos agentes americanos data de muito antes (MARTINS, 15/09/2013). Os consulados americanos nas capitais do Brasil são origem frequente de informações tanto para o Departamento de Estado quanto para a CIA, com relatórios produzidos tanto por diplomatas quanto por espões. Ambos buscam informações privilegiadas e secretas, tentando antecipar crises e tendências político-econômicas.

Por exemplo, no final de 1963, o Departamento de Estado recebeu relato confidencial produzido pelo embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, como descoberto nesta pesquisa. Um dos responsáveis pelas operações americanas que apoiaram o golpe de Estado de 1964, Gordon atuou como embaixador no Brasil entre 1961 e 1966. Foi um dos implementadores do programa Aliança para o Progresso, que consistia na ajuda financeira do governo dos Estados Unidos a governos da América Latina, com o intuito de evitar que os países do continente aderissem ao socialismo.

Gordon compartilhava as apreensões do governo de Washington acerca das vinculações de Goulart às organizações sindicais e aos grupos nacionalistas de esquerda, hostis aos interesses norte-americanos no Brasil. Durante seus primeiros meses à frente da embaixada, no entanto, afirmou que se absteve de assumir qualquer compromisso com elementos civis e militares de oposição que tentavam obter o apoio dos Estados Unidos a um golpe de Estado (HIRST, 28/01/1980).

À época, o Brasil rejeitava o alinhamento automático às posições dos Estados Unidos e estimulava o estreitamento de vínculos diplomáticos e comerciais com países do bloco socialista e do chamado Terceiro Mundo. Essa posição de distanciamento seria rapidamente alterada com o aumento das inquietações sobre os destinos políticos do Brasil.

Ao lado do adido militar Vernon Walters, Gordon foi abastecido privilegiadamente com informações sobre o Golpe Militar de 1964 porque mantinha contatos diretos com conspiradores militares e civis. Apesar disso, insistiu durante anos em que o golpe havia sido “100% brasileiro” (*Ibidem*).

Em 27 de março de 1964, Lincoln enviou um telegrama ultrassecreto ao governo americano pedindo ajuda com o envio de armas e remessas de gás e combustível para apoiar o golpe que resultaria na posse do general Castelo Branco como presidente.

De acordo com Gordon, Goulart estava “buscando poderes ditatoriais” e conspirando com o Partido Comunista Brasileiro. Tal pedido originaria a Operação Brother Sam. Como mostra Elio Gaspari, já em 1963 Gordon estava convencido de que Goulart planejava um golpe comunista no Brasil (GASPARI, 2002, pos. 1118). Obviamente que não só, mas coube ao publisher do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, uma parcela da consolidação da opinião de Gordon sobre as pretensões de Goulart.

Gordon relatou ao Departamento de Estado as preocupações de Brito, que espelham as próprias preocupações do embaixador, após longa conversação mantida pelos dois em 18 de dezembro de 1963. Os dois temiam que Congresso e Forças Armadas não fossem capazes de reagir a uma possível “comunização” do país, com supressão das liberdades e instalação de uma ditadura esquerdista alinhada à União Soviética.

O documento que agora vem à tona fala por si:

1. Nascimento Brito, editor [do] *Jornal do Brasil*, almoçou sozinho comigo quarta-feira, tendo retornado recentemente de Londres. Ele está profundamente deprimido, prevendo que Goulart planeja nomear Brizola para ministro das Finanças e que, apesar de ampla reclamação, isso será aceito sem uma reação efetiva do Congresso ou das Forças Armadas. Somando-se aos efeitos catastróficos internos e externos, ele vê a nomeação como um passo a mais no caminho do fechamento do Congresso, da intervenção nos Estados e da assunção de Goulart com poder ditatorial, com SUPRESSÃO das LIBERDADES CIVIS E ORIENTAÇÃO fortemente de ESQUERDA para o novo REGIME [maiúsculas no original].
  2. Em relação à possibilidade de reação do Congresso por meio do impeachment, Brito diz que existem grandes grupos em defesa do impeachment, mas acredita que Goulart alimentou o ressentimento popular contra o Congresso e os militares que então serão acusados de ser meramente ferramenta reacionária financiada com dinheiro estrangeiro pelo IBAD. Isso, conjugado com o controle da imprensa e do rádio, poderia anular qualquer ação como o impeachment. A respeito de reações do Exército, ele diz que a arma está pessimamente dividida, tanto horizontal como verticalmente. Ele insiste em que ouviu rumores SOBRE PLANOS MILITARES para depor Goulart, mas não vê efetiva liderança ou organização suficientemente forte para perpetrar o golpe. Por outro lado, vê como real a possibilidade de reação de São Paulo, liderado por Adhemar Barros [então governador] com a possível colaboração de Kruel [comandante do II Exército]. Ele considera Jair Dantas Ribeiro [ministro do Exército] como um galho fraco. Lembrou-se de que há três meses ele teria previsto a reação militar contra a nomeação de Aragão como comandante da Marinha, mas, na verdade, isso aconteceu sem uma reação significativa.
  3. Brito também se mostrou muito preocupado com decreto recente reduzindo novas importações de papel jornal. Formalmente, tal medida se destina a poupar divisa estrangeira, mas o impacto seria muito pequeno nas contas do governo. Brito acredita que a motivação verdadeira faz parte de plano para dar um ultimato que levaria o governo a controlar toda a imprensa.
  4. Brito considera pequenas as chances de realização das eleições presidenciais de 1965. Se o país chegar até lá, ele prevê Lacerda como vitorioso, alegando que ele é o único homem fora da extrema esquerda que realmente definiu posição.
  5. Brito encerrou a conversa dizendo que talvez ele parecesse pessimista, mas estava apenas sendo realista. Ele imagina que a situação só pode melhorar por meio de algum inimaginável e – tipicamente brasileiro – milagre.
- (Telegrama ao Departamento de Estado, redigido por Lincoln Gordon em 18/12/1963)

Fig. 5: Documento sobre almoço do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, com o diretor do Jornal do Brasil, Manoel Francisco do Nascimento Brito.

ACTION COPY  
PERMANENT RECORD COPY

Department of State

INCOMING TELEGRAM

48  
Action

CONFIDENTIAL

ARA ESA050SUA018

Info RR RUEHOR  
SS DE RUESUA 19/0140Z  
G R 182218Z ZEA  
SP FM AMEMBASSY RIODEJANEIRO  
L TO SECSTATE WASHDC  
CAP BT  
E C O N F I D E N T I A L 1269 DEC 18 12 MIDNIGHT

1963 DEC 18 PM 10 10

012994

INFO: RM/R FILES FILED  
No Action  
ARA:LA/BR  
R. Burton  
JAN 14 1964

AIDA  
P LIMIT DISTRIBUTION

IOP  
INR  
RMR

1. NASCIMENTO BRITO, PUBLISHER JORNAL DO BRASIL, LUNCHE  
ALONE WITH ME WEDNESDAY, HAVING RETURNED RECENTLY FROM LONDON.  
HE IS IN DEEPLY PESSIMISTIC MOOD, PREDICTING THAT GOULART WILL  
IN DUE COURSE APPOINT BRIZOLA TO FINANCE MINISTRY AND THAT  
DESPITE WIDESPREAD GRUMBLING THIS WILL BE ACCEPTED WITHOUT  
EFFECTIVE REACTION FROM EITHER CONGRESS OR ARMED FORCES. IN  
ADDITION TO DISASTROUS DOMESTIC AND EXTERNAL ECONOMIC EFFECTS  
THIS MOVE, HE SEES IT AS STAGE TOWARD CLOSING CONGRESS,  
INTERVEINING STATES, AND ASSUMPTION DICTATORIAL CONTROL BY GOULART,  
CFN: 1269 18 12 1

PAGE TWO RUESUA 411 CONFIDENTIAL  
WITH SUPPRESSION CIVIL LIBERTIES AND STRONGLY LEFT WING  
ORIENTATION NEW REGIME.

2. AS TO POSSIBILITY CONGRESSIONAL REACTION THROUGH IMPEACHMENT,  
BRITO SAYS AMPLE GROUNDS FOR IMPEACHMENT ALREADY EXIST,  
BUT BELIEVES GOULART HAS BUILT UP ENOUGH POPULAR AND MILITARY  
RESENTMENT AGAINST CONGRESS SO THAT CHARGES THAT IT MERELY  
"REACTIONARY TOOL OF FOREIGN FINANCED ISAD," COUPLED WITH CONTROL  
OF PRESS AND RADIO, COULD NULLIFY ANY SUCH ACTION. AS TO  
POSSIBILITY ARMY REACTION, SAYS ARMY BADLY DIVIDED BOTH HORIZONTALLY  
AND VERTICALLY. HE KEEPS HEARING RUMORS ABOUT MILITARY PLANS  
TO DEPOSE GOULART, BUT SEES NO EFFECTIVE LEADERSHIP OR ORGANIZATION  
SUFFICIENTLY STRONG TO ACCOMPLISH. ON OTHER HAND, HE DOES SEE  
REAL POSSIBILITY REACTION FROM SAO PAULO LED BY ADHEMAR WITH  
POSSIBLE COLLABORATION KRUEL. JAIR DANTAS RIBEIRO HE CONSIDERS  
WEAK REED. REMARKED THAT THREE MONTHS AGO, HE WOULD HAVE PREDICTED  
MILITARY REACTION AGAINST APPOINTMENT ADMIRAL ARAGAO AS MARINE  
COMMANDANT, BUT IN FACT THIS PASSED BY WITHOUT SIGNIFICANT  
REACTION.

This copy must be returned to RM/R central files with notation of action taken.

ACTION ASSIGNED	ACTION TAKEN	REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"	
NAME OF OFFICER	DATE OF ACTION	DIRECTIONS TO RM/R	
OFFICE SYMBOL			

DECLASSIFIED  
Authority NND 939529

This 12/19/63  
POL & BRHZ  
NR POL 15 BRHZ

À data do encontro, Brito refletiu na conversa com Gordon as informações que o próprio *Jornal do Brasil* publicara. O veículo destacara a rejeição de políticos ao que batizava de

“comunização” do governo Goulart, simbolizada pela defesa das reformas de base e um convite, nunca oficializado, para que Brizola assumisse o Ministério da Fazenda. Em editorial naquele mesmo 18 de dezembro, o *JB* atestava que havia uma “conspiração em marcha”, como deixou claro em título do seu principal artigo opinativo.

No dia seguinte, o mais importante analista político do *JB*, Carlos Castello Branco, dizia que o Congresso Nacional estava em “vigília cívica”, sobressaltado menos com as desapropriações nas margens dos eixos rodoviários do que com “a convicção de que Goulart marcha obstinadamente para inaugurar a nova política de que falam os mais recentes documentos da esquerda”.

Novo editorial do *JB*, desta vez intitulado “Novo Estado Novo”, faz referência ao golpe imposto por Vargas em 1945, afirmava que Goulart e Brizola abjuravam e negavam a Constituição, “a toda hora e a todo instante”. Enfim, o texto alertava: “Com essa atitude estão dando legitimidade total à resistência daqueles que se dispõem [...] a proteger o país contra a investida desfechada pelos novos caudilhos da fronteira, que nos ameaçam com novo Estado Novo”.

Obviamente não era apenas com Nascimento Brito que Lincoln Gordon conversava. O empresário Roberto Marinho, dono do grupo *Globo*, também foi comensal privilegiado de Gordon.

No caso do encontro com Marinho, o Golpe Militar com apoio americano já havia se concretizado um ano e cinco meses antes. Gordon estava preocupado se o país voltaria ou não à normalidade democrática, com a realização das eleições presidenciais previstas para 1965. No dia 14 de agosto de 1965, Lincoln Gordon enviou ao Departamento de Estado telegrama então classificado como altamente confidencial – agora aberto à consulta pública. A correspondência narra um encontro mantido na embaixada entre Gordon e Roberto Marinho, dono das organizações *Globo*. A conversa girou em torno da melhor estratégia para impedir a eleição presidencial direta prevista para o ano seguinte e ampliar o mandato de Castelo por meio de eleição indireta.

Segundo relato do embaixador, Marinho estava “trabalhando silenciosamente” junto a um grupo composto, entre outras lideranças, pelo general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar; o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e Luís Vianna, chefe da Casa Civil, pela prorrogação ou renovação do mandato do ditador Castelo Branco.

Roberto Marinho teve dois encontros com Castelo Branco, conforme o telegrama. O primeiro, em julho de 1965, para persuadi-lo a prorrogar ou renovar o mandato – sempre de

acordo com a narrativa americana – e sugerir a nomeação do embaixador em Washington, Juracy Magalhães, como ministro da Justiça. Castelo aceitou a indicação, que acabou acontecendo depois das eleições para governador em outubro. O segundo encontro, ocorrido em 31 de julho do mesmo ano, foi para dizer que, se Castelo Branco mantivesse eleições diretas para sua sucessão, os políticos com mais chances seriam os da oposição. E novamente Marinho agiu para persuadir o general-presidente a prorrogar seu mandato ou reeleger-se sem o risco do voto direto, conforme o relato americano.

Dada a relevância do tema, segue a reprodução integral do documento, com tradução própria:

1. Este relatório altamente confidencial é resultado de conversa em almoço com Roberto Marinho, publisher de *O Globo*, a respeito da sucessão presidencial. A proteção da fonte é essencial.
2. Por alguns meses, Marinho estava convencido da necessidade da manutenção de Castello Branco como presidente por um mandato adicional como indispensável para a continuidade das políticas do atual governo e evitar uma desastrosa crise política aqui. Ele tem trabalhado silenciosamente com um grupo, incluindo o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar da Presidência, general Golbery, chefe do SNI, Luiz Vianna, do Gabinete Civil, deputado Paulo Sarazate, um dos mais íntimos amigos do presidente, e outros com este intuito. No começo de julho, como o grupo pediu, Marinho teve um almoço privado com o presidente, no qual ele encontrou Castello fortemente resistente a qualquer forma de continuação do mandato ou reeleição, mas recebeu a promessa de não proferir nenhum pronunciamento mais decidido, como ameaçar renunciar se reeleito. Marinho foi autorizado a sondar o embaixador Juracy Magalhães, atualmente em Washington, sobre seu interesse em voltar como ministro da Justiça, cargo para o qual seria indicado logo depois da eleição de outubro. São dois os propósitos de tal movimento: ter Juracy acessível como possível candidato e melhorar o funcionamento deste importante ministério que vem sendo comandado por Milton Campos, altamente respeitável, mas inteiramente fora de moda como um velho cavalheiro.
3. Em 3 de julho, Marinho teve um segundo almoço de trabalho com o presidente em que ele avaliou que em eleições presidenciais diretas em 1966, sem Castello como candidato, haveria risco grave de colocar os destinos do país nas mãos de descontentes ex-apoiadores de Goulart, Kubitschek, e Quadros, provavelmente incorporados em uma pessoa: Carvalho Pinto, ou numa virada maior, Lacerda, a quem Marinho caracterizou como um homem louco. Tudo estaria bem no caso de uma candidatura de Juracy Magalhães ou Bilac Pinto como sucessores, mas a eleição deles certamente não seria garantida, e a corrente experiência na Guanabara com a indicação do marechal Lott como candidato do PTB, com uma plataforma antirrevolucionária e com o apoio de notórios comunistas, mostra como a empreitada seria perigosa. Marinho disse ao presidente que ele simpatizava com o desejo de Castello de manter a promessa de renunciar ao mandato no começo de 1967 e partir para merecido descanso, mas isto seria feito com a reversão ao passado, que Castello estaria violando a confiança que a nação depositara nele. Marinho estava totalmente satisfeito ao fim da conversa com Castello, que não se mostrou contrário a cooperar com os próximos passos de tornar possível sua reeleição, provavelmente mantendo a fórmula da eleição indireta.

4. Nessas bases, o grupo mencionado no parágrafo dois está elaborando uma estratégia envolvendo duas emendas constitucionais. A primeira, que seria votada antes das eleições para governador de estado em outubro de 1965, mudaria a eleição presidencial de 1966 da forma popular direta para eleição indireta, votada pelo Congresso. A segunda emenda, que seria submetida e votada entre as eleições estaduais e o fim do mandato em 3 de janeiro de 1966, seria nos mesmos moldes da emenda constitucional do ato institucional (permitindo as alterações da Constituição sejam aprovadas pela maioria absoluta de ambas as casas em vez de dois terços) tornaria Castello Branco elegível para disputar a eleição indireta. Debateu-se também a simples extensão adicional do mandato de Castello, mas atualmente isso é menos provável do que a realização de eleição indireta. Também se discutiu se a eleição indireta deveria ser realizada com os membros do atual Congresso ou com o Congresso eleito em novembro de 1966; é reconhecido que este último seria mais correto e democrático, mas os riscos seriam maiores e a tendência atual do grupo é preferir usar o Congresso existente.

5. A inesperada indicação de Lott pelo PTB, em uma convenção fraudulenta na qual a influência comunista nos bastidores era muito evidente, foi bastante reveladora para o próprio presidente e para muitos outros apoiadores da revolução. Lançou dúvidas sobre a estratégia anterior de garantir amplo consenso sobre candidatos centristas e ilustrou a força e a ousadia dos antirrevolucionários.

6. Durante a conversa de 3 de julho com Castello, Marinho também levantou questões sobre o interesse do general Costa e Silva na Presidência. Castello estava inclinado a desconsiderar sua importância, mas depois da discussão concordou que alguns de seus aliados deveriam discutir com o ministro da Guerra, os perigos que poderiam atingir a Revolução, a menos que se encontrasse um meio de reeleger o próprio Castello. Essa tarefa foi realizada no início desta semana pelos assessores Coronel Costa Cavalcanti e Paulo Sarazate. Eles relataram que Costa e Silva odiou, a princípio, desistir da ideia de sua própria candidatura, mas mostrou-se muito receptivo à proposta diante do argumento de que, em uma eleição direta, ele poderia perder para Carvalho Pinto ou para Lacerda, por quem ele tem pouco respeito.

7. Os próximos passos dessa estratégia são conquistar certos membros importantes do Congresso, como Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Filinto Muller e outros líderes do PSD. Marinho enfatizou que muitos obstáculos inesperados poderiam surgir na realização da estratégia, que obviamente será contestada por Lacerda de um lado e pelas forças antirrevolucionárias de outro. Ele percebe que nunca houve chance melhor do que agora para a estratégia ter sucesso.

8. Comentário. Enquanto as colunas de fofocas políticas estão cheias de especulações sobre muitos tipos de movimentos para modificar o regime, muitos inspirados por políticos com eixos próprios para moer, eu considero que as informações de Marinho são muito mais confiáveis do que os relatos correntes do tipo (Telegrama ao Departamento de Estado, redigido por Lincoln Gordon em 14/08/1965).

Fig. 6: Documento sobre a conversa de Roberto Marinho com Lincoln Gordon.

INCOMING TELEGRAM *Department of State* *RRR*

---

CONFIDENTIAL POL 15 BRAZ

7 3

Action *SS* ~~NNNN~~NE SA979SIFA469

RR RUEHOR CONTROL: 10491

DE RUESUA 405 2260130 August 14, 1965

ZNY CCCC 12:30 a.m.

Info R 132359Z

FM AMEMBASSY RIODEJANEIRO

TO SECSTATE WASHDC 340 029

ST. ATE GRNC

EST

CONFIDENTIAL

LIMDIS

1. THIS REPORTS HIGHLY CONFIDENTIAL LUNCHEON CONVERSATION FRIDAY WITH ROBERTO MARINHO, PUBLISHER GLOBO, BEARING ON PRESIDENTIAL SUCCESSION PROBLEM. PROTECTION OF SOURCE IS ESSENTIAL.

2. FOR SOME MONTHS, MARINHO HAS BEEN CONVINCED THAT MAINTENANCE OF CASTELLO BRANCO AS PRESIDENT FOR A FURTHER TERM IS INDISPENSABLE TO CONTINUITY OF POLICIES PRESENT GOVERNMENT AND AVOIDANCE DISASTROUS POLITICAL CRISIS HERE. HE HAS BEEN WORKING QUIETLY WITH GROUP INCLUDING GENERAL ERNESTO GEISEL, CHIEF MILITARY HOUSEHOLD PRESIDENCY, GEN. GOLBERY, CHIEF NATIONAL INFORMATION SERVICE, LUIS VIANNA, CHIEF CIVIL HOUSEHOLD, DEPUTY PAULO SARAZATE, ONE OF PRESIDENT'S MOST INTIMATE FRIENDS, AND

PAGE TWO RUESUA 405 CONFIDENTIAL

OTHERS WITH ABOVE END IN VIEW. EARLY IN JULY, AT GROUP'S REQUEST, MARINHO HAD PRIVATE LUNCHEON TALK WITH PRESIDENT, IN WHICH HE FOUND CASTELLO STRONGLY RESISTANT TO ANY FORM OF CONTINUATION OF MANDATE OR REELECTION, BUT WILLING PROMISE NOT MAKE EVEN FIRMER STATEMENTS, SUCH AS THREAT TO RESIGN IF REELECTED, THAN HE HAD ALREADY MADE. MARINHO ALSO GOT AUTHORITY TO SOUND OUT AMB. JURACY MAGALHAES WHILE IN WASHINGTON ON JURACY'S WILLINGNESS RETURN AS MINISTER OF JUSTICE, WHICH HE INDICATED WOULD DO AFTER OCTOBER ELECTIONS. PURPOSE THIS MOVE IS TWO FOLD: TO HAVE JURACY HANDY AS POSSIBLE ALTERNATIVE CANDIDATE AND TO IMPROVE FUNCTIONING OF THIS POLITICALLY IMPORTANT MINISTRY WHOSE PRESENT HEAD MILTON CAMPOS IS HIGHLY RESPECTABLE BUT ENTIRELY OUTMODDED OLD GENTLEMAN.

3. ON JULY 31, MARINHO HAD SECOND INTIMATE LUNCHEON TALK WITH PRESIDENT IN WHICH HE PRESSED POINT THAT DIRECT PRESIDENTIAL ELECTIONS IN 1966 WITHOUT CASTELLO HIMSELF AS CANDIDATE WOULD RUN

CONFIDENTIAL

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

RIO 340  
8-14-65

**DECLASSIFIED**

Authority *NNO959000*



CONFIDENTIAL

-2- 340, August 13, from Rio de Janeiro

GRAVE RISK OF TURNING COUNTRY'S DESTINIES OVER TO THE DISGRUNTLED FORMER SUPPORTERS OF GOULART, KUBITSCHER, AND QUADROS, PROBABLY EMBODIED IN PERSON OF CARVALHO PINTO, OR TURNING THEM OVER TO LACERDA, WHOM MARINHO CHARACTERIZED AS A MADMAN. IT WAS

PAGE THREE RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L  
 ALL VERY WELL TO THINK OF JURACY MAGALHAES OR BILAC PINTO AS SUCCESSORS, BUT THEIR ELECTION CERTAINLY COULD NOT BE GUARANTEED, AND THE CURRENT EXPERIENCE IN GUANABARA WITH THE PTB NOMINATION OF MARSHAL LOTT ON A FRANKLY ANTI-REVOLUTION PLATFORM AND WITH COMMUNIST SUPPORT WELL ILLUSTRATED THE DANGERS. MARINHO HAD TOLD PRESIDENT HE SYMPATHIZED WITH CASTELLO'S DESIRE MAINTAIN PROMISE RELINQUISH MANDATE BY EARLY 1967 AND RETIRE TO WELL EARNED REST, BUT IF THIS DONE AT COST OF REVERSION TO BRAZIL'S PAST, HE WOULD BE VIOLATING THE TRUST NATION HAD PLACED IN HIM. AS A GOOD STAFF OFFICER, CASTELLO SHOULD WEIGH THOSE ALTERNATIVES AND RISKS CAREFULLY. ALTHOUGH CASTELLO DID NOT INDICATE EXPLICITLY HIS ACCEPTANCE OF THE LOGICAL CONCLUSION, MARINHO WAS DEFINITELY SATISFIED BY END OF TALK THAT CASTELLO WOULD NO LONGER FIRMLY OPPOSE AND WOULD EVEN COOPERATE WITH STEPS TO MAKE POSSIBLE HIS REELECTION, PROBABLY THROUGH SOME FORM OF INDIRECT ELECTION.

4. ON THIS BASIS, THE GROUP MENTIONED IN PARA TWO IS DEVISING A STRATEGY INVOLVING TWO CONSTITUTIONAL AMENDMENTS. THE FIRST, WHICH WOULD BE VOTED BEFORE THE OCTOBER 1965 STATE GOVERNOR ELECTIONS, WOULD SHIFT THE 1966 PRESIDENTIAL ELECTION FROM DIRECT POPULAR TO INDIRECT CONGRESSIONAL FORM. THE SECOND, WHICH WOULD BE SUBMITTED AND VOTED BETWEEN THE STATE ELECTIONS

PAGE FOUR RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L  
 AND THE EXPIRATION ON JANUARY 31, 1966 OF THE CONSTITUTIONAL AMENDMENT FEATURES OF THE INSTITUTIONAL ACT (PERMITTING AMENDMENTS TO BE VOTED BY ABSOLUTE MAJORITY OF BOTH HOUSES INSTEAD OF TWO-THIRDS) WOULD MAKE CASTELLO BRANCO ELIGIBLE TO RUN IN SAID INDIRECT ELECTION. SOME THOUGHT HAS BEEN GIVEN TO A SIMPLE FURTHER EXTENSION OF CASTELLO'S TERM, BUT THIS IS AT PRESENT LESS LIKELY THAN INDIRECT ELECTION. THERE HAS ALSO BEEN DISCUSSION WHETHER INDIRECT ELECTION SHOULD BE BY THE PRESENT CONGRESS OR ITS SUCCESSOR ELECTED IN NOVEMBER 1966; IT IS RECOGNIZED THAT THE LATTER WOULD BE MORE CORRECT AND DEMOCRATIC, BUT THE RISKS WOULD BE GREATER AND PRESENT TENDENCY OF GROUP IS TO PREFER USING THE EXISTING CONGRESS.

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

-3- 340, August 13, from Rio de Janeiro

5. THE UNEXPECTED NOMINATION OF LOTT BY THE PTB IN A RIGGED CONVENTION WHERE COMMUNIST INFLUENCE FROM THE SIDELINES WAS VERY EVIDENT HAS BEEN AN EYE OPENER TO THE PRESIDENT HIMSELF AND TO MANY OTHER SUPPORTERS OF THE REVOLUTION. IT HAS CAST DOUBT ON THE EARLIER STRATEGY OF SECURING BROAD CONSENSUS ON CENTRIST CANDIDATES, AND ILLUSTRATED BOTH THE STRENGTH AND THE DARING OF THE ANTI-REVOLUTIONARIES.

6. DURING JULY 31 TALK WITH CASTELLO, MARINHO ALSO RAISED QUESTION OF GENERAL COSTA E SILVA'S INTEREST IN THE PRESIDENCY. CASTELLO WAS INCLINED TO DISCOUNT ITS IMPORTANCE, BUT AFTER DISCUSSION AGREED THAT SOME OF HIS INTIMATES SHOULD DISCUSS

PAGE FIVE RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L  
WITH THE WAR MINISTER THE DANGERS THAT MIGHT BE RUN BY THE REVOLUTION UNLESS A MEANS WERE FOUND TO REELECT CASTELLO HIMSELF. THIS TASK WAS UNDERTAKEN EARLY THIS WEEK BY DEPUTIES COLONEL COSTA CAVALCANTI AND PAULO SARAZATE. THEY REPORTED THAT COSTA E SILVA WAS AT FIRST MOST LOATHE TO GIVE UP THE IDEA OF HIS OWN CANDIDACY, BUT SHOWED MUCH SOFTENING IN FACE OF THE ARGUMENT THAT IN A DIRECT ELECTION HE MIGHT LOSE EITHER TO CARVALHO PINTO OR TO LACERDA, FOR BOTH OF WHOM HE HAS LITTLE RESPECT.

7. NEXT STEPS IN THIS STRATEGY ARE TO WIN OVER CERTAIN KEY MEMBERS OF CONGRESS, SUCH AS PEDRO ALEIXO, BILAC PINTO, FELINTO MULLER, AND OTHER PSD LEADERS. MARINHO EMPHASIZED THAT MANY UNEXPECTED OBSTACLES COULD ARISE IN CARRYING THROUGH THE STRATEGY, WHICH WILL OF COURSE BE OPPOSED BY LACERDA ON THE ONE SIDE AND THE ANTI-REVOLUTIONARY FORCES ON THE OTHER. HE NEVERTHELESS FEELS THAT AT PRESENT IT HAS A BETTER THAN EVEN CHANCE OF SUCCEEDING.

8. COMMENT. WHILE POLITICAL GOSSIP COLUMNS ARE FULL OF SPECULATION ON MANY TYPES OF MOVES TO MODIFY REGIME, MANY INSPIRED BY POLITICIANS WITH OWN AXES TO GRIND, I REGARD MARINHO'S INFORMATION AS MUCH MORE RELIABLE THAN GENERAL RUN OF SUCH REPORTS.

GP-3. GORDON  
BT

CONFIDENTIAL

Em 27 de outubro de 1965, 74 dias depois do encontro de Gordon com Marinho, a ditadura militar concluiu o plano antecipadamente detalhado pelo empresário das organizações

*Globo*. Castelo Branco assinou o Ato Institucional número 2, um compêndio unilateral e incontestável de 33 artigos que estabeleceu as eleições indiretas para presidente, a dissolução de todos os partidos que atuavam na época e a ampliação do número de ministros do Superior Tribunal Federal, com nomes indicados pela ditadura, para que não houvesse possibilidade de contestação às medidas autoritárias do governo.

O AI-2 ampliou os poderes do presidente ao determinar que ele poderia decretar Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso Nacional. Autorizou também a intervenção nos governos estaduais, a demissão dos funcionários que não se adequassem ao novo governo e ampliou o controle sobre questões ligadas à segurança nacional. Resumindo, a ditadura deixava de se preocupar em ao menos parecer um governo legalmente constituído e administrado para assumir o que sempre fora: uma intervenção militar antidemocrática, sem amparo legal.

Como Gordon havia ressaltado, Marinho era um informante confiável porque participava diretamente das articulações do círculo político, com o cacife adquirido por comandar a maior rede de informação do país, por meio de jornal, rádio e televisão.

Durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil, a relação entre o governo e a diplomacia americana foi pendular. O apoio explícito ao golpe manteve-se entre 1964 e 1977. Com o início do governo Jimmy Carter (1977-1981), transformou-se em apoio crítico, em razão da política de defesa dos direitos humanos e da pressão em favor do cumprimento da proposta de normalização democrática. Os americanos acompanharam, por exemplo, relatos de censura e tortura de forma ambígua. Por um período aceitaram as justificativas tanto de censura como de tortura, mas, a partir do final dos anos 1970, tornaram-se críticos de ambas. Essa relação ambígua marca os despachos dos diplomatas americanos no Brasil para Washington.

A partir de 1973, no quarto ano do governo do general Emílio Garrastazu Médici, a “linha dura” militar se consolidou no governo. “A censura à imprensa se estruturou, atingindo de alguma forma todos os principais veículos de imprensa do país. No governo Médici, a maioria das redações recebia bilhetes ou ligações quase diárias originadas da Polícia Federal – então encarregada da censura. A relação dos temas vetados era ampla, passando de torturas e prisões políticas até temas sociais delicados” (VIANA, 2013).

No período de apoio explícito ao governo brasileiro, a diplomacia americana chegou a defender a censura do regime militar perante um jornalista da poderosa rede de TV americana *CBS*, como mostrou Viana. Em março de 1973,

o cônsul geral de São Paulo relatava ao Departamento de Estado que o correspondente da *CBS* na América Latina, George Nathanson, estava em São Paulo, produzindo reportagem sobre a censura à imprensa brasileira. A ideia da pauta da rede americana nascera a partir de artigo do *New York Times* de 21 de fevereiro sobre esse assunto – informava o então embaixador dos EUA no Brasil, William Rountree, que ficou no posto entre 1970 e 1973. O correspondente da *CBS* estava filmando na redação de *O Estado de São Paulo* e, segundo ele, a reportagem corria muito bem (VIANA, 2013).

A embaixada americana se propôs a intervir diretamente na reportagem para reforçar sua visão de como a censura deveria ser retratada. Durante almoço com Nathanson, um diplomata estimulou o repórter da *CBS* a tentar “obter todos os lados” da história da censura no Brasil, descreve o relatório enviado a Washington.

Além de apenas falar com fontes da mídia veementemente opostos e afetados pela censura presente, o diplomata mencionou que seria útil a Nathanson falar com figuras como o conselheiro presidencial coronel Otávio Costa [chefe da assessoria de Relações Públicas da Presidência] e outros oficiais do governo, bem como representantes da mídia como Roberto Marinho, da *Globo*, e Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, que veem a questão da censura de maneira diferente da família Mesquita, do *Estado*. O jornalista acatou a sugestão e expressou interesse nesta abordagem para fazer uma cobertura balanceada (*apud Ibidem*).

Entre 1972 e 1975 o *Jornal do Brasil* recebeu 270 ordens de censura enviadas por telefone ou por escrito por agentes da Polícia Federal, como levantado pelo jornalista Elio Gaspari.

A partir de 1975, a censura foi sendo reduzida de modo lento e discreto.

Em 4 de abril de 1975 a embaixada em Brasília enviou a Washington um relato sobre a apreensão do jornal *O Pasquim*, do Rio de Janeiro, pela PF. A apreensão ocorreu depois do veículo ter tido a censura prévia encerrada. Definindo *O Pasquim* como “tabloide satírico semanal de centro-esquerda”, Crimmins informava que, durante cinco anos, o semanário fora obrigado a enviar para Brasília duas a três vezes mais material do que necessário – texto, charges e fotos – para ser cortado.

“De acordo com [Millôr] Fernandes e outras fontes bem-informadas da imprensa, o alvo real da apreensão do “Pasquim” era um editorial forte de Fernandes detalhando os problemas do jornal com a censura. Esses problemas incluíam: uma queda brusca de leitores (Fernandes afirma que houve uma queda de 200 mil para 100 mil em circulação nos seis primeiros meses de censura; alguns observadores acreditam que o cálculo atual seja de 50 mil) e assédio da equipe do Pasquim quando a censura teve início (ex. interrogatório policial da maioria deles e prisão de dez editores por dois meses, seguida da sua libertação e o arquivamento subsequente do inquérito). Fernandes também argumentava [no editorial] que o fim da censura prévia não significa que a imprensa livre brasileira possa imprimir o que quer e lembrava aos leitores que muitos dos jornais brasileiros ainda estavam sujeitos à censura”. A apreensão foi um enorme golpe em termos financeiros, já que o Pasquim dependia de vendas em banca (*Ibidem*).

O governo federal, tão duro com os jornais independentes na ditadura, abriu as burras logo no alvorecer da Nova República, iniciada em 1995. Dez anos depois do sufocamento financeiro arbitrário contra o jornal de Millôr Fernandes e companhia, registros do SNI mostram que o então Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, empenhou-se diretamente para conseguir Cr\$ 100 milhões (equivalente hoje a cerca de R\$ 300 mil em valores deflacionados) em duas parcelas para ajudar as contas do *Pasquim* (Arquivo Nacional, SNI, 30 de março de 1985). O SNI estranhou a benemerência. Ao registrar comentários de Dornelles a respeito,

provavelmente por meio de grampo telefônico ilegal, o SNI destacou o fato de que ele afirmou ter “conseguido” o dinheiro, grafando o verbo com aspas. Com o fim da ditadura, os agentes do SNI estavam na oposição ao governo civil e à imprensa.

#### 4.2 O TEMPO LENTO DAS NOTÍCIAS

As análises e reflexões a respeito da percepção de aceleração do cotidiano, especialmente a partir das últimas décadas do século XX e das primeiras décadas do XXI, são relevantes e atraentes por si. Debate-se, em tais abordagens, por exemplo, a existência de um “ritmo cada vez mais rápido de mudanças” (JAMESON, 1993, p. 25), que proporcionaria a sensação de que se vive “num presente perpétuo e numa perpétua mudança” (*Ibidem*, p. 43). Tal sensação culminaria na inserção dos atores sociais contemporâneos em “um inédito regime de historicidade localizado no presente” (HARTOG, 2013, p. 31). Eles viveriam em uma espécie de presentismo infundável (*Ibidem*, p. 38) no qual todo e qualquer instante “se transforma em tempo de frenesi que dura continuamente” (BARBOSA, 2017, p. 20). Esta sensação de tempo continuado, particularmente quando analisada enquanto associada aos meios de comunicação, seria marcada “pelo fluxo contínuo da informação, instaurando um tempo novo governado pela lógica do ininterrupto” (*Ibidem*, p. 21).

Ufa! A aceleração deixa qualquer um sem referenciais. Como provou Newton, um referencial é o corpo ou lugar a partir do qual as observações de fenômenos diversos são feitas. Ao mudar o referencial, a percepção dos fenômenos também muda. Assim o referencial pode ser entendido como o ponto de vista de um observador colocado em determinado lugar no espaço (GLEICK, 2004, p. 30).

Sodré afirma que, com a tecnologia eletrônica, tem-se outra experiência espaço-temporal: o tempo se encurta, e o espaço se encolhe. Na mídia eletrônica, os acontecimentos estão sempre à frente da possibilidade de que sejam interpretados pelos indivíduos, assim como o derrame social das tecnologias da comunicação está à frente da sua interpretação pelas formas individuais e coletivas de consciência (SODRÉ, 2007, p. 20).

Autores como Castells (2017) e Lévy (2010) abordaram extensivamente as transformações sociais decorrentes das novas tecnologias, explicitando os efeitos resultantes dessas tecnologias na produção da sociabilidade. A emergência da Sociedade em Rede introduziu mudanças significativas na forma como os agentes sociais produzem, distribuem e consomem informação, conhecimento e cultura. Uma dessas mudanças corresponde à alteração fundamental do sistema de codificação da informação, que passou de predominantemente analógico antes da Sociedade em Rede para sobretudo digital depois dela. A passagem da

codificação analógica para a digital constitui o substrato tecnológico sobre o qual se organizam as apropriações sociais das tecnologias de informação e comunicação.

Bauman (2007) conceituou o que chamou de passagem da modernidade sólida para a “líquida”: aquela condição na qual as organizações sociais não podem manter sua forma por muito tempo – decompõe-se e dissolvem-se mais rápido que o tempo que leva para moldá-las. Uma característica da vida “líquida” moderna é que o mundo passou a ser atravessado por “autoestradas de informação”, nada que acontece em alguma parte dele pode de fato, ao menos potencialmente, permanecer do “lado de fora”.

Bejan (2019) teorizou que a percepção do tempo muda quanto mais se está exposto à velocidade das imagens. Por isso, o tempo parece passar mais rápido na sociedade conectada das autoestradas da informação.

Cada qual tem o próprio “tempo mental”, não relacionado com a passagem de horas, dias e anos em relógios e calendários, mas sim pela quantidade de estímulo e descanso que os atinge. O tempo da mente e o tempo do relógio são diferentes, fluindo em ritmos variados. A passagem cronológica do tempo é um fenômeno estável e mensurável. No entanto, a percepção do tempo muda constantemente, dependendo das atividades em andamento e de fatores físicos como a idade e o cansaço.

Bejan conclui que o presente é diferente do passado porque a visão mental mudou em ritmo distinto dos relógios usuais. O tempo de um não é o mesmo tempo percebido por outro. O tempo está relacionado ao número de imagens mentais que o cérebro encontra e organiza e ao estado do cérebro à medida do envelhecimento. Quando mais velhos, a taxa na qual as mudanças nas imagens mentais são percebidas diminui devido a várias características físicas transformadoras, incluindo a visão, a complexidade cerebral e, mais tarde, a degradação dos caminhos que transmitem informações. E essa mudança no processamento de imagens leva à sensação de que o tempo flui mais rapidamente.

Existe uma relação inversamente proporcional entre o processamento de estímulos e a sensação de velocidade no tempo, diz Bejan. Então, o jovem experimenta muitos estímulos novos, tudo é novo e assim o tempo parece passar mais devagar. Conforme envelhece, a produção de imagens mentais diminui, dando a sensação de que o tempo passa mais rapidamente.

À medida que o cérebro e o corpo se tornam mais complexos e há mais conexões neurais, os caminhos pelos quais a informação viaja são cada vez mais complexos. Essa mudança no processamento influencia a experiência do tempo, de acordo com Bejan.

Mais de 50 anos atrás, a sociedade era analógica e o tempo parecia correr mais lentamente. No caso do consumo de notícias, a distância tornava o ciclo de informação ainda mais lento. No contexto dos serviços diplomáticos e de espionagem, os jornais tinham papel relevante na capacidade de municiar analistas com fatos que ajudariam a compor uma interpretação da realidade e do porvir.

Assim é notável o poder que a embaixada americana confere aos órgãos de imprensa, acompanhando seus passos minuciosamente, não apenas na produção de notícias, mas também em termos de movimentação política e social. Para dimensionar o prestígio que os jornais tinham, em 2 de abril de 1966, o presidente Lyndon Johnson enviou uma carta particular a Nascimento Brito, parabenizando-o pelos 75 anos que o jornal completava naquela data. Por mais protocolar que tal documento pareça, não deixa de ser simbólico, ainda mais visto com a perspectiva histórica da irrelevância à qual os jornais brasileiros seriam tratados cinco décadas mais tarde.

Envio parabéns pelo longo histórico que seu jornal alcançou como um meio de serviço público sério e independente. Desejo-lhe sucesso futuro em seus esforços para trazer ao povo do Brasil relatos completos, compreensivos e objetivos dos acontecimentos mundiais (Carta particular para Nascimento Brito, redigida por Lyndon Johnson em 02/04/1966, localizada no arquivo do Departamento de Estado).

Tal exemplo serve para contextualizar relatórios que parecem hoje de importância desproporcional àquela que foi dada pela diplomacia americana nos anos da Guerra Fria e da ditadura militar brasileira.

Em maio de 1969, o cônsul americano no Rio, William Belton, telegrafou ao Departamento de Estado para relatar que o *Jornal do Brasil* fizera “surpreendentemente forte ataque ao regime atual” em seu principal editorial de 17 de maio, aparentemente incensado pelo ato institucional número 10. Belton então passa a reproduzir trechos inteiros do editorial.

O *Jornal do Brasil* dizia que, durante períodos de suspensão da aplicação das leis o país tinha resistido “a crueldade sanguinária, tortura e tiroteios”. Reclamava de que, naquele momento, o Brasil estava “imerso em um tipo de morna crueldade constante de mesquinhas punições”. O editorial acrescentava que o cidadão “não mais sabe que futuro terá, se a ele será permitido manter seu trabalho, quão longe poderá ir em defesa de seus direitos ou mesmo se eles serão defensáveis amanhã” (*Ibidem*, p. 5).

O *JB* criticava o governo militar por se manter distante da opinião pública, enxergando “oposição onde existe perplexidade, hostilidade onde há somente irritação”. Reclamava de que, isolado dos canais de debate público, o governo ouvia somente o eco da própria voz. De modo temeroso, o jornal afirmava que a opção do governo por investigações sumárias dirigidas pelo

aparato de segurança dava a impressão de que luta contra oposição gigante. “Isso acarreta punições na imprensa, nos ministérios, nas cortes, nos negócios privados.” O editorial terminava dizendo que o governo podia facilmente encerrar esta “fase cruel que já durou mais do que o tempo suficiente [...] [com] medidas gradativas e firmes” (*Ibidem*).

Após descrever o editorial do *JB*, Belton fez um extenso comentário. Nele revelou que Nascimento Brito admitiu ao consulado americano que tinha remetido dinheiro para o exterior, driblando a lei brasileira, e que ele e a direção do *JB* estavam sofrendo uma devassa em seus bens e finanças, como retaliação às críticas que fizeram.

Embora não seja tão incisivo, este é o ataque editorial mais forte registrado contra o regime desde a edição de 6 de janeiro do *Correio da Manhã*, que resultou em confisco dos exemplares e na prisão de três diretores, incluindo o proprietário. É preciso aguardar para saber como o governo vai reagir ao editorial do *Jornal do Brasil*. O diretor Nascimento Brito não é o editor favorito do governo brasileiro como resultado de manifestações de oposição anteriores e duros discursos contra o regime proferidos na reunião da Associação Interamericana de Jornais em Acapulco, ao lado de Mesquita Neto, de *O Estado de S. Paulo*. É fato que essas declarações, que não receberam destaque adequado no Brasil à importância destes dois jornalistas e de seus jornais, podem ter levado a uma reação fria do governo, sem que tenha havido aparentemente sanções disciplinares.

O governo havia anteriormente questionado Brito sobre depósitos em bancos estrangeiros que ele admitiu à embaixada ter feito, apesar de não estarem amparados pela lei brasileira. Ele disse recentemente ao consulado que o governo está vasculhando as finanças e propriedades dele e da família. Pressão semelhante foi aplicada a outros diretores do *Jornal do Brasil*. Evidentemente estes atos fizeram com que Brito e a direção do *JB* decidissem que estava na hora de uma resposta enérgica. (Telegrama do consulado do Rio ao Departamento de Estado, redigido por William Belton em 17/05/1969).

Como será mostrado adiante, este embate entre o governo militar e o *JB* se prolongaria nos anos seguintes e levaria à demissão do editor-chefe Alberto Dines em 1973. Durante o governo Geisel (1974-1979), as dificuldades de entendimento com o *Jornal do Brasil*, cujas reportagens continuavam a desagradar o regime, acabariam gerando um projeto encaminhado ao presidente que previa diversas sanções ao veículo. O governo exasperou-se com o que considerava “falta de escrúpulos” de Nascimento Brito. O empresário havia assegurado, em setembro de 1976, que modificaria a linha editorial do *JB*, identificada pelo governo como “muitas vezes até subversiva” (SNI, Arquivo Nacional, 03/01/1977).

Para a diplomacia americana, como demonstram dezenas de telegramas trocados entre embaixada e consulados no Brasil e Washington, o destino do *JB* era acompanhado com o cuidado e o esmiuçamento que as grandes questões mereciam. A visão americana do papel da imprensa – como vigilante de um lado e de outro de reforçador dos laços de representantes e representados – refletia uma visão ampla de como devem ser geridas as relações do governo com seus concidadãos.



Não só os jornais eram objeto de preocupação dos EUA, claro. O papel da indústria cultural era uma prioridade pelo menos desde o final da década de 1940. O Departamento de Estado preocupava-se, principalmente, com a propaganda antiamericana na América Latina. Diversos documentos do Departamento de Estado atribuem aos comunistas ações para “desacreditarem” os Estados Unidos na imprensa e nos meios culturais, em diversos países no mundo, Brasil incluído, claro (BATTIBUGLI, 2001).

Uma das estratégias do governo americano no campo das ideias foi criar o USIS, o Serviço de Informação dos Estados Unidos. Assim como no caso da CIA, esse serviço funcionava, em geral, como repartição de embaixadas americanas, produzindo e divulgando ampla gama de notícias focadas nos interesses, valores e ideologia da cultura do país. Formalmente, o USIS era um ramo da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), mas a coordenação geral cabia ao Departamento de Estado.

Um dos objetivos da USIS, por exemplo, era a publicação de artigos de temas de interesse americanos na imprensa brasileira. Em janeiro de 1951, a embaixada enviou um relatório ao Departamento de Estado sobre o material anticomunista publicado pelo Consulado Geral em São Paulo em 1950. Os diplomatas americanos contabilizaram uma série de 31 artigos nos jornais paulistas (*Ibidem*). Relatórios internos mostram que o número de artigos da equipe publicados nos jornais brasileiros era medido por polegadas da coluna. Em agosto de 1952, por exemplo, o USIS alegou ter publicado 3.900 centímetros de texto em jornais brasileiros. Numa aproximação grosseira, isso equivale a mais de 20 páginas de jornal. A maioria dos artigos foi publicada sob pseudônimos americanos ou como sendo feito por jornalistas brasileiros. Em alguns casos, os jornalistas brasileiros usaram partes de artigos originalmente produzidos pelo USIS em seus próprios textos (*Ibidem*).

Àquela época, havia uma convergência entre os interesses norte-americanos e os de parcela considerável da elite econômica brasileira, interessada em combater os chamados “extremistas” que queriam grandes mudanças sociais no país, como reforma agrária, melhores condições de vida para a classe trabalhadora etc. Por tal razão, os artigos em jornais brasileiros tiveram boa recepção não apenas por parte de órgãos de imprensa, como também por parte de instituições empresariais brasileiras como federações e sindicatos patronais.

Essa produção de artigos também era estimulada por meio de oferecimento de viagens e de facilitação de contatos com autoridades americanas. Por mais prosaicas que fossem, viagens de jornalistas brasileiros aos Estados Unidos ou detalhes de coberturas envolvendo autoridades americanas em visita ao Brasil eram temas de análise detalhada dos diplomatas americanos.

Em setembro de 1976, por exemplo, uma comitiva de jornalistas foi aprovada pelo Departamento de Estado para uma viagem patrocinada pelos governos brasileiro e americano. Entre os nomes da lista, estavam os do jornalista Merval Pereira Filho, à época editor de política de *O Globo*, e o fotógrafo Orlando Brito, também do jornal carioca. O despacho esclarece que a comitiva viajaria para os EUA com a passagem paga pelo governo brasileiro, cabendo ao governo americano fornecer a hospedagem ao grupo, entre 24 de setembro e 7 de outubro, em Nova York, Washington, São Francisco e Los Angeles. O programa da viagem envolvia visitas a redações como a do jornal *New York Times* e a da emissora de TV *CBS* e entrevistas com autoridades norte-americanas responsáveis por políticas para América Latina. Ao Departamento de Estado, a embaixada americana salientava que “os jornalistas serão responsáveis pelo pagamento das suas despesas pessoais” (Documento redigido na embaixada americana em Brasília em 14/09/1976, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Por vezes, a diplomacia se envolvia diretamente na tentativa de produção de reportagens, seja tendo um prosaico evento cultural como tema ou a visita de um poderoso secretário de Estado. A transmissão da apresentação do trio jazzístico de Charlie Byrd, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, em 6 de dezembro de 1976, foi oferecida à TV *Globo* por gestão da diplomacia americana, que incluiu o pagamento dos direitos de transmissão pela emissora nos custos envolvendo a apresentação do trio de jazz em Brasília, na casa do embaixador americano (Documento redigido na embaixada americana em Brasília em 30/11/1976, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

A embaixada americana registrou o apelo do Itamaraty para que o secretário de Estado, Henry Kissinger, permitisse à TV *Globo* enviar repórter e repórter-cinematográfico no avião que o traria da Venezuela para o Brasil em fevereiro de 1976. O Departamento de Estado negou o pedido em razão da restrição do número de assentos. O Itamaraty então sugeriu que uma equipe da emissora americana *CBS* gravasse uma “saudação” de Kissinger aos brasileiros, a ser exibida pela *Globo* (Documento redigido na embaixada americana em em 06/02/1976, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Esses exemplos de menor porte dimensionam o grau de relacionamento mantido pela diplomacia americana no Brasil com órgãos de imprensa. Mas nada seria mais representativo do potencial americano de envolvimento do que o financiamento direto do governo a diversos projetos de órgãos de imprensa brasileiros.

### 4.3 O PAPEL-MOEDA AMERICANO

As mudanças estruturais na imprensa seguem as tendências gerais de concentração e centralização que atingem outros setores econômicos. Habermas (2003) afirmou que a esfera pública foi tomada pela esfera do mercado, usando a imprensa como meio para tal.

Cada transformação no processo de produção e distribuição da notícia permitiu atrair mais leitores, acrescentando novas abordagens de conteúdo. São relativamente recentes a criação e a dimensão do espaço dado aos esportes e às páginas destinadas às mulheres, ao comércio, ao turismo e à cultura. Os jornais cresceram para captar novas audiências e refletir suas necessidades e seus interesses.

Habermas (2003) já havia apontado que a reestruturação da esfera pública podia ser apreendida na história da evolução da imprensa. Dizia que, antes da publicização dos jornais, os antigos editores asseguravam à imprensa a base comercial, sem, no entanto, comercializá-la enquanto tal.

Ele narrou que a introdução de anúncios nos jornais no começo do século XIX permitiu a redução do preço, a ampliação da base de público e o consequente aumento de mais espaços para anúncios. Os jornais assim deixavam de ser bandeiras de polemistas para se tornarem um negócio. Tornavam-se um empreendimento que produzia espaço para anúncios como uma mercadoria, que viravam vendável por meio de parte reservada à redação. De acordo com Habermas, a história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se “torna manipulável à medida que ela se comercializa” (HABERMAS, 2003, p. 217).

O exercício do jornalismo crítico tem de lutar por seu espaço em meio à divulgação jornalística com fins manipulativos, sejam comerciais ou políticos.

Ao analisar a imprensa parisiense da primeira metade do século XIX, o escritor francês Honoré de Balzac, em *Os jornalistas*, chama de publicistas “todos os escrevinhadores que fazem política” (BALZAC, 2004, p. 31). Um periódico nada mais era do que o meio para levar adiante determinada proposta de caráter político-ideológico, tendo, no publicista, o próprio político que visa a influenciar o público de seu interesse. Na luta para ganhar o apoio da opinião pública, adversários políticos se digladiavam entre si. Os jornais também atuavam como meio de pressão, na busca pelo atendimento a interesses particulares, junto ao poder público, ou para a conquista desse próprio poder.

Muitos associam a fase político-literária da imprensa ao modelo francês, imaginando que a consolidação comercial dos jornais e revistas têm origem na pujança do capitalismo americano. No entanto, o pai da imprensa moderna comercial é um francês. Émile de Girardin

(1806-1881) teve uma ideia simples que mudou a imagem de que jornais eram elitistas, coisas dos publicistas como Victor Hugo e Balzac. Jornalista e homem público, Girardin tinha um jornal chamado *La Presse*. Em 14 de julho de 1836, duas semanas após seu lançamento, *La Presse* publicou o primeiro anúncio comercial da imprensa; na última página, trazia um quadro sobre venda de enciclopédias; nenhuma ilustração, mas um enunciado que chamava a atenção graficamente e contrastava com a aparência austera do resto do jornal (ARZEL, 2016). Esse primeiro anúncio seria seguido por outros, em edições posteriores. Em 17 de julho, foi publicado o anúncio de um Dicionário de Invenções e outro de uma empresa de negócios em Paris. Em 22 de julho, saiu um anúncio para subscrever ações de uma empresa de ônibus; em 9 de agosto, para uma coleção de livros clássicos em 25 volumes etc. (*Ibidem*).

A verdadeira inovação não estava na aparência de anúncios, mas na maneira de usá-los: o processo desenvolvido por Girardin, na verdade, visava reduzir o preço do jornal, compensando o déficit de assinantes com espaço vendido a anunciantes. Girardin queria vender barato para vender muito e vice-versa.

O ano de 1836 foi classificado por pesquisadores como o “ano 1” da era midiática (THÉRENTY *et al.*, 2001, p. 6869). Émile de Girardin inventara a economia da imprensa – o jornal se tornara duas vezes mais barato que seus concorrentes, graças à maciça introdução da publicidade – e definira novas abordagens jornalísticas como a publicação de romance em série (de Balzac e Dumas, entre outros). Publicava ainda noticiário abrangente: política, economia e fofoca burguesa. Aparentemente disforme, *La Presse* revelava-se um espaço de invenção e liberdade de escrita.

Os anunciantes passaram a disputar entre si para aparecer no jornal, que se tornara o mais popular entre os leitores. A ideia revolucionária de Girardin escandalizaria a concorrência, que, entretanto, logo seguiria o exemplo. Em poucos anos, a publicidade viraria peça essencial no equilíbrio financeiro dos jornais.

No Brasil, 100 anos depois, o economista paulista José Pires do Rio mudaria a imprensa brasileira de patamar ao transformar a venda de anúncios classificados em publicidade de varejo e serviços, como pilar da reforma comercial que faria no *Jornal do Brasil*. Publicando os pequenos anúncios na primeira página, amealhou críticos, mas refez as bases comerciais do jornal, também em estado falimentar nos anos 1930.

A fase de estabelecimento de uma moderna imprensa comercial modelou os jornais como empresas de economia privada destinadas a gerar lucros. A seleção do material se torna mais importante do que o artigo de fundo; a elaboração e a avaliação das notícias, sua revisão e preparação se tornam prioritárias.

Os jornais brasileiros iniciaram o processo de modernização a partir da década de 1950, mas mantiveram laços de dependência econômica com governos por décadas (BARBOSA, 2007). Durante o período do golpe militar, em especial a partir da década de 1970, consolidou-se o modelo informativo brasileiro, baseado formalmente no capital privado, mas construído com apoio estatal de maneira direta e indireta. A ditadura da repressão política, da qual a imprensa era uma das vítimas, estimulou e financiou a modernização produtiva da imprensa brasileira. Tanto a modernização dos maquinários quanto a reforma das formas de produção das notícias foram possibilitadas pelos processos desencadeados a partir de impulsos econômicos promovidos por uma ditadura centralizadora e censora no campo das ideias. A resistência política e econômica a esse modelo criou, de outro lado, um nicho de jornais independentes que buscavam espaços políticos e econômicos fora dos eixos da imprensa comercial tradicional.

Esta pesquisa traz um elemento pouco estudado no impulsionamento modernizador da imprensa brasileira durante a ditadura militar: o papel moeda americano. Ou de outra forma, como os Estados Unidos, por meio de seu principal banco de fomento a mercados no exterior, financiaram a compra de maquinário produzido por eles por jornais, revistas e emissoras de televisão brasileiros. Tal estratégia de ampliação das exportações americanas não estava desvinculada das avaliações, parcerias e estratégias políticas. Como provam documentos desclassificados do governo americano, os financiamentos eram analisados a partir da sua sustentação econômica assim como também da sua oportunidade política.

Ao longo da história, o relacionamento do governo norte-americano com a imprensa e a indústria de notícias variou bastante, tanto nacional como internacionalmente.

No âmbito interno, a opção americana em geral foi de exercer papel de órgão de controle do poder entre os empresários e de defesa do consumidor, buscando estimular a circulação de notícias em comunidades carentes ou negligenciadas por órgãos de informação. O governo exerceu também papel catalisador na extensão de oportunidades de emprego e propriedade a minorias e mulheres. Chegou mesmo a direcionar subsídios diretos e indiretos para preservar a indústria de notícias (COWAN; WESTPHAL, 2010).

Governos estaduais e locais também favoreceram o negócio de notícias. Muitas vezes, eles fornecem subsídios, como deduções e créditos de imposto de renda. Os municípios permitiram caixas de vendedores de jornais nas calçadas da cidade, muitas vezes não cobrando taxa alguma.

Esse variado menu de políticas, estatutos e regulamentos da mídia nacional flutuou significativamente ao longo da história do país, seguindo as mudanças de sentimentos políticos

e desenvolvimento de tecnologia. Esse aporte também influenciou a relação com órgãos de comunicação no exterior. A forma preferencial de apoio a órgãos de comunicação vistos como de bom relacionamento com os EUA era o financiamento de equipamentos de infraestrutura, sejam rotativas no caso de jornais ou câmeras e apetrechos eletrônicos no caso de emissoras de televisão.

Tal financiamento, além de sinal de boa política de vizinhança, era de interesse direto da indústria americana. Esse serviço era oferecido a órgãos de comunicação brasileiros por meio do Eximbank (Export-Import Bank of the United States). O banco de fomento tem um lema claro: “Ajudando o mundo a comprar produtos americanos” (Eximbank, 2021). É uma instituição financeira estatal cuja especificidade principal é operar com empréstimos que estimulem o comércio exterior dos Estados Unidos, ou seja, oferecendo recursos para a aquisição de mercadorias norte-americanas. No Brasil, suas operações mais significativas se deram no financiamento de setores importantes da infraestrutura industrial do país, como projetos de desenvolvimento com a CSN, a Cia. Vale do Rio Doce e o BNDES, criado sob inspiração do Eximbank americano (RIBEIRO, 2013).

O Export-Import Bank of Washington – nome depois alterado para Export-Import Bank of the United States em 1968 – foi criado em 1934 como uma medida, dentro de um conjunto maior, tomada pelo governo de Franklin Delano Roosevelt para combater a Grande Depressão que arrasara a economia dos Estados Unidos.

O objetivo do Eximbank, além de estimular as exportações norte-americanas severamente deprimidas naquela conjuntura crítica, era conceder empréstimos a outras nações que importassem mercadorias dos Estados Unidos ou que estivessem com dificuldades de efetuar seus pagamentos aos norte-americanos. O Eximbank, portanto, deve ser entendido no conjunto de medidas que compuseram o New Deal da administração Roosevelt.

No entanto, por trás de cada operação econômica, havia a análise e a estratégia do Departamento de Estado. Essa estratégia, claro, buscava beneficiar aqueles órgãos de imprensa alinhados ou de relação afinada com os EUA.

Tal afirmação será aqui ilustrada com uma série de telegramas confidenciais do Departamento de Estado que mostram a negociação de vultosos empréstimos para o Grupo *Globo*. Este não foi o único beneficiado, claro. Jornais e emissoras de rádio e TV de diversos estados recorreram ao Eximbank e foram fortalecidos por empréstimos a juros menores do que aqueles que teriam no mercado bancário.

Não foi possível estabelecer um montante oficial de empréstimos do governo americano a órgãos de comunicação brasileiros, mas, pela dimensão de dois casos aqui demonstrados, é possível imaginar que recursos elevados foram destinados para tal operação.

No último quadrimestre de 1974, as Organizações Globo pediram empréstimo ao Eximbank para a compra de equipamentos de radiodifusão (Telegrama do Departamento de Estado, redigido em 13/12/1974, localizado no arquivo do Departamento de Estado). Outras empresas entraram com pedidos semelhantes. São também citadas no documento original emissoras regionais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Amazonas. O Departamento de Estado pede que a embaixada americana no Brasil aponte se há objeções ou questionamentos políticos para o trâmite do processo.

Em documento de setembro de 1974, telegrama do Departamento de Estado para a embaixada em Brasília afirmava que negociava com a Globo do Rio financiamento de US\$ 2,4 milhões – quase R\$ 75 milhões, na conversão para o real, após a atualização monetária – tendo como garantias bens da Globo de São Paulo e do patrimônio pessoal do empresário Roberto Marinho:

O Eximbank preparou-se para aprovar o compromisso preliminar de assistência no financiamento de 2,4 milhões de dólares em equipamentos de gravação de vídeo para a TV Globo Ltda., Rio, com garantias da TV Globo São Paulo e de Roberto Marinho. A embaixada tem alguma objeção a considerar a respeito dessa transação do Eximbank? Apreciar e responder o mais cedo possível, pois o fornecedor espera aprovação para fazer as remessas iniciais (Telegrama do Departamento de Estado, redigido em 30/09/1974, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Em janeiro de 1975, telegrama assinado pelo próprio Secretário de Estado, Henry Kissinger, informava que estava em fase final a análise de financiamento de US\$ 2,4 milhões e, novamente, questionava se a embaixada tinha alguma objeção. Kissinger alertava para que fosse preparado comunicado sobre a operação a ser anunciado conjuntamente em Washington e Brasília (Telegrama do Departamento de Estado, redigido em 30/01/1975, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Dois meses depois, Washington enviava para Brasília as condições detalhadas do empréstimo de US\$ 2,4 milhões, mostrando que teria múltiplas origens.

1. O Eximbank autorizou um crédito de US\$ 632.451 para a TV Globo Ltda. financiar 30% do custo de gravadores de vídeo e equipamentos relacionados, com um custo total de US\$ 2.108.170.
2. Os termos do contrato exigem que o mutuário faça um pagamento em dinheiro de 11% do custo ou US\$ 231.899. O saldo de 59%, ou US\$ 1.243.820 serão financiados pelo FNCB International, São Francisco. O Eximbank garantirá US\$ 632.451 do financiamento privado, representando 30% do total dos custos dos EUA. Reembolso a ser feito semestralmente por um período de 4 anos, a partir de 30 de junho de 1975.
3. Solicita-se que a embaixada avise a TV Globo Ltda. desta operação, que será detalhada em carta à emissora (Telegrama Departamento de Estado, redigido em 26/03/1975, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Apesar de Kissinger encerrar seu despacho insistindo que haverá um comunicado de imprensa sobre o empréstimo, os jornais brasileiros não registraram tal negociação em suas edições dos dias próximos.

A carta com as condições do empréstimo enviada a TV *Globo* mereceu sugestão de reparos não detalhados por parte da emissora brasileira. Em maio de 1976, a *Globo* recebeu o apoio do consulado em suas pretensões. “O consulado não entende a razão política pela qual o Eximbank não deve atender a solicitação em questão. A situação comercial e financeira da TV Globo continua como descrito em comunicado de julho de 1975” (Telegrama do consulado no Rio para Departamento de Estado, redigido em 26/05/76, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Após idas e vindas, o empréstimo foi finalmente concedido, com a pressão exitosa do consulado americano no Rio. Tal negociação foi aqui exposta para demonstrar o grau de relação estabelecida pelas Organizações Globo com o serviço diplomático americano. O benefício de operações financeiras com condições especiais – muito melhores do que aquelas encontradas no mercado financeiro brasileiro – foram logo estendidas também ao braço impresso do grupo.

Menos de um mês depois, a embaixada americana no Brasil enviou mensagem ao Departamento de Estado afirmando que um “representante” de *O Globo* questionava sobre mudanças em “compromisso preliminar” que o jornal havia assinado para a compra de novas máquinas de impressão.



1. Segundo *O Globo*, há aproximadamente 18 meses eles firmaram um compromisso preliminar para a compra de equipamentos para a nova gráfica.
2. O representante de *O Globo* informou que houve mudança no compromisso preliminar, com uma redução na porcentagem da transação total a ser garantida e um aumento na taxa de juros. O representante de *O Globo* diz que a empresa não entende por que os termos especificados no compromisso preliminar foram alterados.
3. O consulado do Rio prometeu encaminhar as demandas de *O Globo* ao Eximbank, mas observou que: a) o Exim muda seus termos de empréstimo se o prazo da carta-compromisso estiver expirado. Portanto, se o compromisso expirou, o Exim não pode se manter vinculado aos termos oferecidos anteriormente.
4. *O Globo* gostaria de ser informado sobre o status do pedido de empréstimo e o motivo da mudança do compromisso preliminar. O consulado também gostaria de ser informado. *O Globo* e televisão associada ao grupo, a TV Globo, são importantes e bem-conceituados no consulado, que tem ótimas relações com as organizações. O consulado gostaria de ser informado sobre os próximos passos para responder às questões que lhe foram apresentadas (Telegrama do consulado no Rio ao Departamento de Estado, redigido em 18/04/1975, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

Não é difícil imaginar que tais relações financeiras tão próximas tenham tido impacto na produção noticiosa das Organizações Globo. Por maior identidade que o grupo tivesse com o ideário americano, a concessão de empréstimos desse porte torna os americanos mais parceiros do que representantes diplomáticos, modificando o patamar das conversações entre seus agentes.

As Organizações Globo, principalmente por meio da rede nacional de televisão, foram a arma utilizada pelo governo militar para alcançar a integração nacional, e a *Globo* se valeu desse poder para se desenvolver (HERZ, 1991). Aliada estratégica, a Rede Globo desempenharia um papel fundamental na consolidação do regime militar no Brasil. Entre 1965 e 1982, o grupo de Roberto Marinho passou de detentor de uma única concessão de televisão, no Rio de Janeiro, à condição de quarta maior rede de TV do mundo.

Desde o lançamento, também houve apoio institucional e formal de empresas e do governo americanos. Na raiz do sucesso da TV *Globo*, como se sabe, está a participação do capital estrangeiro na empresa, o que era proibido por lei, mas foi ignorado por governos antes e depois da ditadura. O acordo com o grupo Time Life possibilitou uma ajuda financeira importante para a criação do modelo Globo de programação e a definição da estética televisiva do país. Também o governo dos EUA participou diretamente do incentivo ao desenvolvimento do grupo, como mostram os documentos aqui mencionados.

Fig. 7: Despacho do secretário de Estado, Henry Kissinger, sobre empréstimo a Globo.

66608

DRAFTED BY XMB:RJMCALEER

APPROVED BY: EB/OCA/REP:JBRABENS

XMB:EJO'CONNOR VICE PRESIDENT - LATIN AMERICA

----- 098103

R 301555Z JAN 75

FM SECSTATE WASHDC

TO AMEMBASSY BRASILIA

AMCONSUL SAO PAULO

AMCONSUL RIO DE JANEIRO

UNCLAS STATE 021621

E.O. 11652: N/A

TAGS: EGEN

SUBJECT: TELEVISION EQUIPMENT FOR TV GLOBO LTDA.

EXIMBANK CONSIDERING FINAL APPLICATION FOR FINANCING  
DOLS 2.4 MILLION IN U.S. TELEVISION EQUIPMENT FOR SUBJECT  
OBLIGOR'S BROADCASTING SYSTEM. DOES EMBASSY HAVE ANY OBJECTION  
TO EXIMBANK CONSIDERATION OF THIS TRANSACTION? KISSINGER

UNCLASSIFIED

## 5. O USO POLÍTICO DA MEMÓRIA

O poder político se estabelece a partir da luta, da acomodação ou do acordo de interesses, sejam estes econômicos, partidários ou sociais. Os interesses coletivos ou individuais são a força da ação política. Todos os discursos políticos explicitam ou camuflam interesses de alguém ou de grupos.

De acordo com Bentley (1995), não se pode falar de progresso a menos que se entenda que ele é mais ou menos estimulado de acordo com o poder de diferentes grupos. Não se pode falar de ideais que modificam o curso das coisas a menos que se entenda que elas representam outro grupo de interesses. Não se pode falar de governantes, partidos, atores políticos e poderes constituídos a não ser que se perceba que eles são meios pelos quais operam os grupos de interesses. Bentley, em seu livro lançado originalmente em 1908 e tornado clássico, *The process*

*of government*, aponta o veneno e o antídoto: só se combate um grupo de interesses articulando, em viés oposto, outro grupo de interesses.

Assim sendo, é natural que os meios de comunicação sejam palco de uma disputa de narrativa hegemônica, em que o poder político usa de todas as ferramentas possíveis para enquadrá-los em seus pontos de vista.

Um desses embates se trava no campo da memória. É necessário compreender, no plano geral, o papel do jornalismo na construção da memória coletiva; no plano particular, como os meios de comunicação constroem a narrativa da memória de si próprios.

A memória constitui uma dimensão essencial na constituição das identidades. O jornalismo e suas práticas narrativas são elementos constituidores da memória. Caracterizam-se como ferramentas de compreensão e recuperação do passado, a partir de um discurso construído no presente. É, assim, um lugar de memória, portador de uma realidade construída a partir dos acontecimentos, apresentada como verídica e imparcial (NORA, 1993).

Zelizer (2014) explicou que o trabalho jornalístico permite rerepresentar o passado, oferecendo pontos de comparação e oportunidades de fazer analogias simultaneamente à construção de novas roupagens.

O jornalismo pode ser definido como um dos quadros sociais da memória – conjunto de referências de uma memória coletiva que o indivíduo mobiliza para se lembrar (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva é a memória de um grupo social em relação a qual o indivíduo se posiciona para criar as próprias lembranças. É essencialmente uma reconstituição do passado que adapta as imagens dos fatos antigos às crenças e necessidades espirituais do presente.

Halbwachs afirmou que uma corrente de pensamento social é tão naturalizada que, normalmente, não nos damos conta dela; só reconhecemos sua existência quando a ela resistimos.

A memória histórica, como a sequência de acontecimentos que constituem a história nacional, não representa o essencial do que Halbwachs chama de memória coletiva. Entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos, cujas memórias e suas transformações atuam mais diretamente sobre a vida e o pensamento dos indivíduos. A nação está longe demais do indivíduo. A história do seu país é considerada, portanto, como um quadro amplo de referência, com o qual a história pessoal tem apenas alguns pontos de contato. Há muitas memórias coletivas, mas a história é única (RIBEIRO, 2017).

A história, disse Halbwachs, preocupa-se com a mudança, a ruptura. A memória se preocupa com o perene. Sob a ideia de perene é que se conformam as identidades dos grupos,

porque elas projetam a permanência no tempo. No entanto, o núcleo dos discursos de memória permanece ligado às histórias das nações e Estados específicos. O lugar político das práticas de memória é ainda nacional. Abre-se então a possibilidade para o uso político da memória.

Como apontou Huyssen (2000), nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real. “O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade”, exemplificou (HUYSSSEN, 2000, p. 16).

Os críticos acusam a cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento; destacam sua incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica. A acusação de amnésia é feita invariavelmente por meio de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é esta que torna a memória cada vez mais disponível, contrapõe Huyssen.

A memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos. Para empregar a expressão de Ricoeur (2005), há um fenômeno de “reconhecimento”. Mas, sem paradoxo algum, o que se faz constitutivo da memória é o “esquecimento”. A memória é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns fatos. O esquecimento é de duas ordens: há o esquecimento daquilo que parece insignificante e não merece ser lembrado; e há o “esquecimento de ocultação”, o esquecimento voluntário, aquele do qual não se quer ter lembranças, porque ele perturba a imagem que se tem de si. A memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar esse passado.

O bom uso da memória deve assegurar a legitimidade e o futuro das políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado, aponta Huyssen.

Todorov (1995) listou casos de eliminação com êxito dos vestígios do passado, mas recomenda que informar sobre os desvios é a melhor forma de combatê-los. Afirmou que a memória tem prestígio entre os inimigos do totalitarismo porque qualquer ato de reminiscência, por mais humilde, é uma forma de resistência antitotalitária.

Todorov reconheceu que a recuperação do passado é distinta de sua utilização subsequente. Não há automatismo que vincule ambos os gestos. O lugar da memória e o papel do passado tampouco são os mesmos nas diferentes esferas que compõem a vida social, pois possuem configurações distintas.

A recuperação do passado é indispensável, o que não significa que o passado deve reger o presente. Este fará do passado o uso que preferir. Todorov propôs distinguir os bons usos dos

abusos da memória questionando seus resultados e pesando o bem e o mal dos atos que se pretendem fundados sobre a memória do passado.

O passado se converte, portanto, em princípio de ação para o presente. O uso exemplar permite revisitar o passado com vistas ao presente. Para entender o por acontecer, interessa-nos o resgate da memória e a configuração e reconfiguração das narrativas com que é construída e reconstruída, a partir do tempo presente.

Um forte agarramento ao presente impede sua transformação em futuro, assim como uma desconexão completa com o passado limita o entendimento do ponto em que se está e aonde se chegará.

Sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento da diferença nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais. A narrativa biográfica que o indivíduo ou grupo faz de si mesmo é construída a partir de uma seleção de informações entre tantos dados que fizeram parte do real vivido. A história é uma forma poderosa de memória, que pode servir ao poder. Lançar luz a seus segredos pode permitir aproveitar as lições das injustiças sofridas para lutar contra as que se produzem hoje em dia.

O aumento explosivo do papel da memória na sociedade moderna foi acompanhado por um aumento explosivo do esquecimento. A memória é apenas outra forma de esquecimento, e o esquecimento é uma forma de memória escondida.

Documentos de arquivos públicos podem mostrar como o jornalismo reforçou discursos oficiais em diversos momentos históricos. Em seguida, será apresentado exemplo de como ações subterrâneas interferem nos fatos, estabelecem a ótica desejada por um ator social, sem que a audiência esteja alerta para as costuras de significado que tais relações provocam.

## 5.1 O DEBATE ENQUADRADO

Documentos secretos norte-americanos afirmam, por exemplo, que o governo dos Estados Unidos propôs e financiou a transmissão ao vivo, para o Brasil, pela Rede Globo, de debates eleitorais entre candidatos a presidente dos Estados Unidos em 1976 (o democrata Jimmy Carter e o republicano Gerald Ford). A aliança entre o maior grupo de mídia nacional e o governo republicano de então pode não surpreender, mas tal interação se opunha aos interesses do governo militar brasileiro, porque simbolizava um reposicionamento do governo dos EUA.

Os norte-americanos apoiaram o golpe militar no Brasil e os governos não eleitos que se instalaram desde 1964. O ano de 1975 marcou o início da sinalização de que os EUA estavam

dispostos a estimular a redemocratização brasileira. Nesse jogo político e midiático internacional, interesses difusos se relacionam, ações contraditórias são listadas e alianças são redimensionadas.

Um comunicado duro da embaixada americana no Brasil alertava, em 3 setembro de 1975, para o aumento de casos de tortura, prisões ilegais e censura. A diplomacia não colocou meias tintas no painel que traçava da situação no Brasil.

O embaixador John Crimmins, que serviu no Brasil entre 1973 e 1978, foi metódico e direto em seu relato:

O arrastão de prisões após a descoberta da gráfica do PCB [ação policial que levou à cadeia toda a equipe do jornal *Voz Operária*] continuou, assim como relatos de tortura e até assassinatos. Os jornais diários começaram a sofrer novamente censura e a revista semanal *Veja* está sob crescente pressão. As atividades do esquadrão da morte ressurgiram no Estado do Rio de Janeiro [...] A questão dos direitos humanos saiu do centro do palco político, mas permanece intimamente ligada à distensão. Embora os sinais de retrocesso nos direitos humanos sejam variados, é pelo menos claro que o progresso foi interrompido e os sinais de sua iminente retomada não estão à vista (Documento redigido por John Crimmins em 02/09/1975, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

A diplomacia americana registrou que cresciam “os relatos confidenciais, geralmente atrasados, de abuso de prisioneiros”. Em contato com advogados brasileiros, os diplomatas disseram que a impressão da “maioria esmagadora” foi de que as prisões eram arbitrárias ou ilegais.

Crimmins citou claramente a ocorrência de “desaparecidos políticos” logo na abertura do seu relatório.

Os nomes daqueles que estão sendo processados (e muitas vezes algumas informações sobre seus supostos crimes) são publicados em jornais. Ouvimos repetidamente, no entanto, que em outros casos os apanhados são torturados e posteriormente mortos. Até agora, houve apenas dois novos casos que conhecemos no ano de casos políticos em que o sujeito “desapareceu”, mas se os relatórios acima mencionados forem bem fundamentados, pode ser antecipado que a lista de “pessoas desaparecidas” acabe por crescer (*Ibidem*).

O embaixador chamou de “intrigante” que a censura aos jornais seja feita por meio de telefonemas às redações, “deixando os jornais em dúvida quanto à autoridade da mensagem”. Lembrou que alguns contatos especularam que o governo podia ter experimentado uma “técnica menos rastreável de censura, ou censores individuais estavam se movimentando livremente por conta própria”.

Este despacho para o Departamento de Estado é um exemplo da mudança sobre a avaliação dos americanos em relação ao golpe de 1964. Com passos lentos e discretos, parcela da diplomacia americana começou a pressionar o Brasil por ampliar a democracia no país.

Podiam ser atos efetivos, como a inclusão do país em relatórios internacionais sobre os direitos humanos, ou atos simbólicos, buscando alcançar também o cidadão brasileiro comum.

Em 1976, o Brasil realizava eleições municipais para cidades interioranas (nenhuma capital tinha escolha direta do administrador) e parlamentos municipais, estaduais e federais. Os responsáveis pelos governos de capitais, de cidades definidas como segurança nacional e de estados eram indicados pelo Poder Executivo. O presidente, por sua vez, era eleito por meio de colégio eleitoral. O titular então era o general Ernesto Geisel, que já iniciara seu projeto de distensão “lenta, gradual e segura”.

A transmissão de um debate presidencial norte-americano na íntegra para o público brasileiro poderia parecer sem sentido ou mesmo ineficaz num país sem eleições livres. Mas, naquele contexto, era importante que fosse apresentado em tempo real como funcionava uma eleição democrática, na qual o confronto de ideias prevalecia a bem do eleitor.

Na eleição de 1976 dos Estados Unidos, o presidente Gerald Ford, republicano, e o então ex-governador da Georgia, Jimmy Carter, democrata, debateram em três oportunidades: em 23 de setembro, na Filadélfia (Pensilvânia); em 6 de outubro, em São Francisco (Califórnia); e em 22 de outubro, em Williamsburg (Virgínia). Os debates foram transmitidos para mais de 150 países, em geral por iniciativas próprias de grupos de comunicação. O caso brasileiro foi um momento raro, em que as autoridades americanas se esforçaram para que o país se integrasse ao clube dos espectadores do debate.

A Rede Globo aceitou a proposta apresentada pelo Departamento de Estado, que arcou com os custos da transmissão do primeiro debate presidencial em rede brasileira.

O texto de apresentação do jornal *O Globo* sobre a novidade procurava introduzir ao leitor brasileiro a importância dos debates, os primeiros a serem transmitidos pela televisão dos EUA depois de 1960. Os 16 anos de interregno de debates norte-americanos eram justificados pelo desinteresse na sua articulação, só retomada pela Liga do Interesse Feminino, que sugeriu e patrocinou sua realização.

Apesar da tendência atual nos Estados Unidos de subestimar os debates televisionados entre candidatos presidenciais, segundo a revista *Time*, aceita-se hoje que os debates entre John Kennedy e Richard Nixon, em 1960, serviram para iluminar importantes qualidades pessoais dos dois políticos [...] O interesse público foi enorme: 71 milhões de espectadores, em média. Nas pesquisas da firma Gallup, Kennedy conquistou três pontos percentuais após os debates; e Nixon, um. Como Kennedy ganhou a eleição por apenas 2% de vantagem, os debates tiveram influência crucial (FORD E CARTER HOJE, 23/09/76, p. 18).

A transmissão do primeiro debate pela Rede Globo foi anunciada nas primeiras páginas dos jornais, em especial de *O Globo*, sem qualquer menção à ajuda externa. A Rede Globo lançou campanha publicitária com algum alarde sobre a transmissão do debate.

Fig. 8: Anúncio sobre o debate presidencial americano.



No entanto, na página dedicada à programação das emissoras de televisão, *O Globo* informava para o horário do debate um programa especial sobre a visita do presidente Ernesto Geisel ao Japão. Relatava, em letras miúdas, que às 23h30 a emissora transmitiria, “em videoteipe, os momentos mais destacados do debate”.

A desinformação entre a divulgação publicitária da emissora e o conteúdo relatado pelo jornal de propriedade dos mesmos acionistas dá indícios de que as tratativas para a transmissão se deram em nível elevado de direção, sem que o órgão coirmão tivesse detalhes do acordo celebrado.

A Rede Globo transmitiu o debate na íntegra com tradução simultânea, mas não ao vivo. O problema é que, por questões técnicas na geração de imagens nos Estados Unidos, não foi o melhor debate. A contenda entre os dois candidatos norte-americanos a presidente ficou interrompida por 27 minutos por falta de som no estúdio e acabou encerrada após 82 minutos de perguntas e respostas – oito minutos antes do fim originalmente previsto.

O destaque da cobertura do debate de *O Globo* deixava claro que o problema não havia sido na emissora brasileira: “27 minutos sem som na TV americana”, informava subtítulo da primeira página do jornal carioca (PESQUISAS DIZEM, 25/09/1976, p. 20). O título era desanimador: “Ford e Carter empatam em debate monótono”. Justificava o jornal: “Os dois



candidatos terminaram empatados o debate, cujas minúcias de natureza orçamentária e técnica, além da fria postura de ambos, conferiram ao espetáculo uma sensível monotonia”.

Em curto editorial, o jornal chegou a caçoar da falha técnica americana: “É preciso descobrir a simbologia desse surpreendente fracasso eletrônico, num país que já tem as suas mãos científicas escarafunchando o solo de Marte” (*Ibidem*).

Um telegrama da embaixada norte-americana em Brasília, enviado à agência de serviços de informação norte-americana (então chamada USIS), comentou as repercussões tidas como positivas da iniciativa do debate e citava expressamente a “assistência financeira” (US\$ 11 mil – equivalente hoje em valores corrigidos a R\$ 224 mil) para a cobertura dos custos de estúdio e sinal de satélite recebida pela emissora brasileira.

USIS e TV Globo transmitiram o primeiro debate ao vivo e direto, abrindo uma nova era no telejornalismo brasileiro. Com a iniciativa, por meio do empenho da equipe [diplomática] e de assistência financeira para a Rede Globo, estabeleceu-se a primeira oportunidade para brasileiros assistirem ao debate presidencial, mostrando candidatos em ação em circunstâncias radicalmente contrastantes com aquelas que os candidatos na eleição municipal brasileira encontram. A reação da imprensa demonstrou que os objetivos da transmissão foram atingidos (Telegrama da embaixada norte-americana de Brasília para a USIS, redigido em 26/09/1976, localizado no arquivo do Departamento de Estado).

O comentário político mais revelador da transmissão do debate foi do deputado gaúcho Pedro Simon, timidamente registrado por *O Globo*.

O povo brasileiro chegará às eleições de novembro em condições de escolher o melhor candidato à Presidência dos Estados Unidos; mas não terá condições de discernir quem será o melhor representante no Executivo e Legislativo de sua comuna natal. Que estranha ironia essa do povo brasileiro. O operário de Porto Alegre e o agricultor do Alto Uruguai podem hoje discutir, debater, analisar a política norte-americana, mas, na hora de votar, só saberão da política brasileira o nome e o número dos candidatos. O que assistimos na televisão dói na alma e tive uma inveja muito grande (DEBATE FORD-CARTER CAUSA, 25/09/1976, p. 5).

O jornal alternativo *Movimento* publicou cartas de espectadores que questionavam o custo das transmissões e reclamavam da surpresa de assistirem a dois homens brancos, bem-vestidos, olhos claros, discutindo os problemas... dos EUA (O DEBATE DE LÁ CÁ, 04/10/1976, p. 3).

Os questionamentos faziam sentido. O de Simon mostrava a ironia de o governo norte-americano – que apoiou e estimulou o golpe militar no Brasil em 1964 – gastar dinheiro para que algum tipo de sinal de democracia chegasse ao eleitor brasileiro. De certa forma, plantava a semente da eleição com debate livre e público, com a manifestação aberta das ideias e confronto entre candidatos; algo muito distante da realidade do eleitor brasileiro de 1976.

Sobre os custos da transmissão e da discussão extemporânea em rede nacional, os espectadores que se manifestaram tinham razão em exhibir seu estupor. Nos dois casos, as

contradições se explicam pela natureza lenta dos processos políticos e das batalhas de ideias e pelas amarras impostas por um governo centralizador e totalitário sobre os cidadãos de então.

O segundo debate presidencial norte-americano não foi transmitido pela TV *Globo*. As falhas técnicas da primeira experiência decerto influenciaram a decisão. Um demonstrativo do humor da casa foi dado à véspera do debate final, em editorial de *O Globo*, canal escolhido pelos sócios proprietários da TV e do jornal para manifestações de opiniões. Citava “gafes patéticas nos debates improvisados da TV”, chamava a disputa americana de claudicante, ensejava seu apoio ao republicano Gerald Ford contra Carter, cuja campanha, “cevada no prato suculento de Watergate”, foi definida com sua “carga de indefinições, inexperiências, contradições, ingenuidades e oportunismo” (CAMPANHA CLAUDICANTE, 21/10/1976, p. 1).

Carter havia afirmado que os EUA não deviam dar aprovação verbal a uma “ditadura militar como a do Brasil chamando-a de governo democrático” (O BRASIL NÃO PRECISA, 22/09/1976, p. 1). Tornou-se assim desafeto dos militares brasileiros e, por tabela, do grupo de mídia mais próximo do regime de então.

O terceiro e decisivo debate voltou a ser transmitido pela TV *Globo*. Desta vez, não houve anúncio comercial da empreitada. Apenas uma bandeira – recurso gráfico que destaca frase abaixo de um texto – afirmava abaixo do material jornalístico publicado por *O Globo*: “O debate será transmitido pela TV Globo para todo o Brasil, a partir das 23 horas”. De fato, a emissora transmitiu o debate com 30 minutos de atraso em relação às TVs norte-americanas. Desta vez não houve problemas técnicos. O Brasil conheceu assim o modelo de debate presidencial, ao qual só aderiria 13 anos depois, com a eleição presidencial de 1989, 25 anos após o golpe militar de 1964.

De Toronto, um espectador atento chamado Marshall McLuhan via no debate norte-americano de 1976 a fundação de uma nova era e a confirmação dos prognósticos que escrevera no livro *Os meios de comunicação de massa*, lançado em 1964:

Os debates Ford-Carter representam um complexo de armadilha das mídias, do qual nenhum dos candidatos escapará incólume. Tanto o rádio quanto a televisão apresentam muitos fatores não verbais, cujo resultado é o fato de que o ouvinte do rádio terá uma visão do debate muito diferente da do espectador da televisão. [...] A situação é estruturada e padronizada para favorecer o desempenho de um papel em vez de buscar objetivos e políticas. Na realidade, isto significa que tanto os partidos quanto as políticas têm pouca relevância num mundo que espera um mecanismo de serviço totalizante. A imagem carismática substitui os objetivos, os partidos e as políticas (MCLUHAN, 23/09/1976, p. 41).

Estava de fato inaugurada uma nova era na política mundial com a sedimentação do debate transmitido pelos meios eletrônicos. Como anotou McLuhan, a principal característica

do ambiente de informação eletrônica é a proliferação de imagens e promessas atrativas. É o mundo das relações públicas e do prestígio; é o mundo do entretenimento e das promessas, características do mundo publicitário, contra o mundo real que se descortina fisicamente à frente das pessoas.

O Brasil pôde testemunhar tal mudança de parâmetros, mesmo que não entendesse muito bem como funcionava o processo eleitoral livre ou os fundamentos da realidade eletrônica que agora abraçava a política, para nunca mais dela se desgrudar.

Fig. 9: Documento do Departamento de Estado sobre transmissão de debate presidencial americano pela TV *Globo*, custeada pelos americanos.

Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 04 MAY 2006

### Message Text

LIMITED OFFICIAL USE

PAGE 01 BRAS IL 08478 012057Z

73

ACTION ARA-10

INFO OCT-01 ISO-00 CIAE-00 DODE-00 INR-07 NSAE-00 PA-01

PRS-01 SP-02 022 W

----- 005732

P R 012005Z OCT 76

FM AMEMBASSY BRASILIA

TO USIA WASHDC PRIORITY

INFO SECSTATE WASHDC 8120

AMCONSUL RIO DE JANEIRO

LIMITED OFFICIAL USE BRASILIA 8478

USIAC

FOR ILA IMV

E.O. 11652: N/A

TAGS: N/A

SUBJECT: FIRST FORD-CARTER DEBATE ON BRAZILIAN TV

REF: BRASILIA 8299 AND 8317

1. USIS AND TV GLOBO PROGRAMED THE FIRST PRESIDENTIAL DEBATE LIVE AND DIRECT, OPENING A NEW ERA IN BRAILIAN TELEJOURNALS. POST INITIATIVE, STAFF WORK AND FINANCIAL ASSISTANCE TO TV GLOBO NETWORK PROVIDED FIRST-TIME OPPORTUNITY FOR BRAZILIANS TO VIEW PRESIDENTIAL DEBATE AND SHOWED CANDIDATES IN ACTION IN CIRCUMSTANCES SHARPLY CONTRASTING WITH THOSE OF BRAZILIAN MUNICIPAL CANDIDATES IN NOVEMBER ELECTIONS HERE. POST WAS GRATIFIED THAT SEVERAL PROGRAM OBJECTIVES WERE ACHIEVED. IMPACT IS REFLECTED IN QUOTES FROM BRAZILIAN MEDIA, REPORTED IN MEDIA REACTION REPTELS. TO SUMMARIZE THESE QUOTES:

2. WEEKLY MAGAZINE VEJA: DEBATES HAD CRUCIAL, OVERPOWERING IMPORTANCE. BESIDES AMERICANS, ESTIMATED

LIMITED OFFICIAL USE

PAGE 02 BRAS IL 08478 012057Z

PUBLIC OF 300 MILLION OVERSEAS SAW CONFRONTATION.

Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 04 MAY 2006

## 6. AS RELAÇÕES OBSCURAS DO QUARTO PODER

Em 1828, um parlamentar britânico (Thomas McCulay) apontou a imprensa como o “Quarto Poder”. Ainda influenciado pelos acontecimentos de 1789, fazia referência aos três poderes relacionados pela Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o terceiro poder, que englobava os burgueses e o povo (TRAQUINA, 2012). Na democracia moderna, o princípio de “poder controla poder” lançou a ideia de independência e contraposição balanceada de Três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Assim, a imprensa seria o Quarto Poder, que emergia para contrabalançar os demais, mantendo-se independente deles.

O jornalismo como Quarto Poder se constitui em simbiose com a democracia a partir do século XIX. Tinha como papel vigiar o poder político e proteger os cidadãos de eventuais abusos dos governantes, além de fornecer as informações necessárias para os cidadãos exercerem suas responsabilidades cívicas. Na visão de Traquina (2013), é o momento em que se torna central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística. O autor aponta que a conexão entre fontes e jornalistas faz das notícias uma ferramenta importante de governo e das autoridades estabelecidas. As notícias em geral tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos, mas nem sempre.

Coube ao pesquisador e jornalista norte-americano Walter Lippmann uma das primeiras referências ao poder do jornalismo, ao defini-lo como a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça a respeito desses acontecimentos<sup>3</sup>.

Os jornais são considerados pelos democratas como uma panaceia para os seus próprios defeitos, enquanto a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo parece mostrar que os jornais refletem necessária e inevitavelmente, e portanto, em maior ou menor medida, intensificam, a organização defeituosa da opinião pública. A minha conclusão é que a opinião pública deve ser organizada para a imprensa, para que seja sólida, e não pela imprensa, como é o caso hoje (LIPPMANN, 1991, p. 32).

Como escreveu Nelson Traquina (2013), Lippmann de certo modo antecipava a teoria do agendamento, introduzida em 1972 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em artigo publicado na revista acadêmica *Public Opinion Quarterly* (apud TRAQUINA, 2013). A teoria originalmente postulava que a mídia não podia dizer às pessoas sobre como pensar os assuntos, mas era bem-sucedida ao dizer às pessoas no que pensar. Os autores atribuíam essa assertiva a Bernard Cohen em 1963 e se propunham a ir além. Afirmavam que a mídia marcava e

---

<sup>3</sup> “The World outside and the pictures in our head” (tradução própria).

selecionava a agenda de temas públicos, sugerindo não só o que pensar, mas também como pensar.

A teoria do agendamento sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos da mídia. Significa uma redescoberta do poder do jornalismo não só para selecionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para elaborar esses acontecimentos e/ou temas.

O processo de agendamento é descrito como interativo. A influência da agenda da mídia sobre a agenda pública é direta e imediata, principalmente quando envolve temas com os quais o público não tem uma experiência direta e própria. A influência da agenda pública sobre a agenda da mídia é um processo gradual, com os critérios de noticiabilidade sendo adequados em longo prazo.

Assim, os assuntos propostos pela mídia se tornarão objeto de conversa das pessoas, passando a integrar a agenda pública. A hierarquização temática redundará em temas em relevo na agenda da mídia, que, conseqüentemente, se tornarão temas em relevo da agenda pública.

O impacto da função do agendamento não é igual para todas as pessoas e depende da necessidade de orientação de cada um. Para as pessoas com grande necessidade de orientação, os meios de comunicação fazem mais do que reforçar opiniões existentes. Podem direcionar a atenção para questões e tópicos específicos. O efeito da agenda da mídia varia segundo a natureza do assunto. Traquina distingue “questões envolventes”, ou seja, que podem mobilizar as pessoas em razão da sua experiência direta, daquelas “não envolventes”, distantes da experiência direta de cada um.

Alguns pontos sistematizados da “agenda setting” mostram conceitos que a definem: centralidade, tematização, repetição e relevância estão na raiz da capacidade da mídia de colocar determinado assunto como importante (McCOMBS; SHAW, 1972 *apud* TRAQUINA, 2013).

Muniz Sodré, no entanto, vê como insuficiente a hipótese da chamada “agenda setting” (2006a). De acordo com ele, a agenda existe como função, mas não isolada, à maneira de um instrumento à parte do sujeito. O agendamento só funcionaria por força de prescrições de natureza moral, potencializadas pela tecnologia e pelo mercado, em razão da profunda afetação da vida pela tecnocultura.

Barros Filho (2001) levantou uma série de questões sobre a eficácia do agendamento. Analisou que falta rigor na determinação da agenda, na comprovação da hierarquização temática e nas pesquisas comprobatórias dos seus efeitos. Com tais restrições, entendemos que o conceito de “enquadramento” a ser tratado a seguir talvez responda com mais eficiência aos anseios desta pesquisa. Apesar de o paradigma ainda estar em desenvolvimento, sua aplicação

dinamiza o campo da comunicação política, oferecendo perspectivas diferenciadas sobre o entendimento do papel da mídia.

Em geral, a mídia é entendida como fonte de informação dos cidadãos e deve transmitir informações de forma objetiva e imparcial para a audiência. A crítica à mídia, nesse contexto, limitar-se-ia à falta de objetividade ou à imparcialidade de sua produção. A restrição reflete a visão de que, ao tratar de temas políticos, por exemplo, a mídia deve impedir que valores e ideologias interfiram nos relatos dos fatos (objetividade) e evitar que grupos, partidos ou candidatos sejam favorecidos de alguma forma (imparcialidade).

Coube a Robert Hackett propor um novo suporte teórico que fosse além das questões da objetividade e imparcialidade (HACKETT, 1993 *apud* TRAQUINA, 2013). Afirmava ele que desequilíbrio, distorção e deturpação – desvios provocados pela parcialidade – são pontos frágeis para o entendimento do papel da mídia.

Hackett argumentou que o conteúdo da mídia pode desempenhar papel político ou ideológico importante não apenas quando existe falta de objetividade ou imparcialidade, mas também quando esse conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz seria composta por um conjunto de regras e conceitos (que ele chama de “estrutura profunda”) que são ativados pelos jornalistas – nem sempre de forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular.

Um dos fatores mais importantes da “estrutura profunda” que rege a produção do noticiário são os “enquadramentos” aplicados pelos jornalistas em seus relatos. O conceito de “enquadramento” oferece instrumento para examinar o papel da mídia na construção da hegemonia, no sentido gramsciano de direção intelectual e moral na sociedade.

Desde as críticas que provocaram revisão na teoria do agendamento, pesquisadores passaram então a examinar a cobertura da mídia em dois níveis. O primeiro nível seria o de agendamento, que trataria sobre “o que” o público pensa. No segundo nível, estaria o enquadramento, o “como” o público pensa. O conceito de enquadramento tem sido definido tanto como alternativa ao agendamento quanto como elemento corretor de lacunas da teoria que o antecedeu.

O conceito de enquadramento na análise de fenômenos sociais surgiu no livro *Frame analysis*, do sociólogo Erving Goffman. Ele define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e o envolvimento das pessoas neles.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena (GOFFMAN, 1986, p. 11).

Utilizando as convenções da cobertura jornalística como enquadramento, os repórteres conseguem mais do que fazer um acontecimento público. Eles definem o que é e quais fatos constituem os acontecimentos.

O campo da psicologia cognitiva constitui outra fonte importante para o conceito de enquadramento, pois demonstrou que mudanças na formulação do problema causam variações significativas nas preferências e respostas das pessoas. Decisões podem ser influenciadas não por omissão ou distorção de informações, mas sim por enquadramentos exitosos específicos. Enquadramentos são instrumentos de poder.

No campo dos estudos de comunicação, a primeira aplicação mais relevante é atribuída ao livro *Making news*, da socióloga Gaye Tuchman (1978). Baseada em Goffman, argumentou que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade.

Robert Entman elaborou a primeira revisão dos estudos sobre os enquadramentos da mídia, permitindo a criação de uma definição focada:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 51).

Assim enquadramento essencialmente significa selecionar e evidenciar: selecionar alguns aspectos da realidade vivenciada e fazê-los mais evidentes na comunicação do texto, de tal modo a promover uma específica definição do problema, uma interpretação da causa, uma avaliação moral ou uma recomendação de tratamento para o tema abordado. Normalmente, os enquadramentos definem, diagnosticam, avaliam e prescrevem.

Como agem os enquadramentos então?

- 1) definem problemas: determinam que agente causador está fazendo, com que custos e benefícios, geralmente medido em termos de valores culturais comuns;
- 2) diagnosticam causas;
- 3) identificam as forças criadoras do problema, fazem julgamentos morais, avaliando os agentes causadores e seus efeitos;



4) sugerem soluções, oferecendo e justificando tratamento para os problemas e prevendo seus efeitos prováveis.

Assim, uma simples frase pode abarcar mais de uma destas quatro funções de enquadramento, apesar de que muitas frases em um texto possam não estar contempladas em nenhuma delas. E um enquadramento em qualquer texto específico não deve necessariamente incluir todas as quatro funções.

O enquadramento tem ao menos quatro posições no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Comunicadores fazem, consciente ou inconscientemente, juízo de enquadramentos ao decidir o que dizer, guiados por enquadramentos (frequentemente chamados esquemas) que organizam o sistema de crenças.

Como enumera Entman, o texto contém enquadramentos, que são manifestados pela presença ou ausência de certas palavras-chaves, frases de ação, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que fornecem tematicamente *clusters* de reforço de fatos ou juízos. Os enquadramentos que guiam o pensamento e as conclusões do receptor podem ou não refletir o enquadramento do texto ou da intenção do comunicador. Diz ele que cultura é um aglomerado de enquadramentos comumente evocados; na realidade, cultura pode ser definida como o conjunto empiricamente demonstrável de enquadramentos comuns exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas em um grupo social (ENTMAN, 1993, p. 51).

Enquadrar inclui funções semelhantes em categorias diversas: selecionar e destacar, e usar elementos de destaque para construção de argumentos a respeito dos problemas e de suas causas, soluções e avaliações.

Selecionar partes da informação sobre algo que é objeto da comunicação significa evidenciá-las. Evidenciar significa tornar parte da informação mais noticiável, significativa e memorável para a audiência. Aumentar a evidência eleva as chances de os receptores perceberem a informação, discernirem seu significado e, assim, processá-la e armazená-la na memória.

Textos podem tornar partes da informação mais evidentes por posicionamento, repetição ou por associação com símbolos culturalmente familiares. Contudo, mesmo o aparecimento de uma única ideia não destacada em uma parte obscura do texto pode ser altamente evidenciado, se estiver em conformidade com os esquemas existentes nos sistemas de crenças do receptor, define Entman (*Ibidem*, p. 56.).

É neste cenário que se propõe uma rápida imersão em arquivos do passado para dissecar as vinculações invisíveis do Quarto Poder com aqueles outros que deveria fiscalizar. Torna-se

relevante conhecer as razões subterrâneas que afetaram a dimensão pública da construção da identidade dos órgãos de comunicação nacionais.

Como contextualizou Muniz Sodré (1984), o jornalismo escrito sempre se caracterizou por uma participação mais política do que propriamente econômica no processo histórico brasileiro. Sodré frisou que, mesmo estruturada como empresa comercial, a imprensa prestava serviços explicitamente políticos. Defendendo interesses de grupos econômicos ou de partidos, ela ainda se definia pelos critérios políticos. A partir dos anos 1960, em sua fase industrial monopolista, as empresas de informação convertem-se em operadores de sistema de tecnologia avançada, com a progressiva integração das massas urbanas. “Preparava-se assim a despolitização dos meios de informação, para levá-los a melhor servir ao processo de acumulação e à administração burocrática do espaço social” (SODRÉ, 1984, p. 99).

A etapa atual do capitalismo financeiro globalizado agrega à antiga dinâmica das trocas econômicas um vasto discurso de legitimação, baseado num modelo cultural que procura consolidar formas de vida e de consumo específicos, com as diferenças culturais assumindo primeiro plano (*Idem*, 2006b, p. 155-156).

Nelson Traquina (2013) aponta que a conexão entre fontes e jornalistas faz das notícias uma ferramenta importante de governo e das autoridades estabelecidas. As notícias em geral tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos (TRAQUINA, 2013, p. 201), mas nem sempre. Propõe que seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o *status quo*. Periodicamente, no entanto, o jornalismo também realiza o seu potencial de contrapoder (*Ibidem*, p. 202).

Por vezes a construção da notícia sofre impacto de articulações invisíveis, contaminando o ideário de objetividade e imparcialidade sobre o qual a imprensa construiu sua imagem. Os efeitos práticos da “agenda setting” e do enquadramento podem ser exemplificados analisando as relações de simpatia e desconfiança estabelecidas pelas Organizações Globo com a ditadura militar, como será visto adiante.

## 6.1 QUEM DÁ PODE TIRAR

Um dos problemas mais graves da democracia brasileira é o controle da informação por políticos e familiares. Em 2017, Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (Media Ownership Monitor – MOM), publicado pelo *Intervozes* e pela *Repórteres Sem Fronteiras*, buscou tornar visível quem controla a mídia brasileira. O projeto mapeou os cinquenta veículos ou redes de comunicação de maior audiência no país em quatro segmentos: mídia impressa, online, TV e rádio. Esses cinquenta veículos pertencem a 26 grupos de comunicação, e metade

deles está sob o controle de apenas cinco grupos: Globo, Bandeirantes, Record, Folha e o grupo de escala regional RBS (“OLIGOPÓLIOS DE MÍDIA...”, 31/10/2017). Tal quadro indica uma alta concentração das maiores audiências nas mãos de poucos proprietários. Além disso, os 26 grupos pesquisados possuem negócios em mais de um tipo de mídia, o que configura a propriedade cruzada dos meios de comunicação, uma das formas mais graves de controle monopólico do setor.

O monitor comprova que a mídia brasileira tem elevada concentração de propriedade e de audiência, sob crescente controle religioso, com influentes afiliações políticas e guiada por interesses econômicos de grandes grupos, além de gravíssima falta de transparência na propriedade e na distribuição da publicidade governamental, concentrada nos meios simpáticos à agenda do governo federal. Tudo isso possibilitado por um marco regulatório antigo, permissivo e ineficaz (*Ibidem*).

A pesquisa revela, ainda, um quadro menos conhecido: 21 dos 26 grupos ou seus principais acionistas possuem atividades em outros setores econômicos, como educacional, financeiro, imobiliário, agropecuário, energético, de transportes, infraestrutura e saúde. Somam-se a esses os interesses dos grupos de mídia de escalas regional e local que, por meio do sistema de afiliadas, permitem que as grandes redes de TV e de rádio cheguem a todo o território nacional e que os grandes portais de internet atraiam audiência pela produção de conteúdo local (*Ibidem*).

A existência de uma mídia plural, com diversidade de informações e de narrativas em circulação, é condição indispensável para o funcionamento de um sistema político democrático. A concentração de propriedade e de audiência nos meios de comunicação, ao contrário, equivale a uma menor diversidade de conteúdo e a uma maior possibilidade de restrições à livre manifestação do pensamento. A concentração, portanto, coloca em risco os próprios fundamentos da democracia representativa liberal.

Entre todos os países analisados pelo monitoramento de mídia, o quadro de indicadores de riscos à pluralidade produzido no Brasil é o pior. No país, destacam-se negativamente a elevada concentração de audiência – mais de 70% do mercado de televisão aberta está concentrado nos quatro principais grupos –, a grave propriedade cruzada dos meios – com os mesmos grupos concentrando mídias de diferentes tipos, como rádios, TVs aberta e paga, portais de internet, jornais e revistas –, e a ausência de proteções legais contra os monopólios formados por estes grandes grupos econômicos.

A afinidade entre os grandes grupos de comunicação e o poder político se faz presente na história recente da República. Um número significativo de ocupantes de cargos públicos é

proprietário de meios de comunicação. Entre os 594 membros do Congresso Nacional, 30 conciliam a atividade parlamentar com os interesses como empresários do campo da mídia (MOURA, 29/09/2016).

O artigo 54 da Constituição estabelece que deputados e senadores não podem ser “proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público”, como é o caso da radiodifusão – as empresas de comunicação operam nos meios rádio e televisão mediante concessão do Estado, já que o espaço eletromagnético ocupado pela propagação do sinal das emissoras é um bem público. Quando a norma constitucional não é respeitada e políticos se tornam proprietários de emissoras de TV e rádio, o direito de acesso à informação é violado, o debate de ideias é comprometido e há propensão a favorecimentos políticos. Assim, os parlamentares proprietários de rádios e TVs podem utilizar os meios de comunicação como moeda de troca e palanque para fins privados, fazendo prevalecer seus próprios interesses em detrimento do interesse público.

As relações políticas mantidas pelos meios de comunicação também são evidentes quando se analisa a propriedade das emissoras afiliadas que formam as grandes redes nacionais. Em muitos estados, as afiliadas são controladas por famílias tradicionais no meio político, que exercem o “coronelismo eletrônico”: controle político exercido sobre a população e os próprios agentes públicos a partir dos meios de comunicação, nas áreas geográficas sob influência e alcance dos respectivos “coronéis”. Assim, se entre os principais grupos de comunicação que possuem redes de rádio e TV analisadas pelo MOM-Brasil não há proprietários que exerçam cargo político, é preciso destacar que essas redes são formadas a partir de um sistema de afiliadas que contam com diversos políticos como proprietários, e que exercem enorme influência política em suas regiões.

No Brasil, as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas. Para que as emissoras comerciais de rádio e televisão possam atuar, elas precisam passar por um processo licitatório. Na última instância, as concessões são validadas ou não pelo Congresso Nacional. O entendimento legal é que as ondas de radiodifusão trafegam por um espaço público e finito e, por isso, as emissoras precisam de um contrato com o Estado para explorá-las. A partir da assinatura da concessão, a emissora deve pagar pelo direito de uso de radiofrequências, cujo valor leva em conta fatores como cobertura da faixa concedida, área geográfica da autorização e tempo da outorga (MENEZES, 01/11/2019).

Entre 1951, data da primeira licença pública, até a promulgação da Constituição de 1988, as concessões eram prerrogativas exclusivas do Presidente da República. As concessões tornaram-se moedas de troca: dava-se uma concessão, ganhava-se o apoio político. O caso mais

emblemático foi o do governo José Sarney. Com o objetivo de conquistar mais um ano de mandato, Sarney distribuiu “79 rádios FM, 59 AM e 30 geradoras de televisão a um total de 91 parlamentares federais” (COSTA; BRENER, 1997). Sarney foi o presidente que mais concedeu concessões de rádios e televisões. Em cinco anos (1985-90) ele entregou 958 concessões de rádio e TV. O segundo colocado no ranking de distribuição de concessão pública foi o governo do general João Figueiredo. Entre 1978 e 1985, foram 634 concessões, entre rádios e televisões.

A partir da Constituição de 1988, o Congresso passou a ser o chancelador do processo de concessão ou renovação de concessão de emissoras de rádio e TV.

Lima (2006) define que o voto continua sendo a moeda de troca, assim como era no coronelismo tradicional. Porém, ele acredita que não mais no controle da terra e sim no controle da informação e na capacidade de influenciar a formação da opinião pública. Ao controlar as concessões de rádio e televisão, o novo coronel promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos, sendo fator importante na construção da opinião pública.

O lema “Quem dá pode tirar” reproduz com fidelidade um entendimento largamente difundido entre os concessionários do serviço de radiodifusão: o que o governo e o Congresso dão de mão beijada, podem tirar com uma canetada.

Por diversas vezes, o presidente Jair Bolsonaro sugeriu que pode não renovar a concessão de sinal de televisão da TV *Globo*, que tem validade prevista até 2022. Para tal, o presidente precisaria obter o apoio de dois quintos do Congresso (pelo menos 205 deputados e 32 senadores). A *Globo* detém atualmente cinco concessões de emissoras geradoras de programação em cinco cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife); todas vencem em outubro de 2022. *Bandeirantes* e *Record* também terão renovações em 2022; *SBT* e *Redetv* em 2033 (WIZIAK, 2019). A Constituição garante a renovação das concessões como direito das emissoras. Por isso, não são abertas concorrências para a renovação.

Se o ambiente é de pressão em um governo democrático, pode-se imaginar que o poder de intimidação era muito maior durante a ditadura militar. As emissoras de rádio e televisão só abandonaram o regime nos estertores, por razões nem sempre apontadas:

Sob todos os aspectos a “morte” da ditadura se revelava um baita de um bom negócio, principalmente porque levava para o caixão toda a sorte de compromissos e negociatas assumidos pela grande mídia. A redemocratização enterraria de vez a maioria dos débitos que o empresariado de comunicação possuía com o governo militar e, assim, a televisão comercial brasileira gozaria de ampla e irrestrita anistia política e financeira (ROMÃO, 2010, p. 107).

Romão encontrou evidências de que a ditadura foi um excelente negócio para as emissoras privadas de televisão nos arquivos pessoais de Ernesto Geisel, mantidos pelo Centro

de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Há vários documentos que registram a cooperação político-financeira entre a ditadura e empresas de comunicação. Especialmente nos despachos com os ministros da Justiça e das Comunicações, Armando Falcão e Euclides Quandt de Oliveira, respectivamente, alguns temas são recorrentes: “intervenção branca”, “cooperação financeira”, “permanente apoio”, “cobertura favorável”, entre outros. Destaca-se, claro, a relação do governo com a *Globo*, sobretudo depois do auxílio financeiro concedido, conforme registra este trecho extraído do Ofício nº 132, de 24 de julho de 1974, enviado pelo Chefe de Gabinete do Ministério da Fazenda ao Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça:

Direção Geral TV GLOBO Ltda. - beneficiária de aval no exterior, sendo outorgado “Time Inc.” (New York-USA), em 15.03.71 e prazo até 01.02.76. Objetivo, conforme transcrito do registro nº 29/15205, de 29.06.71, da FIRCE: “nacionalização de patrimônio de empresa sediada no exterior, mediante a compra da totalidade das ações da TV GLOBO INC. e consequentemente cancelamento de todos os contratos existentes entre TIME INC. TV. GLOBO INC. e a devedora”. Valor inicial US\$ 4.095.795,09 (FGV, *apud* ROMÃO, 2010).

Nesse ofício há uma “relação de responsabilidades mantidas” e “operações de crédito”, “inclusive as de *avales* [sic] concedidos para operações no exterior”, pactuadas entre os donos dos grandes meios de comunicação (não só o “Sr. Roberto Marinho”) e os bancos “oficiais” do Brasil e do Estado da Guanabara. No entendimento de Romão, o registro mais importante contido no documento foi feito à mão, ao que tudo indica pelo ministro Armando Falcão, ao lado do despacho que manda encaminhar fotocópia de todo documento ao presidente Ernesto Geisel: “débitos formais e outros” é o que está manuscrito no canto direito, ao alto, da primeira página do ofício. Assim, como uma espécie de ementa ou síntese, a revelar tanto o teor quanto a finalidade das informações ali contidas.

Romão mostrou que as pretensões de Roberto Marinho de expandir a cobertura de suas emissoras entraram em choque com a determinação do ministro Euclides Quandt de Oliveira em evitar a formação de um oligopólio nas comunicações. Tal choque, na visão dele, expõe os verdadeiros termos da relação entre a *Globo* e a ditadura. Roberto Marinho passou então a descrever, em um documento oficial, a relação dos serviços prestados para poder exigir contrapartidas do governo e superar o conflito com o ministro das Comunicações. Oliveira esclareceu ao presidente da República, como quem se defende de uma acusação, o seguinte: “Reconheço que o Sr. Roberto Marinho tem dado permanente apoio ao governo. No entanto, creio que não se deve permitir a ampliação de sua rede devido ao perigo de vê-la atingir mais de 80% de índice nacional de audiência, o que representa virtual controle da opinião pública” (*Ibidem*).

O conflito se agravaria dias depois quando o ministro das Comunicações informou ao presidente que um emissário do senhor Roberto Marinho deixou claro que o empresário estava muito desgostoso e que iria “exigir do governo que definisse se o considerava amigo ou não” (*Ibidem*, p. 109). Dez dias depois, em 13 de julho de 1978, Roberto Marinho e mais “dois auxiliares” reuniram-se com o ministro Golbery do Couto e Silva, em seu gabinete, e com os ministros Armando Falcão (Justiça) e Euclides Quandt de Oliveira (Comunicações). Em mais um despacho escrito a Geisel, em 18 de julho de 1978, o próprio ministro das Comunicações registrou que: “O sr. Roberto Marinho, em longa exposição mencionou todas as atividades que realizara [...] Mencionou, também, o constante apoio que vem dando ao governo. Declarou, finalmente, que não tem tido apoio do Ministério das Comunicações, que, ao contrário, tem procurado cercear o crescimento da Rede Globo, em especial em televisão” (*Ibidem*).

Nesse despacho, Quandt de Oliveira registrou ainda os argumentos apresentados por Roberto Marinho para refutar os fundamentos da política que justificavam a oposição do ministério à expansão ilimitada da Rede Globo. Romão destacou um único e singelo argumento que parece dizer tudo sobre a radiodifusão do clientelismo na ditadura: Roberto Marinho disse que “o comportamento da Rede Globo fá-la [sic] merecedora de atenção e favores especiais do governo”.

Para entender o papel ambíguo das emissoras de televisão nos estertores da ditadura, há que se considerar também, além dos “débitos formais e outros” com o governo, aspectos típicos de mercado que apontavam as vantagens de trocar o autoritarismo pela democracia. Dificilmente uma visão simplista, que entenda a emissora apenas como uma colaboradora do regime, conseguirá abarcar a complexidade do jogo de forças do período.

Fig. 10: Despachos do ministro Euclides Quandt de Oliveira com o presidente Ernesto Geisel ("NOTA DE COMUNICAÇÕES", 24/04/1974).

C O N F I D E N C I A L

N O T A D E C O M U N I C A Ç Õ E S N º 5

Em 24-04-1974

Dia 19-4 fui procurado pelo Senhor ROBERTO MARINHO, acompanhado de um advogado da Empresa. Informou-me que tivera uma entrevista com o Presidente da República e ficara assentado que ele enviaria algumas sugestões ao Senhor Presidente sobre alterações ao Decreto-Lei nº 236. Antes de enviá-las queria saber minha opinião, em princípio são:

- 1) Permitir que estrangeiros naturalizados exerçam direção ou assessoramento superior as emissoras de radiodifusão ( a TV GLOBO tem, desde o início, um americano e um argentino em sua direção ).
- 2) Independente de autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES os empréstimos feitos no Brasil.
- 3) Alterar a classificação das emissoras, de acordo com sua potência e localização, de modo a que as emissoras que possuem e estão comprando se tornem regulares.

Respondi que não concordava com a primeira, pois estava dentro do espírito da lei. Quanto às outras duas podiam ser estudadas, sem compromisso.

Em seguida mencionou que estava sendo perseguido pelo DENTE L, que lhe enviara longo formulário sobre as Empresas dele e de seus parentes diretos. Esclareci que o mesmo fora feito aos proprietários das outras redes de radiodifusão.



Fig. 11: Na agenda do presidente Ernesto Geisel, temas para discutir com o ministro das Comunicações: o primeiro deles sendo queixas de Roberto Marinho ao ministro (“AGENDA PARA DESPACHO”, 25/04/1974).

C O N F I D E N C I A L

A G E N D A P A R A D E S P A C H O D E

25-04-74

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

1) COMENTÁRIOS DO SENHOR ROBERTO MARINHO SOBRE A POLÍTICA DE TELECOMUNICAÇÕES  
*Feitos em uma audiência com o M.C. Demonstrou com ênfase seu desagrado.*

2) INAUGURAÇÃO DE FÁBRICAS DA ERICSSON DO BRASIL  
*Convite pela Direção da Empresa ao Presidente da República.*

3) SISTEMA DE MÚSICA FUNCIONAL PELA COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA  
*Preocupação e hostilidade de Empresas de radiodifusão que operam em frequência modulada. ( F M ).*

4) TELEVISÃO DE RIO BRANCO (AC)  
*Ponderação do Governador a favor de entidade desclassificada na concorrência.*

## 6.2 A GLOBO COMO PARCEIRA E ALVO

Nenhum brasileiro acumulou tanto poder ao longo do século XX como o jornalista e empresário Roberto Marinho, criador do maior conglomerado de mídia e entretenimento do Brasil.

Seu império começou a ser erguido a partir do jornal *O Globo*, herdado do pai, Irineu Marinho, e cresceu sem interrupção ao longo de quase 100 anos, a serem completados em 2025.

Com uma fortuna familiar de US\$ 1 bilhão quando morreu em 2003, ele constava na lista dos homens mais ricos do mundo elaborada pela revista *Forbes*.

A história das Organizações Globo pode ser dividida em três grandes fases. A primeira delas começa em 1925, com o lançamento de *O Globo*, percorre os anos 1930 e 1940, com o sucesso das revistas em quadrinhos norte-americanas, e passa pela aquisição da rádio *Globo*.

A segunda começa em 1965, quando entra no ar a primeira emissora de TV, que se tornaria porta-voz, parceira e beneficiária direta da ditadura militar. A terceira começa em meados dos anos 1990, quando o grupo abre o capital, investe em novas mídias e dá início ao processo de sucessão de Marinho.

Roberto Pisani Marinho nasceu no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1904. Seus pais – Irineu Marinho Coelho de Barros e Francisca Pisani Barros – tiveram cinco filhos (três homens e duas mulheres). Irineu Marinho foi um jornalista importante do início do século 20. Fundou, em 1911, *A Noite*, um jornal de oposição que logo conquistaria a liderança no mercado de vespertinos.

Em 29 de julho de 1925, lançou *O Globo*, com duas edições diárias e uma tiragem inicial de pouco mais de 30 mil exemplares. Roberto Marinho tinha 20 anos e foi trabalhar com o pai, como repórter e secretário particular (“A HISTÓRIA DO JORNAL...”, s/d).

Vinte e um dias depois, Irineu Marinho morreu de infarto, enquanto tomava banho. Instado por sua mãe a assumir a direção do jornal, Roberto Marinho preferiu confiá-la a um colaborador do pai, Eurycles de Matos, enquanto continuava seu aprendizado dentro do jornal. Apenas em maio de 1931, então com 26 anos, quando Eurycles de Matos morreu, Roberto Marinho assumiu definitivamente a direção do jornal.

Fizera os estudos primários em escolas públicas, depois cursara uma escola profissionalizante e interrompera o curso de humanidades para trabalhar com o pai em *O Globo*. Não chegou, portanto, a concluir curso superior.

*O Globo* surgiu como um jornal noticioso, em oposição ao jornalismo partidário que ainda se praticava na época, e defensor, simultaneamente, de causas populares e da entrada no país de capital estrangeiro (“ROBERTO MARINHO INFLUIU...”, 07/08/2003). Apoiou o

governo provisório instituído pela Revolução de 1930 e, em 1932, a Revolução Constitucionalista. Com posição editorial sempre cautelosa, fez do combate ao comunismo uma de suas marcas.

O jornal fez restrições ao golpe que gerou o Estado Novo (1937), mas Marinho participou do Conselho do Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela censura a jornais.

Na Segunda Guerra Mundial, *O Globo* foi a favor do rompimento com a aliança da Alemanha, Itália e Japão e tomou posição a favor do fim da ditadura de Getúlio Vargas.

Embora o jornal fosse o cartão de visita de Marinho, o crescimento financeiro do grupo se deu por causa da edição de gibis, histórias em quadrinhos norte-americanas e de empreendimentos imobiliários.

Em dezembro de 1944, Roberto Marinho comprou a rádio *Transmissora*, da RCA Victor, e inaugurou sua primeira emissora, a rádio *Globo*.

Com a eleição de Vargas, passou a lhe fazer forte oposição. Em 53, o jornal fez campanha contra a criação da Petrobras.

Naquele mesmo ano, a rádio *Globo* foi franqueada ao jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), que a usou para atacar Vargas e os empréstimos do governo a Samuel Wainer (1912-1980) para o lançamento do jornal *Última Hora* – embora o próprio *O Globo* tenha se beneficiado de empréstimos oficiais.

O suicídio do presidente, em agosto de 1954, provocou grande comoção popular, durante a qual duas caminhonetes da rádio *Globo* e dois caminhões do jornal foram incendiados.

Em 1955, Juscelino Kubitschek elegeu-se presidente para o mandato entre 1956-61. Marinho fez oposição moderada a JK, mas foi dele que ganhou a concessão da primeira estação de TV, a *Globo* do Rio. Na eleição seguinte, apoiou Jânio Quadros, mas em seguida discordou de sua política externa e se decepcionou com a renúncia, em 1961.

Marinho inicialmente foi tolerante com o sucessor de Jânio, João Goulart (PTB), mas logo passou a conspirar para derrubá-lo. Colocou seus veículos à disposição da oposição e apoiou o golpe militar de 1964.

Principal norte editorial do grupo, o jornal *O Globo*, assim como quase toda grande imprensa, foi força atuante na campanha contra o governo Goulart. Roberto Marinho se associou a Manoel Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e João Calmon (*Diários Associados*) e montou a “Rede da Democracia” (CARVALHO, 2010). Entre outubro de 1963 e março de 1964, os três mais importantes jornais do país se uniram em torno de uma pauta em comum: a defesa do nacionalismo contra o comunismo, a crítica à ineficiência do Congresso, a falta de

legitimidade do presidente João Goulart, o perigo de o governo ceder às pressões das manifestações de massa e dos movimentos populares. Diariamente publicada nos três diários e veiculada à noite nas suas respectivas emissoras de rádio, a Rede da Democracia ajudou a enfraquecer o governo de Jango, deposto pelos militares que tomaram o poder em 1964. Incoerentemente, foi durante o governo de João Goulart que Roberto Marinho ganhou sua segunda concessão de TV, a *Globo* de São Paulo.

As Organizações Globo deram total apoio aos governos que se estabeleceram a partir de 1964. Sob o regime militar, Marinho deu um salto decisivo na expansão de seus negócios ao iniciar as transmissões, em abril de 1965, da TV *Globo* do Rio. Seu jornal estava entre os mais vendidos na cidade e a rádio era líder de audiência.

A TV *Globo* se firmou rapidamente por três razões: um acordo financeiro e operacional com o grupo norte-americano Time-Life, a colaboração com o regime militar e o declínio das TVs *Tupi* e *Excelsior*.

O acordo com o grupo Time-Life (injeção do equivalente hoje a US\$ 25 milhões, mais assessoria técnica e comercial) recebeu inúmeras contestações e críticas, porque Marinho ignorou o artigo 160 da Constituição de 1946, que vetava a participação acionária de estrangeiros em empresas de comunicação.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar o acordo concluiu que a Constituição fora de fato desrespeitada, mas o procurador-geral da República, em 1967, e o presidente Artur da Costa e Silva, em 1968, decidiram que a operação havia sido legal.

A TV *Globo* conquistou os cariocas no verão de 1966, quando fez com exclusividade a cobertura ao vivo das enchentes que deixaram dezenas de mortos e feridos no Rio.

A ideia da cobertura ao vivo foi do executivo Walter Clark (1936-1997), que viria a implantar, nos anos 1970, o famoso “padrão Globo de qualidade”, continuado por seu sucessor, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni.

Roberto Marinho teve grandes adversários, como Assis Chateaubriand, Carlos Lacerda e Samuel Wainer. Brizola foi outro desafeto de décadas. Em 1982, a *Globo* associou-se à tentativa de fraudar a eleição para o governo do estado do Rio para impedir a vitória de Leonel Brizola, no episódio conhecido como Caso Proconsult.

A *Globo* ficou associada ao regime autoritário por ter sido porta-voz dos militares e por ter crescido naquele período. As empresas jornalísticas do grupo se adaptaram às regras impostas pelos governantes: o noticiário político desapareceu e o econômico fazia eco ao

chamado milagre econômico – período de desenvolvimento baseado no capital externo que levaria o país a um endividamento brutal e posterior crise econômica grave.

Em 1983, Roberto Marinho começou a mudar os rumos de seus compromissos políticos. Naquele ano, ele informou ao presidente João Baptista Figueiredo (1979-85) que daria apoio a um projeto que previsse a alternância de poder no governo federal (“ROBERTO MARINHO INFLUIU...”, 07/08/2003).

Mas, no primeiro semestre de 1984, a Rede Globo ignorou completamente as manifestações populares em favor de eleições diretas para presidente da República. Somente a partir do comício da Candelária, no Rio, quando a campanha já tinha se consolidado e eram grandes as pressões e as hostilidades contra a emissora, a TV transmitiu reportagem completa, ao vivo.

Com a derrota das Diretas Já, a disputa pela sucessão do presidente João Baptista de Figueiredo foi para o Colégio Eleitoral. Marinho primeiro apoiava a candidatura de Aureliano Chaves, vice-presidente de Figueiredo. Quando este perdeu o posto de candidato do regime para Paulo Maluf, Marinho passou, então, a apoiar a candidatura moderada de Tancredo Neves (PMDB). Tancredo foi eleito pelo voto indireto, mas morreu antes de tomar posse.

Roberto Marinho manteve sua influência no governo herdado por José Sarney (1985-90): opinou diretamente na escolha dos ministros Leônidas Pires Gonçalves (Exército) e Antonio Carlos Magalhães (Comunicações) e influenciou na escolha de titulares da área econômica, como Maílson da Nóbrega. Com Sarney, a família Marinho conseguiu mais quatro concessões de TV.

Na eleição presidencial de 1989, Marinho apoiou Fernando Collor de Mello. O segundo turno foi disputado por Collor e Lula. O último debate foi transmitido ao vivo pela Globo tarde da noite. Mas, no *Jornal Nacional* do dia seguinte, a emissora apresentou uma edição do debate francamente favorável a Collor, que teve um minuto e 12 segundos a mais de tempo de exposição do que Lula (CONTI, 2012). Foi uma evidência da parcialidade da emissora.

Collor e Marinho se entenderam até agosto de 1992, quando a campanha pela destituição do presidente já tinha sido encampada por toda a sociedade. Em 1994 e 1998, Roberto Marinho apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

A partir de 1995 as Organizações Globo iniciaram um processo de reconstrução de sua própria imagem. A TV *Globo*, que então completava 30 anos, mudou a orientação jornalística, em busca de um noticiário mais isento e despolitizado e inaugurou o Projac (Projeto Jacarepaguá), maior complexo de estúdios, auditórios e produção televisiva da América Latina.

A construção do Projac, aliás, foi cercada de polêmica porque o empreendimento recebeu empréstimo de US\$ 38 milhões da Caixa Econômica Federal, operação que contrariou parecer técnico da CEF e que foi questionada na Justiça.

Como significativo reflexo do impulsionamento recebido na ditadura militar, o Grupo Globo segue hoje como o maior conglomerado de mídia do país. Ainda que em audiência decrescente em razão da concorrência de múltiplos meios, os veículos de comunicação do Grupo Globo dispõem de grande influência entre os brasileiros que, por décadas, tiveram a Rede Globo como principal fonte de divertimento e de informações sobre o país e o mundo.

A tese da comunhão de interesses entre a *Globo* e a ditadura militar não implica a inexistência de atritos nem a ideia de que todos os funcionários das Organizações Globo fossem favoráveis ao regime. Por ser a maior emissora do Brasil, a TV *Globo* recebia atenção constante dos censores. O *Jornal Nacional* teve que negociar, por exemplo, como iria noticiar os problemas de saúde do presidente Costa e Silva e tratou da morte dos presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart com discrição. As novelas passavam por censura prévia: houve o caso da proibição de *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, às vésperas de sua estreia. Para facilitar as relações com a censura, a Globo teve dois “assessores militares”: Edgardo Manoel Ericson e o coronel Paiva Chaves. Ambos foram contratados com a missão de fazer a ponte entre a emissora e o regime (CLARK, 2015).

Além do apoio militar e da Time-Life, como mencionado anteriormente, o governo norte-americano também apoiou diretamente o crescimento da emissora brasileira, com o financiamento de milhões de dólares liberados pelo Eximbank, como já demonstrado aqui. Só nessas operações citadas em documentos oficiais americanos, as Organizações Globo tiveram acesso privilegiado a empréstimos que, em valores de hoje, somam mais de R\$ 160 milhões, um impulso extraordinário ao qual a concorrência não teve acesso, ou, se teve, em valores menores e condições piores.

Tais condições privilegiadas às Organizações Globo se repetiam também no caso de financiamentos públicos internos. O SNI investigou os empréstimos concedidos à *Globo* pelo Banerj, banco do estado do Rio de Janeiro, então sob administração do governador Chagas Freitas, aliado de Marinho e listou valores e condições de empréstimos concedidos à Globo, comparando-os a operações oferecidas ao *Jornal do Brasil*, concorrente direto no mercado de jornais. A conclusão foi de que o *JB* pagava juros dez pontos percentuais maiores do que a *Globo* (24% a 34% ao ano) para ter acesso a crédito no Banerj, um flagrante caso de concorrência desigual e desleal, como mostra a transcrição do documento abaixo.

1) Nas pesquisas efetuadas, apurou-se que o BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (BANERJ) concedeu dois empréstimos a GLOBOTEC - SISTEMA GLOBO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA, assim discriminados: (Anexo)

a - empréstimo no valor de Cr\$ 225.500.000,00

origem dos recursos - próprios do BANERJ

data - 28/02/80

taxa de juros - 24% a.a.

vencimento - 27/02/81

representaram a GLOBOTEC - ROBERTO IRINEU MARINHO e JORGE ADIB

b) empréstimo no valor de Cr\$ 164.000.000,00

origem dos recursos - próprios do BANERJ

data - 29/05/80

taxa de juros - 24% a.a.

vencimento - 03/06/81

representaram a GLOBOTEC - ROBERTO IRINEU MARINHO e JOÃO BATISTA MALAN DE PAIVA CHAVES.

2) Cabe ressaltar que na mesma data de fechamento do empréstimo com a GLOBOTEC, 29 de maio de 1980, o JORNAL DO BRASIL LTDA recebeu recursos nas seguintes condições: (Anexo)

valor - Cr\$ 300.000.000,00

vencimento - 25/11/82

taxa de juros - 34,44% a.a.

representam o JORNAL DO BRASIL - MAURINA DUNSHERS DE ABRANCHES PEREIRA CARNEIRO e MANOEL FRANCISCO DO NASCIMENTO BRITO. (Arquivo Nacional, SNI, 08/04/1991, GLOBO BANERJ)

Apesar de parceiras essenciais e estratégicas da ditadura militar, as Organizações Globo não escaparam dos agentes subterrâneos do regime – em momentos distintos, por razões distintas. O empresário Roberto Marinho foi diretamente ameaçado, como mostra documento do Serviço de Informação do Exército, de março de 1976.

O relatório militar narra a reação de Marinho ao ser confrontado por oficiais do Exército sobre a existência de “infiltração comunista” em suas empresas. Afirma o texto que o empresário se mostrou “inicialmente incrédulo” pela veracidade das informações, mas que, posteriormente, “manifestou a intenção de demitir 17 jornalistas, denunciados pessoalmente pelo Comandante do I Exército como integrantes do PCB”.

O documento do Serviço de informação do Exército anunciava então que seria desencadeada uma “ação psicológica” sobre a esposa de um jornalista comunista que assinara carta de repúdio à ideologia, sob pressão dos militares, quando mantido preso. Tal ação psicológica teria participação direta do cardeal dom Eugênio Salles, que exortaria a esposa do militante comunista a procurar o comandante do I Exército para detalhar como o PCB arrecadava fundos no Rio de Janeiro, de acordo com o documento.

Há diversos despachos secretos dos serviços de informação questionando, por exemplo, empréstimos à Fundação Roberto Marinho. Um deles detalha que a família do ex-governador Chagas Freitas vendeu uma produtora de TV deficitária para o Grupo Roberto Marinho.

Para realizar tal aquisição, no valor de 80 milhões de cruzeiros, a Globo fez uso de parte do empréstimo de 500 milhões de cruzeiros, concedidos pelo Banerj, a Fundação Roberto Marinho a juros subsidiados. José Luiz de Magalhães Lins e Miguel Pires Gonçalves facilitaram a concessão do empréstimo mediante comissão. A fundação aplicou o saldo do empréstimo a juros de mercado. Pires Gonçalves veio a ocupar cargos bem remunerados junto as empresas do Grupo Roberto Marinho (Arquivo Nacional, SNI, 24/02/1981).

A Fundação Roberto Marinho era alvo prioritário. Como goza de isenções fiscais, o SNI acusou o grupo de usá-la como fachada para a compra de equipamentos importados destinados à Rede Globo de Televisão, respaldada em autorizações do Ministério da Educação.

Atividades da Fundação Roberto Marinho, a qual por sua natureza legal e finalidade, goza de isenções fiscais, inclusive nas importações, quando estas se tratam de doações e de materiais da área da cultura ou educação. No entanto, equipamentos destinados a Rede Globo de Televisão têm sido importados com base em documentação referente à Fundação Roberto Marinho, respaldada em autorizações chanceladas pelo MEC. A FRM produz para o MEC programação tele educativa, sem sujeitar-se as normas de licitação. O custo real dos convênios firmados com a FRM é, praticamente, inviável de ser levantado. O secretário-geral da FRM, João Carlos Magaldi, é casado com Sylvia Magaldi, que, em outubro de 1986, era responsável pela diretoria de produção da Funtevê, e a qual cabia aprovar ou não a produção da programação produzida pela FRM (Arquivo Nacional, SNI, 31/08/1988).

A Fundação Roberto Marinho também chamava a atenção da comunidade de informações sob a suspeita de divulgar conteúdo marxista por meio do programa *Telecurso*, uma iniciativa em conjunto com o Ministério da Educação para a aplicação de recursos televisivos na educação.

Em abril de 1987, sob a gestão Sarney e com o político conservador Jorge Konder Bornhausen no comando do Ministério da Educação, o SNI usou sete páginas para analisar programas transmitidos pelo *Telecurso*, concluindo que fazia proselitismo marxista com dinheiro público.

Para embasar tal conclusão o SNI detalha uma aula de história do *Telecurso*, cujo tema era o socialismo e a revolução russa. Na análise da arapongagem, a forma como o tema foi abordado tendia a incutir no telespectador, em geral, e no público-alvo (alunos), em particular, a ideia de que “a mobilização da massa trabalhadora, ao arrepio da lei, tendo o Partido Comunista como vanguarda, pode lhes assegurar as conquistas sociais, políticas, econômicas e culturais que o sistema capitalista e a concepção de Democracia, no Ocidente, estaria a obstaculizar” (Arquivo Nacional, SNI, 14/04/1987).

Em momento anterior à derrocada do leste comunista, a partir de 1990, o SNI analisava que o programa *Telecurso* era uma propaganda soviética, “divulgando que a liberdade almejada por países do bloco socialista, algo a ser ainda plenamente atingido pelo Socialismo, já está em vias de concretização, tendo em vista a política de ‘abertura’ propalada por Gorbachev”.



Os agentes apontavam que, ao mesmo tempo em que o programa produzido pela Fundação Roberto Marinho exibia as “excelências do socialismo real”, o jornal *O Globo* publicava editorial que condenava “a mobilização para a desordem” e o “aliciamento da massa de trabalhadores no Brasil” porque tal movimento redundaria num clima revolucionário, contrário à ordem legal do país. A suposta contradição entre o *Telecurso* e o editorial de *O Globo* era apontada como um exemplo do poder de infiltração comunista, ainda que em instituições de indubitável caráter conservador.

As arapongas produziam relatórios sobre informação protegida por sigilo fiscal, como a declaração de Imposto de Renda do empresário Roberto Marinho e de seus filhos: “Roberto Marinho apresentou como fontes pagadoras, no ano base 1981, as empresas abaixo relacionadas e declarou bens no valor de cerca de 2 bilhões e 4 bilhões de cruzeiros nos anos base de 1980 e 1981”, informou o SNI (Arquivo Nacional, SNI, 28/04/1983). Àquela época, em valores deflacionados, o patrimônio de Marinho representava o equivalente hoje a R\$ 300 milhões. Quando morreu, em 2003, Marinho tinha uma fortuna calculada pela revista *Forbes* no equivalente hoje a US\$ 1,5 bilhão (mais de R\$ 8 bilhões).

O acompanhamento não se restringia aos bens pessoais do empresário. Seus filhos também eram monitorados. Em outro documento, por exemplo, o SNI lista as empresas que João Roberto Marinho informou à Receita Federal ser cotista ou acionista (Arquivo Nacional, SNI, 12/09/1984).

O SNI acompanhava passos econômicos das Organizações Globo com riqueza de detalhes. Esmiuçou as condições da compra de carta-patente de um banco, transição devidamente detalhada no Banco Central. Informava o serviço que as Organizações Globo deram como sinal cerca de US\$ 7 milhões pela carta-patente (US\$ 19 milhões em valores deflacionados, cerca de R\$ 105 milhões hoje). Lembrava que a família já tinha uma distribuidora de títulos mobiliários e que, com a compra de um banco, ampliava consideravelmente a atuação no mercado financeiro (Arquivo Nacional, SNI, 01/07/1983).

Os agentes buscaram também mapear incentivos recebidos pelas Organizações Globo em diversos campos. Citam, por exemplo, que a *Globo Agropecuária* pediu e obteve isenção fiscal e dinheiro do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia para projeto de desenvolvimento de atividades agrícolas e agropecuárias em Barra das Garças (MT). O projeto consistia no plantio de 500 hectares de arroz e a criação de gado e exigia investimento de cerca de US\$ 3 milhões em valores da época (US\$ 7,5 milhões em valores deflacionados, mais de R\$ 40 milhões) (*Idem*, 03/02/1986). Desse total, a *Globo* investiria um terço de recursos próprios e

dois terços seriam financiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, com juros abaixo daqueles cobrados no mercado financeiro privado.

O SNI se mostrava atento às possibilidades de Roberto Marinho interferir diretamente em políticas públicas; registrou, por exemplo, visita que o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, fez a Marinho, tentando antecipar os pontos que discutiriam (*Idem*, 11/07/1980). O SNI reproduz ideias que Marinho apresentaria no encontro, a partir de informações obtidas com o advogado Jorge Serpa, um dos assessores mais próximos do empresário; lista então alterações da lei trabalhista que Marinho defenderia frente a Murilo Macedo. Basicamente, de acordo com o SNI, Marinho achava que deveria ser trazido de São Paulo para o Rio de Janeiro o “palco das decisões” das relações trabalhistas. O empresário acreditava que São Paulo concentrava as maiores indústrias, mas também os sindicatos mais fortes e as parcelas mais expressivas da “esquerda clerical”. No Rio, conforme o SNI relatou, Marinho acreditava que pressões e contrapressões seriam menores, com possibilidade de manipulação maior da imprensa, dos sindicatos e da Igreja, como mostra a íntegra do documento:

Relações Capital/Trabalho. Segundo JORGE SERPA, no entender de ROBERTO MARINHO, tais relações não devem ser discutidas e muito menos resolvidas com base em SÃO PAULO. Esse entendimento tem em vista que ali estão localizadas as mais poderosas indústrias, os mais fortes sindicatos, e a maior parcela da esquerda clerical do país. Qualquer decisão discutida e tomada com base em quadro tão complexo, não deixará de receber suas influências e pressões.

A política salarial e o desemprego, decorrentes que são daquelas relações e da legislação trabalhista em vigor, ainda segundo SERPA, no entender de MARINHO, são exemplos e consequências típicas de decisões tomadas naquele cenário. Essas decisões, quase sempre atendiam aos interesses políticos e prejudicavam os das demais regiões do BRASIL, particularmente a do Nordeste.

A solução para tal problema, na opinião de SERPA e do jornalista, seria a transferência desse palco de decisões para o RIO DE JANEIRO, local menos sujeito às referidas pressões e contrapressões e onde o clero, a imprensa e os sindicatos, poderiam ser mobilizados em apoio às soluções comuns e de interesse de todo o Brasil (Arquivo Nacional, SNI, 11/07/1980).

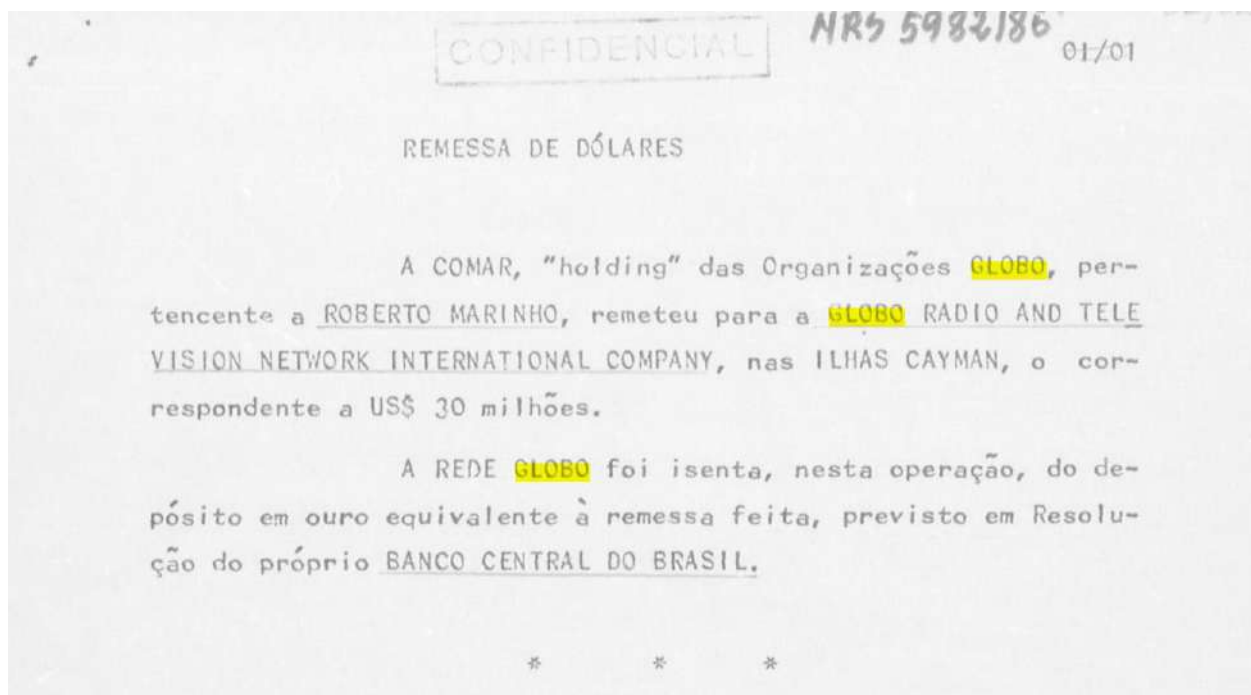
Como se sabe, Roberto Marinho gradualmente passou a se distanciar do regime militar com a possibilidade da redemocratização do país. Marinho tentou ignorar a campanha em favor das eleições diretas no início de 1984, por temer seus desdobramentos. Anos mais tarde, afirmou ter sido pressionado pelo regime militar a não aderir. A quinze dias da votação da emenda, a Rede Globo transmitiu vários flashes da manifestação gigante em favor das diretas no Rio. Três meses antes, a *Globo* noticiara timidamente o primeiro grande comício da campanha, na praça da Sé, em reportagem aberta com a comemoração do aniversário de São Paulo. Demorara, mas enfim reconhecera a força do movimento. E assim cada vez mais teve contra si relatos de agentes do SNI.

Marinho e a Globo mantiveram-se como alvos mesmo quando os militares já haviam deixado o poder e o país era governado por José Sarney (1985-89), amigo e aliado. Sarney não só permitia Marinho escolher ministros como até comunicá-los pessoalmente de que o presidente da República iria nomeá-los (FRAGA, 2017b, pos. 1901). Tal proximidade não foi suficiente para afastar os agentes do SNI do encaço da *Globo*. Após o fim do regime militar, os relatos do SNI a acusam de ilegalidades cada vez mais gritantes.

A íntegra do documento mostra os detalhes:

A Comar, holding das Organizações Globo, pertencente a RM, remeteu para a Gratnic, nas Ilhas Cayman, o correspondente a 30 milhões de dólares [US\$ 75 milhões em valores deflacionados, o equivalente a cerca de R\$ 425 milhões]. A Rede Globo foi isenta, nesta operação, do depósito em ouro equivalente à remessa feita, previsto em resolução do próprio Banco Central (Arquivo Nacional, SNI, 09/10/1986).

Fig. 12: Remessa de dólares da Globo para Ilhas Cayman.



Os agentes do SNI mantiveram as ações empresariais da família Marinho em permanente escrutínio. Em novembro de 1987, elaboraram dossiê sobre a sociedade dos controladores das Organizações Globo com empresas de mineração, área tida como de segurança nacional.

O SNI apontava que a família Marinho era sócia do grupo Monteiro Aranha e da BP Mineração, multinacional inglesa, na exploração de platina, chumbo, arsênio, fosfato, cromo e cobalto, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), e de paládio, zinco e manganês em Pontes e Lacerda (MT) (Arquivo Nacional, SNI, 20/11/1987).

As pressões contra servidores públicos que eventualmente contrariassem interesses das Organizações Globo também eram mantidas na linha de observação da comunidade de

informações. De acordo com o SNI, o superintendente da Receita no Rio de Janeiro em junho de 1988, José Vicente Garcia de Oliveira Martins, estava ameaçado de demissão por pressão direta de Roberto Marinho junto ao ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. A razão apontada foi a lavratura de auto de apreensão de equipamentos eletrônicos importados pela *Globo* por meio de contrabando. O SNI saiu em defesa do servidor, apontado como “colaborador eficiente” do próprio serviço.

Sobre José Vicente de Oliveira Martins informamos ser pessoa idônea e colaborador eficiente desta Agência Regional. No período compreendido entre fevereiro de 1969 e junho de 1974, quando Superintendente da Receita Federal, em Recife, apoiou com eficácia aquela Agência Regional. Assumiu a Superintendência no Rio de Janeiro em 21 Mar 88, com o objetivo de apurar as irregularidades funcionais e administrativas existentes no órgão (Arquivo Nacional, SNI, 23/11/1988).

Mesmo as viagens do empresário eram acompanhadas de perto. As negociações para uma visita sigilosa de Marinho em 1986 à União Soviética mereceram acompanhamento detalhado. Um dos pedidos que Marinho fez à embaixada soviética para realizar tal viagem foi se encontrar com o líder soviético Mikhail Gorbatchev. “O Encarregado de Negócios prometeu enviar todos os esforços para atender o pedido de Roberto Marinho”, anotou o Serviço (Arquivo Nacional, SNI. 15/08/1986).

Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, foi homenageado com um jantar, no dia 15 de abril de 1986, na embaixada da União Soviética, pelo embaixador Vladimir Tchernychev. Presentes ao acontecimento o homenageado e esposa, o anfitrião e esposa e o secretário particular de Tchernychev, Andrei A Sletov. Quando de sua última viagem ao Rio de Janeiro, VT esteve em audiência com RM, ocasião em que o convidou para a recepção acima mencionada. Esses encontros têm tido por objetivo o acerto de detalhes sobre a viagem que RM fará a União Soviética nos próximos dias. RM far-se-á acompanhar, em sua viagem a URSS, do chefe do bureau da Globo em Londres, Inglaterra, de dois funcionários da Rede Globo e de um cinegrafista. Em Moscou, pretende que os seus encontros com autoridades locais possam ser mostrados pela TV Globo. RM, segundo declarou, não gostaria que a essa viagem fosse dada publicidade, pelo menos no momento atual. (ARQUIVO NACIONAL, SNI, 09/05/1986).

Um item em especial preocupava os militares: a sucessão na empresa. O relatório alertava que, em caso de afastamento de Roberto Marinho, por doença ou morte, pressupunha-se que Roberto Irineu assumiria a Globo, com risco grave de ser manipulado por sua equipe de assessores, com resultados imprevisíveis. Vale a pena reproduzir o relatório do Exército na íntegra por refletir a forma como agiam naquela época.

1. A REDE GLOBO DE TV pode ser considerada, no presente, como a Organização de Comunicação Social com maior influência junto a Opinião Pública Brasileira, não só por suas mensagens atingirem todo o território nacional, como pelos elevados índices de audiência que apresenta. Seus mais próximos concorrentes não chegam, a ameaçá-la, nem remotamente, o que leva a certeza de que sua posição se encontra consolidada e não tende a sofrer fortes oscilações.

O sr. ROBERTO MARINHO, uma espécie de chefe paternalista de todo esse império jornalístico, já idoso e cansado, preocupa-se em preparar o filho, ROBERTO IRINEU,

para substituí-lo, procurando evitar a fragmentação sucedida nos “DIÁRIOS ASSOCIADOS” após a morte de CHATEAUBRIAND.

ROBERTO IRINEU, por sua vez, mostra-se ainda imaturo, muito inseguro e facilmente influenciável, procurando apoiar-se em assessores, entre os quais se destaca OTTO LARA RESENDE, que, por suas indefinições e posições dúbias foi chamado, por JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA (Secretário de Imprensa de JÂNIO QUADROS) de “Dr. PUSILÂNIME”, enquanto ROBERTO IRINEU o trata carinhosamente por “minha enciclopédia”. Caracteriza-se o Sr. OTTO LARA RESENDE nitidamente como intelectual de esquerda e um grande aproveitador da situação existente na Rede Globo.

Em caso de afastamento de ROBERTO MARINHO, por doença ou morte, pressupõe-se que ROBERTO IRINEU assumira a “Rede Globo”, sendo manipulado por sua equipe de assessores, com resultados imprevisíveis.

2. Este Centro é de parecer que o quase monopólio exercido pela “REDE GLOBO”, ao lado de seu peso na formação da Opinião Pública Brasileira, poderá transformar-se numa séria vulnerabilidade para o País, mormente se explorado por mãos inescrupulosas, o que poderá ocorrer a curto ou médio prazo (Arquivo Nacional, SNI, 13/11/1979).

Até um caso de tráfico de drogas foi avaliado pelos militares em 1985: Marinho enviou documento a Fernando Lyra, ministro da Justiça, informando que havia sido encontrada “correspondência alienígena” no malote da empresa enviado diariamente para a sua subsidiária nos EUA, a GINYL. Dentre outras coisas, na citada correspondência foram encontrados dois sacos contendo um pó branco. Explicou Marinho ao ministro da Justiça que “a secretária encarregada do malote utilizou este serviço a favor de terceiros, estranhos à organização” (Arquivo Nacional, SNI, 13/09/1985).

O acompanhamento da comunidade de informações aos movimentos de Roberto Marinho seria estendido até a redemocratização. Seu papel, assim como de toda a imprensa, na ascensão de Fernando Collor foi magistralmente retratado por Mario Sergio Conti em *Notícias do Planalto* (2012).

O regime militar no Brasil, iniciado em 1964, encerrou-se em 1985, com a posse de José Sarney como presidente da República. Em 1986, houve eleições gerais, e os membros do Congresso Nacional foram encarregados de elaborar uma nova Constituição. A eleição mais aguardada, no entanto, era a de 1989, primeira eleição direta desde 1961, destinada exclusivamente à escolha do sucessor de Sarney. Entre os vários candidatos que se apresentaram, estava Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas entre 1987 e 1989, filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN). A base da campanha de Collor era a moralidade pública e, como prometia reduzir os salários dos “marajás” – alcunha esta que ele atribuíra aos servidores públicos que recebiam altos salários –, passou a ser conhecido como o Caçador de Marajás (“NOVO ATOR POLÍTICO...”, s/d).

Com forte apoio da mídia, ao decorrer da campanha eleitoral, Collor conquistou gradativamente o apoio de grande parte do eleitorado, de maneira que, no primeiro turno da

eleição, alcançou posição bem acima da alcançada pelos demais candidatos: quase 30% do total de votos. No segundo turno, derrotou Luiz Inácio Lula da Silva por uma pequena diferença, de menos de cinco pontos percentuais (42,75% a 37,86%), e foi eleito para governar por cinco anos (“COLLOR”, s/d).

Collor assumiu a Presidência da República em março de 1990, com o país imerso em grave crise econômica – a inflação, por exemplo, situava-se acima de 80% ao mês (*Ibidem*). Com o pretense objetivo de modernizar o país, o novo presidente lançou um pacote de medidas que ficaria conhecido como Plano Collor. Entre essas medidas, estavam o bloqueio, por um ano e meio, das contas correntes e das cadernetas de poupança com saldos acima de 50 mil cruzeiros (cerca de R\$ 12 mil, em valores atualizados); o congelamento de preços e salários; a liberação do câmbio; a privatização de estatais e a exoneração de servidores públicos sem estabilidade. O ajuste econômico derrubou a inflação nos primeiros meses, mas a gestão equivocada levou a uma recessão profunda, com desemprego alto, diminuição da renda e grave crise social.

Denúncias veiculadas por diversos órgãos de imprensa de que o círculo próximo presidencial usava recursos públicos para satisfazer interesses privados custaram o mandato a Collor. Para tal, foi essencial uma entrevista do irmão do presidente a *Veja*, acusando Collor de corrupção, entre outros crimes (PINTO, 13/05/1992). Manifestações gigantescas tomaram as ruas do país, tornando o governo Collor insustentável.

O dono das Organizações Globo teve uma relação profunda com Collor e vários contatos com Paulo César Farias, o PC, a quem, diz o livro de Conti, recusou-se a dar contribuição financeira eleitoral. No pleito de 1989, Roberto Marinho apostou em Jânio Quadros (que desistiu por problemas de saúde) e depois em Orestes Quécia (que foi derrotado nas prévias do PMDB por Ulysses Guimarães); em seguida, flertou com Mário Covas; leu antes o discurso de Covas defendendo que o Brasil precisava de um “choque de capitalismo” e mandou a *Globo* abrir espaço ao tucano; mas acabou optando por Collor, que adorou o apoio e zelou para mantê-lo. Certa vez, na campanha, com medo do crescimento eleitoral de Covas, Collor correu para o dono da *Globo* e prometeu acabar com a *Voz do Brasil* e o SNI. Disse, ainda, que estudaria realizar o sonho do empresário: transferir a capital de Brasília para o Rio. Em favor de Collor, Roberto Marinho marcou e desmarcou duas vezes o debate eleitoral na *Globo* no primeiro turno. No segundo, mandou seu bruxo das imagens, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, dar conselhos televisivos ao “pessoal do Collor”. No último debate, não gostou da edição exibida no jornal *Hoje* e mandou refazê-la para o *Jornal Nacional*, privilegiando Collor em detrimento de Lula, do PT. Quando Silvio Santos, dono do SBT, lançou sua candidatura, Roberto Marinho

irritou-se. Mandou Collor colocar Silvio Santos e José Sarney “no mesmo saco”, atacando-os com firmeza. Collor seguiu o script (CONTI, 1999).

Conti, que conviveu diretamente com Marinho, definiu-o de modo sucinto, num artigo de jornal, após a morte do empresário.

Roberto Marinho não gostava de política. Gostava de políticos. De políticos de nomeada. Não tinha paciência para o jogo de partidos, bancadas, leis e assembleias. Preferia ouvi-los a dar-lhes conselhos. Fazia então as suas escolhas. Achava imperativo que os órgãos de imprensa escolhessem e apoiassem políticos (CONTI, 10/08/2003).

Marinho queria um candidato que tivesse condições reais de vencer aquele que era seu maior inimigo, Leonel Brizola. Desde 1982, o político gaúcho repetia em palanques que acabaria com o “monopólio da Globo, se presidente da República fosse” (“O ENGENHEIRO QUER...”, 07/1989). Tal ódio aproximou Marinho de Collor, como narrou Conti.

O dono da Globo não gostava do pai, do irmão nem do próprio Collor. Tivera negócios com o senador Arnon de Mello, que foi seu sócio na construção do primeiro shopping center do Rio, em Copacabana. Sempre suspeitou que Arnon lhe passara a perna. O primogênito de Arnon, Leopoldo, fora diretor regional da Rede Globo em São Paulo, e passou por uma investigação interna que culminou em sua demissão. Por fim, considerava Fernando Collor um playboy inconsequente. Achava de mau gosto as camisas de punhos dobrados do, como dizia, “filho do Arnon”. O único Collor que admirava era o caçula, Pedro. “Fez um ótimo trabalho como administrador da emissora da Globo em Alagoas”, dizia. Passou a se encontrar com Collor. E mudou de opinião: achou-o dinâmico, preparado e em condições de vencer sua nêmesis (CONTI, 10/08/2003).

Roberto Marinho declarou, em entrevista concedida ao *Jornal da Tarde* no mês de abril de 1992, que “promovera” a eleição de Collor porque “tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo e uma grande esperança de que ele faria um extraordinário governo” (“BIOGRAFIA de Roberto Marinho”, s/d). Na *Globo*, o “jovem caçador de marajás”, como Collor era apresentado, chegou a conceder entrevista a um dos programas de maior audiência do país (*Fantástico*) antes mesmo de se lançar candidato. O apoio declarado e definitivo de Roberto Marinho só ocorreu porém em agosto de 1989, alguns meses antes da eleição.

Assim era natural que às vésperas do pleito de 1989, o SNI do aliado Sarney, mantivesse o radar ligado para antecipar movimentos de Marinho. Um dos documentos revela que, mesmo querendo ajudar, Marinho acabou causando problemas a Collor.

Devido às consequências do envolvimento com a campanha eleitoral de 1989, em abril de 1994 Roberto Marinho impôs uma norma interna na Rede *Globo* que proibia “quaisquer referências a campanha eleitoral ou a partidos, bem como entrevistas com candidatos e políticos nos programas de entretenimento”.

Em maio de 89, o Jornalista Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo de Televisão, determinou a uma equipe de sua empresa que efetuasse um levantamento jornalístico das realizações do Governo de Fernando Collor em Alagoas. Tal levantamento visava à montagem de um Documentário propagandístico que ajudasse a campanha do presidenciável do PRN. Um dos elementos daquela equipe vendeu ao deputado federal Brandao Monteiro (PDT/RJ) – um dos coordenadores da campanha de Leonel Brizola – parte do material e das informações coletadas, permitindo ao PDT a montagem de uma fita de videocassete, que produziu um efeito contrário ao desejado por Roberto Marinho. Da fita original – que tem cerca de 50 min de duração e foi elaborada de 12 Jun a 07 Jul 89 – montada pelo PDT, foram tiradas cerca de 1000 cópias, que estão sendo distribuídas a comitês eleitorais de Leonel Brizola, sindicatos e outros órgãos de representação da sociedade civil, a fim de reduzir a popularidade do candidato Fernando Collor (Arquivo Nacional, SNI, 12/10/1989).

Conti definiu Collor como o primeiro candidato a usar o marketing de maneira sistemática no Brasil, enumerando as “photo-opportunities” que criava. Ele posou para fotógrafos e câmeras de televisão em jatinhos, carros esportivos importados, fazendo exercícios e com livros debaixo do braço.

Vestiu fardas marciais e camisetas estampadas com mensagens de autoajuda. Ostentou adereços do luxo cosmopolita e adotou uma estudada postura de galã. Collor foi mais um atualizador de técnicas de exploração de imagens praticadas nos países centrais e menos um reprodutor do atraso dos sertões alagoanos (CONTI, 2012, p. 28).

Eleito em 1989, Collor renunciou à Presidência em 1992, para impedir a continuidade do processo de impeachment que parecia irreversível. Os recursos de ilusionista de Collor duraram pouco e de quase nada valeu a proximidade com padrões e o apoio de publicações e emissoras. O que acabou por se impor foram as manifestações populares contra o presidente, que se alimentaram de reportagens mostrando que a realidade do Planalto e da Casa da Dinda divergia da efígie higienizada que Collor projetava.

Na análise de Conti, um dos ensinamentos que políticos, empresários e jornalistas tiraram da eleição e da queda do presidente, portanto, foi a necessidade de reforçar a influência sobre aquilo que reverbera na imprensa e na opinião pública. Apesar de pioneiro, Collor fora um amador que usara sem método procedimentos de marketing testados além da política. Sua derrocada levou ao fortalecimento daquilo que ele jamais teve: campanhas eleitorais com profissionais em tempo integral e sólidas empresas de comunicação política, nas quais a ideologia se subordina à técnica. O fenômeno é internacional, e o Brasil dele participa.

Num posfácio à edição de 2012 (revisão da edição original de 1999), Conti opina sobre as diferentes avaliações que seu livro recebeu ao descrever o papel de empresários e jornalistas na construção da criatura Collor.



Houve quem dissesse que *Notícias do Planalto* foi condescendente com os patrões, e mesmo os protegeu, sobretudo por descrever as suas características pessoais e por mostrar o que os levou a tomar tal ou qual atitude. E outros acharam o contrário, que os resguardados foram os jornalistas, ou parte deles. As avaliações conflitantes e mesmo o livro têm raízes no chão em que se assenta a grande imprensa. Uns são proprietários e outros empregados, mas cada edição de um noticioso é o fruto intelectual da ação comum de ambos, e depende de um acordo estabelecido previamente entre eles. A ação comum flui célere em dias de calmaria política e tende a se crispar quando ocorrem crises. As posições políticas se polarizam e divergências se espalham entre empresários e dentro das redações. A eleição de Collor e as revelações que culminaram na sua saída do Planalto foram crises que provocaram tomadas de posição de ambos os lados, e no interior deles, rearranjando acordos estabelecidos (*Ibidem*, p. 498-499).

Em 1998, aos 94 anos, Roberto Marinho acelerou seu processo de afastamento do comando do Grupo Globo. Segundo seus filhos, nunca falou abertamente sobre sucessão, mas abriu espaço para que Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto se entendessem e descobrissem como cada um poderia se integrar ao comando da empresa (BIAL, 2004, p. 221). Tido como um dos homens mais poderosos do Brasil, Roberto Marinho se apagou aos poucos. O processo de esclerose fazia com que embaralhasse suas lembranças e tivesse dificuldade de reconhecer até os colaboradores e familiares mais próximos (BUCCI, 2021, p. 253).

No dia 29 de julho de 2003, em sua aparição pública derradeira, ele participou de uma missa comemorativa dos 78 anos de fundação do jornal *O Globo*. “Só o que restava dele era o espectro do que fora. Sua glória tinha virado decrepitude, entre lapsos de memória e de consciência”, como descreveu Eugênio Bucci. “Em 2003, o seu fantasma, que entrou na ativa antes de seu corpo perder a vida, já tinha tomado posse do seu império” (*Ibidem*, p. 253).

Bucci, num ensaio crítico, mas generoso, afirmou que Marinho foi jovem vaidoso e violento que chegou à idade adulta como senhor diplomático e determinado. Disse que se divertia com a própria egolatria, mas não a ponto de se deixar iludir pelos efeitos do espelho. Bucci conclui que Marinho forjou a cara do capitalismo e do poder do Brasil na segunda metade do século XX.

Roberto Marinho não foi apenas um dos gerentes mais poderosos do processo pelo qual a imagem eletrônica se converteu no fator identitário da nacionalidade. É também um autor desse processo, como um artista é autor de uma pintura ou de uma escultura. Esteve na vanguarda da modernização da indústria do entretenimento e de suas implicações sobre o jornalismo, diretamente. Com a Globo, o jornalismo inventou a linguagem performática que mudaria a própria natureza da notícia. Por fim, esse homem inaugurou um jogo de cintura, um baião de dois entre Estado e mercado, para além dos marcos do patrimonialismo lusitano. Sem esse amaciamento ultramoderno, o capitalismo do espetáculo, meio de compadrio, meio chucro, sempre hipertecnológico, não teria sido viável nas terras brasileiras. Não fosse isso, sua personalidade não teria se fincado no posto de “hub” incontornável dos acordos e das pacificações institucionais que proporcionaram o senso de equilíbrio e de progresso ao imaginário nacional, trama em que as representações do Estado e da sociedade

ganhariam vida. Ele pôs no ar um país cuja fisionomia simplesmente não existia antes da Rede Globo. Roberto Marinho pôs no ar o Brasil (*Ibidem*, p. 260).

Fig. 13: A sucessão da *Globo* era tema de segurança nacional para Centro de Informações do Exército, em especial por desconfiança em torno de Roberto Irineu Marinho.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO GABINETE DO MINISTRO	<b>CONFIDENCIAL</b>	004633 79
	BRASÍLIA-DF	de 13 NOV 1979 de 19
<b>CIE</b>		
<b>INFORMAÇÃO N.º 1021 /S-103.1</b>		
1. Assunto:	REDE GLOBO DE TV - ROBERTO IRINEU MARINHO - OTTO LARA RESENDE.	
2. Origem:	C I E	
3. Difusão:	AC/SNI	
4. Difusão Anterior:		
5. Referência:		
6. Anexo:		

S. N. I.  
AGENCIA CENTRAL  
020889 14 NOV 79  
PROTOCOLO

1. A REDE GLOBO DE TV pode ser considerada, no presente, como a Organização de Comunicação Social com maior influência junto à Opinião Pública Brasileira, não só por suas mensagens atingirem todo o território nacional, como pelos elevados índices de audiência que apresenta. Seus mais próximos concorrentes não chegam, a ameaçá-la, nem remotamente, o que leva a certeza que sua posição encontra-se consolidada e não tende a sofrer fortes oscilações.

O Sr ROBERTO MARINHO, uma espécie de chefe paternalista de todo esse império jornalístico, já idoso e cansado, preocupa-se em preparar o filho, ROBERTO IRINEU, para substituí-lo, procurando evitar a fragmentação sucedida nos "DIÁRIOS ASSOCIADOS" após a morte de CHATEAUBRIAND.

ROBERTO IRINEU, por sua vez, mostra-se ainda imaturo, muito inseguro e facilmente influenciável, procurando apoiar-se em assessores, entre os quais se destaca OTTO LARA RESENDE, que, por suas indefinições e posições dúbias foi chamado, por JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA (Secretário de Imprensa de JANIO QUADROS), de "Dr PUSILÂNIME", enquanto ROBERTO IRINEU o trata carinhosamente por "minha enciclopédia". Caracteriza-se o Sr OTTO LARA RESENDE nitidamente como intelectual de esquerda e um grande aproveitador da situação existente na Rede Globo.

Em caso de afastamento de ROBERTO MARINHO, por doença ou morte, pressupõe-se que ROBERTO IRINEU assumirá a "Rede Globo", sendo manipulado por sua equipe de assessores, com resultados imprevisíveis.

2. Este Centro é de parecer que o quase monopólio exercido pela "REDE GLOBO", ao lado de seu peso na formação da Opinião Pública Bra-

Cont. 

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

- Fls 02/02 -

004633 79

(Continuação da Informação n.º 1024 / S-103.1 CIE de 13 NOV, 1979)

sileira, poderá transformar-se numa séria vulnerabilidade para o País, mormente se explorado por mãos inescrupulosas, o que poderá ocorrer a curto ou médio prazo.



## 7. OS ARQUIVOS SECRETOS E A VERDADE

Para que serve um documento de arquivo? Nas sociedades modernas, pode expressar-se a utilidade dos documentos institucionais pelos quatro infinitivos de Dominique Perrin (*apud* DELMAS, 2010): provar, lembrar, entender e comunicar. A lembrança é a função primordial do documento que se conserva, ligada à existência da própria escrita, a consignação de fatos ou de atos para lembrá-los. Lembrar o que se fez, por que, como foi feito, e aquilo que aconteceu para poder, depois, continuar ou retomar a questão sem perda de tempo nem erros. É a necessidade de continuidade da ação, da perenidade das instituições.

A função de prova é um aspecto da função precedente, a mais remotamente atribuída à razão da conservação dos arquivos. Entender o passado por meio de documentos e comunicar conclusões significa assim utilizar documentos de arquivo para interrogar-se e agregar conhecimentos que irão influenciar o futuro.

Documentos serão, no entanto, sempre verdadeiros? Ou podem embutir mentiras? Devem ser lidos como descrição fiel da realidade? Ou devemos temer a possibilidade de manipulação e falsidade? Uma mentira pode ser construída com meias verdades e uma verdade pode ser construída com meias mentiras? Como determinar qual informação é válida ou não? Como construir compreensões úteis e claras sobre o que aconteceu no passado sem cair em armadilhas criadas para ocultar a verdade ou reescrevê-la?

Joutard propugnou que a história tem o que chama de “um fetichismo do documento escrito, um tanto ingênuo, como um reflexo do real” (JOUTARD, 2007, p. 231). A desconfiança que muitos têm em relação à fonte oral se transforma em confiança cega quando se trata do escrito. Se esse escrito toma a forma de fontes científicas – aparentemente incontestáveis –, torna-se então a materialização da verdade. Quanto mais um documento parecer objetivo, mais a crítica histórica deve se interrogar sobre sua subjetividade, propõe Joutard como antídoto.

A reconciliação, prega ele, começa com o mútuo reconhecimento dos limites da memória e da história. Aconselha “investir-se, uma e outra, de modéstia e saber que suas aproximações do passado são parciais” (*Ibidem*, p. 233).

Nenhum documento pode ser aceito de forma acrítica nem rejeitado totalmente. Não são nem repositórios de verdades nem suspeitos por princípio. A autenticidade e exatidão são valores que devem ser sempre procurados na pesquisa documental. Mas qualquer documento – sendo falso ou verdadeiro, sincero ou não – é passível de tornar-se fonte histórica.

Como apontou Ribeiro (2003), “nenhum registro é ingênuo ou descomprometido. Nenhum registro apenas registra. Todo registro pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe

uma tomada de posição dos sujeitos sociais, pois é discurso e possui, assim, algum mecanismo ideológico próprio, uma forma de funcionamento particular” (p. 120). Entender esse funcionamento, conhecer as operações discursivas por meio das quais o jornalismo e a história atribuem sentido aos fatos da atualidade é essencial para dar conta de como os meios de comunicação produzem uma ideia de história e como, no mesmo processo, constroem-se e legitimam-se como lugar social, afirma ela.

O fato não é um elemento objetivo, observável por meio de documentos, mas sim um produto de práticas sociais. Quando um documento é produzido, deixa de ser um fato em si e passa a ser a forma pela qual os sujeitos tomam consciência dele e o relatam, assumindo certas posições, como enunciou Ribeiro.

Le Goff expõe a necessidade de perceber todo documento como uma construção, como um “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento (LE GOFF, 2003. p. 536).

Documentos são produtos dos jogos de forças presentes nas sociedades históricas. Como discurso, devem ser considerados nas condições concretas em que foram produzidos. É preciso desmontá-los, desestruturar a sua construção e trazer à tona a pluralidade de leituras possíveis. “No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira”, disse Le Goff (*Ibidem*, p. 547-548).

Os documentos aqui citados ajudam a compreender períodos obscuros da história brasileira e relações subterrâneas, como aquelas mantidas pelo poder governamental com os órgãos de comunicação do país; devem ser entendidos como ferramentas que permitem questionar a aplicação dos conceitos de objetividade e imparcialidade no fazer diário da mídia; trazem verdades comprováveis, suposições questionáveis, narrativas por vezes contaminadas. Ao fim e ao cabo, refletem uma luta política cujos atores estão em constante movimento.

A relevância dos documentos está fundamentalmente na possibilidade de ser encarado como testemunho privilegiado e objetivo de quem o criou e/ou o mantém. Testemunho privilegiado porque o documento foi criado em um momento histórico, com uma finalidade objetiva, não foi criado para julgar um fato e sim para atestá-lo. Schellenberg atribuiu aos documentos dois tipos distintos de valores: o probatório e o informativo. O primeiro é referente à “prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu”, enquanto o valor informativo, como o próprio nome sugere, corresponde à “informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com que

o órgão governamental haja tratado” (SCHELLENBERG, 2006, p. 181). No entanto, Schellenberg adverte que os dois valores não se excluem, podendo coexistir.

Um documento pode ser útil por vários motivos. O valor que um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos (*Ibidem*, p. 182).

Por se relacionar com o controle democrático dos cidadãos sobre o Estado, com a exigência de transparência das ações públicas e com o direito de saber aquilo que lhes interessa, o acesso a certos documentos tidos como secretos pode chocar-se, por vezes, com o direito à privacidade. Trata-se, assim, de questão delicada, oscilando entre os interesses do controle democrático e a curiosidade, de um lado, e entre o direito à privacidade das pessoas e ao sigilo da administração e das empresas, de outro.

Em sua acepção clássica, a privacidade pode ser entendida como a prerrogativa que o indivíduo possui perante os demais, inclusive o Estado, de ser mantido longe de ingerências alheias indesejadas e ilegítimas. O direito à privacidade está em constante mutação no tempo e no espaço. Bem por isso, e por envolver temas de que dimanam aspectos pessoais e culturais, deve ser concebido de “forma ‘aberta’, dinâmica e flexível, de modo a acompanhar essa constante evolução” (SAMPAIO, 1998, p. 262-263).

No Brasil, as expressões “direito à vida privada”, “direito à intimidade”, “direito à privacidade”, “direito ao resguardo” e “direito de estar só” são frequentemente utilizadas como sinônimas, e não há unanimidade quanto à existência de distinção conceitual entre elas. No geral, esta pesquisa segue a ideia de que o direito à informação se sobrepõe à privacidade quando a discussão geral é de interesse público, afinada com a ideia de controle democrático pela sociedade. Por vezes, informações pessoais vinculadas a ações públicas devem então ser abertas em nome do direito à informação e do papel de vigia de representados em relação a seus representantes. Quando um registro de Estado sobre um cidadão é lavrado, tal registro fala por si em relação à máquina pública e aos seus agentes administrativos, não só sobre a informação específica da vida de tal cidadão.

É fato que as características dos documentos de arquivos públicos conferem a eles uma presunção geral de autenticidade, mesmo àqueles documentos que eventualmente não abordam atos comprovados. Como mostrou Delmas (2010), arquivos não existem isoladamente, sendo passíveis de possibilidades de controle e, portanto, de crítica. São uma fonte privilegiada para chegar à verdade, mesmo quando relatam uma mentira.

Pode-se dizer, portanto, que se trata de um escrito ou de um registro que, por si mesmo e pelo seu suporte, tem um valor probatório, informativo e permanente. Todo documento de

arquivo começa como o instrumento necessário, o mais fútil ou o mais decisivo, da atividade de uma pessoa ou de uma instituição num dado momento, antes de ser o seu produto e, finalmente, seu testemunho.

Necessariamente produzidos para e pela ação de uma dada pessoa, esses documentos carregam uma informação, textos ou dados, que lhe dizem respeito ou que ela garante numa data, num lugar determinado, segundo modalidades e sobre um objeto preciso. Devem ser vistos mais como discurso do que verdade factual.

Outro tema que se impõe na sociedade moderna é a facilidade de acesso a arquivos com reprodução eletrônica de documentos. Na visão de Delmas, os documentos eletrônicos devem ser beneficiados com a mesma presunção de autenticidade que os outros documentos institucionais, uma vez que são produzidos, conservados e arquivados com o mesmo cuidado e a mesma cautela tomados com outros documentos: acesso aos suportes, às máquinas, à classificação, reservado às pessoas por eles responsáveis. Essas pessoas, por exemplo, possuem as senhas ou chaves dos programas de informática, chaves estas que podem até proporcionar uma segurança superior àquela de armários e fichários. Assim, não há por que negar a um documento eletrônico, mesmo que tenha sido inteiramente produzido por uma máquina, a confiança que depositamos no documento em suporte papel.

Todos os documentos aqui citados estão sob guarda de instituições públicas no Brasil e nos Estados Unidos. Grande parte delas foi acessada eletronicamente; uma parte menor foi consultada diretamente nas sedes do Rio de Janeiro e de Brasília do Arquivo Nacional.

Esses documentos, quando possível, foram cotejados entre si, confrontados com a realidade histórica e contextualizados recorrendo a fontes diversas – jornais, jornalistas, personagens da notícia. Evitou-se a exposição de histórias particulares individuais buscando as informações que explicavam políticas públicas, linhas de ação governamental e empresarial, apropriação e desapropriação de recursos públicos, para citar alguns. Por si só, os documentos não revelam a verdade, mas dão elementos e caminhos para que possa ser buscada.

Fig. 14: Análise do Departamento de Estado sobre a criação do SNI em 1964.

1 0 4 2 1 0 0 1 1 7 2

**INCOMING TELEGRAM** *Department of State*

BR INT BRAZ

---

46 CONFIDENTIAL 2

Action Control: 9459  
Rec'd: May 12, 1964  
10:46 p.m.

ARA FROM: Rio de Janeiro

Info

SS ACTION: Secstate 2539

G

SP INFO: Brasilia 285

CAP POLAD/CINCLANT 63

P Sao Paulo 145

USIA POLAD/CINCSO 306

NSC

INR DATE: May 12, 8 p.m.

CIA

NSA President sent bill to Congress May 11 requesting creation of

OSD National Information Service (acronym: SNI). According to un-

ARMY official text of draft law, SNI would be charged with

NAVY "supervising and coordinating intelligence and counter-

AIR intelligence activities throughout country, especially

RMR those pertaining to national security...". SNI would absorb

existing federal intelligence and counter-intelligence service

(SFICI, repeated SUICI). Director to be cabinet level

officer directly responsible to President and prohibited

from holding other functions simultaneously. Under provisions

of draft law, "SNI is exempt from any restrictions which

require divulagation or publication of organization, functions

or personnel...". Bill also provides for budget of 200 million

cruzeiros for operations during remainder of 1964.

There some public confusion over exact attributes of new body.

Opposition CORREIO DA MANHA editorially posed question whether

new organ was to be similar to FBI or resurrection of old

DIP (Wargas era censorship board). GOB-supporting JORNAL DO

BRASIL editorially characterized SNI as information-gathering

body to keep GOB informed of public opinion. JORNAL DO BRASIL

stated that "for purposes of state security information,

existing secret services of military already more than

sufficient. But to understand reality of political and

social

4

CONFIDENTIAL

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS  
PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

## 7.1 O ÚLTIMO BARÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

A *Folha de S.Paulo* comemorou o que chamou de centenário em fevereiro de 2021. Jornal afeito às coisas do marketing, cozinhou uma sopa de números e letras para chegar aos 100 anos de vida. O jornal assume como nascimento 1921, quando começou a ser publicado o vespertino *Folha da Noite*. Em 1925, o grupo lançou o matutino *Folha da Manhã*; e, em 1945, a *Folha da Tarde*. Em 1960, premidos por grave crise econômica, os três títulos são fundidos e dão origem à *Folha de S.Paulo*. Nascia assim um jornal que nem sequer fazia sombra ao já marcante *O Estado de S. Paulo*, fundado em 1875, completando 146 anos de história em 2021.



*O Estado* já somava 85 anos quando o futuro concorrente seria batizado com um nome inspirado naquele com o qual pretendia rivalizar.

É fato, entretanto, que, nos últimos 50 anos, uma série de transformações econômicas e editoriais fizeram com que a *Folha* atingisse maior proeminência social do que o concorrente direto. Um processo lento que começa com a aquisição da *Folha* pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira em 1961, passa pela criação de uma ousada página de opinião em tempos de ditadura (1973), pelo engajamento na campanha em prol da retomada das eleições presidenciais diretas (1984) e pela reformulação do projeto editorial (1987), que a torna um jornal mais crítico, vibrante e polêmico (LINS DA SILVA, 1988). Tais mudanças devem explicar, por exemplo, o interesse frequente que a *Folha* desperta nos pesquisadores acadêmicos. Existe perto de 1,3 milhão de teses e dissertações sobre a *Folha*, de acordo com o catálogo de obras da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

A linha do tempo mostra que esse interesse se amplia conforme as novidades e reformulações se sucedem. No final dos anos 1980, o número anual de estudos a respeito do jornal somou 6 mil (1989). No final dos anos 1990, já atingia 20 mil (1999). Nos anos 2000, chegava aos 50 mil estudos (2009). Nos anos 2010, batia em 66 mil (2019). Em 2021, a Capes registrava impressionantes 103.485 dissertações e teses defendidas naquele ano a respeito da *Folha*.

Pode-se apontar *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*, de Mota e Capelato (1980), como precursor dos livros que buscaram analisar os rumos do jornal, obra de rigor acadêmico, mesmo tendo origem em uma sugestão direta de Otavio Frias Filho, então secretário do Conselho Editorial da *Folha*, aos dois historiadores responsáveis. Na sequência temporal, teses de doutorado que se converteram em livros tornaram-se os trabalhos mais conhecidos sobre a trajetória do jornal paulista. Em *Folhas ao Vento*, Taschner promove, a partir do campo da sociologia, um estudo amplo sobre a formação do Grupo Folha, mostrando a empresa como exemplo de integração ambígua da imprensa à indústria cultural quando a notícia se firma como produto com valor de troca. Ou seja, a notícia passa a ser abertamente tratada como uma mercadoria associada à forma produtiva de uma empresa moderna, abandonando o que a autora chamou de notícia como “mercadoria envergonhada” (TASCHNER, 1992, p. 14).

Em *Mil Dias*, Lins da Silva (1988) faz um relato do processo de renovação da *Folha* entre 1984 e 1987, a partir da perspectiva privilegiada de ter sido um dos principais responsáveis pela implementação do chamado *Projeto Folha*. Em *Cães de Guarda*, Kushnir (2004) traça um detalhado panorama da relação entre jornalistas e censores, da edição do AI-5 (o ato institucional que consolidou os poderes ditatoriais do regime militar) até a promulgação da

Constituição democrática de 1988. Kushnir dedica parte do livro às origens do Grupo Folha, com foco especial na trajetória controversa da *Folha da Tarde*, como será demonstrado adiante.

No grupo de obras essenciais que explicam a trajetória da *Folha*, cabe acrescentar ainda *A Regra do Jogo* (1988), memorialístico de Claudio Abramo (1923-1987), organizado por seu filho, Claudio Weber Abramo, após a morte do autor. Por fim, Paschoal (2007) elaborou a biografia oficial em *A Trajetória de Octavio Frias de Oliveira*, um relato que mescla detalhes pessoais e familiares com os bastidores empresariais narrados a partir do ponto de vista do biografado.

De certa forma, esses autores, cada um a seu modo, construíram a base da narrativa a respeito da *Folha de S.Paulo* e do empresário que a elevou à condição de principal jornal brasileiro. Em vendas de exemplares e assinaturas digitais seria superado por *O Globo* em 2020, após 36 anos de liderança em vendas (BELÉM, 18/04/2021).

Reportagem publicada em 2003 no portal Aol.com (infelizmente com texto original inacessível em razão da interrupção dos serviços da empresa no Brasil), definia o empresário Octavio Frias de Oliveira como o último barão vivo da imprensa brasileira (AZEVEDO, 31/07/2020). Já era então o derradeiro dos chamados barões da imprensa da segunda metade do século 20, depois da morte de Roberto Marinho (1925-2003), Manuel Francisco do Nascimento Brito (1922-2003) e Júlio de Mesquita Neto (1922-1996).

A expressão “barão da imprensa” tem origem no jornalismo britânico do século XIX e qualificava Alfred Harmsworth (1865-1922), mais conhecido sob o título nobre de Lord Northcliffe. Ele havia sido o responsável pela criação do *Daily Mail* em 1896, o jornal que estabeleceu um modelo de jornalismo popular que ainda hoje reflete-se em parte da imprensa do Reino Unido. Como afirma Bingham (2013), para seus admiradores Lord Northcliffe foi a maior figura que já andou pela Fleet Street (rua tornada famosa por sediar grande parte dos jornais londrinos); para seus detratores, era o homem cuja interferência aviltou os hábitos de leitura e políticos dos ingleses.

Northcliffe popularizou o jornalismo e priorizou o lado empresarial do que era tido como serviço público e/ou político no Reino Unido. Mudou a base econômica da imprensa local, dando ênfase à competição pela circulação, à expansão da publicidade e à adesão ao uso da mais recente tecnologia para imprimir e distribuir seus jornais. Estimulava a perseguição da notícia polêmica, capaz de criar controvérsia. Lançava seu jornal em campanhas numa ampla gama de questões.

Northcliffe usou toda a sua experiência em publicações comerciais de livros populares para desenvolver jornais que se diferenciavam na era vitoriana. Ele foi particularmente

influenciado por jornais americanos, como o *New York Herald*, de James Gordon Bennett, e o *New York Sun*, de Charles Dana, que haviam desenvolvido com sucesso um novo estilo conciso com manchetes rápidas e um desenho mais atraente. Ele tomou emprestadas e adaptou ideias de muitas fontes e as remodelou para produzir algo distinto e novo. Vendendo cada exemplar a metade do preço de seus rivais, o *Mail* procurou alcançar o crescente mercado de classe média baixa, ainda inexplorado pela imprensa diária. Tinha um lema: “As pessoas são muito mais interessantes do que as coisas”. E pessoas têm três interesses perenes: sexo, saúde e dinheiro (BINGHAM, 2013).

O barão da imprensa inglesa tinha talento para autopropaganda. Para ele, o papel do jornal popular não era apenas informar e entreter os leitores, mas falar por eles. Os jornais deveriam gerar controvérsia, imprimindo opiniões provocativas ou lutando por mudanças. Dessa forma, eles envolveriam os leitores e seriam notados na arena pública.

Northcliffe tornou-se figura central na vida pública e estabeleceu o modelo para o chamado "barão da imprensa" inglês. Sua influência transcendeu o Atlântico e foi inspiração declarada de seu contemporâneo norte-americano, William Randolph Hearst (1853-1951), o barão da imprensa que inspirou o filme *Cidadão Kane*, do diretor Orson Welles. Hearst analisou as razões do sucesso do *Daily Mail* e definiu Northcliffe como o criador do jornalismo-tablóide, “o jornal inteligentemente condensado” (PIERCE, 1975).

Até onde foi possível pesquisar na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, a primeira menção nos jornais e revistas brasileiros a um “barão da imprensa” ocorreu em novembro de 1938, na revista *Diretrizes*, em reportagem sobre Hearst, três anos antes do lançamento no Brasil do filme de Welles.

A ideia de definir como barão alguém que comanda um setor da economia mostrava como resquícios feudais ainda interferiam na sociedade capitalista surgida a partir da Revolução Industrial no século XVIII. O feudalismo foi um certo modo de organização da sociedade e da produção social dominante durante um período imenso da história e sua principal característica era a rígida estratificação social fundada no princípio do privilégio de nascimento. Essa característica essencial facilitou a associação dos barões a negócios familiares portentosos, como a imprensa.

De certa forma, a imprensa por muitos anos atuou em “feudos”, domínios territoriais de um “senhor” (o barão). Esses feudos nasceram e foram mantidos graças às relações pessoais e diretas dos barões da imprensa com os barões do poder.

As relações estabelecidas entre esses barões quase nunca eram publicadas nos próprios jornais. Os barões da imprensa nem sempre eram os barões do poder e muitas vezes mantinham

relações simbióticas com eles: às vezes sofriam pressões; às vezes faziam acordos, por vezes sofriam ou faziam chantagem, por vezes vingavam-se ou capitulavam por estratégia ou por dissimulação.

Frias de Oliveira morreu em 2007, aos 95 anos. Seu exemplo fornece uma possibilidade rica de apreciação das relações entre os barões da imprensa e os barões do poder, fartamente documentadas por serviços de espionagem e diplomáticos tanto no Brasil como mesmo nos Estados Unidos.

## 7.2 O ESTRATEGISTA PRAGMÁTICO

O empresário Octavio Frias de Oliveira (1912-2007), que comandou por 45 anos o jornal *Folha de S.Paulo*, será tomado aqui como um símbolo da relação tortuosa mantida por proprietários da grande imprensa com a ditadura militar brasileira. Foram analisados mais de 250 documentos com citações a Frias – grande parte deles jamais divulgados – produzidos por órgãos de espionagem e repressão da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1991.

Frias, que apoiou o golpe militar em 1964 e foi acusado por esquerdistas de ser conivente ou omissivo na permissão do uso de veículos do Grupo Folha por agentes da repressão, chegou a ser longamente investigado pelo serviço de espionagem do período militar. Apesar das boas relações cultivadas nos meios militares, o empresário teve seus negócios esmiuçados por agentes da repressão, que buscaram rastrear suas relações políticas e comerciais, à procura de irregularidades e sinais de enriquecimento ilícito.

Ao fim do regime militar, Frias era visto como ameaça, seja por ser agente protetor ou agente manipulado por jornalistas tidos como comunistas ou esquerdistas. Frias desenvolveu a estratégia pragmática na gerência do destino do Grupo Folha. Por ora se aproximava e cedia aos militares, por ora se afastava e tomava decisões que desafiavam o regime.

Frias gostava de repetir a linha que desejava para o grupo dos jornais que comandava: conservador na economia, progressista na política, vanguardista na cultura e nas artes<sup>4</sup>. A definição, que transmitiria aos filhos, havia sido consolidada por Luiz Alberto Bahia, jornalista que integrava o conselho editorial da *Folha* e que por 32 anos trabalhou lado a lado com Frias.

---

<sup>4</sup> Por 20 anos o autor trabalhou na *Folha de S.Paulo*, na maior parte deles, em cargos ditos de confiança da direção da empresa, seja como editor ou como repórter especial. Entre 1990 e 2011, pôde acompanhar muitas reuniões comandadas por Frias. A maior parte delas eram almoços realizados às sextas-feiras no nono andar do prédio da Barão de Limeira, 425, no centro de São Paulo. Muitas vezes os almoços ocorriam em torno da presença de um convidado – em geral políticos, empresários, intelectuais de matizes diversos. Por vezes, os almoços concentravam-se no debate de questões internas – reformulações editoriais, crises econômicas e políticas, avaliações de rumo, por vezes felicitações ou críticas a edições específicas ou a linhas de cobertura jornalística de longo prazo.

O dono do Grupo Folha nunca se apresentou como jornalista nem como simpatizante de ideias esquerdistas. Definia-se como um empresário capitalista e privatista, com posicionamentos que pareciam mais bem refletidos no ideário programático da socialdemocracia. Não à toa, manteve por longos anos relação de amizade e respeito intelectual com políticos como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-ministro José Serra, ambos colaboradores frequentes do jornal. Serra chegou a ser funcionário na seção de editoriais, com direito a crachá da empresa.

Frias repetia que era agnóstico: “feliz de quem tem Deus para agarrar-se; eu só posso me agarrar nos meus próprios colhões”, dizia com graça. O ceticismo era a cartilha que seguia no sentido mais amplo: “Na minha idade, já vi de tudo acontecer. E seu contrário também”. Era um homem simples e austero. Um dos elogios que mais gostou de ouvir veio do jornalista Elio Gaspari: “A saúde financeira da Folha se revela no tapete ruço que decora a sala do proprietário. No dia em que trocarem aquele tapete, pode ter certeza de que a Folha acabou” (entrevista ao autor, 2011). Ambicioso nos negócios, não tinha preconceito com sócios e parceiros: “Como dizia o imperador Vespasiano, dinheiro não tem cheiro”. Tinha pouca paciência com experiências estatizantes esquerdistas: “Não tenho mais tempo a perder com utopias”.

Otavio Frias Filho descrevia o pai como homem de “inteligência viva e concreta, que não se contém nas convenções nem cabe nas hierarquias”. Relembrava que o pai sempre fora irônico em relação a padres e militares. Dizia que ele não acreditava em nada exceto no mérito pessoal. “Estruturas burocráticas, para ele, tendem a ser incompetentes. Ordens hierárquicas servem apenas para fomentar a mais tola vaidade. Verdades estabelecidas são quase sempre fantasias. Toda retórica, para ele, é ilusão”, resumia (FRIAS FILHO, 2002).

Frias nasceu em Copacabana, no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1912, oitavo filho de Luiz Torres de Oliveira e Elvira Frias de Oliveira. Mudou-se ainda criança para São Paulo, seguindo o pai. Sua família descende dos barões de Itaboraí e Itambi, mas ele teve uma infância marcada por dificuldades. Seu pai era juiz de direito, licenciou-se da magistratura para trabalhar em uma indústria do setor têxtil.

Antes de completar oito anos de idade, Frias perdeu a mãe. Em seguida, a família foi abalada com a quebra da indústria que empregava o pai. Frias estudava no Colégio São Luís, na avenida Paulista, frequentado pela elite paulistana, mas sofria com as dificuldades financeiras do pai, os pagamentos atrasados do colégio, o sapato furado, que usava com jornal para tampar o buraco.

Aos 14 anos, viu-se obrigado a trabalhar como contínuo. Começou sua ascensão pessoal ao entrar para o quadro de funcionários públicos da Receita Federal, após se revelar um exímio operador de máquinas de calcular.

Nos anos 1940, Frias de Oliveira tornou-se sócio minoritário daquele que foi tido como o mais inovador banco brasileiro da época, o BNI (Banco Nacional Imobiliário), de Orozimbo Roxo Loureiro (NASSIF, 2006). O BNI tornou-se o primeiro banco a trabalhar com o conceito de poupança imobiliária, entre outras novidades para o mercado imobiliário e de capitais da época. Depois do início promissor, o banco sofreu uma crise de liquidez em razão de operações mal sucedidas. Os sócios tiveram os bens bloqueados, correntistas perderam seus depósitos, e Frias viu-se sem nenhum dinheiro.

Em 1953, fundou a empresa Transaco – Transações Comerciais, uma das primeiras firmas especializadas na venda de ações diretamente ao público. Por conta dessa atuação, traduziu para o português o livro *Do fracasso ao sucesso na arte de vender*, de Frank Bettger, em 1956. Uma das atividades da Transaco era a venda de assinaturas da *Folha de S.Paulo*.

Frias se associou ao empresário Carlos Caldeira Filho em 1961 para juntos construírem a Estação Rodoviária de São Paulo. No ano seguinte adquiriram a *Folha de S.Paulo*, então de propriedade de José Nabantino Ramos.

Frias e o sócio Caldeira deram o sinal numa sexta-feira, 13 de agosto de 1962. O resto foi pago em 24 prestações. “Esse cheque você só pode depositar na segunda-feira, porque não tem fundos hoje”, Frias disse a José Nabantino Ramos. “Na primeira semana, eu só queria saber para quem eu ia empurrar a *Folha*. Porque me arrependi, e como”, lembrou ele (PASCHOAL, 2007). Tal arrependimento se justificava pelo grande passivo.

Frias e Caldeira entenderam que deviam ter outros jornais para baratear a distribuição. Compraram a *Última Hora*, de São Paulo, e o *Notícias Populares*. A ideia era ocupar nichos em que a *Folha* não atuava.

A reestruturação da *Folha* ficou a cargo do jornalista Cláudio Abramo, que havia saído de *O Estado de São Paulo*. Convidado, em fins de 1965, por Frias de Oliveira, Abramo foi primeiramente trabalhar na empresa Transaco, que além da corretagem de ações produzia análises diárias para o jornal. Mais tarde, Frias o colocou dentro do jornal como chefe de produção, e em 1967, Abramo tornou-se secretário-geral da *Folha*.

No final dos anos 1960, os sócios Frias e Caldeira chegaram a organizar o embrião de uma rede de televisão congregada à TV *Excelsior* de São Paulo, adquirindo, em 1967, outras três emissoras no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Dois anos depois, abandonaram o projeto.

Em julho de 1967, a *Folha* deu início à modernização tecnológica: *Cidade de Santos* foi o primeiro jornal em offset, um presente de Frias para Caldeira, que fazia aniversário naquele mês e era natural de Santos. A *Folha* começaria a ser rodada em offset em 1968. Foi o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição na América Latina.

O Grupo Folha apoiou o golpe militar em 1964. De uma forma ou outra, manteria a linha de apoio ao regime até 1975. Em 1971, o jornal foi alvo de atentados de grupos de esquerda porque militantes testemunharam o uso de camionetes com o logo da *Folha da Tarde* sendo usadas como fachada por policiais para operações de repressão à oposição armada. Como resumiu Gaspari, “carros da empresa [Folha] eram emprestados ao DOI, que os usava como cobertura para transportar presos na busca de pontos de encontro entre militantes anti-regime” (GASPARI, 2002, p. 395).

Caldeira tinha amizade antiga com o coronel Erasmo Dias, à época secretário da Segurança Pública, pois ambos eram de Santos.

Em 1971, três caminhonetes do jornal foram incendiadas por membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN), sob a alegação de que os jornais da empresa haviam tratado o capitão Carlos Lamarca, um dos líderes da guerrilha urbana, morto por aqueles dias, como ladrão, assassino e criminoso.

Mandaram um recado: “Pode avisar o sr. Frias que nós vamos apagá-lo”; depois afirmariam que não queriam matá-lo, apenas sequestrá-lo, para trocá-lo por prisioneiros. Frias publicou, na primeira página da *Folha*, o primeiro e único editorial assinado por ele, com o título: “BANDITISMO”:

A sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós.  
 [...] Carros deste jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em “represália” a notícias e comentários estampados em nossas páginas.  
 Que notícias e que comentários? Os relativos ao desbaratamento das organizações terroristas e, especialmente, à morte recente de um de seus mais notórios cabeças, o ex-capitão Lamarca.  
 Nada temos a acrescentar ou a tirar ao que publicamos. Não distinguimos o terrorismo do banditismo (OLIVEIRA, 22/09/1971).

“Tenho a convicção de que isso foi feito à revelia do meu pai e até do Caldeira”, disse Otavio Frias Filho (PASCHOAL, 2007, p. 157). “Depois que ameaçaram de morte o meu pai, minha família morou no prédio da Folha, da morte do Lamarca, em setembro de 1971, até fevereiro de 1972”, disse Frias Filho (*Ibidem*, p. 157).

A respeito do empréstimo de carros da *Folha* às forças da repressão, Frias declarou em 2001 que, se isso aconteceu, foi sem o seu conhecimento. Frias Filho, diretor de redação, disse em 2006 ser possível que os veículos do jornal tivessem sido usados pela polícia para fazer

campana e prender pessoas e tinha a convicção de que isso foi feito à revelia dos sócios. Em obra citada por Frias Filho, Sousa Pinto entrevistou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, então major e diretor do DOI-Codi. Segundo ele, “jamais uma viatura do Grupo Folha entrou no DOI ou fez qualquer trabalho para nós” (*apud* FRIAS FILHO, 2002, p. 157). O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, entretanto, chancela a versão de que o Grupo Folha deu apoio material à repressão contra os opositores da ditadura.

No período de 1969 a 1972, o jornal foi submetido à censura imposta pelo regime militar de modo peculiar. Enquanto redações como as do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Veja* tinham censores instalados em mesas próprias, lidando diretamente com os jornalistas, na *Folha*, os temas censurados chegavam por meio de Telex, e o jornal obedecia, sem que houvesse análise ou censura prévia de seus textos.

Se a redação era precariamente vigiada, a vida de Frias e Caldeira era esmiuçada por agentes do SNI. Por exemplo, o Serviço alertava, no começo de 1969, que os dois empresários estavam providenciando passaportes para deixar o país e residir no exterior (SNI, Arquivo Nacional, 26/02/1969). A possibilidade de exílio foi logo abandonada pela dupla Frias-Caldeira.

### 7.3 O DEPOIMENTO AO GENERAL

Entre março de 1964 e dezembro de 1968, a ditadura militar ainda procurava manter algum aspecto de legalidade: havia a promessa de retomada de eleições diretas para presidente em 1966 e a volta ao quadro constitucional de antes da implantação do regime. Tais possibilidades anuviaram grande parte dos conflitos e movimentos que se realizavam subterraneamente entre as forças militares de diversos níveis.

Os empresários da mídia eram naturalmente objeto de investigação e espionagem. Às vezes com informações equivocadas, fantasias conspiratórias e exageros interpretativos. Um exemplo do potencial ficcional da comunidade de informações está em um dos primeiros informes sobre Octavio Frias de Oliveira distribuído pelo CIE (Comando de Informações do Exército) (SNI, Arquivo Nacional, 12/01/1966).

Em 12 de janeiro de 1966, o CIE recebeu informe do Comando Naval de Brasília que relatava a suspeita de que um “grupo judaico-tcheco” estaria por trás do Grupo Folha, “com o propósito de adquirir extensa rede de jornais brasileiros, como ocorreu com o grupo *Última Hora*, negociado por meio bilhão de cruzeiros (antigos) em PARIS” (*Ibidem*).

O relatório registrado no CIE é taxativo: “O dinheiro procede da Central Comunista das grandes usinas SKODA, na Tchecoslováquia”. Afirmar ainda que tal informação coincide com a “intensa movimentação do senhor embaixador da Tchecoslováquia no país, a propalada vinda



de técnicos tchecos para o Brasil e o aumento das relações comerciais com os tchecos". Um dos países integrantes da chamada Cortina de Ferro, a Tchecoslováquia havia sido ocupada pela União Soviética em 1947. Na década de 1960, era apenas um satélite de influência do comunismo soviético, o que exasperava os militares brasileiros.

O CIE alertava ainda para o perigo do aumento dos movimentos no estabelecimento de uma "imprensa contrarrevolucionária", na qual se destacava o investimento do ex-presidente João Goulart na cadeia de jornais *Última Hora*, repassada ao controle do Grupo Frias.

Os militares justificavam que a *Folha* era "o ninho predileto dos comunistas" que atuam na imprensa do país. "A negociação estaria se procedendo em Paris, estando nela interessado o sr. Juscelino Kubitschek".

A informação sobre a movimentação no Brasil de jornalistas com origem na Tcheco-Eslováquia comunista chega aos órgãos de informação nacionais pouco tempo depois de ter sido detectada por agentes da CIA, a central de espionagem norte-americana, que operavam aqui. Também a CIA estava preocupada com o negócio envolvendo a *Última Hora*, mas não fez referência a nenhum envolvimento tcheco na conclusão da compra.

Em 10 de setembro de 1965, em longa mensagem sobre a situação brasileira enviada do consulado americano em São Paulo para o Departamento de Estado em Washington, a CIA relata que dois jornalistas tchecos – identificados como Julius Petrik, editor de rádio em Praga, e Jaroslav Vojtech, jornalista do maior jornal tcheco – estavam em uma viagem de dois meses por cidades brasileiras. A única informação ressaltada pela CIA foi de que Petrik e Vojtech disseram a brasileiros que não existia censura em seu país natal e os jornais frequentemente podiam criticar o governo, os ministros e as políticas públicas, apesar de notórios exemplos em contrário.

Como revelaram Kraenski e Petrílák (2017), a partir de pesquisa nos arquivos secretos de espões da Tcheco-Eslováquia, o país comunista tentou, de fato, entre 1964 e 1967, fundar um jornal no Brasil que pudesse publicar conteúdos de acordo com as intenções e expectativas do leste europeu. O objetivo era ambicioso: o jornal seria um tipo de plataforma que reuniria o até então fraco e dividido movimento antiamericano no Brasil, dando-lhe formato, organização e transformando-o em algo mais forte e perigoso, pois seria controlado e dirigido por forças do exterior. Os tchecos imaginavam ainda que podiam criar uma rádio com alcance em toda a América Latina, seguida de uma rede de televisão. Todos esses planos foram abortados, com o golpe de 1964, que levou os agentes tchecos no país a se recolherem. No balanço de perdas e danos, o serviço secreto calculou ter perdido 30 mil dólares, gastos nos estudos iniciais do jornal que seria fundado no Brasil.

No informe sobre a ação de tchecos no país, a CIA abre um tópico para informar que Frias, da *Folha de S.Paulo*, havia acabado de comprar a seção paulista do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. O texto informava que *UH* prometia manter sua “propalada linha de independência”, em formato popular que assimilava “sensacionalismo e vivacidade”.

Os americanos ressaltavam que politicamente a *UH* havia mudado de ênfase, muito recentemente. “Rumores de que a compra da *Última Hora* está conectada com a candidatura a governador de SP por Carvalho Pinto foram aparentemente negados pela *Folha de S.Paulo*, que, num comunicado público, disse que não havia qualquer interesse político ou econômico oculto no negócio” (Airgram A-46, Amcongem SP, 11/09/65).

Depois de informar secamente a aquisição, a CIA abre um parágrafo sob a rubrica “comentário” e diz:

A compra da *Última Hora* por um órgão de notícias muito mais responsável, a *Folha de S.Paulo*, é causa de alguma comemoração, mas desde que a *Folha*, nos meses recentes, moveu-se do centro para a esquerda, o otimismo deve ser temperado com precaução. Apesar da atual circulação pequena, *UH* tem sido sempre objeto de preocupação por causa de seu frequente antiamericanismo raivoso [“froth-of-the-mouth”, no original]. Até onde se sabe, Samuel Wainer não está mais envolvido com a edição paulista da *UH* e a retirada de seu nome do cabeçalho do jornal não é para ser lamentada. Como bom reflexo da situação, as colunas de Danton Jobim, Roberto Freire e Miguel Neiva [tidos como antiamericanos] têm sido marcadas pela ausência (*Ibidem*).

Em setembro de 1968, o Brasil não sabia que estava a menos de três meses de entrar na fase mais repressiva e sangrenta da ditadura militar iniciada em 1964. O general Arthur da Costa e Silva havia tomado posse em março de 1967 como segundo presidente do ciclo militar, escolhido por via indireta e sem candidato de oposição. A Constituição reformada de 1967 havia acabado de entrar em vigor, tornando águas passadas os atos institucionais que simulavam legalidade à implantação da ditadura.

Naquele início de primavera, o campo político brasileiro se pautava com a preocupação do aumento dos grupos radicais tanto à esquerda como à direita. A guerra fria internacional estava no auge, com o comunismo soviético prestes a sufocar as reformas democráticas iniciadas na Theco-Eslováquia. Em março, a morte de um estudante no Rio havia levado milhares às ruas, em movimento antecipatório àquele que seria deflagrado com as passeatas estudantis contestatórias de maio de 1968 na Europa.

Principalmente a partir de 1968, o Estado brasileiro patrocinou a repressão, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos. A tensão interna crescera com a explosão de um carro-bomba em frente ao quartel-general do Segundo Exército em São Paulo. A escalada de violência culminaria com a edição em dezembro de 1968 do Ato

Institucional número 5, com fechamento do Congresso, suspensão do *habeas corpus* e cassação de opositoristas, entre outras medidas arbitrárias.

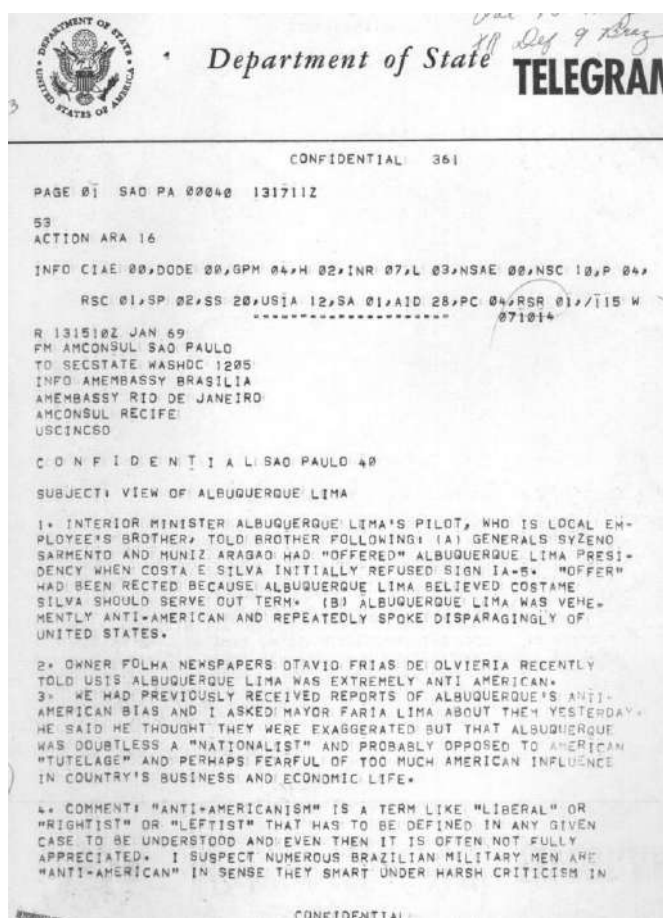
Até o primeiro semestre de 1968, o país ainda respirava com alguma liberdade. Nos porões do regime, no entanto, já funcionava a pleno vapor a máquina de intimidação que depois seria tornada pública. Nesse caldo de fervura, se moviam espiões e diplomatas americanos, tentando antecipar a Washington as possibilidades de desenvolvimento da ação política no começo da ditadura militar.

Uma característica do trabalho dos diplomatas americanos é manter contato permanente com lideranças políticas, empresariais e culturais. Muitos jornalistas e empresários de comunicação tornaram-se fontes, com maior ou menor grau de acuidade, para embaixadores, cônsules e adidos diplomáticos americanos. Entre esses, havia aqueles que trabalhavam para o Departamento de Estado, mais voltados para os temas clássicos da diplomacia, e havia também aqueles que se ligavam à CIA, em serviços mais ligados à espionagem do que às relações externas.

Frias de Oliveira era um desses contatos, como devia se esperar. Um exemplo dessa relação pode ser visto em despacho de janeiro de 1969 do cônsul americano em São Paulo, Roberto Corrigan, para o Departamento de Estado, em Washington. O documento, intitulado “Uma visão de Albuquerque Lima”, transmite e comenta as impressões de Frias de Oliveira sobre o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, um militar da linha dura que à época se movimentava para aparecer como um nome apresentável à sucessão do presidente Costa e Silva.

O cônsul cita fonte sua que contou que generais do alto escalão do Exército tinham “oferecido” a Presidência (“offered”, no texto original) a Albuquerque Lima quando inicialmente o general Costa e Silva havia se recusado a assinar o texto do AI-5, o mais ditatorial dos atos institucionais. De acordo com o cônsul, Albuquerque Lima recusara a oferta porque acreditava que Costa e Silva deveria cumprir integralmente seu mandato. O cônsul afirmou que Lima era veementemente antiamericano, tendo repetidas vezes feito comentários desairosos aos Estados Unidos. Corrigan disse então que Frias de Oliveira, em conversa privada, corroborava a visão de antiamericanismo de Lima (despacho de 13/01/69, localizado no arquivo do Departamento de Estado). Previa que, se o grupo de apoio a Lima vencesse a guerra interna por poder entre os militares, seria possível que os EUA mantivessem relações mais duras com o grupo nacionalista que dali emergiria.

Fig. 15: Análise de Frias de Oliveira ao Departamento de Estado.



O papel de Frias de Oliveira como analista privilegiado para municiar o consulado dos EUA seria exercido por muitos anos, revelando que era uma voz de interesse a ser ouvida pelos americanos. Despacho do cônsul americano de setembro de 1977, para exemplificar a afirmação, usou comentário do dono do Grupo Folha para dimensionar as greves dos metalúrgicos do final da ditadura militar.

A campanha em defesa de aumentos salariais dos metalúrgicos é o maior desafio organizado contra o governo em dez anos. Octavio Frias, publisher da Folha de S.Paulo, contou ao cônsul-geral, que, na opinião dele, as demandas sindicais são o maior e mais importante movimento político desde 1964 (Telegrama confidencial R 221430Z SEP 77/ Departamento de Estado).

O primeiro dossiê exclusivo produzido na comunidade de informações tendo como personagem o empresário Octavio Frias de Oliveira traz todas as qualificações pessoais de Frias (filiação, números de documentos, endereço) e, principalmente, busca informar sobre "atividades, negócios e interesses" (Dossiê Frias, produzido pelo SNI em 16/04/1968, localizado no Arquivo Nacional), começando com o histórico empresarial daquele que seria seu primeiro negócio. Frias trabalhava em 1947 como corretor quando foi lançado o edifício Copan, que se tornaria um marco arquitetônico de São Paulo. Sem detalhar, o documento de espionagem atribui a Frias participação na instituição do "sistema de contas bancárias para

crianças”. Frias teria sido “pessimamente sucedido” na empreitada, com a “consequente perda de conceito na praça”. A companhia em que Frias trabalhava acabou então sendo absorvida pelo Bradesco.

Na tentativa de recuperação empresarial, Frias fundou a Transaco, dedicada à venda de ações. “Comprando pequenas empresas aumentando-lhe o capital, mediante subscrição de terceiros, o senhor Octavio foi progredindo rapidamente, devendo ter acumulado pecúlio de monta”, dizia o texto.

O dinheiro obtido no mercado de ações foi então empregado em dois negócios posteriores: a construção da rodoviária de São Paulo, graças à sua ligação com o governador Adhemar de Barros, e a compra do jornal *Folha de S.Paulo*. O dossiê militar registrava que “graves irregularidades na rodoviária estavam sendo alvos de investigação sigilosa”.

De acordo com o dossiê militar, para o reequipamento técnico da *Folha*, com substituição de grande parte do seu maquinário gráfico, Frias obteve “vultoso financiamento do exterior, sem que nos fosse possível apurar sua origem” – um outro documento militar apontava que o financiamento foi obtido por meio do programa norte-americano Aliança para o progresso (informe número 124/QG40, produzido pelo SNI, localizado no Arquivo Nacional). Assim como o Grupo Globo, também a *Folha* foi financiada por políticas americanas de apoio ao desenvolvimento da imprensa.

Sem dados precisos, o documento dos militares lança mão de “informantes dos setores industrial, comercial e bancários” que aventam a hipótese de que “o financiamento acima referido poderia ter sido concedido ou pelo sr. Adhemar de Barros ou pelo sr. Sebastião Paes de Almeida (ex-deputado federal que teve seus direitos políticos cassados), elemento sabidamente ligado ao sr. Juscelino Kubitschek e que foi visto com muita frequência em São Paulo, no decorrer dos últimos dois meses, algumas vezes em companhia do sr. Frias”.

Depois de descrever duas fazendas das quais Frias era sócio no interior de São Paulo, aponta o documento que nenhuma das fontes consultadas atribuiu ao empresário “tendência esquerdistas”, para então ressaltar o que seria sua sede por poder: “São unânimes os informes recolhidos atinentes a sua argúcia em matéria de negócios, bem como sua ambição de posses e de influência daí decorrente”. Registra ainda que é “muito benquisto” entre os empregados do Grupo Folha, “em face da liberalidade e da forma de tratamento” dispensados a eles.

Em relatório sem data, arquivado em 16 de fevereiro de 1971 pelo SNI, o serviço faz uma análise longa a respeito do que chama de “infiltração comunista na imprensa brasileira, aliada ao enriquecimento ilícito”. O texto conclui que a maior preocupação era o papel da *Folha*:

Consta que quando se fala em imprensa, não só no âmbito estadual, mas até mesmo no federal, avulta o nome da *Folha de São Paulo*, como instituição-empresa, que, nos 15 últimos anos, se projetou com características de escola de jornalismo; isso porque em sua redação foram formados os homens que hoje pontificam em outros órgãos de divulgação. Basta citar, por exemplo, os casos do *Jornal da Tarde* e da *Editores Abril* (os mais recentes), onde os postos-chaves da Redação são ocupados por elementos saídos dos quadros da Folha (SNI, Arquivo Nacional, 12/02/1971).

O texto do SNI afirma que a partir de meados de 1962, os srs. Frias e Caldeira, controladores da *Folha*, passaram a ser assessorados “ocultamente”, por um dos grandes “pensadores e ativistas” do PCB, Cláudio Abramo:

A partir daí, na Redação, elementos extremamente esquerdistas foram admitidos e galgaram posições. Suas manobras para ridicularizar as instituições e as autoridades foram se avolumando, pois – embora ocultamente – tinham todo o apoio do sr. Cláudio Abramo e, como consequência, o da Direção da Empresa. A *Folha* continuou a funcionar como escola de jornalismo, mas, sob a nova orientação, de mau jornalismo. Além dos ativistas do PC e AP, que continuam a militar nos seus quadros, forneceu muitos outros, de iguais ideologias, aos demais jornais e revistas de São Paulo, Rio, Brasília etc. Os srs. Frias e Caldeira são grandes comerciantes. Demonstrem ser, pelos pensamentos e ações, adeptos do mercantilismo. Esta é a primeira vez em que surgem relacionados com a imprensa, da qual desconhecem os princípios, os objetivos e a importância relativamente à Segurança Nacional (*Ibidem*).

Dois anos depois da aquisição do controle acionário da *Folha*, Frias e Caldeira “impuseram a participação oficial e direta do Sr. Cláudio Abramo na vida do Jornal”. Em poucos dias, afirma o SNI, Abramo introduziu na redação da *Folha* vários elementos de sua confiança, “reconhecidos marxistas ou pelo menos esquerdistas, que passaram a assessorá-lo e que vieram ajuntar-se aos que já existiam”. Formou-se, assim, avalia o serviço, um filtro esquerdistas no viés de todo o noticiário local, estadual, nacional e internacional. “Hoje, a *Folha* é considerada pelos comunistas e simpatizantes como um dos seus veículos de propaganda, pois, além de usar as colunas do jornal, o PC vale-se de suas instalações e de sua pretensa intocabilidade como órgão de imprensa para reuniões às escâncaras” (*Ibidem*).

O SNI enumera então uma série de aquisições de Frias e Caldeira após viagens internacionais para anunciar que participam de um “complô sionista”. A dupla Frias e Caldeira adquiriu a Cia. Litográfica Ypiranga, considerada a maior empresa do gênero na América do Sul, logo em seguida a uma viagem que fez aos Estados Unidos. Quatro meses depois de adquirir a Litográfica Ypiranga, viajou para os Estados Unidos e dali seguiu para a França, onde promoveu as “gestões financeiras” para a compra do jornal *Última Hora*. Passando “curto espaço de tempo”, a dupla voltou mais uma vez aos Estados Unidos e ao regressar adquiriu o jornal *Notícias Populares*. Em seguida a outra viagem aos EUA, com passagem por Japão, Alemanha e Tchecoslováquia, a dupla adquiriu o canal 9, *Televisão Excelsior*.

É aqui que a teoria do SNI sobre a conspiração sionista revela-se no seu esplendor:

Depois da compra da *Folha*, quando a dupla Frias-Caldeira adquiriu o controle acionário da *Última Hora* e *Notícias Populares*, soube-se que ambos, ao lado de Roberto Marinho, como testas de ferro, integraram um mesmo cartel, que tem sede nos EUA, mas controla a imprensa (e através dela a opinião pública) de quase todo o mundo: o grupo Time-Life. Este o grupo judeu, que estaria aplicando no Brasil atualmente sua centenária doutrina de agir como uma pinça: uma ponta constituída pelo MERCANTILISMO e outra pelo SOCIALISMO. Os planos desse grupo sionista preveem o domínio absoluto da imprensa brasileira em poucos anos, com investimentos de milhões de dólares e a absorção dos jornais, rádios e televisões mais fracos, ou seja, sem uma espora econômica de sustentação (*Ibidem*).

Nesse ponto é preciso uma interrupção no desenvolvimento do raciocínio para reforçar como ideias absurdas eram propagadas em meio à ditadura. A multiplicação de teorias conspiratórias é uma das características dos regimes autoritários. Na visão de mundo dos conservadores, existe uma ameaça constante de elementos externos e internos à sua posição de dominância. Essa assertiva é corroborada por estudos em psicologia e biologia políticas, como sintetizados por Liebel (2017). A eleição contínua e múltipla de inimigos, as narrativas variadas de complôs, a busca ansiosa por um foco de conspiração ou insurreição têm muitas vezes origens em um poder que se admite ilegítimo e teme constantemente pela própria queda. Esses inimigos imaginários nascem do medo da mudança. Em outras palavras, a narrativa da conspiração é reflexo instintivo de grupos que pretendem conservar o poder. Em ambientes paranoicos, a mensagem subliminar que domina é o temor da ascensão do outro.

Adorno (2019) identificou elementos da produção desse ambiente de ansiedade paranoica como intrínsecos ao caráter autoritário. Em primeiro lugar, o discurso autoritário conservador tende a denunciar a “perseguição dos inocentes”. Esse princípio permite que o emissor da mensagem se torne o grande intérprete de toda e qualquer ameaça que seu público sofra ou imagine sofrer. Por sua vez, o princípio persecutório autoriza a racionalização de qualquer agressão como autodefesa, agressão que se naturaliza nas massas. O segundo elemento descrito por Adorno é a infatigabilidade, a necessidade de resistir a essas ameaças de forma incessante. O inimigo não dorme, proclama esse princípio, ele maquina sua ascensão para tomar seu lugar neste exato instante. O medo, a constante ameaça (real ou imaginária), proclama que os inimigos devem ser combatidos incessantemente, e que toda oportunidade deve ser aproveitada para os desmascarar.

As narrativas conspiratórias surgem para sustentar a percepção e encontrar o bode expiatório necessário para aliviar sua frustração. Ainda que falaciosa, a narrativa da teoria da conspiração, fruto da paranoia, ganha em importância histórica ao adentrar a arena pública e se mostrar relevante para os desenvolvimentos políticos. Quando ganham as massas, a teoria e a

paranoia são responsáveis por encaminhamentos práticos determinantes. Trata-se, ao fim, dos resultados de uma crença, de uma ilusão. O ensinamento de Freud (*apud* Liebel, 2017) aqui se aplica: ao crente não adianta explicar racionalmente as falhas de sua crença, ele não deixará de acreditar, pois além de parte de sua identidade, a crença é também parte de sua força e segurança psicológica. Diante de potenciais ou reais mudanças na realidade política, econômica e social, uma realidade psicológica é construída para justificar sua própria situação, possivelmente deteriorada, na nova realidade. O paranoico se exime assim de qualquer responsabilidade, e naturaliza-se a violência contra o novo inimigo como alternativa para resolução.

Parcialmente preciso ou significativamente fantasioso, o relato dos serviços de informação das atividades empresariais de Frias e Caldeiras não é nada lisonjeiro. Os empresários são acusados de enriquecer à custa de um golpe no BNI (Banco Nacional Imobiliário), que quebrou e deixou no prejuízo milhares de correntistas: “foi liquidado, causando escândalo na praça e prejuízos a milhares de pequenos depositantes, especialmente àqueles que haviam aberto contas em nome de seus filhos, através da campanha denominada ‘Canguru Mirim’”.

De acordo com o SNI, recuperam-se a partir de favorecimento político ao ganhar concessão para administrar a rodoviária de São Paulo. “Passaram a explorar, por concessão municipal, a estação rodoviária, por eles construída numa praça pública [Praça Júlio Prestes], sem concorrência pública, graças à conivência do ex-governador Adhemar de Barros”. O SNI acusa Carlos Caldeira Filho ainda de “fazer fortuna no campo do contrabando”. “Depois do seu aparecimento como diretor estatutário da *Folha*, até as viaturas do jornal foram utilizadas para transportar mercadorias contrabandeadas”, diz o texto. Informe datado de 29 de março de 1971, acusa Frias e Caldeira de liderar uma fraude quando estavam à frente da Fundação Cásper Líbero. A entidade havia realizado uma campanha para aumento de capital, planejando a construção da nova sede na avenida Paulista. Para tanto, emitiu e colocou à venda uma quantidade considerável de títulos por meio de uma empresa. “Entretanto, com o correr dos anos, a Fundação Cásper Líbero não mais deu conta nem prestou satisfações aos compradores dos seus títulos que se contam aos milhares, entre a classe média”, anotou o SNI. O golpe atingiria 13 bilhões antigos – mais de R\$ 100 milhões numa atualização monetária simples.



Atividades de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, diretores das Empresas Folhas de S.Paulo e da Fundação Casper Libero, envolvidos em negociatas com a venda de títulos da FCL, ligados a ES, CC [Constantino Cury] e TBF [Tibiriça Botelho Filho], e a elementos esquerdistas permitindo-lhes participação nos jornais da empresa FSP. OFO é proprietário da Granja Itambi, que, apesar de registrada no Funrural como propriedade agrícola, desenvolve atividades industriais.

Nenhuma das fontes consultadas atribuiu a ele tendências esquerdistas. São unânimes os informes acolhidos atinentes a sua argúcia em matéria de negócios, bem como a sua ambição de posses e da influência daí decorrentes. É muito benquisto pelos empregados do grupo em face da liberalidade e da forma de tratamento que dispensa a eles. Em meados deste mês pessoa de nossa confiança e dotada de habilidade necessária, permaneceu pelo espaço de tempo de uma noite na redação e nas oficinas das folhas, usando um pretexto plausível, na tendência de averiguar algo sobre eventuais admissões recentes de empregados oriundos de país ou países da cortina de ferro ou outra origem suspeita. Nada de positivo, nesse sentido, foi apurado (SNI, Arquivo Nacional, 22/07/1975).

No fervor do momento que levaria o país à fase mais cruel da ditadura, o empresário Octavio Frias de Oliveira foi convocado a comparecer ao quartel-general da Quarta Zona Aérea às 18h30 do dia 20 de setembro (vide imagem a seguir). A publicação de uma reportagem sobre a distribuição de panfletos que buscavam a adesão dos bancários a uma greve da categoria tornou-se a causa direta da convocação. Um oficial da Aeronáutica dedicou-se a exegese da notícia publicada pela *Folha da Tarde*, em 19 de setembro de 1968 classificando-a como “bastante maliciosa” – note-se que nesse período o segundo jornal do grupo *Folha* seguia uma linha antiditadura, orientação que seria revista no ano seguinte, como será visto adiante.

O oficial apontou que o texto da notícia “quase retratava a verdade do fato”, mas que a manchete da página, “feita de maneira capciosa”, dava a entender que um major da Aeronáutica aderira ao movimento grevista, “levando os incautos a um entendimento falso dos fatos”.

A partir dessa análise do oficial, o comando da Aeronáutica autorizou que Frias fosse convidado a explicar a publicação da notícia, como relatou.

A chefia deste serviço, obteve autorização do Chefe do Estado Maior da Quarta Zona Aérea para providenciar o desmentido da notícia – já que ultimamente a imprensa em geral – tem procurado formar uma opinião pública falsa e hostil – contra as autoridades, graças a infiltração de elementos subversivos e mesmo comunistas, no setor de divulgação e imprensa. Avaliando as diversas linhas de ação, este serviço optou por aquela mais condizente com a imagem de respeito conquistada pela 4ª ZA – em face da ação presente contra os corruptos e subversivos. Assim, mandou convocar o sr. Octávio Frias de Oliveira a este QG (Anexo Frias depoimento/Informação número 133/QG-4X).

Em conversa a “portas fechadas”, como registrou o documento da Aeronáutica, Frias foi alertado para as “infâmias” publicadas por jornais do grupo que dirigia. “Foi-lhe dado entender, de maneira bastante firme, que nós o considerávamos diretamente responsável por este tipo de noticiário”, relatou o militar. Frias tratou de se comprometer com a retificação da informação, com errata sendo publicada em 23 de setembro.

De acordo com relatório sigiloso da Aeronáutica, naquela reunião Frias prometeu, “espontaneamente”, ir eliminando de sua equipe, aqueles elementos que forem considerados não democratas, a exceção de Cláudio Abramo. “Apesar do sr. Frias conhecê-lo como ideologicamente comunista, tem nele grande confiança e sabe que o sr. Cláudio Abramo lhe é leal”.

Encerrada esta parte da conversa, o oficial da Aeronáutica abriu o dossiê de informações sobre Frias, alimentado por diversos escritórios da chamada comunidade de informações. Começou então um interrogatório com base nas anotações e suspeições de sua ficha.


Antes de tudo, Frias se definiu como um “democrata e homem de livre empresa”. Teve, por exemplo, de explicar como obteve dinheiro para comprar as “moderníssimas” máquinas que imprimiam seus jornais: foram compradas com financiamento do Banco do Brasil, tendo como avalista o Banco Fiducial do Comércio e Indústria de São Paulo. Reconheceu que havia comprado, com o sócio Carlos Caldeira, o controle de emissoras de rádio e TV do Grupo Excelsior e discorreu sobre propriedades agrícolas dos quais era sócio. O final do relatório da Aeronáutica ressalta que Frias “reconheceu que realmente em 1947 era apenas corretor [empregado] da Companhia Nacional Imobiliária, associada ao Banco Nacional Imobiliário”.

Estava claro que o oficial e o dossiê de Frias sugeriam que o empresário havia enriquecido ilicitamente, tendo forças ocultas a impulsioná-lo empresarialmente. A seção da Aeronáutica encerrou seu relatório com uma sugestão ao governo Costa e Silva: “Este Serviço, com estes dados, pensa ser fácil ao Governo uma verificação da fabulosa fortuna amealhada em 20 anos pelo citado cidadão, sendo de notar o aumento auferido nos últimos 5 ou 6 anos”. Justifica que o Grupo Frias havia se tornado o maior grupo de imprensa no Brasil, tendo, portanto, “o controle da formação da opinião pública com o uso abusivo dos meios de comunicação de massa”. A conclusão do documento é inequívoca: “Nota-se que é o grupo de imprensa mais voltado para a linha subversiva, o que sem dúvida é de interesse da Segurança Nacional” (Anexo Frias depoimento/Informação número 133/QG-4X).

Fig. 16: Depoimento de Frias ao comando da Aeronáutica.

VAZ-444-103, p 43

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
QUARTA ZONA AÉREA  
QUARTEL GENERAL  
2ª SEÇÃO



1. ASSUNTO : Imprensa (Octavio Frias de Oliveira)  
2. ORIGEM : QG-4  
3. CLASSIFICAÇÃO : --  
4. DIFUSÃO : ENAER

INFORMAÇÃO Nº 133/QG-4  
( 25 Set 968 )

Este Serviço tomou conhecimento da seguinte informação :

"No dia 18/Set, compareceu a este QG o representante do Sindicato dos Bancários, Sr GERALDO DOS SANTOS (Informação nº 128/QG-4 de 18 Set/68) solicitando autorização para lançar panfletos que induziam a greve dos bancários, a título de um convite para Assembleia Geral da categoria.

O jornal "Fôlha da Tarde" de 19/Set/68 - Grupo Frias - cujo Diretor é o Sr OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA - publicou a notícia do fato anterior (página anexa) de maneira bastante maliciosa. Enquanto - que a notícia no texto, quase retratava a verdade do fato, com um acréscimo que no texto está marcado, a "manchete" sobre o fato, feita de maneira capiciosa dando a entender que o Major BELLO deste - Quartel General - aderira ao movimento grevista. Nota-se a "manchete" na mesma página, na parte superior (manchete principal) e a "manchete" na parte inferior (manchete secundária) que integrando-se com a "manchete" sobre o fato em tela, levava os incautos um entendimento false dos fatos.

A Chefia deste Serviço, obteve autorização do Chefe do Estado Maior da 4ª Z AÉ, para providenciar o desmentido da notícia - já que ultimamente a imprensa em geral - tem procurado formar uma opinião pública falsa e hostil - contra as autoridades, graças a infiltração de elementos subversivos e mesmo comunistas, no setor de divulgação e imprensa.

Avaliando as diversas linhas de ação, este Serviço optou por aquela mais condizente com a imagem de respeito conquistada pela 4ª Z AÉ - em face da ação presente contra os corruptos e subversivos. Assim, mandou convocar o Sr OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA a este QG - para tratar do assunto, já que além de proprietário do "Grupo Frias" - é também o Diretor do jornal "Fôlha da Tarde".

O convite foi atendido imediatamente, e, no dia 26/Set, às 18:30 hs. compareceu o Sr FRIAS a este QG. Em conversa a portas fechadas, o Sr FRIAS foi alertado para as infâmias do seu jornal, se lhe mostran - continua -

(Continuação da Informação nº 133/QG-4, de 25/Set/68).



mostrando varios exemplares dos diversos jornais de seu grupo e lhe foi dado entender, de maneira bastante firme, que nós o consideravamos diretamente responsável por este tipo de noticiário. - Prontamente o Sr FRIAS se comprometeu a desmentir a notícia na edição do dia 23/Set/68 (anexo) o que realmente fez, já que nos dias 21 e 22 aquele vespertino não era publicado.

Prometeu o Sr FRIAS, sob palavra, espontaneamente, ir eliminando de sua equipe, aqueles elementos que forem considerados não democratas, a exceção do Sr CLAUDIO ABRAMO - que apesar do Sr FRIAS conhecê-lo como ideologicamente comunista, tem nele grande confiança e sabe que o Sr CLAUDIO ABRAMO lhe é leal.

O Sr FRIAS se considera democrata e homem de livre empresa, daí sua promessa feita neste Serviço.

Foi aproveitada a oportunidade para se completar dados no dossier do mesmo - tendo sido declarado pelo mesmo o seguinte:

- As novas máquinas "off set" - modernísimas - de seus jornais, foram compradas com financiamento do Banco do Brasil, tendo como avalista o Banco Fiducial do Comércio e Indústria de São Paulo;

- que seu Grupo - no dia 19/Set/68 - assumira o controle total do grupo Excelcior - rádios e TV - em todo o Brasil - com as seguintes cotas de participações:

OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA .....	33 %
CARLOS CALDEIRA FILHO .....	33 %
EDSON PEREIRA LEITE .....	33 %

- que foi sócio do Sr CAIO ALCANTARA MACHADO - num loteamento da "Fazenda Genebra" - de sua propriedade, sita a via Rapôso Tavares, altura do Km 84;

- que não entabou negociações para compra dos jornais "Fôlha Carioca e Fôlha do Nordeste";

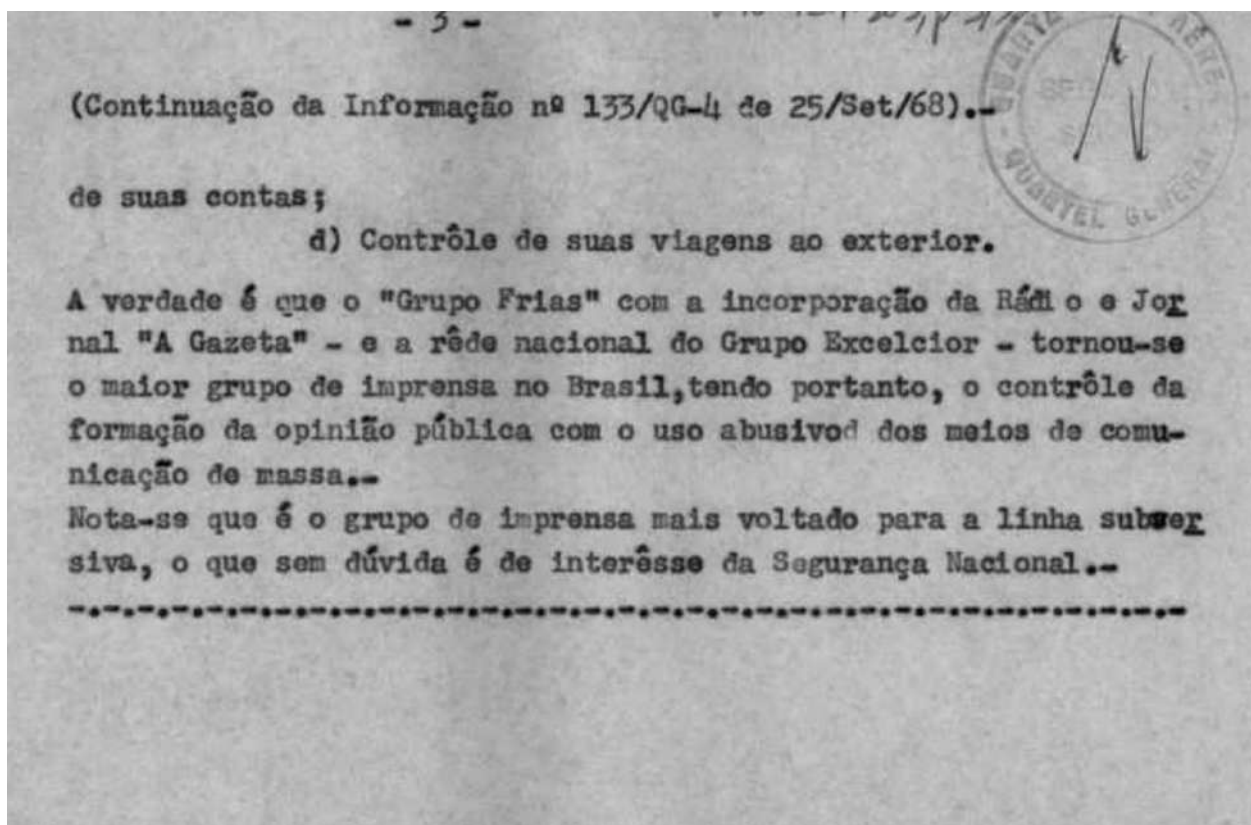
- que passará ao seu controle o jornal "Gazeta", por arrendamento, sendo que assumirão a presidência e vice-presidência os Srs FRIAS e CALDEIRA respectivamente;

- que realmente em 1947 - era apenas corretor (empregado) da Companhia Nacional Imobiliária, associada ao Banco Nacional Imobiliário.

Após essas informações o Sr FRIAS retirou-se deste QG, tendo a entrevista durado cerca de duas horas.

Este Serviço, com estes dados, pensa ser fácil ao Governo, uma verificação da fabulosa fortuna amealhada em 20 anos pelo citado cidadão, sendo de notar o aumento auferido nos últimos 5 ou 6 anos. Para tanto sugerimos:

- a) Pronunciamento do Imposto de Renda;
- b) Exame na contabilidade das diversas Empresas;
- c) Extrato bancário através do Banco Central de suas



#### 7.4 A VIRADA ANUNCIADA EM BILHETE

Num jantar, no começo de 1964, Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, passou um bilhete ao marechal Castelo Branco, que se tornaria o primeiro presidente da ditadura militar instalada em 31 de março. A mensagem escrita em um guardanapo, com uma letra miúda em que as vogais quase não se distinguem, sugeria que o ditador investigasse o crescimento da *Folha*. Para Mesquita, inexplicável.

Tal bilhete originou a produção de um relatório datado de 8 de fevereiro de 1964 a respeito de investigações em torno da Empresa Folha da Manhã, a empresa líder do Grupo Folha. O relatório afirma que "está correndo muito dinheiro para a compra de outras empresas; prédios; terrenos etc.". Afirma ainda que "a Folha tem realizado negócios com a firma Goss, dos Estados Unidos, para onde o epigrafado tem ido constantemente, acompanhado do cronista social Tavares de Miranda, onde o mesmo é bem relacionado". Como se sabe, a Goss Printing Press Company vende impressoras para jornais desde 1885, quando foi fundada pelos irmãos Samuel e Frederick Goss. Essa relação comercial, que parece comum pelos ramos das empresas brasileira e americana, foi ressaltada como exemplo de intromissão estrangeira nos negócios nativos pelos espões do SNI.

Um procurador federal foi nomeado para apurar a origem dos recursos do jornal. Concluiu que era legal, mas o complexo submundo da comunidade de informações nunca se convenceu, como documentos adiante citados comprovarão.

O guardanapo foi mostrado a Frias pelo general Golbery do Couto e Silva. Dez anos depois do golpe militar, Golbery expôs a Frias o plano de distensão lenta, gradual e segura do regime militar imaginado por Geisel. Interessava ao governo a existência de um outro jornal paulista de prestígio, além de *O Estado de S. Paulo*. Golbery não ofereceu ajuda à *Folha*, como anúncios de empresas estatais ou linhas de crédito, afirmou Frias.

Com o conhecimento privilegiado da abertura planejada pela dupla Geisel-Golbery, Frias abraçou o projeto de investir na defesa da volta à normalidade política. A criação de uma seção de artigos na página 3 da *Folha* com opiniões a favor e contra o regime militar foi a primeira iniciativa aprovada. A página foi desenhada por Claudio Abramo, então diretor do jornal. A seção começou em junho de 1975 e abrigou textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar. Em conversa com o autor em 2017, Alberto Dines classificou essa como a que seria a “grande revolução” operada pela *Folha* no jornalismo brasileiro. Os jornais estavam silenciados pela censura ou pela autocensura.

Foi uma ousadia do Frias, fazer da *Folha* um jornal de opinião.

Ele apostou na distensão política proposta pelo presidente Geisel e assim, talvez pela primeira vez, um jornal se transformava de dentro para fora, a partir do seu conteúdo. A *Folha* não se preocupou muito com a aparência, não convocou consultores nem marqueteiros. Simplesmente apostou no jornalismo. Frias nunca foi jornalista, mas acreditava no poder transformador da imprensa. Assumiu que o leitor quer, antes de tudo, um jornal capaz de falar com clareza e convicção (DINES, 2017).

Apesar da chancela de Geisel-Golbery, os porões da ditadura hostilizaram abertamente a adesão da *Folha* ao projeto de distensão política. Dois anos após o passo ousado, a *Folha* foi obrigada a recuar depois de um confronto político com o regime, iniciado em razão de um artigo de um colunista.

Uma sequência de informes do SNI mostra como o jornal era visto com suspeição naquele período. Em relatório de 26 de abril de 1976, o SNI fez uma análise da “penetração esquerdista” na imprensa. Nessa data, já reconhecia que o Grupo *Folha* representava “a maior força dentro do jornalismo paulista e uma das maiores forças no Brasil”, seja em número de leitores ou em número de jornalistas contratados (Abramo Frias Filho, SNI, 1976). Afirmava que o Grupo *Folha* tinha sido um objetivo permanente do MCI (Movimento Comunista na Imprensa), “que sempre teve ali montados alguns focos de infiltração, os quais, ao sabor dos acontecimentos e das oportunidades, diminuiram ou cresceram de importância”.

Apontava Claudio Abramo como o líder do grupo esquerdista na *Folha*, acentuando a “forte influência que exerce” sobre Frias. Dizia que era o “mentor ideológico e profissional” do filho de Frias, então com 18 anos. Este “expediente”, de envolvimento com alguém importante na família do patrão, já teria sido usado, de acordo com o documento, quando Abramo trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*, quando exercia grande influência sobre Carlos Mesquita: “este membro da família dos Mesquita acabou se suicidando, após tornar-se um alcoólatra”, sublinhou o Serviço.

O SNI reconhecia explicitamente que dois jornais do Grupo Folha, a *Folha da Tarde*, dirigida por Antônio Aggio Junior, e a *Última Hora*, comandada por Gilberto Di Piero, mais tarde conhecido como Giba Um, apoiavam o governo federal e combatiam abertamente o Movimento Comunista Internacional (Infão 6130/032/ASP/75): “Antônio Aggio e Di Piero lideram uma frente contra o subgrupo de Abramo”, dizia o Serviço (SNI, Arquivo Nacional, 26/04/1976)

Narrava ainda que Abramo, depois da sólida posição que assumiu como diretor da *Folha de S. Paulo*, iniciara plano para assumir o controle editorial de todo o Grupo Folha, afastando os jornalistas aliados do regime militar.

O SNI rememorou que o antecessor de Abramo, Enyldo Franzosi, era um jornalista conhecido pela posição anticomunista, que perdeu o cargo após “uma surda campanha de desmoralização”. Abramo convencera Frias da necessária demissão de jornalistas, por exemplo, que mantinham também vínculo com a Agência Nacional, o órgão oficial de distribuição de notícias.

Dizia o SNI que, desde a posse de Abramo, o jornalista tinha conseguido formar grande contingente de jornalistas de esquerda e impedindo, “com êxito”, o acesso de jornalistas “democratas, anticomunistas e pró-revolução de 1964”. Citava que “até as histórias em quadrinhos” estavam sendo utilizadas como “veículo para mensagens adversas sub-reptícias e de fácil assimilação, inclusive, para as crianças”.

Reclamava o relatório dos agentes que Frias não se preocupava com os rumos ideológicos do desenvolvimento da briga interna no Grupo Folha. Atribuía a pessoas próximas a Frias a avaliação de que a presença de Abramo era uma “garantia” contra qualquer tipo de ação subversiva ou terrorista por parte da esquerda (documento produzido pelo SNI em 15/01/1974, localizado no Arquivo Nacional).

Em agosto de 1977, relatório do Serviço Nacional de Informações dizia que a *Folha* tinha “o esquema de infiltração mais bem montado da chamada grande imprensa”, para “isolar o governo da opinião pública”.

Dois meses depois dessa avaliação do serviço, os agentes concluíram que Abramo vencera os embates internos contra jornalistas de direita, conseguindo expurgá-los de todas as redações do Grupo Folha.

No entanto, uma crise com o governo federal viria a derrubar Abramo da direção.

Em 1º de setembro, o colunista Lourenço Diaféria publicou o texto “Herói. Morto. Nós”, sobre bombeiro que salvara a vida de um garoto num poço de ariranhas no zoológico de Brasília e o comparava ao duque de Caxias. E falava da estátua de Caxias, em São Paulo: “O povo está cansado de estátuas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal” (DIAFÉRIA, 01/09/1977, p. 44).

O texto irritou militares identificados com o ministro do Exército, Silvio Frota, então candidato à sucessão de Ernesto Geisel. Diaféria foi preso. Em 16 de setembro, o espaço de sua coluna na *Folha* saiu em branco, como forma de protesto. O general Hugo Abreu, ministro-chefe da Casa Militar do governo Geisel, telefonou a Octavio Frias de Oliveira e exigiu a demissão de Cláudio Abramo.

Segundo Frias, “o Diaféria escreveu essa crônica que não tinha mal nenhum e daí foi preso saindo da casa dele. Nós ficamos muito irritados e resolvemos manter a coluna em branco, enquanto o Diaféria não fosse solto”. O general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar, telefonou para Frias. “Se amanhã sair a coluna em branco no jornal novamente, o seu jornal será fechado. E o senhor também será enquadrado na Lei de Segurança Nacional”.

“Decidimos não publicar mais a coluna em branco. Nos reunimos e achamos que não adiantava bancar o herói, que era melhor que o Cláudio se afastasse da Direção de Redação do jornal”, contou Frias. O jornal afastou Abramo, promoveu em seu lugar um jornalista conservador, Boris Casoy, e tratou de esconder jornalistas mais alinhados com Abramo, como o caso de Alberto Dines, que deixou de assinar a coluna “Rio”, publicada na página de opinião, e deixou de produzir a crítica semanal que publicava sobre as atividades da imprensa.

No domingo 18 de setembro, em uma nota curta, em duas colunas, a *Folha* avisava: “Por motivos de ordem técnica, deixa de sair nesta edição o *Jornal dos Jornais*, de Alberto Dines, que retornará no próximo domingo”. Não retornou. Os “motivos técnicos” alegados para a suspensão do *Jornal dos Jornais* eram, em realidade, políticos.

“O chefe da Casa Militar, com quem eu tinha certa relação, me telefona e diz: ‘Ô Frias, aqui quem fala não é o seu amigo não, é o chefe da Casa Militar. Ou você muda esse jornal aí ou nós vamos fechar.’ Eu mudei. O Cláudio Abramo era nosso diretor de redação. Eu chamei o Cláudio e disse: ‘Cláudio, vai para Paris como nosso representante e depois você volta’.



Chamei o Boris Casoy, que era um homem tido mais como conservador para diretor de redação. Foi o que eu fiz”, resumiu Frias ao portal AOL.

Nessa entrevista de 2003, pela primeira vez Frias admitira publicamente ter sacrificado Claudio Abramo sob pressão do regime militar. Menos de um mês depois da demissão de Abramo, Silvio Frota seria demitido por Geisel do Ministério do Exército. Na interpretação mais completa do episódio, Gaspari (2002) afirmou que aquele gesto assegurou o projeto de Geisel de realizar a abertura política, “de forma lenta, gradual e controlada”. Aos poucos a imprensa seria beneficiada com tal política, com o fim completo da censura e o fim da vigência do AI-5, o mais duro dos instrumentos da repressão política.

Abramo não se beneficiou diretamente da abertura da dupla Geisel-Golbery. O que lhe restou foi uma espécie de limbo profissional. Tornou-se assessor direto do dono da *Folha*, em função sem visibilidade pública. Amigo de Frias, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou que “o afastamento do Cláudio era uma manobra tática do Frias”. Ele diz que Frias “recolheu algumas velas, mas não mudou o rumo” (PASCHOAL, 2007, p. 231)

Os agentes do SNI não demoraram para perceber a manobra. Em 26 de outubro de 1977, o informe 364 registrou: “Ultimamente, o jornalista Cláudio Abramo, ex-editor chefe do jornal Folha de S.Paulo e o responsável por todo o esquema de infiltração de esquerda naquela empresa, voltou a frequentar a sede do órgão e, segundo consta, reassumiu as funções de principal assessor de Octavio Frias de Oliveira”.

Eles relatavam ainda que Alberto Dines, que não havia deixado a chefia da sucursal da *Folha* no Rio de Janeiro, mas que vinha executando desde o episódio Diaféria apenas funções administrativas, tinha voltado às atividades editoriais. De acordo com o SNI, Dines atuava

no sentido de pressionar o atual editor-chefe, Boris Casoy, de modo a que este imprima uma linha mais agressiva naquele jornal e que evite, a qualquer custo, a demissão dos esquerdistas que ali trabalham. Seja pelo telefone, seja através de rápidas idas a São Paulo, Dines tem mantido sua influência no periódico, fazendo sugestões e/ou recriminando procedimentos adotados pela atual editoria (SNI, Arquivo Nacional, 26/10/1977).

Os agentes apontavam ainda que o jornalista Tarso de Castro, criador do suplemento dominical *Folhetim*, que era considerado como demitido da empresa, não teve o desligamento formalizado. Quando da chamada “crise” na *Folha*, Tarso de Castro, que se encontrava no Uruguai entrevistando Leonel Brizola, cedeu seu lugar de editor do *Folhetim* a Aldo Pereira (ex-editor do jornal *Movimento*, “outro órgão de linha contestatória”, apontou o SNI) e foi ser o correspondente do jornal em Madri.

Depois de contextualizar a situação interna, o SNI opinava:

As interferências de Cláudio Abramo no jornal, ainda que afastado do mesmo, chamando à sua sala para conversas reservadas repórteres e redatores, sem qualquer comunicação aos seus chefes imediatos ou, ainda, ao editor-chefe Boris Casoy, bem como a forma de atuação de Alberto Dines, teriam levado Boris Casoy a declarar-se disposto a permanecer no cargo apenas até o final do ano, pois não suportaria as pressões que vem recebendo, preferindo retornar às simples funções de redator do jornal.

O SNI afirmava que grupos de esquerda se articularam para mandar “dezenas de cartas, do interior e da capital”, protestando contra a mudança da linha editorial do jornal e pela entrega do posto de editor-chefe, “a um elemento do ‘CCC’ [Comando de Caça aos Comunistas]”. Os agentes se explicam: “No que se refere ao elemento do ‘CCC’, seria uma clara alusão a Boris Casoy, que há anos, por ocasião das crises estudantis de 68, foi acusado de pertencer a tal grupo na Universidade Mackenzie”.

O informe depreendia que, dessas “campanhas dirigidas” por elementos de esquerda, houve um estremecimento no relacionamento entre o proprietário do jornal e o seu editor-chefe e um abalo na disposição de Casoy em enfrentar a situação, afora reanimar o grupo de contestação existente na empresa.

O SNI então fazia a defesa da manutenção de Boris Casoy como editor-chefe e do afastamento efetivo dos grupos liderados por Abramo e Dines. Caso contrário, concluía o informe,

É de se supor que, muito em breve, retornará às suas audaciosas e maléficas campanhas de contestação ao regime, desmoralização das autoridades etc. O grupo Folhas tem se constituído, nos últimos anos, como o ponto central de acolhimento de militantes, simpatizantes, inocentes úteis, etc., do esquema de infiltração comunista nos meios de comunicação de massa e, representando o jornal Folha de S.Paulo, atualmente, mais de metade do mercado de trabalho para jornalistas em São Paulo, cobrindo o maior contingente de leitores da região centro-sul do País; tudo isso indica que os comunistas ali instalados não abandonarão com facilidade as posições alcançadas, lançando mão de todos os expedientes para ali permanecerem pois, perdida essa frente, dificilmente seria encontrado pelo MCI [Movimento Comunista Internacional] outra empresa jornalística com o potencial da Folha de S.Paulo.

Em 19 de dezembro de 1977, dois meses depois do alerta, o SNI voltou ao tema em informe destinado a atualizar as “manobras da esquerda para neutralizar” Casoy e retomar o controle da *Folha*. Afirmou que os sócios Frias e Caldeira passaram uma temporada no exterior, no período imediato depois da crise. De volta ao Brasil, desentenderam-se. Caldeira insistia na demissão de Abramo e sua equipe, com Frias negando-se a executá-la. Caldeira reclamava da ingerência na redação de Otavio Frias Filho, tido como altamente manipulado por Abramo. “Boris Casoy, ao contrário do que preconizava o Informe anterior, foi prestigiado em suas funções”, afirmou. Apontou como exemplo que Casoy demitiu Aldo Pereira, editor do *Folhetim* com passado esquerdista. O SNI dizia que, após Casoy assumir, as vendas da *Folha*

aumentaram consideravelmente. “Em contrapartida, as acusações que lhe eram imputadas de ter pertencido ao ‘Comando de Caça aos Comunistas (CCC)’ amainaram quase que por completo.”

Salientava que Dines, apesar de continuar chefiando a sucursal do Rio da *Folha*, não estava escrevendo artigos para o jornal. Enfim, o SNI concluía que os conservadores haviam vencido o embate. Além do exílio de Abramo, Dines seria demitido, simbolizando o fim de uma era.

Fui demitido por telefone pelo diretor de redação, Boris Casoy. Eu tinha escrito um artigo acusando formalmente Paulo Maluf de ser o responsável pela repressão da greve do ABC. O artigo não foi publicado. No dia seguinte, escrevi outro, com a mesma embocadura. Ele também não publicou. Aí publiquei um desses artigos em *O Pasquim*, que eu estava ajudando naquela fase difícil. Tinha proposto a Jaguar e a Zivaldo fazer uma página chamada Jornal da Cesta. Essa página tinha uma frasezinha que atribuía a Shakespeare, em português, dizendo, “o mais importante da história do jornalismo não é o que sai nos jornais, mas o que vai para a cesta”. E publiquei um dos artigos rejeitados, com a paginação que eu tinha na *Folha* (Moura *et al.*, 2012)

A preocupação do SNI se concentrava agora em Abramo, “elemento que exerce grande influência esquerdista em Frias Filho”, que continuava na empresa, em cargo “meramente figurativo” na gráfica da *Folha*, enquanto se preparava para ser correspondente em Londres. Sobre Abramo, previa o SNI: “Em razão de não possuir vocação para atividades executivas, face à sua limitada visão empresarial, dificilmente voltará às funções que ocupava anteriormente”. Nos dez anos seguintes, até sua morte em 1987, Abramo atuou como correspondente e colunista da *Folha*. Nunca mais teve funções executivas na imprensa. O jornalista Mino Carta escreveu o necrológico mais preciso sobre a figura do amigo Abramo.

Em padrão, diria Claudio, não convém confiar em demasia. Talvez não pensasse o mesmo dos jornalistas, aos quais tentou ensinar, além do verdadeiro jornalismo, dignidade profissional e consciência de classe. Mas os jornalistas brasileiros não estão atentos às melhores lições. Quase sempre preferem inclinar-se à vontade do dono, diretor por direito divino, em lugar de acompanhar alguns raros colegas dispostos a professar sua fé em um tipo de imprensa que transcende os interesses de uma família e de uma casta. Abramo esteve no comando de *O Estado de S.Paulo* e da *Folha de S.Paulo*. No jornal da família Frias, foi chefe de reportagem, secretário e diretor de Redação. Sempre se bateu pelo rigor da apuração, pela edição correta, ignorando angulações demarcadas pelos proprietários dos veículos. Seus critérios de escolha nunca colocaram interesses empresariais acima da ética. Não fez concessões ao jornalismo declaratório. Nunca obedeceu aos cânones que estabelecem a primazia da opinião sobre a informação. Foi, sem dúvida, um professor com poucos discípulos. Um iconoclasta que aceitou viver o sacrifício dos que não se alinham incondicionalmente. Um sacerdote a agir como mediador entre o noticiário e o leitor. A expressão exata de uma deontologia que não separa o profissional do cidadão. Pelo contrário, reforça, por ação recíproca, as duas dimensões de quem age a descoberto (FILHO, 27/10/2009).

Em 27 de março de 1983, dias depois de o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentar ao Congresso proposta de emenda constitucional que restabelecia eleições diretas para presidente, a *Folha* publicou editorial que endossava a tese da proposta. Foi o único

dos grandes jornais a fazê-lo. Tímida e errática nos meses seguintes, a cobertura ganhou tom explícito – e pioneiro – de campanha em novembro daquele ano. A *Folha* não reivindica essa intenção, seguindo a interpretação do jornalista Alberto Dines: “O jornal não entra em campanha; percebe que está em campanha no meio dela” (entrevista ao autor, 2017).

O divisor de águas é a edição de 17 de novembro, em cuja capa o principal título é “Sou pelas diretas, diz Figueiredo”. Na página 2, o editorial defende o voto direto. Nos dez dias seguintes, que antecederam o primeiro comício pelas diretas em São Paulo, o tema foi mantido em destaque na primeira página e nos editoriais. No interior do jornal, uma vinheta anunciava “o fim de semana pelas diretas”. A manchete do dia do comício é inequívoca: “Eleição direta é o caminho”. A manifestação no estádio do Pacaembu acabou em fracasso, mas o jornal dobrou a aposta. No dia seguinte, criticava a descoordenação do movimento e o exortava a não diluir seu objetivo central. Internamente, a tese conquistara a maioria dos jornalistas, sendo também abraçada pelo então editor-responsável, Boris Casoy.

O engajamento do jornal na campanha das diretas, já no governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), fez com que se tornasse alvo do SNI de novo. Entre 16 de junho e 9 de dezembro de 1983, o serviço acompanhou detalhadamente operações de compra de dólar no mercado paralelo feitas por Frias, uma atividade ilegal. Em 14 e 15 de junho, o SNI afirma ter havido três operações de compra de dólar (US\$ 150 mil, US\$ 200 mil e US\$ 100 mil). Em 20 de junho, outra compra de US\$ 100 mil. No dia 21, US\$ 150 mil. No dia 29, mais US\$ 200 mil.

Ao total, o SNI informou ter documentado o envio de US\$ 3 milhões feito por Frias e contabilizou que, ao lado do sócio Carlos Caldeira, já somava mais de US\$ 5 milhões em contas mantidas no Canadá e nos Estados Unidos (informes número 04822, 04962, 05001, 05081, 05209, 05283, 06344, 06789/83, localizados no Arquivo Nacional). Atualizados pelo poder de compra do dólar, US\$ 5 milhões em 1983 equivalem hoje a US\$ 13,6 milhões, perto de R\$ 77 milhões.

De acordo com o informe 06344, em 4 de agosto Caldeira “investiu US\$ 147.616,00 na praça de Montreal/Canadá, na mesma entidade onde já tem US\$ 1.880.910,05. Parte dessa última remessa aplicada no Canadá pertence a Otávio Frias Filho, da *Folha de S.Paulo*. Além dos elementos citados, Júlio Artur Goulart Brizola possui também aplicações no montante de US\$ 707.449,88, no mesmo estabelecimento canadense”, informava o texto.

O SNI disse ter identificado o cambista que fazia a operação para a dupla Frias-Caldeira: Jaime Francisco Ferreira do Nascimento Brito (sem ligação conhecida com a família então proprietária do *Jornal do Brasil*), titular da conta número 30-2-35204-2, no Banco Lar

Brasileiro, av. Presidente Vargas, 542-B, Rio de Janeiro. No comunicado 936/83, o SNI justificava que o “contravalor em cruzeiros, em pagamento de moeda estrangeira no mercado paralelo, normalmente é efetuado em dinheiro, não envolvendo cheques. Inexistente qualquer possibilidade de registro de operações em espécie”. Em seguida, listava uma série de extratos de Nascimento Brito, mostrando o volume de recursos gigantesco que movimentava em suas contas. Nas datas de supostas operações de compras de Frias-Caldeira, o extrato bancário de Nascimento Brito no Banco Lar Brasileiro registrava de fato a entrada de valores correspondentes nas compras de dólares assinadas. O SNI listou ainda uma série de cheques ao portador depositados em contas de Nascimento Brito. Chama atenção a cópia de ordem de pagamento de C\$ 82 milhões (R\$ 2 milhões em valores atualizados) da Granja Itambi, em 20 de junho de 1983, para o doleiro.

Em 2007, Frias de Oliveira e Caldeira foram listados entre os 22 empresários (e familiares) do ramo jornalístico brasileiro que estavam na relação dos que mantinham contas na agência do HSBC em Genebra, na Suíça, naquilo que ficou conhecido como o SwissLeaks. Vale lembrar que, atualmente, ter uma conta bancária na Suíça ou em qualquer outro país não é ilegal, desde que seja declarada à Receita Federal. Os titulares também devem informar ao Banco Central quando o saldo for superior a US\$ 100 mil. Não era assim no passado. As contas no HSBC de Frias e Caldeira foram criadas em 1990 e encerradas em 1998, de acordo com os documentos vazados àquela época. O Grupo Folha e a família de Octavio Frias de Oliveira disseram à época “não ter registro da referida conta bancária e manifestam sua convicção de que, se ela existiu, era regular e conforme à lei”.

Além da família Frias, apareceram neste vazamento integrantes das famílias Marinho (*Globo*), Mesquita (*Estadão*) e Saad (*Bandeirantes*).

Fig. 17: Documento do SNI atribuindo a Frias e Caldeira uma série de remessas ilegais de dólares ao exterior.

SC 1 - 2811/83  
042007 84

**CONFIDENCIAL**

INFORM. Nº **05283** 30/AC/83

*[Handwritten signature]*

DATA : 01 de julho de 1983

ASSUNTO : MERCADO PARALELO DE DÓLARES

REFERÊNCIA: INFE Nº 5209/30/AC/83 SE-14

AValiação : B-2

DIFUSÃO : SC-1 - SC-5 - SE-08

ORIGEM : SC-3

ANEXO : INFE DA REFERÊNCIA

---

O "Grupo Folhas", proprietário do jornal "Folha de S. Paulo" e de outras empresas, através de seu dirigente Otávio Frias, continua adquirindo dólares no mercado paralelo.

No dia 29 Jun 83, Otávio Frias adquiriu mais US\$ 200 mil, ao câmbio de Cr\$ 853,00, os quais iriam somar-se aos US\$ 2.8 milhões adquiridos anteriormente.

Além de acumular recursos em dólares, que estariam sendo remetidos para o exterior, o "Grupo Folhas", no dia 30 Jun, estava distribuindo por suas diversas empresas recursos em cruzeiros aplicados no "open market", em face da tributação que, a partir de hoje, incidirá sobre tais investimentos.

Apesar dos vultosos recursos que possui em moeda, o "Grupo Folhas" estaria em débito para com a Previdência Social.

PARA DIFUSÃO EXTERNA  
ESTE DOCUMENTO DEVERÁ  
TER SEU TEXTO DESCARAC-  
TELIZADO. \* \* \*

CONFIDENCIAL

INFORME Nº

05209

30/AC/83

DATA : 29 de junho de 1983  
ASSUNTO : MERCADO PARALELO DE DÓLARES  
REFERÊNCIA: INFE Nº 5081/30/AC/83 SE 27.  
AVALIAÇÃO: B-2  
DIFUSÃO : SC-1 - SC-4 - SC-5 - SE-08  
ORIGEM : SC-3  
ANEXO : INFE DA REFERÊNCIA

Otávio Frias, da Folha de S. Paulo, que vem fazendo vultosas remessas de dólares para o exterior, os tem colocado no Canadá e nos Estados Unidos.

PARA DIFUSÃO EXTERNA  
ESTE DOCUMENTO DEVERÁ  
TER SEU TEXTO DESCARAC-  
TÉRIZADO.

\* \* \*

042007 84

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 05081 30 / AC / 83

DATA : 24 de junho de 1983  
ASSUNTO : MERCADO PARALELO DE DÓLARES.  
REFERÊNCIA: INFE Nº 04822, 04962 E 05001/30/AC/83  
AVALIAÇÃO : B/2 *SC/17 C/17.2*  
DIFUSÃO : SC/1 - SC/4 - SC/5 - SE/08  
ORIGEM : SC/3  
ANEXO : INFES DA REFERÊNCIA.

Otávio Frias, proprietário do jornal "Folha de S. Paulo", que vem adquirindo dólares no câmbio paralelo, já teria acumulado US\$ 2,5 milhões.

Essa importância já teria sido remetida para o exterior ou será remetida para utilização em operação a ser realizada por Carlos Caldeira, no exterior.

Carlos Caldeira desembarcará em São Paulo no dia 01 Jul, procedente de Copenhague, e em seguida empreenderá nova viagem para local onde realizará aquela operação.

PARA DIFUSÃO EXTERNA  
ESTE DOCUMENTO DEVERÁ  
TER SEU TEXTO DESCARAC-  
TÉRIZADO.

\*

\*

\*



<b>CONFIDENCIAL</b>		042007 84
INFORME Nº	<b>05001</b>	30 / AC / 83
DATA	: 22 de junho de 1983	
ASSUNTO	: MERCADO PARALELO DE DÓLARES.	
REFERÊNCIA:	INFE Nº 4962 30/AC/83. <i>SE-37.</i>	
AVALIAÇÃO	: B-2	
DIFUSÃO	: SC-1 - SC-5 - SE-08	
ORIGEM	: SC-3	
ANEXO	: INFE DA REFERÊNCIA.	

Como vem fazendo nos dias anteriores, Otávio Frias, proprietário da "Folha de S. Paulo", adquiriu ontem, dia 21 Jun 83, US\$ 150 mil, ao câmbio de Cr\$ 825,00, de Jaime Ferreira do Nascimento Brito.

Fig. 18: Ordem de pagamento da Granja Itambi (de Frias) para a compra de dólares ao final.

RECEBIDA

Granja Itambi Soc. Ltda

DATA: 20/06/83

VALOR: Cr\$ 82.000,00

ASSINATURA: [Handwritten Signature]

## 7.5 O JORNAL DE MAIOR TIRAGEM

O início da década de 1960 foi um momento de grandes mudanças internas no Grupo. Por um lado, alterações de forma: três jornais são reunidos em um, que recebe o nome de *Folha*

de *S.Paulo*; de outro, as de estrutura, com a nova direção da empresa. Com a substituição de Nabantino Ramos por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, a linha editorial então se tornou francamente anti-janguista. Como outros jornais, os do Grupo também apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram no golpe militar de 1964. O ano de 1967 foi o período inicial das transformações da *Folha*, quando o Grupo passou a investir em tecnologia, com a aquisição de máquinas offset e no aumento da frota para acelerar a entrega de jornais. Essas alterações começaram no jornal Cidade de Santos, também do grupo, em julho de 1967, e chegaram à *Folha de S.Paulo* em janeiro de 1968. No meio do caminho, em outubro de 1967, relançou-se a Folha da Tarde, como o primeiro jornal paulistano a publicar fotos coloridas na primeira página. Credita-se, portanto, a esses primeiros anos do Grupo uma grande mudança em nível empresarial, com ampliação substancial do público leitor. Assim é que, em 1965, o Grupo adquiriu o jornal Notícias Populares, fundado dois anos antes.

O portfólio do grupo poderia ser dividido assim: um jornal para as elites empresariais, políticas e acadêmicas, a *Folha de S.Paulo*; um jornal para as classes médias, a Folha da Tarde; um jornal para as classes mais pobres, o Notícias Populares.

Outro exemplo da relação contraditória e complexa entre Frias de Oliveira e a ditadura militar está na trajetória do jornal *Folha da Tarde*. Certamente estão nele os reflexos mais diretos da relação de condescendência e apoio que Frias manteve com o regime.

Como apontou a obra reveladora de Kushnir (2001), a *Folha da Tarde*, ao final dos anos 1960, era um jornal feito basicamente por militantes de esquerda. A partir de meados dos anos 1970 e até meados de 1980, tornou-se um jornal de direita, tendo sido conhecido como o jornal de “maior tiragem”, ironia com os diversos policiais que trabalhavam na redação, incluindo o editor-chefe. Após a campanha das diretas, nova reformulação aproximou a *Folha da Tarde* da linha editorial da *Folha de S.Paulo*, mantendo a primeira foco mais popular do que a segunda.

Essa trajetória pendular é explicada pelos movimentos políticos no país e no Grupo Folha. A *Folha da Tarde* começou a ser editada em 1967, sob o comando de jornalistas como Jorge Miranda Jordão e com um viés esquerdista em sua redação. Nessa época, passaram por lá Raimundo Pereira, Frei Betto, Paulo Sandroni e Chico Caruso. Como detalhou Kushnir, em 1969, uma guinada à direita trouxe à direção do jornal Antônio Aggio, um delegado de polícia. Este trouxe também integrantes da comunidade de informações para a redação. O chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia; o coronel da PM, na época major, Edson Corrêa, era repórter da editoria de geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; e o chefe da editoria de internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira tornou-se, em 1972, delegado por concurso.

De 1969 até 1984, a *Folha da Tarde*, a pretexto de boa vendagem, principalmente no início dos anos 1970, passou a ter notícias e manchetes afinadas ao regime militar. Assumia que presos políticos haviam sido mortos em “atropelamentos” quando de fato haviam sido torturados até a morte. O jornal encampou a versão oficial dos “atropelamentos” como se produzida por repórter, quando na realidade se limitava a reproduzir despachos do submundo do regime.

A essa atitude se pode dar o nome de autocensura, como também colaboração. Fiéis aos seus donos, esses cães de guarda farejaram uma brecha, protegeram uma suposta orada e, principalmente, ao defender o castelo, venderam à sociedade uma imagem errônea (KUSHNIR, 2001, p. 355)

Em 1984, com as Diretas Já e com o regime militar desgastado, dando sinal de seus estertores, a empresa (Grupo Folha) muda de ventos e passa a apoiar a realização de eleições diretas e o fim da ditadura. Muda então toda a direção da *Folha da Tarde*, numa disputa interna que foi detalhadamente acompanhada pelo SNI.

A *FT* foi criada em 1º de julho de 1949, com o slogan “o vespertino das multidões”, e assim permaneceu até 31 de dezembro de 1959, quando parou de circular. Retornou em 19 de outubro de 1967 e foi extinta em 21 de março de 1999, quando rebatizado com o nome *Agora São Paulo*.

O período que interessa a esta análise vai de 1967 até 7 de maio de 1984. Nesses 17 anos, entre 1967 e 1984, o país foi dos “anos de chumbo” ao processo das Diretas Já; e a *Folha da Tarde* teve tanto uma redação de esquerda engajada, como de partidários do autoritarismo que reinava no Brasil.

Nas páginas do jornal havia desde denúncias sobre os tempos vividos, como, e principalmente, o reflexo do seu apoio às conjunturas do momento. A trajetória da *Folha da Tarde* espelha tanto as rupturas e mudanças no panorama brasileiro, como também os caminhos percorridos pelo Grupo Folha para se adaptar aos percalços e à efervescência política daquele período.

O corpo de redação da *Folha da Tarde*, de 1967 a 1984, é formado por dois grupos distintos: o de antes e o de depois do AI-5.

A *Folha da Tarde* que renasceu em outubro de 1967 era um jornal completamente diferente do que existiu entre 1949 e 1959. O projeto a queria moderna, colorida, impressa em offset e nas suas páginas deveriam estar as questões nacionais do momento e, principalmente, a efervescência que transpirava pelas ruas do país.

Nas manchetes da *Folha da Tarde* de 1968, o tom é quase sempre político. Em abril, trazem as torturas sofridas durante oito dias, no Rio, por dois irmãos e cineastas durante a missa

de sétimo dia do estudante Edson Luís, morto no mês de março em um conflito com a Polícia Militar no restaurante estudantil Calabouço. Em 2 de outubro, em letras garrafais, o jornal diz: “Conheça Vladimir, ele quer o poder”, com perfil do líder estudantil do momento, Vladimir Palmeira.

Muitos dos jornalistas daquela redação ou eram ou tinham amigos engajados politicamente. Em 13 de dezembro, a *Folha da Tarde* noticiou a libertação de José Dirceu e a transferência de outros líderes estudantis, presos no Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), para outras unidades militares e do DOPS em todo o país. O pior estava por vir na noite daquele dia, quando rádios e TVs transmitiram o locutor da Agência Nacional, Alberto Curi, tendo ao seu lado o ministro da Justiça, Gama e Silva, lendo o Ato Institucional nº 5, que tolhia garantias de liberdade de imprensa, de expressão, de manifestação, de organização partidária e de acesso à Justiça.

Com a decretação do AI-5, muitos donos de jornal criaram alternativas para se adaptar aos “novos tempos”. Jorge Miranda Jordão ficou à frente da *Folha da Tarde* por mais alguns meses e foi demitido do Grupo em maio de 1969. Frias de Oliveira chamou-o à sua sala e disse: “Não posso mais ficar com você” (*Ibidem*, p. 255). Três meses depois, Miranda Jordão seria preso. Muitos dos jornalistas da *Folha da Tarde* eram simpatizantes da militância armada de esquerda, abrigavam reuniões em suas casas, hospedavam pessoas ou faziam parte da rede de apoio. Assim, além das demissões do jornal, a repressão pós-AI-5 mirou-os como prioridade em ações pontuadas com invasões de domicílio e prisões, forçando muitos deles à clandestinidade. A caça aos comunistas das redações intensificou-se após o sequestro do embaixador norte-americano, em setembro de 1969, e o cerco a Carlos Marighella, morto em São Paulo, dois meses depois.

Um dia antes da morte de Marighella, dezenas de integrantes da redação ligados à ALN, um dos grupos de oposição ao regime, foram presos. Entre eles, estava Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo, chefe de redação).

No resumo do interrogatório de Frei Betto, o SNI destacou os trechos que na sua visão comprovava a presença do Movimento Comunista Internacional na imprensa e o jogo duplo feito por Frias de Oliveira:

constando que trabalhava no jornal “Folha da Tarde”, onde aproveitava as oportunidades para fazer proselitismo de suas ideias, principalmente nas notas sobre a linha progressista da Igreja, e a cobertura dada ao caso de Marcio Moreira Alves, a favor da liberdade da tribuna parlamentar, orientação essa que o interrogado recebeu da direção do jornal, o que vale dizer de Octavio Frias de Oliveira –, sendo certo que esse mesmo diretor deu orientação diversa a alguns de seus outros jornais, evidenciando o seu péssimo caráter e fraca personalidade, procurando contentar a Gregos e Troianos, ficando bem situado no Governo e com as esquerdas. [...]O interrogado em razão do seu cargo de chefe de reportagem tinha pleno conhecimento da prática de ato de terrorismo, tanto os atos políticos como os de expropriação, tanto assim que era o interrogado quem designava os repórteres e fotógrafos aos locais dessas ocorrências (Auto de Qualificação e Interrogatório datado de 04/12/1969, de Carlos Alberto Libânio Christo. SNI, Arquivo Nacional).

A partir de julho de 1969, com o fim da equipe de redação formada em outubro de 1967, o jornal torna-se, nas palavras de Cláudio Abramo, sórdido. À frente dele, estava o jornalista Antônio Aggio, que havia dirigido o jornal *Cidade de Santos*, do mesmo Grupo, de julho de 1967 a junho de 1969.

Declaradamente um repórter policial, com bom trânsito nas fontes de polícia, foi chamado para assumir a *Folha da Tarde* porque “o jornal não vendia”, segundo Aggio resumiu. O recorde de venda teria sido com as imagens dos combates na rua Maria Antônia, em 3 de outubro de 1968, quando se comercializaram onze mil exemplares, enquanto a média era de 2.500 exemplares por dia. Havia sido esta, aliás, a “explicação oficial” permanente: a baixa venda do jornal e a falta de recursos para fazer um similar competitivo com o *Jornal da Tarde*, concorrente editado pelo Grupo O Estado de S. Paulo.

Na etapa direitista, as manchetes da primeira página da *Folha da Tarde*, além de difundirem informes oficiais – que davam outra versão à verdade dos fatos –, também criavam um pacto com o cativo público leitor. O tom agressivo aumentava as vendas. Em 8 de novembro de 1969, a *FT* publica a seguinte manchete: “Honras militares para a vítima de Marighela”, sobre o enterro da investigadora Stela Borges Morato, baleada no cerco a Carlos Marighella. Em 28 de janeiro de 1970, a manchete era: “Oban desmantela quadrilhas do terror”, sobre 320 militantes políticos presos; “Fim do sequestro: 40 bandidos na Argélia” era a manchete de 16 de junho de 1970 sobre a troca de presos políticos pelo embaixador alemão; “Amor, fé e orgulho. Para sempre Brasil”, de 8 de setembro de 1971, sobre as paradas militares do dia anterior; “Eis os assassinos e inimigos do povo” era a manchete de 28 de setembro de 1971, com fotos dos militantes procurados.

O padrão manteve-se nos 15 anos de gestão de Antônio Aggio à frente da *Folha da Tarde*. O jornal era porta-voz do regime e de seus submundos. Era apelidado de Diário Oficial da Oban, ao reproduzir informes paramilitares como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal.

Em meados de abril de 1984, Antônio Aggio foi chamado à sala de Octávio Frias de Oliveira, onde também estava Otavio Frias Filho: “Não havia mais espaço para aquela *Folha da Tarde*”, disseram. O país buscava novos ares e o Grupo Folha se engajara em se aproximar do público leitor sedento dessas informações. Assim, era definitivamente imprescindível retirar os “tiras” da redação. Eles eram um dos símbolos de um Brasil obsoleto e, como a anistia era recíproca, não se julgariam também os seus atos. Em seu último dia de jornal, em 7 de maio de 1984, Antônio Aggio publicou uma pequena nota, despedindo-se. Posteriormente tornou-se repórter especial da Agência Folhas e se aposentou em 1986. Como policial, manteve o vínculo empregatício na Secretaria de Segurança Pública.

Em 16 de julho de 1984, o Comando Aéreo da Aeronáutica encaminhou para os órgãos da comunidade de informações um relatório produzido por jornalistas da *Folha da Tarde* demitidos com as mudanças no jornal. Informa que eram jornalistas que tinham até então “livre acesso a organizações militares das três Armas em São Paulo”.

O relatório foi produzido por Carlos Dias Torres, que trabalhava na *Folha da Tarde* e no próprio Comar, e faz uma série de acusações ao patrão a quem serviu por 15 anos.

“Octavio Frias de Oliveira é o chefe da oposição em São Paulo’, o jornal *Folha de S.Paulo*, do qual Frias é um dos proprietários, publicou – desafiadoramente – a acusação feita pelo então secretário de Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias. Muita gente não entendeu e, se entendeu, não acreditou”, diz a abertura do texto de Torres (Comar, Arquivo Nacional, 16/07/1984).

O documento então passa a historiar sobre como a direita aliada ao regime militar perdeu o comando da *Folha da Tarde*. Cita de início uma entrevista de Otavio Frias Filho a Paulo Markun, então na Abril TV. Markun questionou Frias Filhos como o Grupo poderia manter dois jornais com linhas editoriais tão diversas: um “progressista” (a *Folha de S.Paulo*) e outro conservador (a *Folha da Tarde*). “As histórias desses dois jornais são diferentes e determinaram posições diferentes. Mas a direção da empresa já decidiu que a *Folha da Tarde* deverá se aproximar da linha editorial da *Folha de S.Paulo*” (“A ‘FOLHA’ E AS DIRETAS”, 09/1984).

A partir daí, o relatório do informante do Comar explica:

A *Folha da Tarde*, que possuía uma linha nacionalista e harmônica com os princípios da Revolução de 1964, foi jogada para a esquerda [...] A tática adotada pelos comunistas é muito simples: o repórter vai cobrir apenas o que interessa à subversão para promovê-la e louvá-la. Por outro lado, procuram diminuir e denegrir todas as realizações do governo e, quando não o conseguem, pura e simplesmente ignoram os fatos, não dando qualquer divulgação ao mesmo. [...]

Durante sua trajetória na imprensa, Frias [pai] manteve permanente contato com vários elementos de esquerda e – absurdo dos absurdos – entregou seu filho Otavinho aos cuidados de Cláudio Abramo, elemento sobejamente conhecido dos órgãos de informação e que se incumbiu de deformar completamente sua personalidade, transformando-o num robô da esquerda. Isto tudo porque Octávio Frias de Oliveira considera irreversível a implantação do socialismo no Brasil. Por isso, enquanto lute no País para se manter à frente dos movimentos socializantes não descuida de aumentar, com seu sócio Carlos Caldeira Filho, seu patrimônio em milhões de dólares depositados nas Bahamas e na Suíça (Comar, Arquivo Nacional, 16/07/1984).

O relatório cita que Frias pediu ao general Costa e Silva holofotes e aparelhos de som para uma promoção na estação rodoviária. Costa e Silva negou o pedido, alertando seus oficiais de que Frias, para adquirir a *Folha*, havia conseguido financiamento procedente de países comunistas.

Em 1978, o general Hugo de Andrade Abreu, na qualidade de chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, ameaçou prender Octavio Frias e fechar a “Folha de São Paulo”, devido à linha editorial violentamente contrária à consecução dos objetivos nacionais permanentes, que se iniciava nesse jornal. Já com passaporte pronto para deixar o País, esse empresário recorreu ao então comandante do II Exército (Costa e Silva) para obter intercessão e prosseguir com a orientação a seus jornais, porém, mais moderadamente. Ainda atemorizado pelo pessoal que integrava e equipe do então ministro Sílvio Frota, o dono do grupo Folhas preferiu demonstrar simpatia e subserviência ao Poder da época, afastando Cláudio Abramo da direção do jornal “Folha de São S Paulo” e colocou o “direitista” Boris Casoy. Retirou seu nome dos cabeçalhos dos jornais da empresa e designou Wanderley de Araújo Moura como testa de ferro para presidi-la. Agora, apostando na esquerda e tendo de pagar o financiamento comunista (não em dinheiro), modifica as cúpulas dos dois principais jornais da empresa, colocando-os sob a orientação direta de seus filhos, o que vale dizer orientação de Cláudio Abramo. Com a abertura e a liberdade de ação para os socialistas radicais, Frias fica com a esquerda ideológica, “tendência para a qual o Brasil caminha”, conforme suas próprias palavras. Dessa forma, o Grupo Folhas passa oficialmente a ser porta-voz e acolhedor das aspirações comunistas, traduzidas pela presença nos postos-chaves das redações de elementos oriundos da linha ALN-VPR (*Ibidem*).

O relatório da tiragem da *Folha da Tarde* foi uma tentativa desesperada de manutenção do *status quo*, mas já era tarde demais. Frias seguiu as dicas de Golbery, acreditou no processo de abertura. Sofreu com temores de retrocesso e afastou Abramo, que reconhecia como fiel, em forma de concessão para preservar o jornal. Passada a crise, colocou a *Folha* de corpo e alma na campanha das Diretas Já. O movimento foi derrotado, mas a *Folha* se tornou o mais relevante jornal do país. Em maio de 1984, Boris Casoy deixou o cargo de diretor de redação e voltou a escrever a coluna “Painel”, sendo substituído por Otávio Frias Filho. No final de 1985, conquistou o posto de jornal brasileiro de maior circulação.

Frias começou então a transferir a operação executiva do jornal para seus filhos Luís e Otávio, respectivamente nas funções de presidente e editor do Grupo Folha, sem, contudo, afastar-se da orientação e do dia a dia do órgão. Frias endossou a criação do Datafolha no final dos anos 1980. Estatísticas e pesquisas transformaram-se também em marcas da *Folha*. Nos anos 1990, o jornal inaugurou um moderno parque gráfico e manteve suas principais características: o pluralismo e o apartidarismo. Sócios durante 30 anos, Frias e Caldeira desfizeram a sociedade em 1991, cabendo ao primeiro a empresa de comunicações e ao segundo os demais negócios e imóveis em comum.

Gaspari (2021) escreveu que boa parte da alma dos jornais vem de seus donos. Classificou Frias como gentil, afetuoso e, sobretudo, atento – um ativo do seu jornal. O espírito de inquietude e de mordacidade que fez a marca da *Folha* nasce de certa maneira das características próprias de seu dono. Frias se dizia empresário, não jornalista. Gostava de se definir como um empreendedor. Por essas variáveis via o jornalismo, com suas virtudes, desvios e dificuldades.



Fig. 19. A saída da *Folha da Tarde* de jornalistas alinhados com SNI provocou reação na comunidade de informações.


CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

A-2/IV COMAR

Em 16 Jul 84

1 - ASSUNTO	JORNAL "FOLHA DA TARDE"
2 - ORIGEM	A-2/IV COMAR
3 - CLASSIFICAÇÃO	A.1
4 - DIFUSÃO	CISA-BR
5 - CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR	.x.
6 - DIFUSÃO ANTERIOR	.x.
7 - Anexo	01 Relatório



NUMERAÇÃO	
M Aer	PNI
INFORME N.º 611/A-2/IV COMAR	

- Remetemos para conhecimento desse Centro o relatório constante do anexo elaborado por jornalistas da "Folha da Tarde", responsáveis pela coluna "Noticias Militares", os quais foram afastados da "Redação" juntamente com o Redator Chefe, ANTONIO AGGIO JÚNIOR, segundo a mesma fonte, por não atenderem mais os interesses daquele jornal, qual seja a nova política que a "Folha da Tarde" passou a adotar. Consequentemente o referido jornal eliminou a coluna "Noticias Militares".

- Consequentemente, estão afastados da Redação do jornal "Folha da Tarde", o redator chefe ANTONIO AGGIO JÚNIOR e os jornalistas CARLOS DIAS TORRES "TORRES" E ADHEMAR LANGHI ANKI "ADHEMAR LANGHI", este último demitido por não possuir estabilidade. Todos foram jornalistas com livre acesso nas organizações militares das três Armas, na área de São Paulo, para cobertura de eventos militares.

**CONFIDENCIAL E RESPONSÁVEL**

**PELA MANUTENÇÃO DE SEUS DEB**

**TA SOCIEDADE (ART 18. ...)**

**78.00.01. ...**

**do Assunto: ...**

## 8. O JORNALISMO E O PASSADO VIVO

Um jornal não se restringe à veiculação de notícias, mas foram elas que moldaram a ideia moderna de jornalismo – esta embasada numa suposta neutralidade que assegura confiabilidade pública aos relatos. Na era da mídia eletrônica de massa, a notícia não apenas representa ou transmite aspectos da realidade, mas constitui uma realidade própria. No dizer de Muniz Sodré (2009), jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. A midiaticização é hoje o processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública, e o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, se enfatiza e se apresenta o acontecimento.

Sodré afirma que se “produz a notícia com a presunção de que o acontecimento adquira o estatuto pleno de fato, dando sentido ao que ocorreu e possibilidades de previsão quanto ao que ainda vai ocorrer” (SODRÉ, 2009, p. 41). Obedecida a determinada técnica, o leitor dispõe-se a crer na versão oferecida pelo profissional. O jornalista seria o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos. Assim, a notícia (a anglo-saxônica *news of the day*) constitui-se como o relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação, diz Sodré.

O jornalismo é, portanto, uma atividade especializada na construção da realidade social. Trata-se da construção da realidade que vai se somar às situações, aos fatos e às relações existentes e publicamente reconhecidas. Alsina (2005) afirma que, ao lhe dar publicidade, por definição, a mídia constrói o acontecimento da notícia.

No entanto, a natureza do espaço público, tradicionalmente animado pela política e pela imprensa escrita, mudou. As formas tradicionais de representação da realidade e as novíssimas (o virtual, o espaço simulativo ou telerreal da hipermídia) interagem, constituindo e movimentando novos sujeitos sociais.

O processo acelerado de transmissão de informações na sociedade contemporânea desafia a análise e a reflexão sobre a midiaticização dos processos sociais e políticos. A tentativa de entender o mundo atual passa pelo conhecimento do passado. Assim a comunicação, a “ciência do comum” (SODRÉ, 2016), é mecanismo essencial para que os homens interajam e se desenvolvam.

É por meio de jornais e revistas que a imprensa exerce força preponderante na manutenção viva do passado, como apontou Zelizer (2014). A imprensa possui papel central como primeiro repositório da memória coletiva em toda sociedade que quer conhecer a si

mesma. A pesquisadora aponta a narrativa como uma das pontes essenciais entre o jornalismo e a memória. A disputa que se estabelece em torno da narrativa, da qual a imprensa é parte e campo de batalha, integra a construção da memória. Na era atual, não há memória coletiva que não seja minimamente jornalística. O jornalismo tem sido a mais pública, a mais largamente distribuída, a mais facilmente acessível e a mais elástica membrana da memória social, afirma Zelizer.

Propõe-se aqui, de certa maneira, realizar a biografia de parte da imprensa brasileira, lançar no mar da transformação caótica da informação “âncoras temporais” que permitam a pausa para a reflexão. O sentido que se sugere o lançamento de âncoras temporais é essencialmente a necessidade de estabelecer contextos de referência para contribuir com a complexificação de análises, articulando os acontecimentos em interação com o meio, a economia, a sociedade, a política e a cultura.

A profusão de dispositivos eletrônicos tem definido novos horizontes de experiência, instaurando vínculos sociais inusitados, favorecendo a transitoriedade e a instabilidade identificatória (HALL, 2013). As âncoras temporais tornam-se cruciais à medida que as coordenadas territoriais e espaciais se diluem ou se perdem em meio à crescente mobilidade do mundo. O apelo à memória e ao passado compensa o ritmo acelerado do fluxo das mudanças, de resistir à dissolução dos antigos modos de viver a experiência social (HUYSSSEN, 2014, p. 12).

No aumento do interesse por história e memória, o mercado editorial tem se voltado com força para o segmento de biografias e autobiografias. São recorrentes os exemplos de obras do gênero que permanecem na lista dos livros mais vendidos, e muitas transcendem esse mercado para chegar também à televisão e ao cinema. De certa forma, enquadram-se no conceito de âncoras temporais, um mergulho seguro no passado de alguém.

Como apontaram Rondelli e Herschmann, tal curiosidade, que tem um pouco de bisbilhote e de interesse pela vida mundana, por outro lado, não deixa de satisfazer um certo sentido de continuidade no tempo, de identificação com os antepassados, com o revisitar de certas formas culturais, “uma forma de revivê-las e de fazer com que a fluida e fortuita experiência presente se inspire na vida de outros, anteriores ou contemporâneos, criando-se, com isso, alguns laços de continuidade e de sentido de permanência” (RONDELLI; HERSCHMANN, 2000, p. 201).

A construção biográfica ganha, portanto, uma dimensão fundamental no mundo contemporâneo. Sua articulação com diferentes mídias torna-a crucial para a atribuição de

sentido e significado à realidade num mundo marcado pela dispersão, efemeridade e pluralidade.

Carrega consigo aquilo que Bourdieu chama de “ilusão biográfica”: “Produzir uma história de vida, isto é, relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica” (BOURDIEU, 1997, p. 185).

Tais narrativas biográficas sugerem um “enquadramento da memória”, a inserção de uma trajetória de vida particular na memória coletiva; oferecem-se como recurso para a reconstrução de momentos da história que tentam arrebatá-lo o público. A mídia apropria-se dessas narrativas e constrói enunciados que “enquadram” uma memória coletiva que tem como referência uma trajetória individual. Existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento, apontou Pollak (1989).

Assim, o texto biográfico tem vãos, desvãos, múltiplas possibilidades de leitura. Roland Barthes conceituou o termo biografema para dar conta do texto que fica entre o “ver e o não ver”, que constrói um corpo que se percebe nas suas intermitências, ou ainda, “na encenação de um “desaparecimento-aparecimento”. Um texto que ganha potência nos seus fragmentos, detalhes da ambientação/contexto, que cativa o leitor porque permitiria “revelar” algo da natureza humana de uma época, ou no caso, de uma instituição como a imprensa (BARTHES, 2005).

Tal inspiração motivou as linhas desse trabalho. Esta biografia de parte da imprensa e de seus agentes busca ambientação e o contexto na tentativa de revelar o não visto, o não explicado. Com todas as limitações de tal empreitada, é uma tentativa de perseguir rastros deixados para trás e que estão à parte da memória.

A memória é identidade e, portanto, mais do que manter coesão ou garantir unidade entre coletividades, ela revela tensões, relações de poder que se dão pela lembrança, esquecimento e/ou apagamento dos rastros. Vista a partir do presente, é importante pensar também que essas relações de memória estão em constante negociação. Ou seja, reconstruímos lembranças sob linhas já demarcadas por nossa memória ou pela memória dos outros, mas que se configuram por transformação. Para Pollak (1989), memórias são “enquadradas” a partir de perspectivas particulares de grupos, que sempre evidenciam conflitos. A construção da identidade pela memória se dá em sua relação com o outro, por confrontos e negociações. Confrontos que se dão pelos usos que fazemos da memória, usos políticos que devem ser encarados com comprometimento.

Ricoeur ressaltou grande preocupação com as práticas de memória na sociedade contemporânea e procurou estabelecer uma ideia de “política da justa memória”. A memória, a partir do momento em que é encarada sob esta perspectiva, é tida como uma lembrança “exercitada” e que realiza sempre um “uso” sobre o passado. Consequentemente, o uso da memória garante a possibilidade de se realizar “abusos” sobre o passado e é justamente sobre o “abuso” de memória que a política de Ricoeur procura evitar e combater (RICOEUR, 2007, p. 33).

A defesa da política da “justa” memória deve-se, portanto, ser encarada a partir de uma problemática do poder. Lembrar ou esquecer não são atos involuntários, pois estão condicionados a usos, a “abusos” de um presente que podem sufocar, apagar, ou até reforçar um passado a partir de interesses particulares. Assim, não se deve problematizar a lembrança como algo necessariamente “bom”, em detrimento do esquecimento, algo “ruim” e que precisa ser evitado. Lembrança e esquecimento caminham juntos e é este caráter intrínseco da memória que constitui a identidade de uma sociedade.

A linha guia deste trabalho foi percorrer as lacunas na história da imprensa. Episódios inéditos, inexplorados ou incompletos que podem revelar perseguição, traição, parcerias e estratégias na tentativa de iluminar a cartografia obscura da notícia. Adiante é retomado um momento da história da imprensa tratado inicial e menos detalhadamente em Fraga (2014) e que merece voltar ao foco por ser simbólico das negociações e impasses envolvendo os donos da imprensa e os donos do poder – embate no qual os jornalistas ficam, literalmente, impressados.

## 8.1 BROTHER SAM E SEUS AMIGOS

Goulart Ribeiro propôs que a história do *Jornal do Brasil* seja dividida em seis fases: a monarquista (1891-1893), a republicana de oposição (sob a direção de Rui Barbosa, 1893), a do jornalismo popular (1894-1918), a do boletim de anúncios (a era do conde Pereira Carneiro, 1918-1953), a moderna (da condessa Pereira Carneiro e de Nascimento Brito, de 1954-2001) e a fase final, desde que o jornal passou a ser arrendado por empresários aventureiros como Nelson Tanure e Omar Perez (RIBEIRO, 2007, p. 153).

O empresário Ernesto Pereira Carneiro havia recebido o título de conde do Vaticano por sua participação no combate à gripe espanhola no Rio de Janeiro em 1918, ano em que se tornou proprietário do *Jornal do Brasil*. A firma Mendes e Cia. havia comprado o título em 1894, colocando-o para circular novamente depois de um ano fora das ruas em razão da invasão

militar ordenada em 1893 por Floriano Peixoto. O marechal presidia o país e entendia que o jornal apoiava a Revolta da Armada, que pretendia derrubá-lo.

Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, o jornal passou a viver uma fase de insolvência permanente, que resultou em sua hipoteca (ABREU, 2001). Em 1918, sem condições de resgatar a hipoteca, os irmãos Fernando e Cândido Mendes de Almeida perderam o jornal para Carneiro.

Uma das diretrizes do novo proprietário foi que o jornal atuasse com “prudência, moderação e discrição, não se engajando jamais em campanhas que representassem risco” (*Ibidem*, p. 2.868). Tal distanciamento não durou muito. Em 1924, Aníbal Freire, diretor do jornal, foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Artur Bernardes. Na Revolução de 1930, a sede do *JB* foi invadida, empastelada e o jornal ficou quatro meses sem circular. Em 1933, Pereira Carneiro foi candidato à Assembleia Constituinte. Iniciou-se a fase de Pires do Rio, com a qual o jornal voltou-se para o anúncio de classificados. Sem importância política, a publicação classificou o golpe do Estado Novo, em 1937, como um instrumento eficiente para reprimir os extremistas de esquerda e de direita. Apesar de simpático à política econômica e trabalhista de Getúlio Vargas até 1945, demonstrou em seguida simpatia à candidatura oposicionista de Eduardo Gomes e fez críticas às tentativas de continuísmo do ditador.

A deposição de Vargas e o curto governo de José Linhares – durante o qual Pires do Rio foi nomeado ministro da Fazenda – receberam todo o apoio do *JB* (*Ibidem*, p. 2.869), assim como a vitória, em seguida, de Eurico Gaspar Dutra. Na década de 1950, o jornal foi obrigado a se reformular. Getúlio Vargas voltou ao poder, Pires do Rio morreu no início de 1950 e o conde Pereira Carneiro adoeceu, afastou-se da empresa e faleceu em 1953.

A condessa Pereira Carneiro assumiu a direção, tendo convocado Nascimento Brito para ficar ao seu lado. Evitou envolver o jornal nas campanhas radicais da imprensa da época. O *JB* criticou o atentado contra Carlos Lacerda, mas não se pronunciou a favor do impedimento de Getúlio Vargas, como a maioria dos jornais do período. Com a queda de Vargas, apoiou a posse de Juscelino Kubitschek, contestada por meios militares. No final de seu governo, no entanto, o *JB* foi para a oposição, criticando JK em casos de corrupção revelados pela imprensa e por sua política econômica incapaz de conter a inflação (*Ibidem*, p. 2.870).

Após a posse de Jânio Quadros em 1961, o jornal manteve-se crítico ao governo, em especial quando este condecorou Che Guevara. Com a renúncia de Jânio, apoiou a posse de João Goulart, enfrentando duro boicote por parte do governador do Rio, Carlos Lacerda. A fase

de apoio a Goulart se esmoreceu na velocidade com que o governo dele perdeu sustentação. Em agosto de 2009, na data em que a condessa completaria 110 anos, o *JB* rememorou episódio ocorrido em 21 de março de 1964, quando o jornal foi invadido por fuzileiros navais favoráveis ao governo claudicante, às vésperas do golpe militar. A condessa se dirigiu aos revoltosos da seguinte maneira: “Vou deixar meu jornal entregue a vocês. Agora, vocês todos se compenbrem: o *Jornal do Brasil* não me pertence, absolutamente. Pertence a vocês todos, pertence ao país. De maneira que vocês tomem conta dele bem bonitinho” (*Jornal do Brasil*, 15/08/2009, p. A7).

O jornal reclamava do insucesso da gestão econômica e da radicalização política de Goulart. Em editorial na primeira página, em 29 de março de 1964, intitulado “Na ilegalidade”, o *JB* conclamava à resistência e ao restabelecimento da legalidade e ao estado de direito, em crítica direta contra as ações do presidente. Em 31 de março, outro editorial acusava João Goulart de “sentir-se bem na ilegalidade”. Com o golpe, editorial anunciou o “início de uma nova era” (“PRESENTE”, 02/04/1964, p. 5). Até 1974, o jornal manteve apoio às diversas gestões econômicas do governo, com críticas à falta de liberdade política. Afastou-se mais da situação com a gestão de Ernesto Geisel, o que o impediu, outra vez, de obter um canal de televisão, algo que a empresa acreditava ser fundamental para competir com as Organizações Globo. O *JB* tornou-se mais crítico do regime com o início do processo de “abertura lenta, gradual e segura”, que apoiava. Mas, ao final do governo Geisel, em 1979, elogiou-o por colocar o país “a caminho do estado de direito”.

Em 1981, o *JB* investigou e apontou como farsa a tentativa de atribuir a grupos esquerdistas o atentado à bomba no Dia do Trabalhador, em show realizado no Riocentro. Em 1984, manteve-se distante da campanha das diretas, sem definir-se claramente a favor dela. No ano seguinte, flertou com Paulo Maluf, mas, ao fim, apoiou a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Em 1986, defendeu o Plano Cruzado de José Sarney, mas foi contrário ao mandato de cinco anos para o presidente durante as discussões do tema na Assembleia Constituinte (1986-1988).

Apoiou Fernando Collor até as vésperas do seu impeachment, só o abandonando em editorial no dia 29 de setembro de 1992, um dia antes de o presidente ser afastado pelo Congresso. Apoiou Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998. Manteve-se cético aos governos petistas a partir de 2002 e apoiou, como quase toda a imprensa, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Durante os 83 anos das famílias Pereira Carneiro/Nascimento Brito no *Jornal do Brasil*, a sucessão de poder se manteve entre os familiares, e as relações com governo sofreram idas e vindas, de acordo com os interesses comerciais e políticos de cada momento. As dificuldades financeiras do jornal começaram no fim da década de 1970, quando o concorrente *O Globo*, ancorado na audiência da TV, derrubou sua liderança no mercado de classificados. A crise foi agravada por problemas administrativos e pelos custos da construção e inauguração (1973) de uma nova sede para o jornal, na Avenida Brasil, na zona portuária do Rio, deixando o prédio na Avenida Rio Branco, no centro da cidade. Desde o final dos anos 1950, sob a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Nascimento Brito tentara, sem sucesso, obter uma concessão de TV. Na vez derradeira, foi preterido pelo governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), em favor de Silvio Santos.

Nascimento Brito não foi bem-sucedido em algumas apostas políticas. Nos anos 1970, chegou a apoiar o ministro do Exército, general Sylvio Frota, contra João Baptista Figueiredo, o chefe do SNI e favorito do presidente Ernesto Geisel à sua sucessão. No início da década de 1980, com a dívida do *JB* crescendo, negociou apoiar Paulo Maluf, mas embarcou à última hora na candidatura de Tancredo Neves no colégio eleitoral em 1984.

Durante a CPI que investigava o governo Fernando Collor (1990-1992), o *Jornal do Brasil* publicou manchete que avalizava a “Operação Uruguai”, manobra pela qual auxiliares do presidente pretendiam justificar a movimentação de dinheiro na conta de “fantasmas” a partir de um suposto empréstimo feito em Montevideu para financiar a campanha de 1989. Na época, Nascimento Brito tratava com Lafayette Coutinho, presidente do Banco do Brasil, da renegociação de dívida calculada pelo banco em US\$ 90 milhões (“MORRE AOS 80...”, 09/02/2003, p. A-14).

O maior furo da história do *Jornal do Brasil*, a revelação da Operação Brother Sam, foi uma descoberta acidental. O jornalista Marcos Sá Corrêa era repórter especial do jornal, em 1975, trabalhando diretamente com o editor político Elio Gaspari. Atrás de informações sobre o regime que tinha pouco mais de uma década e vivia sob a administração Ernesto Geisel, frequentava, com Gaspari, a casa de um depositário de papéis importantes do começo do regime, o almirante Paulo Castelo Branco, filho do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.



Ele tinha uns armários cheios de documentos de 1963, que foram pesquisados por dezenas de historiadores. O Castelo Branco era do período letrado do regime militar. Gostava de escrever, tinha papéis da conspiração, e o filho abria aquilo sem nenhuma restrição. Você ia lá, metia a mão e encontrava providências sobre a tortura, coisas que não estavam em nenhum outro acervo oficial. Em uma dessas ocasiões, o Paulo comentou que, semanas antes, um brasileiro da Universidade do Texas chamado John Dulles, filho do Foster Dulles, passou por lá e disse que documentos importantes sobre o período de 1964 começavam a ser liberados na biblioteca presidencial do Lyndon Johnson. Isso foi em meados do ano. Passada a correria inútil da cobertura da eleição municipal, o Elio se lembrou: “Vamos ver aquilo?” E fui parar em Austin (“MARCOS...”, 04/2008).

O começo da pesquisa foi desnorteante, de acordo com Sá Corrêa. O nome em código da operação militar ajudou: Brother Sam. A partir da sequência de vezes que o nome passou à sua frente, em papéis esparsos, percebeu que sempre vinha marcado com uma tarja azul. Eram telegramas internos do governo, e, seguindo a tarja azul, Sá Corrêa voltou à papelada decidido a copiar aqueles que tinham uma faixa daquela cor. Reuniu três centenas de cópias. Antes de embarcar para o Brasil, fez cópias das cópias e deixou no apartamento do correspondente do *JB* em Nova York.

Quando vi que tinha topado com uma coisa bombástica, comecei a ter conversas cifradas por telefone com o Elio, e ele deduziu que vinha um negócio grande. Instruí-me a não sair de Nova York sem tirar cópia de todas as cópias, para não correr o risco de pegarem os documentos no aeroporto. Tirei e deixei na casa da correspondente do *Jornal do Brasil* em Nova York, sem dizer o que era. Mas desembarquei no Brasil sem problemas e fui direto para o *JB*. O Elio me levou ao editor do jornal, que era o Walter Fontoura. Expliquei o que era e ele me disse: “Olha, melhor você falar com o Nascimento Brito”. Era o dono do *JB*. Eu nunca tinha visto o doutor Brito naquele tempo. Ele me perguntou: “Você roubou esses papéis?”. Eu disse “não”, e contei resumidamente como tinha obtido aquilo. “Então, pode dar”. Montou-se uma força-tarefa dentro do jornal para produzir todo o conteúdo em quatro dias. Fechamos a edição com aquela sensação de que ia ser apreendida. Eu e o Elio fomos jantar de madrugada, depois passamos no jornal para pegar alguns exemplares, porque, se fosse apreendido tudo, a gente teria alguns (*Ibidem*).

Não era a manchete, o título principal, mas estava no alto da capa do *Jornal do Brasil*, no sábado 18 de dezembro de 1976: “EUA liberam seus papéis sobre a queda de Goulart”. O lide é claro:

Chamava-se Brother Sam a operação “destinada a assegurar a presença dos Estados Unidos” no litoral brasileiro, à altura de Santos, durante os primeiros dias de abril de 1964. Ela mobilizou o porta-aviões Forrester, seis destróieres e quatro petroleiros, que traziam diesel, querosene e 136 milhões de litros de gasolina. A operação está registrada em 17 documentos nas oito caixas relacionadas com o Brasil na Biblioteca Lyndon Johnson, onde estão guardados os papéis mandados à Casa Branca, entre 1963 e 1969. Foram liberados pelo governo americano, e cada cópia pode ser obtida por 15 centavos de dólar (“EUA LIBERAM...”, 18/12/1976).

A série de reportagens assinadas por Marcos Sá Corrêa rememorava como circulavam na época rumores sobre a participação americana no golpe e citava uma entrevista do ex-governador Carlos Lacerda ao *Canal 9* de Nova York, na qual um marinheiro interpelou-o dizendo que estava em um destróier que chegou a ser mandado em direção ao Brasil, mas voltou

ao atingir a linha do Equador. Lacerda participava de uma entrevista no programa *Firing Line*, de William Buckley Jr.. Durante muito tempo, esse aparte num programa de televisão foi tudo de concreto que se ouviu falar a respeito da Operação Brother Sam.

O texto lembrava que Thomas Skidmore, um brasilianista que passara a noite de 31 de março hospedado com o embaixador Lincoln Gordon, revelara, num artigo da época, que chegara a ter consultas entre os conspiradores brasileiros e diplomatas norte-americanos sobre a possibilidade de o governo dos Estados Unidos dar apoio material à revolução.

A descoberta de Sá Corrêa tinha grande impacto jornalístico e político. O Departamento de Estado dos Estados Unidos foi avisado dois dias antes de sua publicação, por meio de um comunicado confidencial do consulado dos EUA no Rio para Washington, datado de 16 de dezembro de 1976, enviado às 14 horas em ponto.

Diz o texto do informe norte-americano que o consulado havia sido procurado pelo banqueiro José Luiz de Magalhães Lins, sobrinho do governador mineiro Magalhães Pinto. Lins informou que o *JB* havia obtido um “baú” de documentos oficiais dos EUA que seriam comprometedores para ele e para uma série de políticos e empresários brasileiros bem relacionados com as autoridades norte-americanas.

Magalhães Lins recebeu a informação do próprio Nascimento Brito, de quem era amigo. Acrescentou que Nascimento Brito contou a ele sobre a remessa de documentos porque o nome de Magalhães Lins, entre outros proeminentes brasileiros, aparecia em inúmeros textos como fonte de informação. O então superintendente do *Jornal do Brasil* disse que a redação publicaria uma série de reportagens a respeito, mas que ele manteria o nome de Magalhães Lins fora do noticiário, se possível. A preocupação de Lins era maior em relação a seu tio. Magalhães Pinto aparecia, nos documentos, não só como conspirador para derrubar João Goulart em 1964. A CIA documentou o “encontro entre o governador de Minas Gerais e o almirante Silvio Heck, para discutir os planos de deposição do presidente Castelo Branco” (Arquivo Departamento de Estado, 23/11/1965).

Em resumo, um dos donos do *Jornal do Brasil* vazou a informação exclusiva obtida pela redação – antes de ser publicada – para um dos personagens envolvidos. Este a repassou para o governo norte-americano. Nas reportagens do *JB* sobre os documentos, não aparece o nome de José Luiz de Magalhães Lins. Em 1995, quando o Banco Nacional, do qual foi acionista, quebrou, o mercado colocava o *Jornal do Brasil* entre um dos seus maiores devedores, com um passivo na casa dos US\$ 50 milhões em valores da época (HERKENHOFF, 2010, p. 7).

Escrito pelo embaixador John Hugh Crimmins (1919-2007), o despacho de alerta da diplomacia americana analisava possibilidades sobre a temida divulgação de documentos.

Como Magalhães Lins não é familiarizado com nosso sistema, é difícil determinar, pela descrição feita em seu telefonema, se os documentos em questão são aerogramas, telegramas ou memorandos confidenciais ou são uma mistura dos três. Ele deixou claro que Nascimento Brito deu a ele uma cópia xérox de um tipo de documento, assinado por Philip Raine como encarregado, com a classificação de “uso oficial limitado” inscrita no telegrama. Magalhães Lins está compreensivelmente preocupado a respeito dos prováveis constrangimentos a ele em razão da série de mensagens liberadas. É um contato frequente e próximo dos agentes políticos da embaixada americana. Ele apela para que a embaixada faça o que for possível para barrar qualquer outra liberação de documentos constrangedores (Arquivo Dept. de Estado, 16/12/1976).

Em seguida, o embaixador pede socorro a Washington sobre a origem dos documentos aos quais Sá Corrêa teve acesso. Informava precisar urgentemente de detalhes que permitissem identificar o período coberto pelos documentos, os personagens envolvidos neles e os nomes de fontes brasileiras citadas. Finalmente, agradeceria se o Departamento de Estado desse sugestões de procedimentos, baseadas no conhecimento do manejo e da natureza dos documentos, para que pudesse avaliar a pressão vinda dos questionamentos dos envolvidos.

No final da noite, em outro despacho confidencial enviado às 21h55, Crimmins revelou novo contato por telefone com Magalhães Lins.

Garantiu que o *Jornal do Brasil* tem um “baú cheio” de documentos (telegramas, aerogramas e memorandos) datados de 1964 até pelo menos 1969 (ele comentou que havia alguns exageros nas acusações narradas por Nascimento Brito). Magalhães Lins não tem ideia de onde ou como o *Jornal do Brasil* obteve estes documentos, mas observou que o jornal tem contatos com *The New York Times*. Ele expressou preocupação sobre a possibilidade de esses documentos serem publicados, incluindo nomes de numerosos brasileiros que foram fontes da embaixada durante estes anos e que estão em posição pública importante agora (*Ibidem*).

Crimmins afirmou, ao final de seu despacho, que Magalhães Lins repassou para a embaixada uma cópia de um dos documentos.

É um telegrama confidencial da embaixada para os Estados Unidos de 8 de fevereiro de 1967. Tem como tema a escolha de ministros de Costa e Silva e traz marca inscrita de “cópia da biblioteca Lyndon B. Johnson”. Pelas marcas do telegrama em si fica claro que é uma cópia de documento do Conselho de Segurança Nacional. O telegrama, que parece autêntico, é de uso oficial limitado. Reporta que Magalhães Lins antecipou que Magalhães Pinto tinha sido sondado pelo presidente Costa e Silva para ser ministro das Relações Exteriores e que Delfim Netto tinha aceitado ser ministro da Fazenda. Em sequência, a mensagem cita Carlos Chagas, que é descrito como um confidente de Costa e Silva e chefe da Sucursal de Brasília do jornal *O Estado de S. Paulo*, tendo ele dito que o ministério inteiro será conhecido em dez dias (*Ibidem*).

Crimmins encerrou sua mensagem a Washington afirmando que Magalhães Lins se esforçava para impedir a publicação – “ao menos dos documentos mais sensíveis” – por meio de contatos de “alto nível” com os serviços de segurança. O embaixador disse que os norte-americanos não tinham nenhum papel nessas tratativas e que Lins esperava que os documentos fossem publicados no final de semana.

De fato, o *Jornal do Brasil* começou a publicá-los no sábado, estendendo a divulgação dos documentos também para as edições de domingo e segunda-feira. John Crimmins,

embaixador em Brasília, trabalhou duro no primeiro dia do fim de semana, analisando a documentação com sua equipe. Resumiu-a assim para Washington, em mensagem enviada às 13h15:

A edição de 18 de dezembro do *Jornal do Brasil* apresenta, em traduções, o que aparenta ser o texto completo de 20 distintos e recentemente desclassificados [liberados da classificação de secreto] documentos do governo dos Estados Unidos. Análise detalhada mostra que 17 são originados ou recebidos pelo estafe do Departamento de Estado. Um é supostamente um telegrama da CIA com informações colhidas em campo, outro é memorando de avaliação política do embaixador Lincoln Gordon, transmitido por meio de memorando da CIA. O último é um memorando da Casa Branca (*Ibidem*).

Entre tantos documentos, Crimmins aponta apenas “alguns erros factuais” na explicação de acrônimos do governo norte-americano e do sistema de inteligência.

Se a embaixada americana se empenhava em checar os documentos divulgados e escarafunchava atrás de novas informações, reinava o clima de prévia de feriado natalino no Ministério das Relações Exteriores brasileiro. No sábado pela manhã, o embaixador não teve sucesso em localizar nenhum integrante da cúpula do ministério. No começo da tarde, Crimmins conseguiu falar por telefone com o chefe do Departamento das Américas do Itamaraty, tentando obter informações antecipadas do segundo lote de documentos a serem publicados pelo *Jornal do Brasil*. Assinalou para Washington sua surpresa, em despacho às 17h25:

O embaixador Araújo não tinha lido as reportagens do *Jornal do Brasil* e não fez nenhum comentário, exceto demonstrar preocupação com os procedimentos de liberação dos documentos pelos Estados Unidos. Expressando agradecimento pelos dados fornecidos pela embaixada, disse que chamaria imediatamente a atenção da Secretaria-Geral do Itamaraty para o caso (*Ibidem*).

Nos despachos publicados, destaca-se a relevância do relatório de 27 de março de 1964, no qual o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, relatava à cúpula do governo dos EUA que a crise política brasileira se aproximava de um desfecho, com a provável derrubada do presidente João Goulart, antecipando que o principal líder da revolução a ser deflagrada era o general Castelo Branco. Em sua reportagem, Marcos Sá Corrêa anotou:

O relatório de Gordon reflete a segurança de suas previsões, pois no dia 27 ainda não havia explodido a crise dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, que uniria contra Goulart a oficialidade ofendida com a quebra da disciplina militar, nem o discurso do Automóvel Club, que foi pronunciado no dia 30 (“EUA MOBILIZARAM...”, 18/12/1976, p. 19).

Esse discurso de João Goulart foi tido como incendiário e é historicamente tomado como deflagrador da reação dos militares que determinou o golpe de 1964. Entre os políticos brasileiros, a publicação do documento causou embaraços e discursos indignados.

Formalmente, os governos brasileiro e norte-americano não se manifestaram sobre a divulgação dos documentos secretos. Engraçado, por ser contraditório, foi o telefonema que o general Octavio Costa, chefe de gabinete do ministro do Exército, Sylvio Frota, em 1976, deu ao embaixador Crimmins. O general surpreendeu perguntando por que os norte-americanos tinham decidido liberar aqueles documentos. Ele viu a ação como ato conspiracional e avaliou que maculava aqueles brasileiros que tinham sido fontes de informação. Especulação similar teria sido ouvida em vários outros círculos militares, incluindo a ideia de que a liberação de documentos era estratégia da administração republicana para causar desconforto nos antecessores democratas, escreveu Crimmins à Secretaria de Estado em Washington.

O general Octavio Costa reclamou de que a divulgação dos documentos sobre como os Estados Unidos ajudaram a desestabilizar o regime democrático brasileiro era uma forma de desestabilizar o regime ditatorial que o sucedeu.

Sá Corrêa não sofreu nenhum tipo de pressão direta depois da publicação do documento. O jornalista, que se recuperava de um acidente doméstico, não pôde ser informado sobre os despachos recém-descobertos mostrando que Nascimento Brito antecipou informações a pelo menos uma pessoa próxima sobre a documentação que obtivera. Guardou apenas uma reclamação.

Uma das pessoas que mais se queixaram comigo foi o Tancredo Neves, porque tinha umas fichas da CIA dizendo quem era quem no Brasil, e publicamos tudo. O Tancredo ligou dizendo “Você acabou comigo”, porque a ficha dele dizia que era desonesto. Eu me dava com o Tancredo. Ele ficou magoado e dizia: “Mas como é que você publica um negócio que diz que eu sou desonesto?” E eu respondia: “Como eu vou censurar a CIA?” (“MARCOS...”8, 04/2008).

Fig. 20: Dono do *JB*, Nascimento Brito contou ao banqueiro Magalhães Lins sobre a publicação de documentos da Operação Brother Sam (confirmação do apoio dos EUA ao golpe de 1964). Lins antecipou detalhes para consulado americano.

1. LONGSTANDING EMBASSY CONTACT IN RIO, JOSE MAGALHAES LINS, NEPHEW OF SENATE PRESIDENT MAGALHAES PINTO, TELEPHONED EMBASSY POLITICAL ASSISTANT DECEMBER 16 TO STATE HE HAD JUST BEEN INFORMED THAT JORNAL DO BRASIL CORRESPONDENT IN WASHINGTON HAD OBTAINED "STACKS" OF EMBASSY AIRGRAMS AND TELEGRAMS ON POLITICAL SITUATION DURING PERIOD 1967-1969. MAGALHAES LINS STATES HE RECEIVED THIS INFORMATION FROM JORNAL DO BRASIL EXECUTIVE VICE PRESIDENT NASCIMENTO BRITO, WHO IS A PERSONAL FRIEND. HE ADDED THAT NASCIMENTO BRITO HAD TOLD HIM OF RECEIPT OF DOCUMENTS BECAUSE MAGALHAES LINS' NAME, ALONG WITH THESE OF OTHER PROMIENT BRAZILIANS, APPEARS IN ANUMBER OF THEM AS SOURCE OF INFORMATION. HE CONTINUED THAT NASCIMENTO BRITO HAD TOLD HIM JORNAL DO BRASIL WOULD BEGIN PUBLISHING SERIES OF STORIES BASED ON EMBASSY REPORTS BUT THAT HE INTENDED TO KEEP MAGALHAES LINS' NAME OUT OF IT, IF POSSIBLE. BUT NASCIMENTO BRITO HAD WARNED THAT ESTADO DE SAO PAULO AND WEEKLY NEWS MAGAZINE "VEJA" WERE ON TO STORY AND THAT IF THEY GOT HOLD OF THE DOCUMENTS THEY PROBABLY WOULD NOT BE SO CONSIDERATE.

2. SINCE MAGALHAES LINS IS NOT FAMILAR WITH OUR  
CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 02            BRASIL 10277 161435Z

SYSTEM, IT IS HARD TO DETERMEINE FROM HIS TELEPHONE DESCRIPTION WHETHER DOCUMENTS IN QUESTION ARE AIRGRAMS, TELEGRAMS, AND MEMCONS OR MIX OF THE THREE. HE STATED THAT NASCIMENTO BRITO HAD GIVEN HIM XEROX COPY OF ONE

## 8.2 DE OLHO NO DONO

O alvo preferencial das arapongas no *Jornal do Brasil* era o superintendente depois elevado à condição de diretor-presidente, Manoel Francisco do Nascimento Brito. Em ficha de 17 de julho de 1976, obtida pelo autor, um agente relatou críticas feitas por Nascimento Brito ao regime militar:

MNB [Manoel Nascimento Brito] manifestou-se preocupado com a instabilidade dos responsáveis pelo sistema militar brasileiro e pela ausência de uma filosofia política ou definição de rumos, o que pode provocar uma situação complexa e difícil. Acentuou que é lamentável a constatação da incapacidade e do primarismo nos escalões superiores de governo. Essas consequências, no seu entender, é que provocam os problemas e a instabilidade política e econômica. Julga que, enquanto não se definirem os rumos do Brasil, teremos que viver indecisos, preocupados e sem saber o que poderá ser feito (SNI, ARQUIVO NACIONAL, 17/07/1976).

Críticas mais pesadas e menos sutis foram registradas pelo SNI, com pormenores de conversa privada entre duas pessoas em um escritório, o registro do serviço não dá detalhes de como foram obtidas as informações.

Disse que é gigantesco o ataque de burrice no país; que o governo está cheio de idiotas e quando se diz isso, acham que se está fazendo subversão; citou várias autoridades como exemplos de idiotas e finalizou dizendo que não está compactuando com esse país de idiotas (“Comentários do jornalista Manoel do Nascimento Brito, emitidos em 10 de setembro de 1976, por ocasião da visita do seu amigo Armando Dante, em seu escritório no Rio de Janeiro”. SNI, ARQUIVO NACIONAL, 10/09/1976).

Esse acompanhamento de opiniões e comportamentos de Nascimento Brito repete-se com frequência nos arquivos do SNI. Em março de 1969, durante reunião da Associação Interamericana de Imprensa, em Acapulco, México, o então vice-presidente do *Jornal do Brasil* afirmou que não havia liberdade de imprensa no Brasil. Em sua volta, foi aberto inquérito para investigar suas declarações. Registro do SNI mostra, entretanto, que o inquérito foi avocado pelo ministro do Exército e, em seguida, arquivado.

O que mais definia as relações do *JB* com o governo, no entanto, era a parte econômica. Os agentes do SNI produziram diversos relatórios sobre a situação financeira do jornal e suas tentativas de aliviar-se com a ajuda dos cofres públicos, como cita um relatório de 8 de outubro de 1987.

Consta que, em 1984, o *JB* teria contraído uma dívida que deveria ser saldada no período entre 1987 e 1991. Posteriormente a empresa teria solicitado reescalonamento da dívida e proposto amortização de 25% do saldo devedor de janeiro de 87 mediante carta de crédito ao Banco do Brasil para utilização em publicidade no sistema *JB*. Em 1985, citado jornal indicou um prejuízo de aproximadamente 4,79 bilhões de cruzeiros [R\$ 4 milhões, nos valores de hoje] e, em 1986, um lucro de 5,6 bilhões de cruzeiros [R\$ 5 milhões]. Segundo consta no balancete de novembro de 1986, o *JB* admitiu elastecer em um ano o prazo de carência do pagamento do citado ajuste. Em março de 1987, o Banco do Brasil teria concedido crédito de 118 milhões de cruzados [R\$ 36 milhões], sob a modalidade de abertura de crédito, com garantia de caução de nota

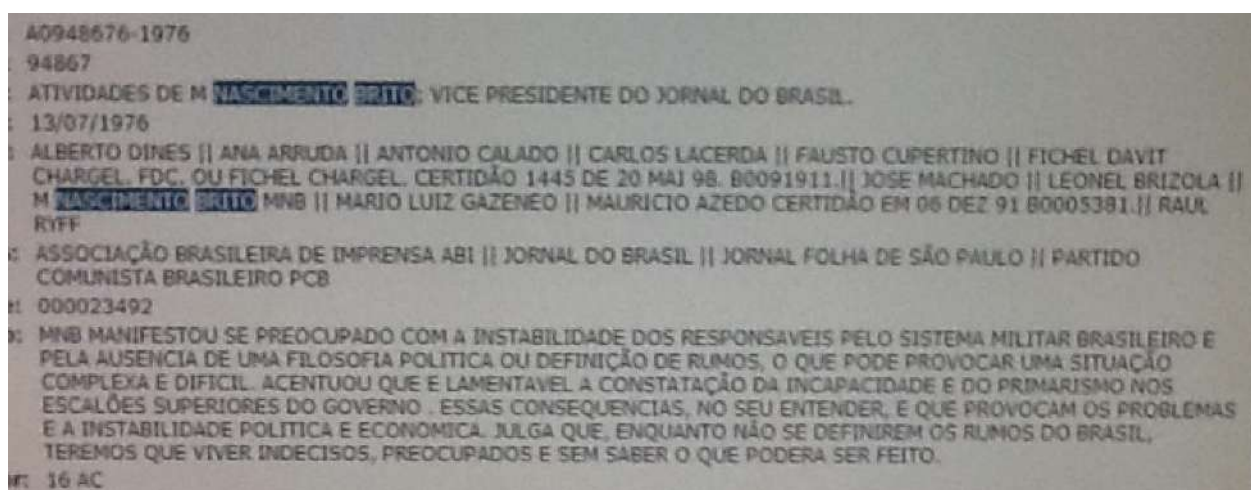
promissória do *JB* e, em seguida, teria pedido um financiamento de longo prazo (SNI, ARQUIVO NACIONAL, 08/10/1987).

Alguns meses depois, outro relatório do SNI, de 20 abril de 1989, indica a situação econômica do jornal.

A análise das demonstrações financeiras revela que a situação global da empresa é deficiente, tendo piorado no período examinado; a estrutura de capitais é deficiente, com elevado grau de endividamento e grau de imobilização do patrimônio líquido. Foi observada instabilidade na estrutura de capitais, com tendência a piorar a situação financeira e os resultados (SNI, ARQUIVO NACIONAL, 20/04/1989).

São apenas exemplos de como a dificuldade financeira do jornal deixava-o dependente do dinheiro público e de conseqüentes negociações com os donos do poder, obrigando a fazer concessões de outra ordem que não as jornalísticas. A situação se torna cada vez mais claudicante até 2001, quando o *Jornal do Brasil* abriu negociação com o empresário Nelson Tanure. Oito décadas depois de sua fundação, deixaria de ser uma empresa familiar e passaria a integrar um grupo com interesses em áreas múltiplas, como o setor naval e a telefonia. Não deu muito certo. Em 2010, Tanure encerrou a versão impressa do *JB*. Em fevereiro de 2018, alugou o título ao empresário Omar Peres, que relançou o jornal. A nova edição era um simulacro do grande jornal que o *JB* havia sido e faliu em fevereiro de 2019.

Fig. 21: Ficha do SNI com relatos de atividades e comentários de Nascimento Brito, do *JB*.



## 9. A IMPRENSA SE REPOSICIONA SOBRE O GOLPE

A quase totalidade da imprensa brasileira apoiou o golpe militar de 1964. Não foi só a imprensa, claro. Parte significativa do empresariado, da Igreja Católica e de movimentos organizados conservadores também o fizeram. Intelectuais e empresários que impulsionaram o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação



Democrática) são exemplos de entidades da sociedade civil que participaram diretamente dos preparativos para o golpe (DREIFUSS, 1981).

É recorrente a discussão entre historiadores se seria mais preciso definir o regime instalado em 1964 como “ditadura civil-militar”, como propôs, por exemplo, Daniel Aarão Reis (2012). Na obra de Dreifuss, referência sobre o golpe, ressalta-se que, apesar de administração pós-1964 ser rotulada como “militar”, a predominância de civis nos cargos da administração pública era “notável” (*Ibidem*, p. 10). Historiadores como Renato Lemos (2004) contestam a designação civil-militar sob o argumento de que apoio “civil” ao golpe e à ditadura é uma informação muito utilizada por segmentos militares para legitimá-los e que a apresentação deste ponto com status de “novidade historiográfica” estimula uma abordagem temerosa de ir a fundo na conexão do golpe com os “poderosos interesses de classe” (p. 282). Nesse sentido, há aqueles que reagem à nomenclatura da ditadura civil-militar propondo a nomeação clara dos interesses de classes por meio da qualificação de “ditadura empresarial-militar” (MELO, 2012).

Deixando de lado esse aspecto do debate acadêmico, é claro que a imprensa exerceu papel de apoio ao movimento que derrubou o regime constitucional. Como apontou Abreu (2002), antes de 1964 os grandes jornais alertavam para o “perigo do estatismo” na economia e condenavam as restrições ao capital estrangeiro, que impediriam o avanço do processo de industrialização do país.

Diante da intensificação das reivindicações populares do “perigo comunista”, os empresários da imprensa abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como única alternativa para impedir a “subversão”, ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país (ABREU, 2002, p. 15).

Talvez seja por demais suave aceitar a ideia proposta por Abreu de que o perigo comunista tenha sido o motivador mais relevante na associação dos empresários da imprensa ao golpe. A afinidade ideológica parece de fato importante, mas razões empresariais objetivas como financiamentos, contratos públicos e investimentos em redes de infraestrutura vitais para a indústria da informação também foram estratégicos para que os donos da mídia estabelecessem sua parceria com os donos do poder, mesmo que usurpado. A própria Alzira Alves de Abreu ressalta esse aspecto particular que parece de maior peso do que a simples adesão ideológica.

A relação dos militares com a imprensa tece, contudo, uma outra face. Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia de segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos (*Ibidem*, p. 15).

Os jornais também se aproveitaram do milagre, com a construção de sedes mais modernas e a compra e a importação de equipamentos, feitas com financiamento de bancos e instituições estatais, “o que evidentemente representava um instrumento adicional de controle sobre a mídia” (*Ibidem*, p. 21).

A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país compunha o projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais no campo político. Para concretização desse projeto, os militares estimularam a formação de grandes redes de rádio e TV e de cadeias de jornais, o que exigiu grandes investimentos. Foi nesse período que surgiram os oligopólios da informação, formados com recursos obtidos junto ao governo. Nos anos do regime militar, a imprensa, o rádio e a televisão já dependiam fundamentalmente da publicidade para sobreviver – e por muito tempo os maiores anunciantes foram as empresas estatais e instituições governamentais.

A parceria entre imprensa e regime militar se enrobusteceu a partir do final dos anos 1960 e o princípio dos anos 1970, com aquilo que os defensores do regime batizaram de “milagre econômico”. Nesse período, o Brasil teve um considerável crescimento na produção de bens, em grande parte financiado por empréstimos externos. Entre 1967 e 1973, ocorreu forte crescimento econômico, com o PIB elevando-se em média até 10% ao ano e com a inflação relativamente controlada, mantida em torno de 20% ao ano.

O jornalismo econômico brasileiro de então também foi impulsionado pelo dito “milagre”, se posicionando em uma área cinzenta – longe da possibilidade de ampla penetração popular, por ser cifrado, e mais perto da ideologia econômica dos grupos conservadores. Assim, o jornalismo econômico serviu aos interesses tanto dos proprietários de jornais quanto dos militares. Os donos da imprensa, diante das pressões dos militares, da censura, da apreensão de edições e até da prisão de jornalistas e diretores de empresas de comunicação, consideraram conveniente dar mais ênfase aos noticiários econômico e internacional, reduzindo a prioridade até então mantida no noticiário político.

O jornalismo de economia evoluiu tecnicamente durante o regime militar não apenas devido à modernização das atividades industriais e financeiras e à censura ao noticiário político, mas também por causa de novas necessidades e aspirações da classe média em ascensão, ávida

por informações sobre opções de aplicações, investimentos e outros serviços, bem como por proteção contra o surto inflacionário que surgiu na esteira da decadência do “milagre” e prejudicou a economia do país no período pós-redemocratização, como apontou Lene (2010).

Quando Ernesto Geisel assume a Presidência, em março de 1974, tinha uma grave crise econômica a enfrentar – o preço do barril de petróleo quadruplicou no final de 1973 (“AS ALTERNATIVAS...”, 1976), obrigando o país a se endividar para pagar suas contas – e um projeto político a cumprir: a distensão lenta, gradual e segura. Como narrou Gaspari, Geisel e seu mais importante estrategista, o general Golbery do Couto e Silva, foram figuras de proa do golpe, mas ajudaram a derrubá-lo porque tinham uma leitura muito própria da ditadura militar: “Para quem quiser cortar caminho na busca do motivo por que Geisel e Golbery desmontaram a ditadura, a resposta é simples: porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça” (GASPARI, 2002, p. 41).

A estratégia de liberalização política envolvia a tentativa de recuperar o apoio ao governo de ao menos parte da sociedade, então já majoritariamente contestadora do regime em meio ao sufoco político-econômico, e de impor limite ao poder crescente da chamada comunidade de informações, onde se abrigava a linha-dura militar. Para que o projeto de distensão se concretizasse, o governo deveria permitir a livre manifestação da imprensa e do eleitorado. Daí a razão de Golbery ter adiantado a Octavio Frias, do Grupo Folha, o projeto que pretendia perseguir.

O projeto de distensão de Geisel não foi executado de forma linear. No caso específico do jornalismo, houve idas e vindas na censura, com negociações na surdina para que a autocensura substituísse a censura formal executada pela Polícia Federal. Em passos lentos, o país chegou à redemocratização em 1985, quando a liberdade de imprensa voltou a ser exercida de modo pleno.

Em 2004, quando se completaram 40 anos do golpe militar no Brasil, a embaixadora americana no Brasil, Donna Hrinak, enviou uma extensa análise para Washington refletindo sobre as consequências e leituras então feitas do movimento. Ela dedica longos trechos da sua análise a mostrar como a imprensa brasileira hoje interpreta a participação americana no golpe.

Alguns jornalistas e acadêmicos retratam os EUA como agente diretamente encorajador dos golpistas ou, pelo menos, como país com conhecimento antecipado do planejamento do golpe.

Algumas das publicações mais sensacionalistas desenham paralelos entre 1964 e o nível de influência dos EUA no Brasil hoje em dia. Mas outros repórteres brasileiros observam que o governo dos EUA forneceu a maior parte do acesso a documentos e gravações de registros oficiais de conversas dessa época superando mesmo aqueles presentes em arquivos brasileiros. "O Estado de São Paulo" de 31 de março publicou um ensaio do ex-embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon (1961-65) refutando acusações de conluio do governo dos EUA com os golpistas. A maioria dos observadores informados concluiu que a liderança política civil brasileira daquela época tem um grau significativo da responsabilidade, e que os generais e almirantes que montaram o golpe estavam preparados para se mover independentemente dos sinais dos EUA. (...) De todo modo, o golpe também construiu indiretamente o prestígio Fidel Castro ainda se mantém entre os esquerdistas do Brasil (documento acessado por meio do wikileaks).

Dois eventos já no século XXI impulsionaram a cobrança da sociedade para que a imprensa assumisse sua parcela de culpa no golpe militar.

Um editorial publicado pelo *Folha de S.Paulo* no começo de 2009, que buscava refletir sobre o referendo na Venezuela que possibilitou reeleição ilimitada ao então presidente Hugo Chávez, definiu como “ditabranda” o regime militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985, se comparado a outros regimes militares da América Latina. O editorial afirmava:

Mas, se as chamadas “ditabrandas” – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça –, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente (“LIMITES...”, 17/02/2009).

Muitos tomaram o termo ditabranda como um neologismo criado pela *Folha*, mas, na realidade, “dictablanda” é uma expressão popular com origem na Espanha, em 1930, quando o general Dámaso Berenguer substituiu o general Primo de Rivera à frente do governo ditatorial (ZANONI, 2016). Dámaso Berenguer governou por decretos e tratou de pacificar os ânimos após a queda da Bolsa de 1929 e as revoltas sociais, derrubando parte das medidas adotadas durante a ditadura de Primo de Rivera. Paradoxalmente, a denominada “dictablanda” executou mais sentenças de morte por motivos políticos do que a ditadura a que sucedera.

A referência à suposta “ditabranda” brasileira levou ao protesto de vários intelectuais, alguns com história muito próxima à da *Folha*, por terem sido articulistas frequentes do jornal. O ápice da crise nas páginas da *Folha* foram as cartas do advogado Fábio Konder Comparato e da socióloga Maria Victoria Mesquita Benevides, ambos professores da USP. Comparato escreveu que o autor do editorial do dia 17, bem como quem o aprovou, “deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro” (“PAINEL DO LEITOR”, 20/02/2009). Em contrapartida, a *Folha* editou uma nota em que afirmava

respeitar a opinião de seus leitores, publicando algumas das manifestações, mas quanto aos professores Comparato e Benevides foi enfática em defini-los como “figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio às ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, cuja ‘indignação’ é obviamente cínica e mentirosa”.

A reação olimpiana da *Folha* fez aumentar a pressão contra o jornal, levando até a realização de uma passeata em São Paulo que terminou com pedras jogadas contra sua sede e obrigou que a Polícia Militar de São Paulo fizesse um bloqueio para impedir que o prédio fosse invadido por manifestantes (“MANIFESTAÇÃO CONTRA FOLHA...” 08/03/2009). Diante de inúmeras pressões e críticas, com manifestações crescendo e se espalhando pelas redes sociais, o diretor de Redação, Otavio Frias Filho, escreveu – 19 dias depois do editorial inicial – nota em que, apesar de ainda defender, sob o ponto de vista histórico, que o regime no Brasil teria sido menos repressivo que seus congêneres latino-americanos, admitiu que o uso da expressão “ditabranda” em editorial foi um erro. “O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis” (“FOLHA AVALIA...”, 08/03/2009).

O caso se mostrou impulsionador do processo de confrontação de memórias coletivas que colocavam a imprensa na berlinda por seu apoio à ruptura constitucional provocada pelo golpe militar de 1964. Internamente, a crise da “ditabranda” foi vista como o momento em que se instaurou a maior crise de credibilidade da *Folha*, nas vésperas das comemorações dos 90 anos de um jornal que se definia como plural, apartidário e independente.

Em junho de 2013 manifestações populares de grande envergadura aconteceram nas principais cidades brasileiras. O fenômeno gerou perplexidade no início, dados os altos índices de aprovação popular ao governo federal. A variedade de reivindicações e demandas expressas naqueles movimentos sugeria a existência de uma crise de representatividade no sistema político, aliada a fatores conjunturais.

Como definiu Singer (2014), a ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo na primeira quinzena de junho. Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo choques com a polícia. Foi isso que aconteceu nas duas primeiras manifestações.

Na terceira convocação do MPL, na terça, 11 de junho, reuniram-se 5 mil pessoas, mas a manifestação terminou em violento confronto entre protestantes e policiais. Muitas cenas de

violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportadas pelos jornais. A repetição e intensificação dos embates levaram o governo de São Paulo a anunciar um endurecimento para a quarta manifestação, programada para o dia 13 de junho. Tal protesto começou pacífico, com milhares de pessoas caminhando sem violência. Quando a polícia impediu que os manifestantes rumassem da rua da Consolação para a avenida Paulista, a principal de São Paulo, os choques começaram. Iniciou-se então uma repressão violentíssima, que se espalhou por diversos bairros da região central. O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas às suas demandas. De milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares.

Os protestos se encorpam. Do questionamento do preço das passagens de ônibus em São Paulo se tornaram catalisadores da insatisfação dos gastos do dinheiro público para a Copa do Mundo de futebol prevista para 2014 no Brasil. A pauta se estendeu: contra as remoções de famílias e índios para a construção de estádios, passaram pela violência policial e chegaram à defesa da melhoria dos sistemas públicos de saúde e educação.

Uma profusão de cartazes demonstrava a variedade dos temas em questão: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas, como sintetizou Singer.

Os chamados acontecimentos de junho de 2013 se espalharam pelo país, levando milhões de pessoas às ruas em centenas de cidades brasileiras. Derrubaram os índices de aprovação dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), colocando as instituições em xeque, inclusive a imprensa. A forma como a Rede Globo cobria as manifestações – generalizando a todos os presentes acusações de vandalismo – fez com que houvesse protestos direcionados à porta da emissora.

A *Folha de S. Paulo* havia publicado um editorial intitulado “Retomar a Paulista”, em 13 de junho de 2013, no qual dizia que a avenida vital de São Paulo se tornara “território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público”. Justamente no dia em que a PM usou de força desmedida contra os manifestantes, ferindo também profissionais de imprensa, inclusive sete jornalistas da *Folha*. Se tornando assim também alvo direto de protestos.

Nesse clima de fragilidade em razão do diapasão contrário dos acontecimentos de junho, a imprensa tratou de assumir seus erros. A *Folha* pediu desculpas pelo tom do editorial e reconheceu os abusos da polícia. A Rede Globo modificou o tom da cobertura, evitando chamar de “vândalos” a simples apoiadores da passeata, como fizera nos dias iniciais de cobertura. Assim o revisionismo histórico ganhou corpo na imprensa, impulsionado pelo levante de críticas a partir desses acontecimentos.

Em 1º de setembro de 2013, *O Globo* publicou a seguinte chamada em sua primeira página: “Apoio ao golpe [de 1964] foi um equívoco”, acompanhada de um subtítulo: “À luz da História, as Organizações Globo concluíram que foi um erro aquele apoio”. No texto interno, o jornal enfatizava: “Desde as manifestações de junho [de 2013], um coro voltou às ruas: ‘A verdade é dura. O Globo apoiou a ditadura’. De fato. Trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura. Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro”. A autocrítica não se limitava ao apoio ao golpe em si, mas igualmente a outras equivocadas “decisões editoriais do período”, que decorreram desse desacerto original. “A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma” (“APOIO AO GOLPE...”, 01/09/2013, p. 15).

A partir da repercussão do editorial de *O Globo*, a *Folha* aguardou apenas a oportunidade para exercer também seu revisionismo histórico. No ano seguinte, quando se completaram 50 anos do golpe, a *Folha* também publicou editorial reconhecendo que errou ao apoiar a derrubada de João Goulart em 1964. “Aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro, mas as opções de então se deram em condições bem mais adversas que as atuais”, começa o editorial, intitulado “1964”.

Às vezes se cobra, desta **Folha**, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. [...] Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim (“1964”, 30/03/2014, p. 2).

Os acontecimentos de junho foram precedidos de inúmeras manifestações de protesto que, pelo mundo, partiram do Oriente Médio e caminharam para os EUA e Europa. Embora motivações nacionais e regionais tenham sido bastante diversificadas, todos esses movimentos sociais guardavam fortes semelhanças nas suas formas de organização e nas táticas, das quais devem ser destacadas: a negação da representação política tradicional, um forte questionamento das instituições tradicionalmente tidas como democráticas – imprensa aqui incluída –, a

heterogenia das pautas de protesto e o uso intensivo das ferramentas cibernéticas na autoconvocação dos protestos.

A partir do final da década de 2010, assistiu-se a sucessivas manifestações de massas no Brasil, no Egito, na Índia, na Turquia, na Ucrânia e, mais recentemente, na Colômbia, no Peru e no Chile. Nas múltiplas pautas dos diferentes países, havia um subtexto comum: a raiva popular.

Nesse ambiente, grupos políticos organizados, por meio das tecnologias digitais e das redes sociais, ampliaram as críticas à imprensa como subserviente aos poderosos interesses de corporações e governos, denunciando uma censura intrínseca ao funcionamento dos meios tradicionais e reclamando maior transparência na produção da informação noticiosa. Deve-se atribuir aos acontecimentos de junho a revisão que a imprensa brasileira fez do apoio quase generalizado que concedeu ao golpe. Pode parecer pouco, mas é mais do que se esperava de uma indústria centrada em seus interesses empresariais e distante por demais de seu papel público e social.

### 9.1 JORNALISTAS FRANCO-ATIRADORES

Nunca se maltratou tanto e a tantos jornalistas como durante a ditadura militar. Entre os anos de 1964 e 1988, anos do golpe militar e da Constituinte, respectivamente, o número de jornalistas vitimados pela violência governamental passa das dezenas. Vários foram torturados e assassinados pelas forças de segurança, muitos estão na lista de desaparecidos, outros foram perseguidos, ameaçados, cassados, indiciados, processados com base na Lei de Imprensa ou de Segurança Nacional, condenados, exilados, presos, torturados, viveram na clandestinidade ou simplesmente perderam seus empregos.

Kucinski (1991) calculou que foram criados e depois fechados durante a ditadura cerca de 150 periódicos que tinham como traço em comum fazer oposição ao governo militar. Muitos deles eram integrantes da chamada imprensa alternativa, pequenos veículos engajados, tocados muitas vezes em forma de cooperativas de jornalistas, dotados da ousadia editorial que a circulação reduzida lhes facilitava.



Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial (KUCINSKI, 1991, p. 5).

Durante o período de resistência contra o regime militar, jornalistas militaram em dezenas de grupos políticos. Desde aqueles que recorreram à luta armada até os que preconizavam a conquista da liberdade por meios pacíficos, todos conheceram o terror do regime, mesmo alguns que não exerciam atividades políticas sentiram o peso da repressão apenas por terem escrito textos que desagradaram os poderosos de plantão.

Jornalistas também se aliaram à ditadura e colaboraram com o sistema repressivo. Exemplos deste envolvimento são bastante conhecidos: os textos escritos por Cláudio Marques acusando Vladimir Herzog de chefiar um grupo de comunistas encastelados na *TV Cultura* (a “vietcultura”, como ele se referia) e que é visto como um dos motivos que levaram o jornalista à prisão; e o papel de Alexandre von Baumgarten que reedita a antiga revista *O Cruzeiro*, com o objetivo de apoiar o governo militar, e termina assassinado em um caso de “queima de arquivo” (CAMARGO, 2021).

A relação de jornalistas com a ditadura militar viveu seu período mais crítico após a edição do Ato Institucional número 5, que cassou direitos e garantias civis. Em 17 de dezembro de 1968, quatro dias depois do AI-5, o então ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva (1913-1979), pressionou a cúpula do governo a ser ainda mais dura com os jornalistas e veículos de comunicação. Ele dirigiu ofício ao então presidente da República, o general Costa e Silva (1899-1969), sugerindo que a Lei de Imprensa, criada no ano anterior e só derrubada em 2009, fosse alterada para permitir a prisão por até dois anos de jornalistas que divulgassem “fatos verdadeiros truncados ou deturpados” e mesmo que não provocassem as consequências previstas na lei, como “a perturbação da ordem pública ou alarme social”.

Além das prisões, Gama e Silva queria poderes para apreender exemplares e suspender veículos de comunicação de imediato caso divulgassem nomes de “organizações proscritas” ou mencionassem nomes e declarações de políticos cassados pelo AI-5. O ministro pretendia ainda proibir “a reprodução de manchetes, imagens ou fotografias de atos de violência ou de crimes” e a publicação de textos na imprensa sem a identificação completa do autor, numa época em que era comum a publicação de reportagens sem a assinatura dos repórteres.

“O momento atual justifica a aplicação dessas medidas, tornando-se, data vênica, desnecessária sua justificativa, principalmente no que se refere à censura aos meios de

comunicação, especialmente a imprensa”, escreveu Gama e Silva ao presidente Costa e Silva. Seis meses depois, em novo ofício, Gama e Silva insistiu nas mudanças, mencionando genericamente abusos cometidos pelos meios de comunicação “contra o interesse nacional, a paz pública, a moral e os bons costumes” (Arquivo Nacional, SNI, 17/12/1968).

As propostas de Gama e Silva receberam em parte a simpatia do CSN (Conselho de Segurança Nacional). As investidas da ditadura contra os jornalistas a partir do AI-5 se tornaram concretas de muitas maneiras, ainda que Gama e Silva não tenha conseguido alterar a Lei de Imprensa. Num despacho ao lado dos ofícios do ministro, alguém do governo escreveu: “O Presidente se reserva a oportunidade de estudos de cada caso, em particular” (VALENTE, 2019).

Cálculos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – colegiado instituído pelo governo do Brasil em 2014 para investigar violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura – estimam que 50 mil pessoas foram, de alguma forma, afetadas e tiveram direitos violados pela repressão após o golpe militar. O número inclui presos, exilados, torturados, mas também familiares que perderam algum parente nas ações durante o período de 1964 a 1985, além de pessoas que sofreram algum tipo de perseguição.

Em relação especificamente à imprensa, a CNV contabilizou 27 jornalistas assassinados entre 1964 e 1985. Entre esses, estão os casos de Vladimir Herzog (1937-1975), Joaquim Câmara Ferreira (1913-1970), Maurício Grabois (1912-1972) e Pedro Pomar (1913-1976), alguns dos que mais impactaram os jornalistas. Herzog era diretor do departamento de telejornalismo da *TV Cultura* em São Paulo. Ferreira, Grabois e Pomar tiveram carreira ligada à imprensa sindical e partidária.

A CNV apreciou 50 processos de jornalistas perseguidos pela ditadura. Destes, 33 declararam ter militado em organizações políticas clandestinas. De acordo com o apurado pela comissão, o monitoramento pelos órgãos de repressão foi o tipo de violação de direitos mais citado (33%) nos relatos. Houve nesse grupo 30 episódios de prisão e 16 de tortura. A clandestinidade, a cassação de direitos políticos e o exílio foram citados como as mais frequentes limitações aos jornalistas. O banimento e a expulsão foram registrados em dois casos. Em geral, jornalistas passaram por uma combinação de vários desses tipos de violações durante o período repressivo.

Muitos dos que foram presos e torturados nunca nem sequer chegaram a pedir qualquer indenização ao Estado. Por isso, seus casos não foram analisados pela Comissão da Verdade. A jornalista Miriam Leitão, por exemplo, só falou publicamente sobre as torturas que sofreu em 2014. Nunca pleiteou nada. Trabalhava como repórter de uma rádio no Espírito Santo no

final de 1972, quando foi presa acusada de implantar uma célula do partido comunista. Só foi solta três meses depois. Grávida, Míriam Leitão foi torturada e abusada, física e psicologicamente, mantida presa em uma sala escura com uma jiboia solta pelo chão. Relatos como esse se repetem entre aqueles que resistiram e combateram a ditadura militar e são de cruel importância na historiografia do regime.

No escopo desta pesquisa, foram buscados documentos de jornalistas que exerciam papel de liderança na grande imprensa, com o objetivo de mapear como o regime militar vigiava esses profissionais. Uma amostra dos percalços de cada um deles, sem querer estabelecer uma escala de sofrimento pessoal ou de heroísmo contra o regime, será narrada a seguir.

#### 9.1.1 Elio Gaspari, “perigoso e violento”

Viver a soldo do regime comunista cubano foi acusação repetida à exaustão por apoiadores da direita brasileira a legiões de esquerdistas. O jornalista Elio Gaspari (1944), filiado na juventude ao Partido Comunista, foi o primeiro a poder ter comprovada tal imputação por meio de contracheque. Graças ao PCB, conseguiu seu primeiro emprego, em 1961, como arquivista da embaixada de Cuba, então sediada no Rio de Janeiro.

Gaspari manteve muitas fontes entre os meios militares, que dedicavam a ele especial atenção, como interlocutor e como investigado. No Arquivo Nacional encontram-se documentos como o de 20 de junho de 1969, no qual o Cenimar divulga informe exclusivo sobre o jornalista. Classifica-o como “comunista profissional, ex-funcionário da embaixada de Cuba”, “tido como pessoa de grande inteligência”. De acordo com o serviço de espionagem da Marinha, Gaspari teria atuação disfarçada de jornalista, ao dar expediente na sala de imprensa do Palácio do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, onde, na realidade, era só setorista do “Diário de Notícias”.

Consta-se que é a pessoa indicada para a redação até de minutas de acordos internacionais. Diz-se ainda que é um rapaz muito perseguido por “militares intolerantes” [sic]. Elio tem prontuário neste serviço. A aproximação dele do Ministério das Relações Exteriores reforça antiga convicção de que Gaspari é informante de algum órgão, de outro país, de atuação internacional (ARQUIVO NACIONAL, CENIMAR, 20/06/1969).

Em seguida, o centro de informações lista suas anotações sobre Gaspari: indiciado por atividades comunistas na faculdade de filosofia, de onde foi expulso, e por exibição de filme subversivo (*Encouraçado Potenkim*) a marinheiros em novembro de 1966; ligado a grupo esquerdista em torno do médico e professor de filosofia Álvaro Vieira Pinto e de Maria Yeda Linhares (educadora e futura deputada e secretária de Educação do Rio de Janeiro); participou do comício em favor das reformas de base, em 13 de março de 1964, entre operários da Petrobras, entre outras anotações menores.

Também o SNI o acompanhava. Já editor do *Jornal do Brasil*, Gaspari foi à Angola participar da cobertura da guerra civil travada naquele país. O jornal publicou uma série de reportagens suas a respeito. Sobre a viagem, o SNI informou:

Elio Gaspari, redator político do JB, teria estado em Luanda, Angola, em outubro e novembro de 1975, onde teria sido preso e torturado pelo MPLA [Movimento pela Libertação de Angola, grupo que saiu vencedor da guerra civil no país e conquistou o poder]. Antecedentes de EG, entre os quais se destacam: é filiado ao PCB, foi funcionário da embaixada de Cuba; foi expulso da Faculdade Nacional de Filosofia por subversão, tendo sido indiciado em inquérito policial (ARQUIVO NACIONAL, SNI, 08/03/1976).

Em outro relato, o SNI assinala que estudantes registraram ter sido ameaçados de morte por Gaspari, então ainda na faculdade, porque se recusavam a aderir à greve na universidade. O serviço o acusava ainda de fornecer armas a militantes.

Elio Gaspari é considerado perigoso pela sua violência. É membro ativo do Partido Comunista e trabalha na Embaixada de Cuba. É um dos intermediários entre esta e o diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia. Além de fornecer material de propaganda de Cuba, transmitiu armas cubanas para alunos da faculdade. Estes têm um depósito, que não foi localizado, segundo informações de colegas seus. [...] Preparador da guerrilha no interior da faculdade, dispo de barricadas de sabão nos andares para serem atirados pelas escadas nos visitantes, assim como organizou armadilhas com arames e cordéis. É adestrado no sistema cubano de guerrilhas e participou de agitações de camponeses no interior do Estado do Rio (SNI, ARQUIVO NACIONAL, 20/11/1967).

Os militares mantiveram o jornalista sob vigília até mesmo quando trabalhou com o insuspeito Ibrahim Sued na insuspeita TV *Globo*. A descrição do Cenimar é de 1966 e realça o estupor sobre como um “comunista sem respeito às formas de convivência social” trabalhava com um colunista social.

Elio Gaspari, ex-funcionário da embaixada cubana no Rio, responsável pelas ligações entre o adido cultural daquela embaixada e estudantes universitários, para os quais o mencionado adido fazia palestras em apartamentos em Copacabana, e ainda ex-membro de célula do PCB na Faculdade de Filosofia, está trabalhando na equipe de Ibrahim Sued na TV Globo, canal 4, onde o conhecido cronista apresenta um programa diário. O sr. Gaspari desconhece o menor respeito por qualquer das formas de convivência social que se conhece. É de nacionalidade italiana e dotado de um revoltante cinismo e nítida frieza (ARQUIVO NACIONAL, CENIMAR, 10/06/1969).

Elio Gaspari nasceu em Nápoles, Itália. Aos 5 anos, veio para o Brasil com a mãe, já viúva. Naturalizou-se brasileiro em 1985. Aos 19 anos, por indicação de René de Carvalho, filho de Apolônio de Carvalho, um dos líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi trabalhar no jornal semanal *Novos Rumos*, onde assinava como Elio Parmegiani. Ia fazer vestibular para engenharia, por insistência da mãe; mas desistiu, optando pelo curso de história da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil, em 1963.

Quando cursava o primeiro ano, envolveu-se na greve e foi expulso com outros estudantes pelo então diretor Eremildo Viana. O ministro da Educação, Darcy Ribeiro,

interferiu no processo e obteve a reintegração dos alunos expulsos, entre eles a de Gaspari (ABREU, 2000; CONTI, 2012).

Com a derrubada do governo constitucional de João Goulart em 31 de março de 1964 e a tomada do poder pelos militares, tiveram início as chamadas comissões de inquérito, visando identificar os supostos “subversivos” que atuavam em órgãos públicos. Na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, instalou-se um processo de perseguição a professores e estudantes acusados de defenderem ideias contrárias ao regime. Gaspari era um dos líderes grevistas e acabou expulso.

Retomou a carreira de jornalista em 1964, tendo sido contratado para trabalhar na revista *Veja* em julho de 1969. Entretanto, não pôde iniciar suas atividades na redação por ter sido preso. Havia sido chamado a depor em inquérito aberto pela Aeronáutica. Não tinha cometido crime algum, mas continuava comunista. Preso, foi mandado para Ilha das Flores. Na penitenciária, conheceu a história do funcionário público que desviara dinheiro do Banco do Brasil para movimentos de esquerda. Passou as informações sobre o Bom Burguês para Ibrahim Sued, que tentava tirá-lo da prisão. Sued publicou a notícia em primeira mão e foi intermediário dos contatos com um advogado amigo do ministro da Marinha que o liberou depois de 59 dias de cadeia.

Pôde então integrar a equipe da revista *Veja*, fundada em 1968, na qual trabalhou por seis anos. Foi inicialmente repórter e ascendeu a editor de Brasil, no início de 1970, ficando com esse cargo até a data de sua saída, em dezembro de 1973.

Janista na juventude, Gaspari bandeou-se para o Partido Comunista ao participar, por acaso, de uma passeata. A influência do PCB levou-o a se matricular no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia. Por causa dela, seu nome saiu pela primeira vez no *Jornal do Brasil* em novembro de 1963. Integrava a lista dos alunos expulsos por invadir a reitoria, em protesto por ações tidas como ideologicamente discriminatórias pelo então diretor da faculdade, Eremildo Viana. Trinta e três anos depois dessa expulsão, o diretor emprestaria seu nome a um personagem jornalístico criado por Gaspari: Eremildo, o Idiota.

Iniciou a carreira jornalística no *Novos Rumos*, escrevendo a favor de uma ocupação de terras no norte fluminense e disfarçando-se de médico para cobrir a crise da Santa Casa de Santos. Com o golpe militar de 1964, *Novos Rumos* foi fechado, e Gaspari ficou desempregado.

Arrumou emprego temporário numa agência de notícias, da qual era setorista do aeroporto do Galeão, entrevistando políticos e famosos que passavam nos terminais de embarque e desembarque. De lá, Ibrahim Sued convidou-o a trabalhar como assistente em sua coluna social, publicada então no *Diário de Notícias*. A função abriu as portas da sociedade ao

jovem jornalista, que passou a ter contatos com dondocas e capitães da indústria, a fina flor da elite brasileira.

Em janeiro de 1974, Walter Fontoura, sucessor de Dines no comando do *JB*, convidou-o para assumir o cargo de “editor político”. Fontoura era mais afeito às questões administrativas e apresentou-se à redação como um “representante do dr. Brito”. Deu a coluna *Informe JB* a Gaspari e depois lhe transferiu o poder das decisões jornalísticas mais relevantes.

Os textos mais importantes do *JB* nos meados dos anos 1970 têm o estilo de Gaspari, mas não levam sua assinatura. Como editor, coordenava o trabalho de dezenas de repórteres e não achava justo que capitalizasse para si os holofotes de um trabalho feito em equipe.

Em janeiro de 1977, o general Hugo de Abreu, então comandante da Brigada Paraquedista – só alguns meses depois ele assumiria a chefia do Gabinete Militar do governo Geisel – redigiu um relatório confidencial com um plano de tornar inviável o jornal. No documento, intitulado “Medidas contra o *Jornal do Brasil*”, ele afirmava que a ação “contestadora e subversiva permanente” do *JB* exigia medidas repressivas do governo. Parece contraditório com o passado do jornal, mais integrador do que contestador, mas era um momento específico do regime.

Não é possível, numa situação ainda de consolidação do sistema revolucionário, quando o próprio Congresso sofre limitações, que um órgão de imprensa, na defesa de interesses escusos, continue a investir impunemente contra todos os atos do governo, visando dificultar-lhe a ação. Já foram tentadas, sem êxito, medidas de caráter suasório. Todas elas esbarraram na absoluta falta de escrúpulos do vice-presidente executivo do **JB**, sr. Nascimento Brito (SNI, Arquivo Nacional, 01/1977).

Abreu sugere então suspensão do crédito e da publicidade oficial, pressões contra anunciantes privados e devassa fiscal nas empresas do grupo e nas declarações de renda de seus dirigentes.

Elio Gaspari relatou que, ao descobrir o documento nos arquivos de Golbery/Heitor de Aquino, telefonou para Nascimento Brito, já então na presidência do grupo em razão da morte da condessa Pereira Carneiro, cuja família detinha o controle do jornal. Gaspari leu o texto das medidas e ouviu o comentário bem-humorado de Brito: “Pois é, eles tinham um plano para acabar com o jornal e não conseguiram. Nós o fizemos sem ter plano nenhum”, numa referência ao desastre administrativo da gestão familiar (entrevista ao autor, 2013).

Um caderno especial de dez páginas publicado em 1978 – “Os documentos da censura” – mescla o talento de editor de Gaspari e sua capacidade de interpretação jornalística. Anunciado o fim da censura prévia à imprensa, Gaspari decidiu publicar integralmente os 270 despachos que os jornais receberam com os temas proibidos durante quase dez anos.

A primeira expedição de proibições tem dez pontos. O primeiro veta manifestações de “inconformidade com a censura”, claro. Os demais assuntos interditados são campanhas visando à revogação dos atos institucionais, a contestação ao regime, notícias sensacionalistas que prejudiquem a imagem do Brasil, campanhas de descrédito de assuntos vitais para o governo, assaltos a estabelecimentos de crédito, a tensão com a Igreja Católica, a agitação nos meios sindicais e estudantis, a publicidade sobre nações e pessoas do mundo comunista, críticas contundentes e exaltação da imoralidade, com notícias sobre homossexualidade, prostituição e tóxicos (“Os documentos da censura”, Caderno Especial, *Jornal do Brasil*, 18/06/1978).

Os temas censurados parecem abrangentes o suficiente para impedir praticamente qualquer assunto. Mas os censores não pensavam assim e continuaram mandando despachos complementares, que o *JB* publicou um a um quando a censura caiu. Alguns eram esdrúxulos, como o enviado quando a censura proibiu a divulgação do discurso de um senador que negava a existência da censura. Outros deixavam claro as personalidades marcadas pelo regime, como o que vetava qualquer referência, contra ou a favor, ao cardeal d. Helder Câmara e o que determinava que o apresentador de TV Flávio Cavalcanti não poderia ser entrevistado a respeito da suspensão de seu programa. Os temas de segurança eram os mais importantes, como o despacho que proibia a divulgação de qualquer ação de repressão a terroristas ou prisão de comunistas. Só tinham dimensão igual aos temas políticos: “Para evitar interpretações distorcidas, estão proibidas quaisquer notícias e comentários sobre sucessão presidencial e previsões de possíveis candidatos ou permanência do atual presidente” (*Ibidem*).

A ação da censura sobre a imprensa brasileira pode ser dividida em quatro períodos, propõe Elio Gaspari. O primeiro vai de 13 de dezembro de 1969, quando foi editado o AI-5, até o dia 14 de setembro de 1972, quando chegou a primeira ordem escrita às redações. Nesse período, vigoraram tacitamente algumas restrições, sempre garantidas pela possibilidade de instalação, nas redações, de equipes de censores para a leitura prévia dos textos. O segundo período vai até 18 de junho de 1973, quando uma nota de 20 palavras liberou o noticiário da sucessão presidencial, já encerrada com a escolha do general Ernesto Geisel. O terceiro período começa em 15 de março de 1974, quando é empossado o novo presidente, e vai até 8 de outubro de 1975, quando as redações receberam uma nota proibindo notícias sobre manifestações estudantis. Ela viria a ser a última da série de 270. O período final vai até o dia 8 de junho de 1978, quando o coronel Rubem Ludwig anunciou, em Brasília, que os censores haviam abandonado as três últimas redações, e, com isso, desapareciam as restrições excepcionais à liberdade de imprensa.

A capa do “Caderno Especial” é assinada por Gaspari, que analisa com sofisticação sua origem e o ambiente em que se propagou.

Entre 1972, e 1975, a imprensa brasileira esteve submetida a um sistema de censura baseado na emissão, pelo governo, de notas secas nas quais se comunicava o que não se podia publicar. Colecionadas, elas formam um maço de 270 ordens e são um raro documento para o estudo do metabolismo do arbítrio. Apesar do ecletismo pitoresco de alguns vetos, a Censura sempre soube o que pretendia apagar: a atividade dos órgãos de segurança e a disputa pela sucessão do presidente Médici.

Como os jornalistas, tomados como classe, não se mobilizaram para a tarefa de defesa da ideologia do regime, como ocorreu no fascismo e ocorre nos países comunistas e em diversas nações africanas, as 270 ordens constituem um monólogo dos censores com as redações que lhe eram hostis. Essa característica dá à documentação uma importância singular. Os maços contêm toda a Censura, e não apenas correções de curso ou bulas de última hora. Não vigorou no Brasil a ordem que Benito Mussolini deu aos diretores de jornais num discurso de 1928. “O que é nocivo se evita, e o que é útil ao regime se faz”. Essa foi a ideia que acionou os censores, mas não os jornais. Por isso, as 270 ordens são hoje, como um vaso inscrito tirado de uma escavação, ata dos fantasmas do regime que as expediuiu (*Ibidem*).

Em sua conclusão, Gaspari aponta que, desligada do comando político do país, a censura foi resvalando administrativamente até cair nas mãos de interesses simplesmente paroquiais.

Encerrado o período, parece desnecessário constatar que nada do que há neste país é devido à censura e, se algo lhe pode ser creditado por alguma mentalidade pragmatista, muito mais lhe pode ser debitado. O maior dos débitos será sempre, sem dúvida, a educação de jovens num regime que não lhes permitiu saber o que vem a ser a liberdade de expressão. Outros, que a tiveram e depois a perderam, para agora começar a recuperá-la com as suas delícias e todos os seus perigos, aprendem, como ensinou Isak Dinesen, que, “no fim teremos os privilégios de apreciar e reapreciar. É isso que se chama Dia do Juízo” (*Ibidem*).

Na véspera da saída do *Jornal do Brasil*, deu o último exemplo de talento na manchete que comemorava: “O regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje”, em 30 de dezembro de 1978. Com o fim do AI-5 ressurgiu o *habeas corpus*, as penas de morte e de banimento foram suprimidas, os direitos parlamentares voltaram a ser invioláveis, o Poder Judiciário recuperou suas prerrogativas e os direitos políticos tornaram-se permanentes.

Em 31 de dezembro de 1978, mudou-se para Nova York. Ficou o primeiro semestre do ano seguinte participando de seminários sobre censura e de um curso de política brasileira, na Universidade Columbia.

Retornou à revista *Veja* como diretor-adjunto em 1979. Deixou o comando da redação da revista, que dividia com José Roberto Guzzo, em outubro de 1988. Em janeiro de 1989, Gaspari assumiu o posto de correspondente da revista em Nova York.

Em junho de 1993, voltou ao Brasil como editor especial de *Veja*, onde permaneceu até agosto de 1994. No mês seguinte, começou a publicar página dominical em *O Estado de S. Paulo*. A página passou a ser publicada também em *O Globo*. Sem sintonia com a linha editorial dos proprietários de *O Estado de S. Paulo*, Gaspari pediu demissão em 1996. Em 3 de



novembro do mesmo ano, sua página passou a ser publicada na *Folha de S.Paulo* e continuou a ser publicada no jornal *O Globo*.

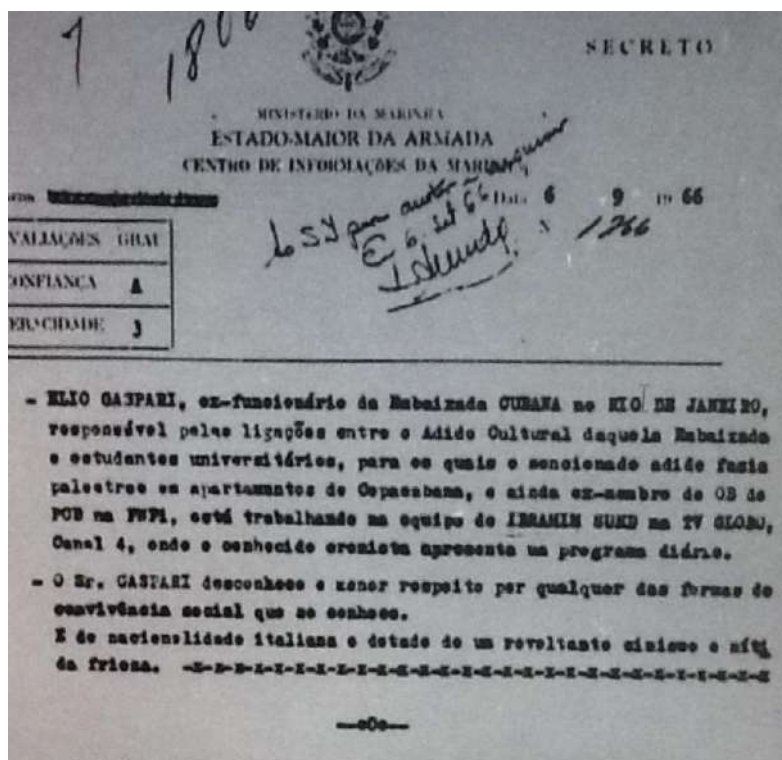
Em 2002, começou a publicar sua coleção de livros sobre a ditadura, reunindo os volumes: *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*. Em 2003, iniciou a série *O Sacerdote e o Feiticeiro*, com os volumes *A ditadura encurralada* e *A ditadura derrotada*. A série se encerrou em 2016 com *A ditadura acabada*.

Os livros se originaram de pesquisas e entrevistas de Gaspari a partir de amplo material coletado em arquivos confiados a ele por duas figuras proeminentes do regime militar: Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e seu ex-secretário Heitor Aquino Ferreira. O primeiro criou o SNI em 1964, coordenando-o até 1967; de 1974 a 1981, chefiou o Gabinete Civil da Presidência da República. Ele guardava na garagem de um sítio, nos arredores de Brasília, cerca de 30 caixas com 5 mil papéis acumulados nos anos de poder, quase tudo confidencial, organizado por Heitor Aquino Ferreira, seu ex-secretário e de Ernesto Geisel (1907-1996), presidente de 1974 a 1979.

Em 1995, Heitor Aquino Ferreira transferiu o arquivo para Elio Gaspari, o mais próximo jornalista dos dois condestáveis do regime militar. Em meio aos papéis, havia ainda 70 rolos em cassetes que acumulavam 222 horas de gravação de conversas de Geisel e assessores, realizadas entre outubro de 1973 e março de 1974. Tudo feito sob a coordenação de Heitor Aquino Ferreira, que também cedeu seu diário pessoal, com 1.500 páginas de minuciosas anotações do cotidiano do poder.

Mario Sergio Conti (1999) detalha como ocorreu a aproximação de Gaspari com Golbery: em 1970, como editor de Brasil da revista *Veja*, Gaspari marcou encontro com o general, já na reserva, presidindo uma empresa da área de petroquímica. “Eu sou o general do silêncio”, ouviu de Golbery. Imaginou uma forma de marcar um segundo encontro, então pediu dicas de leitura de livros. O general ficou de pensar e encontraram-se pela segunda vez. Foram amigos por quase 20 anos a partir daí.

Fig. 22: Documento do Estado Maior da Marinha, no qual Gaspari é descrito como figura de “revoltante cinismo” e de desrespeito às formas de “convivência social”.



### 9.1.2 Janio de Freitas, o proscrito

Um dos mais combativos e talentosos editores brasileiros, Janio de Freitas (1932) ficou fora das redações por 15 dos 21 anos de duração da ditadura militar. Ele próprio define esse período como seu “exílio” da profissão. Mesmo antes do golpe, a relação de jornalistas com políticos estava agastada. O grau de conflito era de tal ordem que, em 1963, o Congresso Nacional criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas pressões à Câmara e ao Senado por meio de jornalistas e seus órgãos de trabalho. Nesta CPI, o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, declarou que a Câmara e o Senado estavam sendo submetidos a um “processo de deformação de notícias, além de omissão de informações, especialmente do que diz respeito a determinados políticos” (*Jornal do Brasil*, 10/08/1963, p. 3).

Lacerda afirmou que jornalistas “obedecem a seus interesses quando deturpam ou omitem as atitudes parlamentares” e acusou a existência em Brasília da “chamada bancada escocesa”, formada por deputados e jornalistas que, após as sessões diárias, reúnem-se em bares e boates. Ali, denunciou, são trocadas informações políticas e comentadas as atuações dos parlamentares.

Para comprovar que jornalistas defendiam os próprios interesses e o de seus padrinhos, Lacerda listou uma série deles que atuavam na imprensa e mantinham cargos públicos ou tinham laços com pessoas a eles vinculados. Nominou os seguintes jornalistas: Carlos Castelo Branco, chefe da sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*, como sendo procurador do DNER e sua mulher funcionária do Tribunal de Contas; Edísio Gomes de Matos, repórter político da sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*, como sendo funcionário da Fundação Educacional de Brasília e do Instituto do Açúcar e do Alcool; D'Allembert Jacoud, da sucursal de *O Estado de S. Paulo*, como sendo ligado ao deputado Almino Affonso e funcionário público; Evandro Carlos de Andrade, repórter político do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de S. Paulo*, como funcionário da Caixa Econômica; Fernando Pedreira, de *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, que Lacerda afirmou ser o responsável pelas relações públicas de Almino Affonso.

Sem poder atacar Janio de Freitas, que acabara de sair do *Jornal do Brasil* para assumir o cargo de redator-chefe de um jornal concorrente, Carlos Lacerda apelou a supostas vinculações ideológicas do jornalista, ao afirmar que *Correio da Manhã*, estava sob comando de jornalista “egresso do *Jornal do Brasil* com escalas em Moscou e Praga” (*Ibidem*).

A acusação de ser comunista era corrente entre jornalistas que contestavam de algum modo o poder estabelecido. Possivelmente, os ataques de Lacerda reverberam informações sobre Janio de Freitas que constavam no seu prontuário do SNI naquela época: “Em meados de 60, era ‘janista’ e entusiasta da revolução cubana. Em Out 62, assinou convocatória para a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba” (Arquivo Nacional, SNI, 12/05/1982).

Após conceber e implementar a reforma gráfica do *Jornal do Brasil* em 1959, Freitas havia deixado o jornal em 1962. Pouco antes dos ataques de Lacerda, aceitara o convite para assumir o jornal *Correio da Manhã*. Desde maio de 1963, liderava a redação e a superintendência do *Correio*, acumulando as funções jornalísticas e administrativas. Mas a experiência foi de curtíssimo prazo, durando apenas até outubro, quando deixou o posto. Paulo Bittencourt, dono do *Correio*, sofrera um ataque cardíaco e depois morreu. Seus herdeiros começaram uma disputa pela propriedade que contribuiria para o fechamento do jornal, anos mais tarde.

Quando ocorreu o golpe militar em 1964, Freitas estava liderando o lançamento de um novo jornal no Rio de Janeiro, atendendo a convite do empresário Mário Wallace, dono da TV *Excelsior*. Wallace era dono de um jornal em São Paulo – *A Nação*, dirigido por Claudio Abramo – e queria repetir a experiência no Rio de Janeiro com Freitas. O golpe abortou a iniciativa, e levou Freitas ao início do período de proscricção.

Em 1966, com Castelo Branco na Presidência, o escritor Otto Lara Resende disse a Freitas que seu nome estava em uma lista informal do ministro da Justiça, Milton Campos, com jornalistas cuja contratação ou publicação não eram recomendadas pelo chamado governo da Revolução. Resende era amigo de Campos e de Freitas e fora comunicado da restrição pelo próprio ministro, decidindo repassar a informação ao jornalista. Em outubro de 1966, o SNI registrava na ficha de Freitas: “participou de comício dos intelectuais, realizado na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, onde vários oradores manifestaram-se contrários ao governo constituído, atacando-o violentamente” (Arquivo Nacional, SNI, informe DPF/4063, 12/05/1982).

Campos deixou o posto de ministro e o próprio Castelo tornou inválida a tal lista de jornalistas proibidos de trabalhar (*apud* PEDRO, 2009, p. 144).

Em 1967, Freitas fez então o primeiro de seus dois breves retornos à imprensa durante a ditadura. Assumiu a direção do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, que estava morando na Europa. Freitas afirma que foi o único ano em que o jornal não deu prejuízo. No ano seguinte, Wainer volta ao Brasil, reassume o jornal e Freitas se desliga da empreitada. Em 1969, faria uma breve consultoria para o Jornal dos Sports, mas foi só. O SNI registrava então em sua ficha: “Janio de Freitas é militante comunista e tem liderado equipes autônomas que oferecem trabalhos a empresas jornalísticas, onde se infiltram e veiculam o ideário comunista” (Arquivo Nacional, SNI, Informe 059/116).

Sem ninguém que lhe desse emprego, tornou-se sócio de uma pequena editora e prestava serviços em atividades culturais patrocinadas pelo Banco Nacional, dirigido então por José Luís de Magalhães Lins, seu amigo e famoso por socorrer jornalistas em dificuldades financeiras.

Mesmo fora dos jornais, o SNI continuava monitorando Freitas. Cada assinatura em um “manifesto de intelectuais” corresponde a um registro da arapongagem. O serviço incluiu Freitas entre os integrantes do Movimento de Ação Revolucionário, grupo de oposição ao regime e de apoio a Leonel Brizola. Até a correspondência do jornalista era violada. Um relatório dos Correios repassado ao SNI descrevia: “Freitas recebe revistas de propaganda comunista oriundas de Cuba e mantém correspondência com a Rádio Havana” (Arquivo Nacional, SNI/Correios, 1969).

À época era considerado pelo SNI um “jornalista de tendência esquerdista ou aproveitador”. Para corroborar tal indicação, o SNI registrava que o nome de Freitas estava em uma lista de contatos apreendida no “aparelho” da rua Barão de Petrópolis, 1026, Rio de Janeiro. Nesse endereço, havia sido mantido refém o embaixador norte-americano Charles Elbrick, quando sequestrado por organizações de esquerda em setembro de 1969.

Vistos de hoje, certos registros do SNI deixam dúvidas sobre quem estava enganando quem. Um deles aponta que Freitas foi citado no depoimento prestado em maio de 1973, por Ana Araújo de Arruda Albuquerque, a futura senhora Antonio Callado e futura professora da UFRJ. Nesse depoimento, Freitas teria sido indicado como pertencente à “organização terrorista RAN (Resistência Armada Nacional)”, um movimento que se consolidou em torno do ex-almirante Cândido Aragão, reunindo oficiais banidos das Forças Armadas. No mesmo despacho, o SNI afirma que Freitas e o jornalista com Tarso de Castro tinha constituído um “grupo ultraradical” no Sindicato dos Jornalistas: “grupo esse apelidado de Exército Brancaleone, o qual era contra tudo e sempre queria radicalizar, propondo soluções drásticas como a invasão da ABI e etc.” (Arquivo Nacional, SNI, 10/05/1973).

A proscricção total de Freitas das redações se estenderia por 11 anos consecutivos. Em 1980, o dramaturgo Flavio Rangel, então colunista da *Folha de S.Paulo*, sugeriu o nome do jornalista ao empresário Octavio Frias de Oliveira, que procurava um analista político para substituir Luiz Alberto Bahia, nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Em 20 de novembro daquele ano, Freitas voltou à imprensa, com direito a uma pequena nota explicativa na primeira página da *Folha*. Em seu primeiro artigo da volta, fazia um apelo aos que “detêm o poder de governo e aos que detêm a força das armas” para um “humilde e honesto esforço” para procurar as “verdadeiras razões que os têm levado a contrapor-se aos que optaram pelos pobres, pelos injustiçados, pelos oprimidos” (*Folha de S.Paulo*, 20/11/1980, p. 2).

Dois anos depois, os registros do SNI mostram que até viagens pessoais de Freitas com a mulher, a então diretora da revista *Desfile*, Vera Gertel, eram monitoradas. Um documento de 1982 registra, por exemplo, visitas a cidades turísticas de Goiás e encontros com o jornalista Aloysio Biondi, então diretor do jornal *Diário da Manhã*, de Goiânia. Essa amizade fez com que a agência central do SNI em Brasília acompanhasse de perto tudo que era publicado por Freitas no jornal da vizinha Goiânia:

O Jornal *Diário da Manhã*/Goiânia/GO, no mês de Mar 82, publicou artigo do nominado, intitulado “Os aniversariantes”, criticando a Revolução de 64, seus realizadores e, em particular, os militares e a comunidade de Informações. O mesmo jornal publicou outro artigo de Janio de Freitas, sob o título "O Ocupante", onde o jornalista tece uma série de comentários depreciativos sobre a criação, função e as atividades do SNI, colocando o Serviço como um instrumento de dominação da vida nacional (Arquivo Nacional, SNI, Informe 059/116, 07/06/1990).

As colunas em questão haviam sido publicadas originalmente na *Folha* e reproduzidas pelo *Diário da Manhã*. Não demorou para que a volta do articulista à imprensa recheasse sua folha corrida na comunidade de informações.

O jornal Folha de São Paulo publicou nos dias 30 mai 84 e 05 jun 84, artigos de autoria de Jânio de Freitas, responsabilizando o SNI pelo adiamento do anúncio do vencedor da licitação promovida pela Telesp, para a contratação da edição de listas telefônicas nas cidades de São Paulo e Guarulhos. Na reportagem disse que: “o serviço que associou seu nome à CAPEMI não poderia mesmo aprovar uma concorrência limpa”. No dia seguinte (31 Mai) inocentou o SNI da responsabilidade pelo adiamento, atribuindo a iniciativa a “pessoas ligadas a AURELIANO CHAVES”. No dia 05 Jun, voltou a acusar o SNI dizendo que “sem confirmação, mas pista a merecer atenção, deve-se admitir que o SNI tenha sido motivado por um acordo com alguma empresa ligada por um acordo ao segundo colocado na concorrência”, insinuando acordo entre o SNI e a Editora Abril. Ficou caracterizado que Jânio de Freitas não dispunha de qualquer fato concreto para embasar as suas denúncias e que seu objetivo era denegrir a imagem do SNI (Arquivo Nacional, SNI, 05/06/1984).

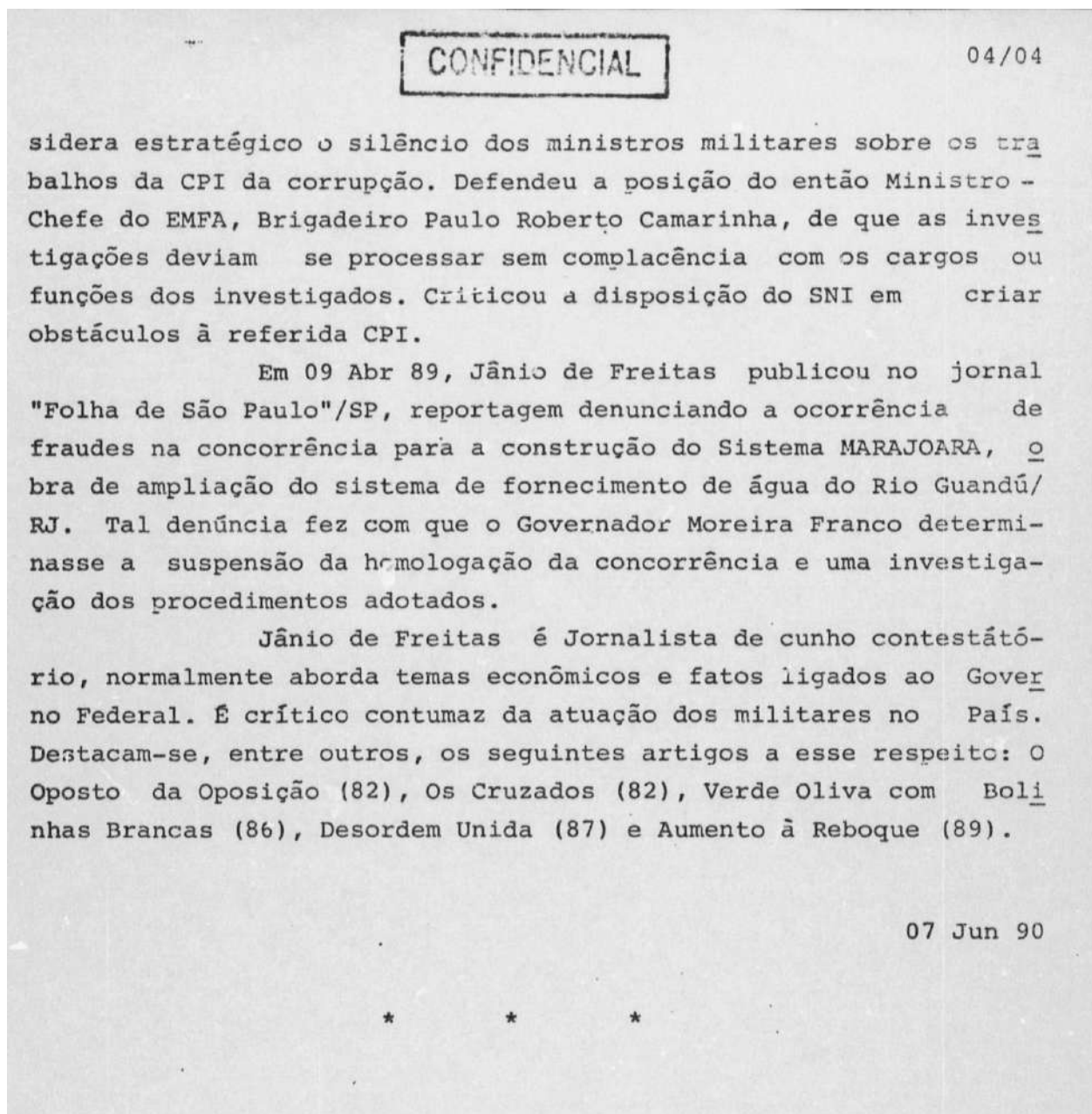
Mesmo após a redemocratização em 1985, a comunidade de informações acumulava registros de Freitas, em especial quando apontava licitações corrompidas ou favorecimentos indevidos, como no caso do chamado Escândalo da Ferrovia Norte-Sul, quando o jornalista antecipou os resultados de uma concorrência fajuta na seção de classificados da *Folha*.

A animosidade do SNI contra Freitas pode ser percebida num pequeno resumo que o serviço faz a seu respeito: “Janio de Freitas é jornalista de cunho contestatário. É crítico contumaz da atuação dos militares no país” (*Ibidem*). Não poderia haver descrição mais precisa.

Janio Sérgio de Freitas Cunha tentou ser piloto de avião na juventude, mas um acidente esportivo obrigou-o a afastar-se da carreira que desejava por toda a vida. No jornalismo, começou como desenhista em 1953, na revista do *Diário Carioca*. Virou depois diagramador, função que mais tarde acumulou com a de repórter. Descoberto por Pompeu de Souza, foi incumbido de fechar a primeira página do jornal. Em 1955, passou a acumular o emprego do *Diário* com o da revista *Manchete*, onde foi repórter, fotógrafo, diagramador e redator-chefe. Em 1957, saiu do *Diário Carioca* e da *Manchete* e foi para o *Jornal do Brasil*, atividade que conciliou com mais dois empregos: um na revista *O Cruzeiro*, para onde foi em 1958, e outro na Rádio *Jornal do Brasil*.

Em 1967, o cineasta Glauber Rocha lançou *Terra em Transe*, filme em que o protagonista é o jornalista e poeta Paulo Martins. Arnaldo Jabor e Ferreira Gullar afirmam ter ouvido de Glauber que Janio de Freitas foi a inspiração do personagem e de seu mote no filme: “é preciso resistir, resistir, resistir”. A ele é dedicado o poema de Mauro Faustino que aparece na abertura de *Terra em Transe*: “Não conseguiu firmar o nobre pacto/ Entre o cosmo sangrento e a alma pura/ Gladiador defunto, mas intacto” (*Tanta violência, mas tanta ternura*).

Fig. 23: A ficha de Janio de Freitas no SNI: “jornalista de cunho contestatório”.



### 9.1.3 Helio Fernandes, o campeão de prisões

Na longa carreira profissional de 76 anos, o jornalista Hélio Fernandes (1921-2021) acumulou na vida centenária recordes de perseguição contra si. Contabilizou 100 prisões e três desterros. Seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, foi o mais censurado durante a ditadura militar, com um censor mantido em sua redação durante dez anos e dois dias. Fernandes foi vítima de atentado e de cassação. Foi o único jornalista brasileiro preso e mantido incomunicável durante o período democrático, em que as salvaguardas constitucionais deveriam estar em vigor e proteger o direito básico de acesso a um advogado. Como se não bastasse, com a ascensão dos

militares, à qual apoiou, tornou-se recordista na categoria em prisões, inquéritos policiais e acusações várias de malversação e tentativas de achaque.

Braço direito de Carlos Lacerda, apoiou o golpe militar de 1964 porque achava que o governo João Goulart era então o mais corrupto da história. Rompeu com a chamada revolução assim que percebeu que o movimento perduraria e cancelaria as eleições diretas previstas para 1966, de interesse direto de Lacerda. A partir daí acumulou prisões durante a ditadura, que redundaram na cassação dos seus direitos políticos por dez anos.

Helio Fernandes assumiu o jornal *Tribuna da Imprensa* em 1961, sem gastar nenhum centavo. Manoel do Nascimento Brito comprara recentemente a *Tribuna*, como forma de tentar calar os ataques de Carlos Lacerda ao governo João Goulart. Repassou o jornal a Fernandes, sob o compromisso de que ele assumisse suas dívidas, então maiores do que os ativos: o título do jornal, as máquinas da gráfica e o prédio da rua do Lavradio (Arquivo Nacional, SNI, 08/03/1983).

Vivendo em redações desde os 13 anos, Fernandes estreou como repórter político em 1946, na cobertura da Assembleia Constituinte eleita no ano anterior. Eram dezessete jornalistas que todos os dias acompanhavam os debates. Tornou-se ali amigo de Carlos Lacerda. Fernandes se destacou com a coluna “Fatos e rumores”, publicada no *Diário de Notícias* a partir de 1959 e depois transferida para a *Tribuna* como “Fatos e rumores em primeira mão”.

Sua prisão em 1963 foi motivada pela reportagem que informava o conteúdo de mensagem secreta do ministro da Guerra aos comandantes militares afirmando que o governador Lacerda estimulava o clima em favor da derrubada de Jango. Foi preso por ordem do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, permanecendo incomunicável em prisão na ilha de Fernando de Noronha, enquadrado na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de divulgar segredos de Estado. É fato que Lacerda já conspirava, porém o jornalista foi preso sob a democracia de Jango.

O governo alegou que o código da Justiça Militar se sobrepunha aos preceitos estabelecidos na Constituição. Millôr Fernandes resumiu a polêmica: “Não quero defender o Hélio por ser meu irmão, mas jornalista que recebe circular sigilosa e confidencial, assinada por um general ministro da Guerra, e não publica, é melhor que abra um supermercado” (FRAGA, 2017a).

Com a derrubada de Jango pelo golpe de 1964, a *Tribuna da Imprensa* colocou em sua primeira página: “Democratas assumem comandos militares”. Em editorial, chamou Goulart de “líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas”. “Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular”, começava o texto.



Publicou página célebre em que apontava os dez homens mais desonestos do Brasil. Todos eles se chamavam João Goulart. No dia seguinte, publicou perfil dos nove militares e três civis que “construíram a vitória sobre o jugo comunista”. Lacerda estava entre eles, tendo sido definido como o “líder de sempre” (*Tribuna da Imprensa*, 02/04/1964).

Helio Fernandes justificou sua posição sobre o golpe de 1964. “Não apoiei nem combati o golpe nos primeiros três ou quatro meses. Pratiquei represália contra aqueles que me prenderam, me julgaram e pediram ao Supremo a minha condenação a quinze anos de prisão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional” (FRAGA, 2017a).

Tornou-se crítico do regime passados alguns meses. Empenhou-se na articulação da Frente Ampla, criada em outubro de 1966. O movimento político unia Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart na defesa da restauração da democracia. Fernandes tentou ser candidato a deputado federal pelo MDB, todavia o presidente Castelo Branco cassou seus direitos políticos a três dias do pleito.

Castelo deixou a presidência em março de 1967 e, em 18 de julho, morreu em acidente aéreo. No dia seguinte, Fernandes publicou artigo na primeira página.

Nunca pude entender o fato de se chorarem e se lamentarem todas as mortes indistintamente. Se todos têm que morrer algum dia, se a morte é a finalização natural e inevitável da vida, sempre escapou à minha compreensão o fato de se nivelarem todos na mesma dor, moços e velhos, heróis e covardes, talentos e medíocres, gente que contribuiu para o progresso e dignificação da humanidade e gente que não fez outra coisa senão explorá-la (*Tribuna da Imprensa*, 19/04/1967).

Na sequência chamava o primeiro presidente do golpe de 1964 de “frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro Saara” (*Ibidem*). Sugeriu epitáfio cruel para seu túmulo: “Aqui jaz quem tanto desprezou a humanidade e acabou desprezado por ela”. Foi preso no mesmo dia. Passou por “sessenta dias de desterro e confinamento” na ilha de Fernando de Noronha e em Pirassununga, conforme descreveu.

A prisão de Fernandes foi acompanhada de perto pelo Departamento de Estado americano, que não tinha simpatia alguma por ele à época.

Embora o presidente Costa e Silva alegadamente tenha lido o artigo de Fernandes com “profunda repugnância”, aparentemente esperava resolver o problema de modo suave, mas a crescente pressão dos militares, alguns dos quais dispostos a tomar as rédeas do caso nas suas próprias mãos, não lhe deixou escolha. Apesar do comportamento pregresso de Fernandes, a ação governamental pode não ser sustentada nos tribunais (Da embaixada americana para Departamento de Estado, 21/07/1967)

Fernandes irritara também os americanos ao publicar uma suposta carta do diretor-geral da CIA, J. Edgar Hoover, agradecendo a um mercenário por sua ação no Brasil em operações

secretas americanas. A CIA acusou a carta de falsidade grosseira, mas Fernandes disse acreditar nas fontes que lhe asseguraram a autenticidade do documento.

Polêmico e corajoso, Fernandes editou reportagens de inimaginável poder de confronto numa ditadura militar. Em fevereiro de 1980, quando o governo do presidente João Figueiredo se viu encurralado pelas greves do ABCD, a *Tribuna* publicou texto com o título: “Exército saqueou a Volkswagen”:

Durante a greve dos metalúrgicos paulistas as tropas do Exército e da polícia evacuaram as fábricas. Só entravam os carros militares, sempre acompanhados de oficiais das Forças Armadas. Quando a greve terminou as fábricas notaram que tinham sido saqueadas em peças de automóveis, baterias e rádios. Na Volkswagen, por exemplo, o estoque de rádios desapareceu por completo. Não ficou nenhum para amostra. Constataram as diretorias das fábricas que não poderiam ter sido Lula nem os membros do sindicato, pois eles estavam proibidos até de passarem por perto das fábricas. Quem foi então? Só podiam entrar os membros da gloriosa. E agora, João? Como explicar esse roubo para o mundo? (*Tribuna da Imprensa*, 14/02/1980).

Fernandes, claro, tornou-se alvo de um inquérito militar, no qual o presidente da Volkswagen no Brasil, Wolfgang Sauer, atestava que não havia ocorrido desaparecimento de peça alguma, negava que militares tivessem ocupado as fábricas e elogiava o papel da Polícia Militar, assegurando a proteção dos prédios da empresa e mantendo a ordem pública. Os presidentes da Mercedes-Benz do Brasil, da Karmann-Ghia, da Chrysler, da General Motors e da Scania, em manifestações individuais anexadas ao processo, também negaram a veracidade da notícia. Fernandes acumulou mais uma condenação na Justiça – um ano de prisão – por “propalar fatos inverídicos e abalar a confiança nas Forças Armadas”, conforme a sentença.

O jornalista brilhante, com memória prodigiosa e narrativa empolgante, acumulou acusações de usar seu jornal para fazer achaques. O advogado Jorge Serpa, eminência parda da política brasileira por 50 anos, contava que Fernandes enviou a ele uma página pronta para impressão, repleta de acusações vilipendiosas supostamente para a edição do dia seguinte da *Tribuna*. Aberta à negociação, a página nunca foi publicada (entrevista de Serpa ao autor em 2017).

O SNI acompanhava detalhadamente a saúde financeira da *Tribuna* e de seu dono. Os espões asseguravam que o jornal era deficitário e vivia de achaques a empresários e políticos. Um exemplo é o informe de março de 1985. De acordo com o SNI, Fernandes procurou o armador Mauro Orofino Campos, diretor da empresa Flumar Transportes Fluviais e Marítimos e membro da diretoria da Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso. De acordo com o SNI, Fernandes propôs-se a desenvolver, por meio da *Tribuna*, uma campanha em favor dos armadores nacionais, desde que, em troca, recebesse “vantagens de cunho pecuniário: US\$ 200 mil”. A proposta foi recusada. Sempre de acordo com o SNI, decorridos mais alguns dias,

Fernandes ligou para Orofino, dizendo que os valores pedidos eram passíveis de negociação. O achaque foi discutido no conselho da associação dos armadores, que decidiu procurar um coronel do Exército com quem os integrantes mantinham contato para denunciá-lo. Sem prova material, o caso foi esquecido (Arquivo Nacional, SNI, 13/05/1985).

As movimentações financeiras de Fernandes eram visadas pelo SNI. Um relatório da Comissão de Valores Mobiliários foi anexado à sua ficha, com uma lista de investimentos do jornalista nos mercados de opções e futuro: CR\$ 100 milhões (cerca de R\$ 800 mil, em valores atualizados). O SNI achava que Fernandes podia usar o jornal para obter informação privilegiada e ganhar dinheiro na Bolsa, antecipando-se a notícias boas ou ruins de grandes empresas (Arquivo Nacional, SNI, 25/07/1984).

Para a comunidade de informações, Fernandes despertava desconfiança mesmo quando vítima. Em abril de 1981, o prédio da Tribuna na rua do Lavradio, no centro do Rio, foi alvo de uma grande explosão. O SNI dedicou um longo relatório ao caso. Começa dizendo que:

O jornal já estava liquidado há mais de vinte anos, tendo como reflexo a não solvência, por Hélio Fernandes, das obrigações sociais e dos impostos. Os empregados eram mal remunerados e apenas poucos jornalistas recebiam salário. Para sobreviver, Hélio Fernandes “loteou” o jornal, abrindo espaços à publicidade e aos artigos sem o seu controle.

Na Associação Brasileira de Imprensa. Hélio Fernandes é conhecido como “mau caráter” ou “picareta” da imprensa brasileira, pois explora e tira proveito de coisas ilícitas, como irregularidades, escândalos, fatos de favorecimento, fazendo chantagens para extorquir dinheiro. Entre suas vítimas, citam-se Walther Moreira Salles, a Coca-cola e a Kibon (Arquivo Nacional, SNI, 08/04/1981).

O serviço continuava listando acusações contra Fernandes, como incluí-lo no chamado “Sindicato”, uma organização criminosa especializada na venda de sentenças em cortes judiciais. Dizia ainda que era conhecido como um “jogador forte” no Jockey Club do Rio de Janeiro, onde teria perdido “elevadas somas”. Tudo isso para concluir: “Há muitas pessoas exploradas e injuriadas por Hélio Fernandes que poderiam ter consumado o atentado” (*Ibidem*). O relatório dizia ainda que a penhora do maquinário do jornal era considerada fato consumado nos meios políticos cariocas, o que “traria a desmoralização pessoal, profissional e política” de Fernandes quando pleiteava candidatar-se ao Senado pelo PP, então o partido de Tancredo Neves. O SNI lembrava que o prédio tinha seguro e que, depois do incêndio, Fernandes iniciara negociações com o governador do Estado do Rio, Chagas Freitas, para construção de um prédio no local implodido, “com o lucro imobiliário” dividido pelos dois. “Todo esse elenco de dados suscita opiniões contraditórias sobre uma possível identificação de autoria do atentado sofrido pela Tribuna”, conclui o serviço (*Ibidem*).

Em outro informe, o SNI listou depoimentos de jornalistas e políticos – obtidos por informantes a partir de conversas privadas – que suspeitavam do atentado. O líder comunista

Luiz Carlos Prestes acreditava que a origem do atentado estava nebulosa: “Segundo afirma, Hélio Fernandes está muito tranquilo, o equipamento gráfico estava todo segurado e, sob o ponto de vista político, não havia razão para tal, uma vez que o acontecido só trouxe benefícios para Hélio Fernandes” (Arquivo Nacional, SNI, 01/04/1981). Em São Paulo, de acordo com o serviço, o editor-chefe da *Folha de S.Paulo*, Boris Casoy, afirmara que o “atentado possuía todas as características de ter sido provocado pelo próprio Fernandes”. De acordo com o SNI, “caso apareçam indícios de que essa suspeição tenha fundamento, Casoy pretende explorar a matéria em seu jornal” (*Ibidem*).

Por fim, o laudo pericial e o inquérito policial concluíram que seria impossível identificar a autoria. Reconheciam que era um atentado político, “mas que poderia ter origem à direita ou à esquerda” (Arquivo Nacional, SNI, 01/04/1981).

Helio Fernandes morreu aos 100 anos em 2021, escrevia diariamente e negava a longa lista de acusações contra si. Justificava: “Fui o jornalista mais perseguido do Brasil” (entrevista ao autor, 2016).

Fig. 24: A prisão de Hélio Fernandes por publicar diretivas secretas do Exército foi acompanhada em detalhe pelo Departamento de Estado dos EUA.

INCOMING TELEGRAM		Department of State		ACTION COPY PERMANENT RECORD COPY	
57		<u>LIMITED OFFICIAL USE</u>		Control: 24117	NUMBERED _____
Action				Rec'd: July 29, 1963	4:50 p.m.
ARA	FROM: Rio de Janeiro				
Info					
SS					
G	TO: Secretary of State				
SI					
CAP	NO: 183, July 27, 3 p.m.				
P					
USIA	PRIORITY				
NSC					
INR	ACTION DEPARTMENT 183, INFORMATION BRASILIA PRIORITY 13.				
CIA					
NSA	TRIBUNA DA IMPRENSA journalist Helio Fernandes in July 23				
OSD	column "First hand facts and rumors" published two "Secret"				
ARMY	army directives. In first directive (authorship and dis-				
NAVY	tribution open to question) it reportedly noted "that				
AIR	agitation created military area under pretext pay augmen-				
RMR	tation coincides with intensification campaign of agitation				
	unleashed by Guanabara Governor and use of TV, radio and				
	press to discuss national problems, seeking to demoralize				
	constitutional powers and create prerevolutionary climate".				
	Fernandes at time boasted that it "rare when secret, con-				
	fidential or restricted matters do not reach my attention				
	within 24 hours".				

Handwritten notes on the right side of the document include: "183", "LNB", "RM/R FILES", "HA", "POL 183", and "x.12.1".

#### 9.1.4 Alberto Dines, odiado e temido

Jornalista dos mais destacados no Brasil, Alberto Dines (1932-2018) esteve à frente de muitos momentos essenciais na história da imprensa nacional. Alguns polêmicos, como aquele que se tornou um divisor de águas na cobertura política nacional: em 25 de julho de 1966, bombas explodiram no Aeroporto Internacional de Recife, duas pessoas morreram, várias ficaram feridas. O alvo era o marechal Costa e Silva, então já escolhido como candidato da Arena à sucessão de Castelo Branco. Mas o avião de Costa e Silva atrasou e ele decidiu fazer de carro o percurso de João Pessoa, onde estava, até Recife.

O jornalista José Silveira, secretário de redação do *JB* na época, afirmou que o *Jornal do Brasil* foi o primeiro a utilizar o adjetivo terrorista para nomear os militantes da luta armada: “Eu não sei se houve alguma instrução superior para chamar os caras de terroristas, mas o *Jornal do Brasil* foi o primeiro a chamar os caras da luta armada de terroristas” (ABREU, 2000, p. 25).

Janio de Freitas também corrobora esse depoimento.

Os jornais fizeram o jogo do golpe, depois fizeram o jogo do regime militar. E não foi militar sentado nas redações que estavam fazendo jornal não. Era jornalista profissional. Não só apoiou o golpe. Depois continuou servindo integralmente ao regime militar. Integralmente. Quanto a isso não há a menor dúvida, basta pegar os jornais antigos. Há mil episódios. Quando começam no Brasil os movimentos armados, as primeiras ações armadas, quem passa a absurdamente chamar os participantes desses movimentos de “terroristas”, como ficou consagrado na imprensa brasileira, não foram os militares, não. Isso foi dado na redação do *Jornal do Brasil* por um jornalista que hoje se diz democrata (FERNANDES, 21/09/2005).

Alberto Dines dizia não se recordar se o *JB* foi o primeiro a usar a palavra terrorista para opositores do regime militar brasileiro nem a partir de quando começou a fazê-lo. Mas afirmou lembrar-se de que houve recomendação nesse sentido para os principais jornais do país. Analisando as edições do *Jornal do Brasil* após o golpe de 1964, percebe-se que a palavra terrorista aparece associada a ações militares no exterior até a edição do atentado em Recife. Na manchete de 26 de julho, o *JB* informa: “Atentado terrorista do Recife não modifica a normalidade do governo”. No texto-legenda da foto principal, está escrito: “As marcas do terrorismo - As autoridades militares procuraram entre os estilhaços uma pista para os autores das bombas lançadas no Guararapes”. O texto da chamada da primeira página começa pela reação, em vez de iniciar-se com a ação:

O ato terrorista do Recife, segundo afirmou ontem alta figura governamental, “não levará o presidente Castelo Branco a sair da normalidade mas, ao contrário, a reforçá-la a qualquer preço contra os que se interessam em rompê-la e para isto não hesitam em violentar o temperamento brasileiro e a tradição nacional”. A bomba que explodiu no aeroporto internacional de Guararapes matou no local o almirante Néelson Fernandes, diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, um guarda civil e atingiu ainda o jornalista Édson Régis, ex-secretário de Estado em Pernambuco, que morreu pouco depois no hospital (*Jornal do Brasil*, 26/07/1966, p. 1, grifos próprios).

No editorial do mesmo dia, o *JB* analisa: “A gravidade do ato terrorista de Recife se define pelas suas próprias circunstâncias e pelo seu resultado sangrento” (p. 5). No dia seguinte, coloca na primeira página declaração de Costa e Silva: “o terrorismo não o afastará de seu objetivo de dar prosseguimento à revolução” (*Idem*, 27/07/1966, p. 1). Dois dias depois do ataque, publica uma foto do procurador geral da Justiça Militar, encimada pela definição: “Terror dos terroristas” (*Idem*, 28/07/1966, p. 3).

O *Correio da Manhã* evitou na manchete e no texto noticioso o termo terrorista: “Bombas explodem em Recife e polícia prende 130 pessoas” (*Correio da Manhã*, 26/07/1966). *A Folha* (“Calma no Recife após o atentado”) e *O Estado de S. Paulo* (“IPM apura atentado contra Costa e Silva; há suspeitos”) seguiam a mesma linha.

Mas o *Jornal do Brasil* não foi o único a utilizar a palavra terrorista na capa. *O Globo* também o fez, usando-a por duas vezes, na manchete e na submanchete: “Boliviano preso como

autor do atentado terrorista de Recife” e “Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva” (*O Globo*, 26/07/1966).

Apesar da crítica de ter colaborado de alguma forma com o regime, o prontuário de Dines mostra que não era bem-visto pelo serviço. As acusações contra ele são formuladas em uma escalada que culmina com a afirmação de que se tratava de um “agente soviético”:

Comunista notório, permitiu a infiltração de elementos do PCB no "Jornal do Brasil", tendo deixado aquele jornal em consequência de sua posição esquerdista. [...]

Em 1968, foi preso e recolhido ao 19 Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro, sob acusação de atividades esquerdistas. [...]

Em NOV/70, o programa de televisão “Panorama”, da Holanda, levou ao ar suas declarações sobre torturas de prisioneiros no Brasil. [...]

Em 1973, quando exercia a função de Editor-Chefe do *Jornal do Brasil*, foi o principal responsável pela mudança da linha conservadora daquele jornal, transformando-o em colaborador e difusor de ideias esquerdistas e antigovernamentais. [...]

Foi o principal responsável pela implantação, no Brasil, de uma filial da agência de notícias e publicidade “Novosti” [soviética], sendo um de seus principais colaboradores.

Em 1976 (possivelmente em maio), foi procurado por dois elementos russos que estavam percorrendo a América Latina a pretexto de organizar a correspondência de filatelistas, para que fosse o responsável por essa ligação no Brasil. O fato causou espécie pois sabe-se que o nominado nada entende do assunto. Paralelamente, os jornais do Rio e de São Paulo voltaram a abordar o tema da filatelia, de que há muito haviam abandonado por não atender ao grande público leitor.

É suspeito de estar empregado como agente do governo soviético no Brasil, já há algum tempo (Arquivo Nacional, SNI, 13/04/1977).

Um dos pontos mais sensíveis contra Dines, de acordo com os relatórios do SNI, foi ter usado seu espaço editorial para cobrar que os jornais divulgassem com estardalhaço os frequentes casos de desrespeito aos direitos humanos e de tortura:

O nominado escreve para o matutino paulista “Folha de São Paulo”, na seção denominada “Jornal dos Jornais”, que é uma resenha semanal das notícias publicadas pela imprensa estadual e nacional. A referida coluna, além dos problemas políticos e críticas à censura tem dado ênfase quanto aos métodos empregados pelos órgãos de segurança. Tal fato se confirma quando do suicídio de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, ocasião em que o referido jornalista em sua coluna, publicou severas críticas aos demais jornais pela não divulgação do fato em manchetes (Arquivo Nacional, SNI, 26/03/1976).

Um exemplo de atos corajosos contra o regime tomados por Dines ocorreu em 13 de dezembro de 1968, data em que foi divulgado o Ato Institucional número 5, baixado durante o governo do general Costa e Silva. Era a expressão mais acabada do que representava então a ditadura militar brasileira (1964-1985). O AI-5 vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos ou como tal considerados.

O ano de 1968 foi momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrizou-se com o protesto dos jovens contra a política tradicional e a

busca de mais liberdade. O radicalismo jovem foi expresso no lema “é proibido proibir”. De característica mundial, em época de cultura reformista, esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos radicais, especialmente o dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a “linha dura” providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição, incluindo a tortura.

De acordo com a historiadora Maria Celina D'Araujo (2002), a gota d'água para a promulgação do AI-5 havia sido o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro, lançando um apelo para que houvesse boicote aos desfiles militares do 7 de Setembro e para que as moças, “ardentes de liberdade”, se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião, outro deputado do MDB, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no *Correio da Manhã* considerados de tons provocativos. O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram “ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis”. O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político. No dia 12 de dezembro, a Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas corpus*. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, “com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal.

Foi nesse ambiente que o *Jornal do Brasil* publicou a famosa previsão do tempo que informava: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° C, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”.



Fig. 25: Ilustração de como a “previsão do tempo” foi publicada (“TEMPO NEGRO...”, 14/12/1968).

Tempo negro. Tempestades salientes. O ar está insuportável. O país está sendo varrido por fúria, veneno, mágoa, etc., em Brasília, Minas, SP, nos Estados Unidos.

# JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sábado, 14 de dezembro de 1968

Ano LXXVIII — N.º 213

Ontem foi o Dia dos Cegos

(Página 12)

---

## Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

### O Ato Institucional n.º 5

Assinado pelo Presidente da República e por todos os Ministros de Estado, é o seguinte o Ato Institucional n.º 5, lido e publicado assim:

Art. 1.º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais com as modificações contidas nesse Ato Institucional.

Art. 2.º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1.º — Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2.º — Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores só poderão a par-tir de sua substituição.

§ 3.º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a instalação eleitoral e organizatória dos municípios que não possuem Tribunal de Contas, será atendida pelo do respectivo Estado, entendendo sua ação as funções de substituição, pagamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º — O Presidente da República, no interesse na-

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional n.º 5, e, com base nele, o Ato Complementar n.º 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de *A Voz do Brasil* — e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Houve grande movimentação, ontem, nos quartéis do Rio, onde milhares estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, “prontos para agir”, e também estão totalmente mobilizadas a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles entravam no gabinete do Ministro do Exército, ora no do comandante do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou

Quando Gama e Silva [ministro da Justiça] leu o ato, eram cinco, seis da tarde. Quando eu ouvi pelo rádio, no programa *A Voz do Brasil*, a leitura daquele catatau, disse: “Estamos ferrados. Vem aí a censura”. Subi para falar com Brito. Vem aí a censura e pelo menos uma vez temos de dizer ao nosso leitor que estamos sob censura. Isso pode durar anos. Ele disse: pode fazer, mas não quero bagunça. A gente tentou fazer e fez direito, aquela brincadeira do tempo. Você tinha condições para tal. O Brito passava o dia fofocando, eu tinha de ir para a redação. Isso aconteceu quatro anos depois do golpe. Porque o jornal seguia a linha dita revolucionária. Ele fez muitas restrições ao Costa e Silva, porque era uma besta fardada, mas não ousava contrariar muito os militares. Até que chegou 1968 (entrevista ao autor).

Dines recordou-se de que disse a Nascimento Brito que o jornal deveria se manifestar naquele dia, como estratégia futura. Não imaginava que, já no início da noite, aparecesse na redação um grupo de militares fardados, aparentemente desarmados e bem-educados, chegaram dizendo que queriam ver o material do jornal. Fazia o calor de dezembro, então Dines pediu que os militares se dirigissem à sala de reuniões, onde havia ar-condicionado. Imaginou que, se ficassem na redação, surgiriam provocações e brigas, inviabilizando o fechamento do jornal. Na conversa com Nascimento Brito, Dines havia sido instruído a cuidar diretamente da reação à censura, porque o proprietário temia que a redação “aderisse à guerrilha”. Além da previsão

do tempo, procurou-se fazer a edição de fotos o mais provocativa possível ao regime, mas sem que fosse clara e óbvia.

Os militares ficaram irritados. Chegaram ao jornal no dia seguinte, um sábado, e quase parti para a briga com um major gaúcho. Mandaram um grupo maior de censores, uns sete, contra os quatro ou cinco primeiros, que foram enganados. A gente mostrava uma página e fazia outra lá embaixo, na oficina, a verdadeira. Eles aprovavam a prova de página, que não era a última versão. Como não conheciam a mecânica da coisa, não sabiam que podíamos fazer isso e foram acusando: “Você nos fez de palhaços!”. E respondi: “Não me chama de você, porque você aqui é meu hóspede. Está aqui porque deixei você ficar no ar-condicionado”. Coube a um tenente-coronel, que estava acima dele, acalmar os ânimos (*Ibidem*).

O *JB* acabou não saindo no domingo, dia 15, mas por outros motivos. Os militares queriam prender um dos diretores do jornal, o embaixador José Sette Câmara, amigo íntimo do Juscelino Kubitschek. Outra motivação política do AI-5 foi a montagem da chamada Frente Ampla – a reunião de Carlos Lacerda, JK e João Goulart, em defesa do restabelecimento da democracia. Os militares consideravam Sette Câmara aliado de JK. Achando que o jornal estava sob ameaça, Nascimento Brito tomou a decisão de não colocar uma edição nas bancas, mesmo sendo domingo, quase véspera do Natal, e com prejuízo enorme.

Na sexta-feira seguinte ao AI-5, 20 de dezembro, Dines foi paraninfo de uma turma da PUC, no Rio. Trechos do discurso em que fazia críticas ao regime foram reproduzidos no *JB*. Dois dias depois, Dines foi preso, na antevéspera do Natal.

O jornal teve a devida coragem para dizer que não circularia porque seu diretor estava preso. Mas, por outro lado, não tomou a mesma decisão com o editor-chefe preso. Eu fiquei puto da vida, claro. Eu não era “diretor” da empresa. Era apenas um jornalista. Quando discursi sobre liberdade de imprensa na formatura da PUC eu vi gente deles gravando o que eu dizia. No sábado, eles foram à minha casa, mas eu estava em Petrópolis, tinha uma residência naquela região. Quando voltei no domingo, fui surpreendido. Eles subiram pelo elevador de serviço e pelo elevador social. Tudo para eu não poder fugir. Chegaram intimidando, dizendo que eram da Polícia Federal e que eu tinha que acompanhá-los. Não houve brutalidade física. A brutalidade é a prisão em si, mas física não. Perambulamos horas antes que me levassem para uma delegacia e depois para a Polícia Central e mais outro lugar, não sei onde, até que, de madrugada, fui parar na Vila Militar, no quartel da Artilharia Antiaérea, um lugar quentíssimo, infecto, evidentemente eles não estavam preparados e eu fiquei num vão de escada fechado (*Ibidem*).

Na véspera de Natal, os militares liberaram Dines para cear em casa, desde que se apresentasse novamente no dia 25, à tarde. O combinado foi cumprido e seu irmão ligou para um general, fato que colaborou com o relaxamento da prisão dois dias depois, mas não o livrou de um novo interrogatório em janeiro, no qual foi acusado de escrever reportagens elogiosas ao comunismo.

Dines recorda que o golpe militar teve aceitação ampla. Quando a sede do *JB* ficava na avenida Rio Branco, as manifestações populares contra o regime de Goulart passavam por ali, paravam na porta e saudavam o jornal. Relembra seu papel como editor no período entre

1964 e 1968, antes de o regime radicalizar-se à direita.

O *JB* tinha a sua linha e eu tinha que obedecer, porque não tinha como mudar. E toda vez que eu conversava com amigos mais velhos, como o Castelinho, eles diziam que, se eu sáísse, seria pior. Viria outro e até o que conquistamos seria jogado fora. A esperança era de que a democracia fosse restaurada logo, mas o AI-5, em 1968, acabou com essa ilusão do modo mais trágico. A imprensa apoiou o golpe, mas tinha nuances. O *JB* deu um editorial contra Costa e Silva, meio crítico. Mesmo a imprensa que apoiou o golpe achava Costa e Silva meio boboca. Houve um editorial, ou mais de um, contra ele (entrevista ao autor, 2017).

Embrutecido o regime nos próximos anos, a primeira página do *Jornal do Brasil* de 12 de setembro de 1973 é um dos momentos mais criativos e altivos do jornalismo nacional. A provocação de 1968 rendeu aborrecimentos, mas a de 1973 custou a Dines o emprego.

Em 11 de setembro de 1973, sob ordens do general Augusto Pinochet, os militares chilenos derrubaram o governo Salvador Allende, o primeiro marxista a ser eleito democraticamente chefe de Estado e de governo de um país ocidental. O presidente foi morto em circunstâncias não esclarecidas (há dúvidas se se suicidou ao se ver cercado no Palácio La Moneda ou se foi simplesmente assassinado). Pinochet instaurou então uma ditadura militar.

Todo o cinturão industrial de Santiago tinha sido cercado pelos militares, que tinham mobilizado armas pesadas. O presidente Salvador Allende recusara as reivindicações da extrema esquerda de armar os operários para enfrentar os militares. O Chile sempre fora tido como um exemplo de situação democrática estável, à qual também os militares se submetiam. Mesmo Allende acreditara até o final na lealdade dos seus oficiais.

Poucas semanas antes do golpe militar, Allende descrevera o Chile marcado pelo seu governo com grande orgulho:

Um país no qual a vida pública está organizada por instituições civis, as quais se apoiam em Forças Armadas com um elevado grau de formação profissional e permeadas de profundo espírito democrático; um país de quase dez milhões de habitantes que produziu dois portadores do prêmio Nobel de Literatura dentro de uma única geração, Gabriela Mistral e Pablo Neruda, ambos os filhos de simples trabalhadores (AHRENS, 2013).

O golpe de Pinochet foi festejado politicamente pelo governo de Richard Nixon, do qual também obteve apoio logístico. Os EUA foram acusados de aumentar sua oferta de cobre no mercado mundial, fazendo com que caísse rápida e drasticamente o preço do principal artigo chileno de exportação. A ação tentava fechar a fonte do financiamento das reformas sociais anunciadas por Allende. Por formação médico pediatra, Allende havia estabelecido que todas as crianças chilenas recebessem gratuitamente meio litro de leite, todos os dias, até completarem 8 anos de idade.

Quando ocorreu o golpe no Chile, a censura da ditadura militar brasileira determinou que a queda de Allende não poderia ser manchete dos jornais.

Mas a ordem chegou tarde da noite e o Allende estava na manchete! A essa altura, eu já não fechava o jornal. Nós decidíamos a primeira página e eu ia para casa. Já me dava esse direito. O [Carlos] Lemos [número dois do jornal] também já tinha saído e quem ligou foi o Maneco Bezerra [da Silva], excelente jornalista que trabalhava na oficina. Ele alertou para a ordem e fui imediatamente para lá. Morava em Ipanema, pegava o Aterro [do Flamengo] e era fácil chegar ao prédio novo do JB, na avenida Brasil, naquela hora, quase 23 horas. Quando cheguei um dos superintendentes do jornal já estava lá, mas não se meteu. E aí eu falei: “Vamos obedecer. Não vamos dar na manchete. Vamos fazer um jornal sem manchete! Vamos contar a história com o maior corpo possível da Ludlow [impressora offset]...” Esse era corpo 24, se não me engano... Contamos a história toda e ficou, digamos, um pôster sem manchete. O superintendente do jornal me perguntou: “Dines, você tem certeza mesmo que quer fazer isso?”. E eu respondi que nós estávamos obedecendo às autoridades. No dia seguinte, o Armando Nogueira, que estava na TV Globo, me telefonou logo cedo: “Porra! Isto é uma revolução!”. A direção não criticou nem elogiou. Quem elogiou foram os bons jornalistas (UCHA, 01/2012, p. 8).

Fig. 25: Imagem da página sem manchete (*Jornal do Brasil*, 12/09/1973).



Quando o general Emilio Médici, que governou entre 1969 e 1974, estava terminando seu mandato, o mundo militar dava como candidato natural o general Ernesto Geisel. De acordo com Alberto Dines, Nascimento Brito aderiu à campanha que tentava fazer do chefe da Casa Civil de Médici, Leitão de Abreu, o sucessor.

Brito resolveu comprar essa ideia; participou de reuniões. O Brito e o alto comando do *JB*. Eu nunca fui convidado para esse tipo de coisa. O Brito entrou na conspiração contra o Geisel, e o Leitão de Abreu perdeu. E aí o Brito ficou apavorado porque ele ganhara dois canais de televisão, um no Rio e outro em São Paulo; tinha recebido do Delfim Neto um monte de empréstimos na Operação 63, que era o dólar muito facilitado, mas com juros altíssimos...E essa foi a desgraça do *JB*, do *Estadão* e outros jornais também... Então o Brito estava muito amarrado ao esquema do governo e precisava de um bode expiatório. Ele precisava chegar para o Geisel, que foi eleito, e dizer “quem empurrou o jornal contra o Governo foi um judeuzinho aí” – e essa era a expressão... E o “judeuzinho” era eu (*Jornal da ABI*, 2012).

Nascimento Brito determinou então a substituição de Dines pelo chefe da sucursal em São Paulo, Walter Fontoura, que cuidava também da área de publicidade e da parte comercial.

Paguei um preço caro pela manchete do Allende. Eu assumi a responsabilidade. Três meses depois fui demitido. Primeiro, Brito tinha ficado orgulhoso. O que deu de telefonema! Roberto Marinho ligou para ele. A coisa cresceu, ele ficou orgulhoso. Depois começaram a torpedear. Ele não assumiu que era isso. Alegou que eu estava sendo demitido por indisciplina. Eu não quis que ele se alongasse. Tinha ido despachar na casa dele, em Santa Teresa. Levantei-me e fui embora. Pessoas próximas a ele disseram: “Ele ficou com ciúmes de você, porque o jornal estava bom” (entrevista ao autor, 2017).

Alberto Dines nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1932. Iniciou sua carreira em 1952 como crítico de cinema da revista *A Cena Muda*. No ano seguinte, foi trabalhar como repórter na recém-fundada revista *Visão*, cobrindo assuntos ligados à vida artística, ao teatro e ao cinema. Posteriormente passou a fazer reportagens políticas. Permaneceu em *Visão* até 1957, quando se transferiu para revista *Manchete*. Tornou-se assistente de direção e secretário de redação. Após desentendimentos com seu proprietário, Adolpho Bloch, demitiu-se da empresa.

Em 1959, assumiu a direção do segundo caderno do jornal *Última Hora*. No ano seguinte foi nomeado editor-chefe da recém-criada revista *Fatos e Fotos*. Em 1960, convidado por João Calmon, dirigiu o *Diário da Noite*, dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, convertendo-o em tabloide vespertino.

Depois dos 12 anos como editor do *Jornal do Brasil*, voltou por período curto para a *Fatos e Fotos*, de onde saiu para mudar-se para os Estados Unidos, onde foi professor-visitante na Universidade Columbia durante um ano.

Retornou ao Rio de Janeiro em julho de 1975 e assumiu a chefia da sucursal carioca da *Folha de S.Paulo*, convidado por Cláudio Abramo, diretor de redação. Em 1980, deixou o jornal e passou a colaborar no semanário *O Pasquim*. Em seguida assumiu o cargo de secretário editorial da Editora Abril, em São Paulo. Como diretor-editorial-adjunto, participou da criação de revistas como a *Exame* de Portugal.

Entre 1988 e 1995, residiu em Lisboa como diretor do Grupo Abril em Portugal. Em 1994, criou o *Observatório da Imprensa*, com a edição eletrônica tendo sido iniciada dois anos

depois. Em 1998, o Observatório passou a ser também um programa de televisão, transmitido pela hoje chamada Rede Brasil.

Voltou a publicar no *Jornal do Brasil* em outubro de 1998, coluna semanal de crítica jornalística. Desentendeu-se novamente com os diretores e deixou o jornal antes do fim de sua época de diário impresso.

A partir da década de 80, houve a troca intencional de uma geração. Fui demitido, Claudio Abramo mandado para Paris. Começou a coisa de curso para jovens. Boris Casoy publicou na **Veja** artigo contra diploma, porque os jovens eram orientados por professores militantes. A greve de jornalistas naquele período foi infeliz, porque colaborou com isso. Perdi o cargo de chefia na Sucursal do Rio da *Folha* porque liberei o ponto. O que eles queriam era substituir a geração. Não deixaram que acontecesse com naturalidade. Criaram, em consequência da greve dos jornalistas, a Associação Nacional de Jornais. Foi quando os proprietários começaram a sentar para conversar. Frias não falava com Mesquita. Único que falava com todos era Chagas Freitas e o Zé Luiz Magalhães Lins. A solução foi inteligente. Colocar a segunda geração para se falar. Otavinho [Frias Filho] foi falar com João Roberto, com a segunda geração dos Mesquita. Sei porque Otavinho pediu para abrir caminho (entrevista ao autor, 2017).

Durante seu período à frente do *JB*, Dines criou um espaço para reflexão sobre as práticas jornalísticas. Era uma publicação em princípio para o público interno, mas que depois foi levada às bancas e livrarias. Lembra ter tido o apoio dos jornalistas Fernando Gabeira e Murilo Felisberto na elaboração do projeto, tornado viável por um funcionário da parte administrativa do *JB*, do qual não recorda o nome, “infelizmente”, como salientou.

Era a respeito de tudo. Houve discussões, por exemplo, sobre Marshall McLuhan. Tinha ideias avançadas e estava certo tanto para a época quanto para os dias de hoje. McLuhan era muito inteligente e nós publicávamos vários artigos dele. Aliás, a revista passou a se chamar **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**, porque as faculdades de Comunicação estavam começando a proliferar. Então publicamos também artigos sobre rádio, televisão. Era uma coisa que fazíamos com prazer, no nosso tempo livre. Não tínhamos muitos recursos. Mas para mim os **Cadernos de Jornalismo e Comunicação** têm importância porque essa publicação foi a primeira etapa de uma série de coisas que fui fazendo nessa área: do “Jornal dos Jornais” até ao Observatório da Imprensa hoje (*Ibidem*).

A reflexão sobre a obra em andamento era uma preocupação constante. Em sua edição de 17 de agosto de 1963, o *JB* publicou reportagem com o resumo de conferência de seu editor-chefe na Faculdade Nacional de Filosofia. “Dines diz na FNF que o leitor é o ditador absoluto da imprensa” era o título do texto que citava o jornalista.

— É para o leitor, numa análise geral, que é feito o jornal – disse Alberto Dines, ressaltando que na imprensa moderna um dos pontos essenciais é o planejamento, que funciona como arma contra os fatos imprevisíveis e que exigem cobertura dinâmica e instantânea. Segundo Alberto Dines, o grande receptor do trabalho jornalístico passou a ser constituir, no regime democrático, o poder democrático, por excelência, dizendo com que o jornal se mantenha numa linha política específica. — Um jornal ideal é rotinizado, sem grandes rasgos de genialidade, mas, sim, dentro de um brilho constante, de uma mesma qualidade média, sem interromper o interesse do leitor. Concluiu Dines que estava em curso tentativa de planejamento do jornal a ser feito com 24 horas de antecedência (*Jornal do Brasil*, 17/08/1963, p.4).

Sua preocupação com o fazer jornalístico foi materializada com o “Jornal dos Jornais”, coluna com análise da mídia que fazia, em meados dos anos 1970, no jornal *Folha de S. Paulo*. Com apoio de Claudio Abramo, conseguiu convencer o proprietário do jornal paulista, Octavio Frias de Oliveira, a abrir o espaço, apesar de ter ouvido a advertência de que “coleccionaria” muitos desafetos.

Colecionei na hora, logo na primeira coluna. E alguns são inimigos até hoje. Mas fui em frente e, graças a isso, fui a primeira pessoa que falou sobre [Vladimir] Herzog [então chefe do departamento de jornalismo da TV Cultura de São Paulo e que seria assassinado por militares na prisão] sofrendo ameaça. Fui eu o primeiro a publicar isso, e ele estava vivo. Porque Zuenir Ventura me telefonou um dia e disse: Dines, tem um jornalista de São Paulo que gosta muito de você e acompanha a sua coluna, não sei se você o conhece. Ele está sendo perseguido, sofrendo ameaças por meio de notinhas no “Shopping News” – que era um jornal de merda – mas tinha um cara lá, Cláudio Marques, que era da polícia e estava o ameaçando. Dá uma notinha, pediu. E eu dei uma nota no domingo antes de ele ser assassinado. Dei o nome do Cláudio Marques e o que ele estava dizendo. Também publiquei a prisão do jornalista Mauricio Azêdo, comentei a morte da Zuzu Angel naquele desastre e perguntei: “Por que a imprensa não está dando todas as teorias, todas as hipóteses?”. Ou seja, discutindo a possibilidade de assassinato. A revista *Veja* não pôde falar sobre a morte dela. Deu apenas o título “Zuzu Angel”, registrando sua data de nascimento e morte. A *Veja* ainda estava sob censura. Eu podia comentar porque a *Folha* não tinha censor na Redação (entrevista ao autor, 2017).

Dines acreditava que a internet, por uma série de razões tecnológicas, não passa o calor que um jornal ou uma revista impressa possuem. Afirmava aguardar que se conseguisse transferir essa chama ao jornal digital. Em sua visão, no papel é mais fácil passar calor humano, uma forma de transmitir a vibração do jornalismo de papel. O jornalismo em meio digital ficaria mais frio.

A internet ainda não trouxe para o Brasil a consistência que estávamos precisando para o debate. Muita porralouquice. A cada três dias, com as redes sociais, você tem um assunto transcendental, como rolezinho e não sei o quê. O que leva a certa pobreza. Na discussão sobre rolezinho, por exemplo, arma-se logo o Fla-Flu: os da lei e da ordem e os progressistas. Fica faltando o debate qualificado (*Ibidem*).

Reclamava de o sistema nas redações ter a parte operacional muito concentrada, com o comando verticalizado. Aponta o que chama de quatro “C’s” como os problemas da imprensa brasileira: controle, censura, concentração e corporativismo. E previa o jornal do futuro como algo destinado à elite.

O problema maior é a concentração. Isso não vai mudar porque ninguém tem coragem. Qualquer tentativa é chamada de bolivarianismo. No Peru, Vargas Llosa foi contra a fusão das duas empresas que estabeleceriam um oligopólio, que o governo vetou. Ele não é de esquerda. Mas a discussão nem sequer chega aqui. Tentam logo sufocar. Aqui é meu feudal. Não tem acionistas investidores em Bolsa. Entrevistei [o megamilionário Warren] Buffet, que está comprando uma série de jornais regionais. Ele diz que os jornais se tornaram públicos, porque têm ações na bolsa. O sentido da palavra público aqui, não é o mesmo que eles têm lá. Os jornais daqui melhorariam se tivessem mais capitalismo. Mas não querem se modernizar, não querem autorregulação. Em jornal hoje, o papel é referencial. Vai haver mudança. Vão passar a ser referência, com edições consolidadas, tiragens menores e preços maiores (*Ibidem*).


Dines morreu aos 86 anos, como crítico atuante e preponderante na mídia brasileira. Foi pioneiro na tentativa de romper a barreira da imprensa em tratar a si também como notícia. Fracassou, como admitia, justificando-se com uma frase do escritor austríaco Stefan Zweig, autor do qual foi biógrafo: “A vida não dá coisa alguma sem retribuição e sobre cada coisa concedida pelo destino, há secretamente um preço, que cedo ou tarde deverá ser pago” (ZWEIG, 2022).



Fig. 26: A Ficha de Dines no SNI: “responsável por infiltração de cunho marxista-leninista”

**CONFIDENCIAL**

  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º .....377/77...../DSI/MJ

DATA: 03 de Maio de 1977

ASSUNTO: "BRAZIL FLYING SEMINAR" GREAT NECK, SUBURBIO DE NOVA YORK. PARTICIPAÇÃO DE SUBVERSIVOS BRASILEIROS.

ORIGEM: DSI/MJ

REFERÊNCIA: PB Nº 1456, de 29 Mar 77 - DSI/MRE

DIFUSÃO: DSI/MRE

MTS

DIFUSÃO ANTERIOR:

Em atenção ao solicitado, esta Divisão informa registrar o seguinte:

ALBERTO DINES - jornalista, apontado como responsável pela infiltração de cunho marxista-leninista no "JORNAL DO BRASIL", de onde saiu. Estaria também, envolvido no esquema de tomada, pelos comunistas, da direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

Está identificado com o programa dos elementos do PC (MÁRIO DA CUNHA, FAUSTO GUIMARÃES, FERNANDO SEGISMUNDO, MAURÍCIO AZEVEDO, ÁLVARO CALDAS e Outros), que atuam na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, por extensão, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os quais procuram criar na opinião pública brasileira uma imagem negativa do Governo (principalmente dos militares), para facilitar a ação revolucionária do Partido Comunista.

ALBERTO DINES estaria infiltrado na "FOLHA DE SÃO PAULO", para completar a estratégia do PC, de maior domínio dos principais noticiosos de SÃO PAULO/SP, pois, conta com profunda infiltração no "O ESTADO DE SÃO PAULO", que tem na Sucursal - RIO um "SOUJET" encetado por MÁRIO CUNHA, que mantém estreitos contatos com ALBERTO DINES.

#### 9.1.5 Evandro Carlos de Andrade, a cara da *Globo*

A primeira grande cobertura de Evandro Carlos de Andrade (1931-2001) foi em 24 de agosto de 1954, com o suicídio do então presidente da República, Getúlio Vargas. Um ano

depois, aos 24, assumiu o cargo de chefe de redação do *Diário Carioca*, onde convivia com nomes como Armando Nogueira, Luís Paulistano e Carlos Castello Branco. Paralelamente, havia trabalhado como conferente da Casa da Moeda, de 1956 até 1960. Em 1959, dedicou-se à campanha presidencial de Jânio Quadros. Durante a campanha, cobriu as viagens e comícios do candidato, principalmente em Minas Gerais, onde também fez a cobertura da campanha do deputado Magalhães Pinto ao governo do estado. Esse trabalho o aproximou do então jornalista José Aparecido de Oliveira, um dos principais articuladores da campanha. Eleito Jânio Quadros em 1960, José Aparecido convidou Evandro para ocupar o cargo de assessor de imprensa da presidência da República. Mudou-se então para Brasília e licenciou-se do *Diário Carioca*. As novas funções incluíam o gerenciamento da correspondência particular do presidente e a elaboração de respostas a todas as pessoas que se dirigiam ao presidente. Com a eleição do candidato, mudou-se para Brasília, passando a atuar como assessor da Presidência da República até agosto de 1961, quando Jânio renunciou.

Após a experiência no governo federal, Andrade permaneceu em Brasília, onde foi repórter político de *O Estado de S. Paulo*. Entre 1962 e 1967, acumulou o cargo de chefe de redação do *Jornal do Brasil*, em Brasília, com o trabalho de repórter. A partir de 1967, assumiu a chefia da sucursal do jornal em Brasília, função que ocupou por quatro anos.

Em dezembro de 1971, convidado por Roberto Marinho, assumiu o cargo de diretor de redação de *O Globo*. Sob seu comando, o jornal foi reformulado gráfica e editorialmente, preparando o terreno para a concorrência com o *Jornal do Brasil*. Na gestão de Evandro Carlos de Andrade, foram criados a edição de domingo e novos suplementos, passou-se a utilizar a cor nas páginas, conquistaram-se anunciantes e leitores nos subúrbios.

A ascensão de Andrade foi registrada pelo SNI, que atribuiu sua indicação à sugestão do banqueiro José Luiz de Magalhães Lins, então sócio do Banco Nacional, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, citava-o como exemplo da ampliação da influência de esquerda:

1. Jornalistas notoriamente ligados à esquerda, vem aumentando, a cada dia que passa, o poder de influência que exercem dentro da redação do Jornal *O Globo*. É o que se depreende do fato de ambos terem sido, recentemente, promovidos Evandro Carlos de Andrade e Henrique Caban; o primeiro, a diretor de Jornalismo, e o outro a chefe de Redação.

2. ECA e HC são os “todo-poderosos” atuais de *O Globo*, demitindo/admitindo jornalistas, intrometendo-se, inclusive, no trabalho das sucursais, que se limitam a cumprir suas determinações.

3. ECA, ainda no final do governo anterior, havia determinado a demissão sumária, sem qualquer motivo, do jornalista Nasi Brum, tendo recuado em sua atitude diante do conselho recebido de outras pessoas, que o fizeram ver a possível má repercussão que o arbitrário e intempestivo fato iria provocar, de vez que NB era jornalista de *O Globo*, credenciado junto à Presidência da República. Porém, tão logo empossado o atual Governo, consumou-se o desejo de ECA, ou seja, NB foi demitido, tendo sido, logo a seguir, convidado para Secretário de Imprensa do Ministro das Comunicações, cargo que, atualmente, vem desempenhando.

4. Atitude semelhante tomou ainda Evandro, em relação ao jornalista Wilson Queirós Garcia, cuja demissão, sem qualquer motivo, gerou uma indenização de Cr\$ 40.000,00. No lugar de WQG, Evandro colocou seu irmão, José Carlos de Andrade (Arquivo Nacional, SNI, 12/03/1975).

A pressão do SNI contra Evandro Carlos de Andrade fez com que o empresário Roberto Marinho enviasse carta ao ministro da Justiça, Armando Falcão, defendendo-o:

Em seu longo prontuário constam vários Informes que o dão como comunista; atuaria dentro da cúpula administrativa do Globo, beneficiando esquerdistas, com nomeações em posições chaves, e afastando os que se opõem as teses marxistas. Isto não está positivado. Em 28 fev deste ano, Roberto Marinho, em carta ao ministro Armando Falcão defende vigorosamente o epígrafado contra as acusações constantes de informes que diz ter recebido do SNI. Atribui as acusações a vinganças de pessoas justamente afastadas da organização e o diz pronto a responder a qualquer acusação, comparecendo, se solicitado, ao SNI ou a qualquer órgão de informação das Forças Armadas. Nesta mesma carta, R.M. defende: Henrique Caban, Luiz Lobo, Felix Athayde, Wilson Lemos Lage e José Augusto de Souza Ribeiro (Arquivo Nacional, SNI, 04/09/1975).

O longo prontuário a que se refere o SNI exemplifica o que chama de comportamentos “antirrevolucionários” do jornalista. Listava que, em setembro de 1974, Evandro Carlos de Andrade recebia salário de Cr\$ 12 mil (R\$ 50 mil, em valores atualizados), sendo “proprietário de uma mansão em Brasília”, para escrever artigos em que “ataca sistematicamente o governo da Revolução”. Dizia o SNI que, depois de sua ascensão à direção o jornal *O Globo*, mandou trocar as referências a “subversivos que assaltavam bancos” para “assaltantes e marginais”.

Seu trabalho em *O Globo* tem sido em benefício das esquerdas. Ainda dentro do esquema, isolou o diretor-substituto, sr. Rogério Marinho [irmão de Roberto Marinho], por considerá-lo “dedo-duro” e passou a sonegar informações sobre o jornal ao Sr. Roberto Marinho (Arquivo Nacional, SNI, 16/03/1972).

Os exemplos da atuação do esquerdista Evandro Carlos de Andrade incluíram a seleção engajada de histórias em quadrinhos, publicadas no jornal, com especial atenção à tirinha intitulada “Dos mandarins a revolução”, na qual, conforme o serviço, haveria apologia a Mao-Tse-Tung e ao comunismo chinês. “A atuação do nominado no jornal causa preocupação dado

a sua habilidade pessoal, viva inteligência e grande penetração nos meios parlamentares de Brasília”, atestava o serviço (*Ibidem*).

Após mais de duas décadas em *O Globo*, em julho de 1995, Evandro Carlos de Andrade, que também integrava o conselho editorial do Grupo Globo, assumiu a direção da Central Globo de Jornalismo, na TV *Globo*. Entrou para a emissora com a incumbência de modernizar e dar um redirecionamento editorial ao jornalismo. Evandro Carlos de Andrade morreu em 2001, aos 69 anos. Gostava de citar seu mantra profissional: “Não tenho amigos para proteger nem inimigos para perseguir”.

Fig. 27: A ficha de Evandro Carlos de Andrade: "notoriamente ligado à esquerda"

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
GABINETE DO MINISTRO  
CIE

Brasília, DF 12 de março de 1975

PROTÓCOLO

INFORME N.º 057 / S-103.1

1. ASSUNTO: Atuação dos jornalistas EVANDRO CARLOS DE ANDRADE E HENRIQUE CABAN no " O GLOBO ".
2. ORIGEM: -
3. AVALIAÇÃO: B - 3
4. DIFUSÃO: SNI/AC -S/102
5. DIFUSÃO ANTERIOR: -
6. REFERÊNCIA: -
7. ANEXO: -

87044

1. EVANDRO CARLOS DE ANDRADE (ECA) e HENRIQUE CABAN (HC), jornalistas notoriamente ligados à esquerda, vêm aumentando, a cada dia que / passa, o poder de influência que exercem dentro da redação do Jornal / "O GLOBO". É o que se depreende do fato de ambos terem sido, recentemente, promovidos; o primeiro, a Diretor de Jornalismo e o outro a Chefe de Redação.

2. ECA e HC são os "todo-poderosos" atuais de "O Globo", admitindo / e admitindo jornalistas, intrometendo-se, inclusive, no trabalho das sucursais, que se limitam a cumprir suas determinações.

3. ECA, ainda no final do Governo anterior, havia determinado a demissão sumária, sem qualquer motivo, do jornalista NASI BRUM (NB), // tendo racuado em sua atitude diante do conselho recebido de outras pessoas, que o fizeram ver a possível má repercussão que o arbitrário e intempestivo fato iria provocar, de vez que NB era jornalista de " O / Globo", credenciado junto à Presidência da República. Porém, tão logo / empossado o atual Governo, consumou-se o desejo de ECA, ou seja, NB foi demitido, tendo sido, logo a seguir, convidado para Secretário de Imprensa do Ministro das Comunicações, cargo que, atualmente, vem desempenhando.

## 10. ALGORITMO, O NOVO DETENTOR DO SEGREDO

Grande parte dos jornalistas tem uma crença em comum: mais informação é melhor do que menos. As empresas do Vale do Silício, as gigantes do novo capitalismo informacional, operam sob o ethos oposto: a maior prioridade é manter o segredo, o que fazem por meio de algoritmos quase tão impenetráveis quanto a escuridão dos tempos – para usar uma imagem de Joseph Conrad (2021, p. 279).

Sempre que se busca algo na Internet ou o motorista avalia o melhor caminho por meio do GPS ou se escolhe um filme recomendado numa plataforma digital, existe um guia escondido por trás de todos esses processos: os algoritmos. Eles são onipresentes na era digital, mas poucos têm consciência disso. As empresas que comandam os algoritmos são assim as novas detentoras do segredo, inclusive quando se trata do consumo de notícias.

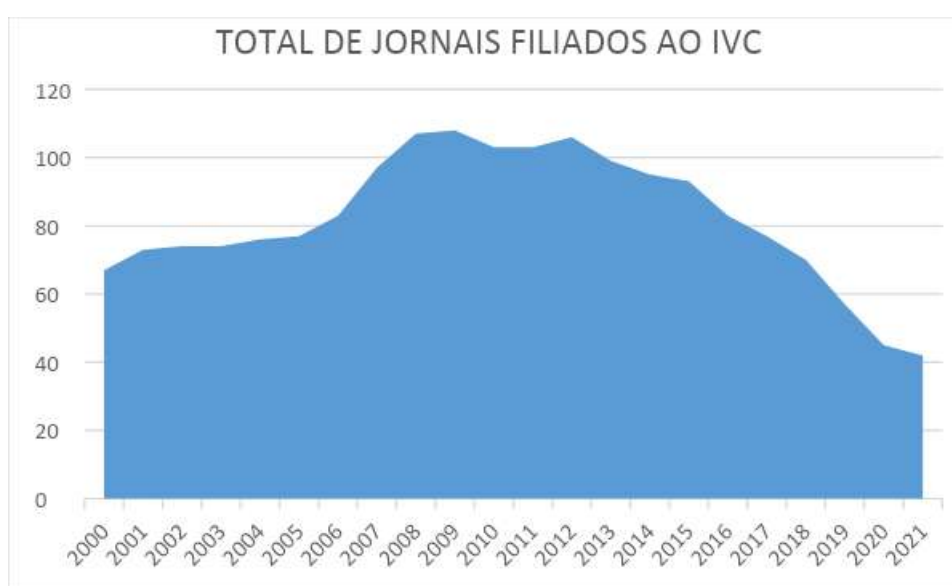
As últimas décadas têm sido duras para a imprensa como um todo e para jornais e revistas impressos especialmente, pois enfrentam uma crise de modelo de financiamento e uma crise em relação à própria audiência. Contraditoriamente, os lucros de algumas empresas jornalísticas estão em crescimento, principalmente devido a uma revolução tecnológica que cortou custos na produção, de novas regras de gestão e de crescimento da produtividade nas redações (em muitos casos, provocado por integração de títulos, enxugamento dos quadros e precarização das relações trabalhistas).

A regra geral para a imprensa, no entanto, tem sido redução constante no número de leitores do impresso, com crescimento dos leitores digitais. O problema é que os primeiros pagam; e os segundos foram acostumados a acessar informações livremente, sem desembolsar por elas. Com ferramentas digitais mais eficazes, a publicidade deixou de ser a principal forma de financiamento da imprensa, que só pode agora recorrer ao modelo de subsistência por assinaturas ou por doações de milionários ou organizações sem fins lucrativos.

No Brasil, a circulação impressa dos jornais recuou para o patamar de 20 anos atrás. Entre 2001 e 2021 a população brasileira cresceu 23%, passando de 173 milhões para 212 milhões. Nesse período a soma total dos jornais vendidos anualmente passou de 1,662 milhão de exemplares para 1,990 milhão, um crescimento de 20% (relatório Posição e Participação com a média anual de circulação dos jornais a partir de 2000 até setembro/2021 – último dado divulgado pelo IVC). Esse corte pode não parecer tão greve, mas traz uma leitura equivocada.

O número de jornais filiados ao Instituto Verificador de Circulação caiu de 72 para 43. Parece um cenário estável, mas não é. O desenvolvimento econômico se reflete muito diretamente no consumo de jornais. O melhor ano para a venda de jornais no país foi 2012, quando houve a inclusão de consumidores das classes C, D entre os leitores, o que provocou uma explosão de títulos (106) e de vendas de exemplares (4,585 milhões). Assim, na comparação dos números de 2021 com 2012 a venda de jornais no Brasil caiu 57%, com o número de títulos recuando 56%.

Fig. 28: Volume de jornais filiados ao IVC de 2000 a 2021 (*Ibidem*).



Esse é um fenômeno mundial. Nos EUA, nos últimos 40 anos, os jornais enfrentam ciclo ainda maior de declínio dos leitores. Em 1964, 80% dos americanos adultos liam um jornal diário; em 1997, esses números baixaram para 58%; e em 2003 os americanos que leriam diariamente um jornal eram estimados em 54%. Hoje menos da metade dos adultos leem um jornal diariamente, uma imagem ainda mais sombria porque é uma parcela da população que envelhece e tende a desaparecer, junto com seus hábitos (“NEWSPAPERS Fact Sheet”, 29/06/2021).

A circulação dos jornais acompanha essas tendências. Em 1985, os diários americanos registraram uma circulação de 62,8 milhões, enquanto em 2002, esses números baixaram para 55,2 milhões.

Parece evidente que entre as causas para o declínio da indústria está a emergência de novos meios de comunicação, acompanhada de profundas mudanças em hábitos de consumo de informação, especialmente entre o público mais jovem, aqueles que têm entre 18 e 35 anos

de idade. Nunca tantas fontes alternativas de informação estiveram ao alcance de um público cada vez mais exigente no que diz respeito à diversidade.

No Brasil, a televisão continua a ser uma fonte privilegiada de acesso à informação para a esmagadora maioria do público, mas o consumo de informação e lazer por meio de celulares cresce em ritmo exponencial.

O número de leitores diários de páginas de notícias na web é, hoje em dia, maior do que o número de pessoas que compram papéis manchados de tinta. A massa de leitores digitais deve continuar a crescer, possivelmente acompanhando o declínio da circulação dos papéis tradicionais.

A presença de vários tipos de meios concorrendo pela atenção e tempo da audiência é a maior novidade e desafio da indústria da informação. Muita gente diz não ter como reservar pelo menos 30 minutos que a leitura apressada de um jornal diário requer. Os padrões de consumo de informação tornaram-se erráticos e fragmentados. Podcasts de produção independente e artesanal concorrem com notável sucesso com emissões da mídia tradicional, mesmo que por seus canais digitais.

Como sintetizou Sodré, em termos organizacionais ou empresariais, tudo gira ao redor da indústria do século XXI: a tecnologia da informação e de como nela é aplicada a inteligência artificial. Esta expressão serve para caracterizar o que alguns designam como “a quarta revolução industrial”, definida pela combinação da inteligência artificial de robôs com seres humanos, criando uma diferente organização da sociedade.

Para a adequada compreensão dessa interface homem-máquina, dois termos impõem-se: algoritmo e conectividade. Algoritmo é um processo interativo e finito (um conjunto de regras lógicas) destinado à resolução de problemas ou à execução de tarefas. Conectividade é o acesso instantâneo tanto a pessoas quanto a objetos. São termos técnicos, mas também bandeiras de uma nova utopia, que se manifesta no discurso dos especialistas em computação como a de “um mundo inteligente, conectado e seguro”. Não se trata, portanto, de progresso técnico *stricto-sensu*, mas de tecnologia em sentido amplo como possibilidade de transformação de indústrias, de produção de novos modelos de negócios e, mesmo, de subjetividades. O discurso crítico a todo esse processo costuma visar os predicamentos de uma globalização financeira avessa à realidade existencial das populações e teleguiada pelos imperativos do capital-mundo. Nessa crítica, comunicação não seria a pura e simples materialidade tecnológica de máquinas e redes, ou seja, a evolução da rede eletrônica não é um mero aspecto técnico (aumento de velocidade para a telefonia, maior definição de imagens etc.) e sim uma espécie de ponto de viragem organizacional em que o fluxo de dados em tempo real para a realidade virtual enseja uma ordem social de conexões perfeitas entre entidades humanas ou não. Trata-se de um novo ordenamento societário (“A LÓGICA...”, 14/11/2019).

A palavra “algoritmo” deriva da obra do matemático e astrônomo muçulmano Muhammad ibn Musa al-Khwarizmi (c.780–c.850), autor de uma das obras mais importantes



da matemática medieval, traduzida para o latim no século 12 sob o título *Algoritmi de Numero Indorum (Al-Khwarizmi a respeito dos números hindus)* (VIANA, 30/11/2021).

No século 20, o termo foi apropriado pela computação eletrônica e algoritmo passou a significar uma sequência finita de operações explícitas para resolver um problema ou fazer um cálculo de modo automático. O programador (humano) escrevia a sequência em linguagem adequada para um computador e a máquina executava as operações exatamente conforme prescrito. Mas esse paradigma foi quebrado pelo advento dos métodos de aprendizagem de máquina. A grande maioria dos algoritmos atuais é muito mais curta do que os códigos escritos trinta anos atrás. O que os torna extraordinariamente úteis é a capacidade de aprender a executar uma tarefa. Recorro à clareza e precisão do matemático Marcelo Viana para descrever como.

O elemento crucial em muitos desses algoritmos modernos é o conceito de rede neural. Trata-se de um modelo lógico inspirado pela estrutura dos neurônios humanos. Tal como um neurônio biológico, uma rede neural recebe diversas entradas (“estímulos”) e produz uma resposta (“disparo”), que depende tanto dos estímulos quanto de certos parâmetros que fazem parte da definição da rede neural (*Ibidem*). Inicialmente, o algoritmo é “educado” por meio de dados conhecidos: os parâmetros das redes neurais são calibrados de modo a que elas reproduzam respostas sabidamente corretas. A partir daí, ele está pronto para ser utilizado para tomar decisões em novas situações. Esse procedimento pode ser realizado de forma bastante automática, com pouca intervenção humana, e eficácia elevada (*Ibidem*).

É o algoritmo a pedra fundadora na nova era dos meios de informação. Lemos e Domingos (2020), a partir do manejo de uma longa bibliografia, caracterizaram essa a nova era como um amplo processo de:

- a) plataformização;
- b) dadificação;
- c) performatividade algorítmica.

Essas tendências entrelaçadas de plataformas, identificação de dados e performatividade algorítmica correspondem à nova fase do capitalismo, cuja dinâmica acelerada moderna está ligada a cinco grandes empresas (GAFAM - Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) que controlam a economia por meio de suas plataformas. É o que já se chamou de capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019)

Capitalismo de vigilância:

1. Uma nova ordem econômica que reclama a experiência humana como matéria-prima livre para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e venda;
2. Uma lógica econômica parasitária em que a produção de bens e serviços está subordinada a uma nova arquitetura global de modificação comportamental;
3. Uma mutação desonesta do capitalismo marcada por concentrações de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes na história humana;
4. O quadro fundacional de uma economia de vigilância;
5. Uma ameaça tão significativa à natureza humana no século XXI como o capitalismo industrial foi para o mundo natural no século XIX e XX;
6. A origem de um novo poder instrumental que afirma o domínio sobre a sociedade e apresenta desafios surpreendentes à democracia de mercado;
7. Um movimento que visa impor uma nova ordem coletiva baseada na certeza total;
8. Uma expropriação crítica dos direitos humanos que é melhor entendida como um golpe do andar cima: um golpe sobre a soberania da gente (*Ibidem*, p. 9).

Assim a plataformização atua na coleta de dados digitais diariamente, sendo capaz de processar dos lugares mais visitados aos prazeres mais comezinhos do usuário, passando por pessoas e páginas que mais interagem. Esse processo básico de coleta de dados é a “datafication” (dadificação), um processo além da digitalização, que consiste simplesmente em transformar objetos analógicos em digitais.

Plataformização e dadificação são expressões do desempenho de algoritmos. Eles analisam grandes quantidades de dados e propõem soluções para os mais diversos problemas. Se a plataformização e a dadificação são as formas de ação digital na sociedade contemporânea, os algoritmos são o combustível que as impulsiona.

Seus códigos são mantidos como um segredo industrial e, portanto, são opacos e dominados por uma “epistocracia”, gerando uma sensação de neutralidade, eficiência e racionalidade. O termo “epistocracia”, como definido por David Estlund (2003), é formado das palavras gregas *episteme* + *krateia*. A primeira significa conhecimento científico ou verdadeiro; a segunda governo ou poder. A epistocracia é, pois, o regime político em que a governança é entregue aos sábios, aos conhecedores dos modos de governabilidade e de acesso e domínio da informação.

Uma das tendências mais notáveis nos últimos anos tem sido a crescente dependência dos algoritmos nos processos públicos de tomada de decisão (burocráticos, legislativos e legais). Ou seja, instruções passo a passo programadas por computador ganham autonomia para propor, avaliar e decidir. Danaher (2016) questiona se a ascensão de tal governança algorítmica cria problemas para a legitimidade moral ou política dos processos de tomada de decisão pública. Ignorando as preocupações comuns com a proteção de dados e privacidade, argumenta que a governança algorítmica representa uma ameaça significativa para a legitimidade de tais processos, indo além da ameaça de epistocracia de Estlund. Danaher prefere resumir o impasse como a “ameaça da algocracia”. A resposta a esta crise, de acordo com Danaher, pode estar em

duas soluções possíveis: resistência ou acomodação. Ele reconhece que nenhuma das duas soluções é suscetível de ser plenamente bem-sucedida, pelo menos não sem arriscar valores humanos e sociais fundamentais na sociedade para a tomada de decisões. Pessimista, Danaher vê como real e próxima a dominância de processos de tomada de decisão que restringem e limitam as oportunidades de participação humana.

Todo esse temor decorre do fato que algoritmos exercem poder e geram políticas modulando ações em uma ampla rede de atores, influenciando visões de mundo e, conseqüentemente, a direção da sociedade e da cultura. O poder dos algoritmos reside na possibilidade de induzir práticas de sociabilidade, moldar ações políticas e intervir na maneira como produzimos conhecimento – eles escolhem, classificam e definem como apresentar certas informações. A performance do algoritmo altera a maneira como recebemos e processamos as informações. Ele produz valor, engajamento, eficácia, memória.

Como os algoritmos interagem hoje com a prática jornalística? De que maneira o jornalismo pode mudar como uma prática profissional e como uma instituição social? Como o jornalismo pode interferir nas configurações sociotécnicas dos algoritmos? De que maneira os recursos de inteligência artificial funcionam como resposta às demandas do campo jornalístico? Como o jornalismo enfrenta os desafios apresentados pelo desempenho de algoritmos?

A cada trimestre, algoritmos que organizam a escrita automatizada criam milhares de artigos sobre balanços empresariais para a Associated Press (AP), um serviço de notícias dos EUA com mais de 170 anos. Com base em pouco mais do que dados estruturados, as reportagens sobre lucros, prejuízos, receitas e despesas são curtas, com menos de 200 palavras, mas disseminadas muito rapidamente pela AP, podendo então ser publicadas por qualquer uma das mais de 1.700 organizações noticiosas que assinam seus serviços. Em 2018, a AP produziu mais de 3.700 reportagens desta forma durante cada trimestre de publicação de balanços empresariais, cobrindo a maioria das ações negociadas nos EUA. Isto é mais de dez vezes o número de artigos produzidos sem automatização, permitindo uma cobertura de muito mais empresas e atingido muito mais leitores diretamente interessados (porque tem, por exemplo, sua carteira de investimento para a aposentadoria aplicada no mercado de ações). As reportagens automatizadas não ganharão prêmios Pulitzer tão cedo, mas transmitem o básico dos ganhos e perdas empresariais de forma simples, facilmente assimilável, em grande escala e sem erros (DIAKOPOULOS, 2019).

Esta é a era dos algoritmos de notícias. A automatização e os algoritmos atingiram um ponto de eficiência que podem fazer um verdadeiro trabalho de apuração de notícias, contribuindo para o esforço jornalístico de várias maneiras. Para um velho profissional de

imprensa, tal possibilidade de automação é encantadora e assustadora ao mesmo tempo. É tão difícil se reconhecer como jornalista na comparação com os profissionais modernos, nativos digitais quanto entender como os algoritmos computacionais podem redigir notícias.

A tecnologia de escrita automatizada é apenas uma peça desta nova era. Algoritmos e automatização integram hoje quase toda a cadeia de produção de notícias, quer se trate de melhorar o jornalismo de investigação com métodos de aprendizagem por máquinas e de mineração de dados, criar meios interativos com robôs noticiosos que se comunicam com a audiência ou otimizar o conteúdo para várias plataformas de meios de comunicação utilizando testes de manchete orientados por dados fornecidos pelo comportamento dos leitores. Não há quase nenhum ponto da cadeia de produção de notícias, desde o recolhimento da informação até a produção de sentido, narração e distribuição que não seja cada vez mais influenciado ou mesmo executado por algoritmos.

As técnicas de mineração de dados podem criar subsídios de informação para encontrar notícias em volume gigantesco de documentos. O conteúdo automatizado pode aumentar a escala, velocidade, fôlego e personalização das notícias. Os robôs noticiosos podem ampliar o envolvimento do público. E os algoritmos de otimização podem melhorar a eficiência da captação da atenção na distribuição de conteúdos. Todas estas capacidades podem qualificar a cadeia de produção das organizações noticiosas. Quer se trate de tarefas de rotina que são inteiramente automatizadas, ou tarefas não rotineiras que se tornam mais eficientes para os trabalhadores humanos, o potencial econômico está estabelecido. No entanto, os imperativos econômicos devem dialogar com os editoriais e seus valores ideológicos clássicos, afirma Nicholas Diakopoulos, um dos mais relevantes autores sobre o tema.

Os jornalistas estão num ponto de virada sobre a forma como optam por alinhar valores comerciais com valores editoriais no trabalho dos algoritmos e da automatização que conceberam. Devido às suas possibilidades de escala e velocidade, a automatização cria uma mentalidade de “mais, mais, mais” no que diz respeito à produção de conteúdos, mas a implementação ética destas tecnologias requer consideração de quando mais é menos, ou quando mais precisa de significar “mais qualidade” em vez de “mais produção” (*Ibidem*, p. 13).

São muitas as questões que se colocam em torno desse novo segredo que é o mundo dos algoritmos. Além do volume de dados e habilidades de processamento, o surgimento de sistemas de inteligência artificial parece desafiar o campo do jornalismo em termos dos princípios da instituição e da reconfiguração da profissão, do ponto de vista das teorias do jornalismo, seus valores, funções, propriedades, estrutura semântica e práticas. Compreender a formação mútua de jornalismo e algoritmos requer pesquisas que analisem de perto os

desenvolvimentos de maneira muito concreta, configurações precisas, mas também estudos que são mais amplos, com perspectiva teórica, ou que colocam essa evolução no contexto histórico.

Não se pode compreender, ou mesmo investigar, algo que se desconhece. Os epistemólogos amadores têm muitos nomes para este problema. “O desconhecimento do desconhecido”, “caixas-pretas” e “Estado de segredos profundos” são frases populares para as muitas áreas de cegueira social que a nova sociedade tecno-informativa apresentou ao mundo. Há mesmo um campo emergente de agnotologia, que estuda a produção estrutural da ignorância, as suas diversas causas e conformações, seja por negligência, esquecimento, miopia, extinção, sigilo, ou supressão.

Agnotologia é um termo do historiador norte-americano Robert Proctor, que intitulou assim seu estudo sobre as políticas de produção da ignorância. O livro *Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance* foi inspirado pela divulgação de um documento secreto da indústria do tabaco nos Estados Unidos e tornado público em 1979 (PROCTOR, 2008). “O Tabagismo e a proposta de saúde” revelou estratégias da indústria do cigarro para atrair mais consumidores, por meio de componentes viciosos e associação do fumar a estilos de vida invejáveis.

Diante das denúncias contra o cigarro como droga, os fabricantes montaram um aparato profissional e subterrâneo para bloquear ou desqualificar informações e pesquisas que apontavam os riscos do cigarro para a saúde. Tal aparato recorria à legitimação de médicos e especialistas para desenvolver uma estratégia de marketing visando se contrapor aos seus críticos.

O livro foi publicado em 2008 e, como diversos estudos revelaram, a política de construção da ignorância ampliou-se e estendeu-se para múltiplas áreas com as novas tecnologias. Passou a estar no centro da estratégia de governos, empresas e institutos que contestam os parâmetros científicos em relação a temas como aquecimento global, vacinas, racismo etc.

As lacunas no conhecimento, falsas ou reais, têm implicações poderosas, tal como os usos que delas são feitos. O americano Alan Greenspan, por duas décadas presidente do Banco Central mais poderoso do mundo, afirmou certa vez que o mercado mundial hoje é impulsionado por uma versão opaca da mão invisível proposta por Adam Smith (SUBRAMANIAM, 31/03/2011). Ele admitia que ninguém, incluindo as autoridades reguladoras, tem sequer um vislumbre do funcionamento secreto dos mais simples sistemas financeiros modernos.

Desconstruir as caixas-pretas dos chamados Big Datas não é tarefa simples. Como resumiu Pasquale (2015), essas caixas-pretas são criadas a partir de “fórmulas complexas concebidas por legiões de engenheiros e guardadas por uma falange de advogados”.

Um exemplo acessível para discutir algoritmos e jornalismo é o serviço Google News. Lançado em 2002, foi uma das primeiras tentativas de agregar e personalizar notícias com algoritmos – ou seja, procedimentos passo a passo que processam sistematicamente as informações. O Google dizia em sua abertura: “Esta página foi gerada inteiramente por algoritmos de computador sem editores humanos. Nenhum ser humano foi ferido ou mesmo usado na criação desta página”.

O algoritmo do Google News lista seus critérios para classificar e agrupar artigos de notícias como frequência de citação, importância da fonte, grau de novidade, localização, relevância e diversidade. Milhões de vezes por dia, o algoritmo do Google News está tomando decisões editoriais usando esses critérios.

Como apontou Diakopoulos (2012), na aplicação sistemática de seus critérios de decisão, o algoritmo pode estar introduzindo um viés que não é óbvio, dada a sua programação. É uma falácia imaginar que algoritmos são de alguma forma mais objetivos do que editores humanos.

Até robôs têm preconceitos, pois foram programados para detectar e repetir padrões humanos.

Qualquer processo de decisão, seja humano ou algorítmico, sobre o que incluir, excluir ou enfatizar tem o potencial de introduzir viés. Como define o dicionário, viés é a tendência geral ou determinada por forças externas (HOUAISS, 2001).

O que é interessante em termos de algoritmos, porém, é que os critérios de decisão disponíveis podem parecer inofensivos e, ao mesmo tempo, resultar em uma saída que é percebida como tendenciosa. Por exemplo, a menos que esteja diretamente programado para fazê-lo, o algoritmo do Google News não promoverá um artigo específico de uma campanha política – é essencialmente não partidário. Mas um de seus critérios para recomendar artigos é a quantidade de acessos. Isso pode parecer neutro, mas, se um dos candidatos nessa eleição específica, obtiver consistentemente um pouco mais de cobertura da mídia (ou seja, maior “frequência de aparência”), esse critério pode fazer com que a escolha disponibilizada pelo Google News pareça partidária (DIAKOPOULOS, 2012).

Os algoritmos podem não ser diretamente programados para reforçar estereótipos ou racismo, mas se, por exemplo, os critérios simples e mensuráveis que eles usam para excluir informações da visibilidade de alguma forma se relacionam com as divisões raciais, eles podem parecer ter um viés racial, argumenta Diakopoulos. Critérios de decisão simples que levam a decisões complexas de inclusão e exclusão são uma maneira pela qual o viés, muitas vezes sem predisposição do programador, pode se manifestar em algoritmos.

Outros mecanismos através dos quais os algoritmos introduzem viés na mídia podem ser ilustrados considerando o processo do resumo das informações. Em certo sentido, reportar é resumir a realidade por meio da construção da narrativa. O repórter precisa primeiro tomar decisões sobre quais eventos incluir, qual contexto pode ser excluído com segurança e o que enfatizar como realmente importante. Os repórteres observam o mundo e descobrem uma série de informações que são podadas para se encaixar no tempo e na atenção disponíveis do público.

Diakopoulos lembra que a sumarização é importante porque tempo e atenção são duas das mercadorias definidoras da época contemporânea. Ninguém quer ou precisa de todos os detalhes intrincados em todas as reportagens. O leitor busca uma visão geral – concisa e compreensível – de um acontecimento. Essa necessidade de otimizar a atenção e de podar o excesso de informações está impulsionando novas inovações na maneira como as informações são processadas e resumidas, tanto nos processos editoriais quanto nos novos algoritmos de computação.

Ao tomar decisões sobre o que incluir ou excluir em um resumo, os algoritmos geralmente precisam passar por uma etapa que prioriza as informações. Coisas com menor prioridade são excluídas. O algoritmo não apenas prioriza as informações, mas também precisa fazer seleções com base em critérios diferentes. Algumas dessas seleções também podem ser codificadas com o método de organização que os criadores do algoritmo incorporam para ajudá-lo a fazer escolhas.

O Google, por exemplo, usa algoritmos para classificar seus resultados de pesquisa. Nesse caso, o algoritmo de classificação é suscetível ao tipo de viés “quem grita mais alto”. A internet está cheia de empresas tentando burlar o algoritmo do Google para que, por interesses comerciais ou políticos, determinado conteúdo apareça alto nos resultados da pesquisa, mesmo que, talvez, não mereça estar lá. Eles fazem isso em parte associando determinadas palavras-chave ao site de destino e criando links de muitos outros sites para o site de destino. Assim forjam um certo grau de relevância artificialmente.

Nem todo viés algorítmico deve ser prejudicial. De fato, se os algoritmos pudessem de alguma forma equilibrar os preconceitos individuais ou cognitivos que cada um possui, isso poderia alterar como a audiência é exposta à informação. Existem pesquisadores dedicados a criar algoritmos de agregadores de notícias que levam usuários a consumir uma variedade maior de perspectivas ideológicas, políticas, econômicas, culturais e comportamentais.

Os algoritmos estão basicamente em todo lugar no ambiente de notícias, seja resumindo fatos, personalizando conteúdo, otimizando, classificando, associando e agregando notícias. Sua onipresença faz valer a pena refletir sobre como esses processos podem servir para

manipular sistematicamente as informações consumidas, seja por meio de determinações diretamente programadas, seja pelo tipo de dados fornecidos a eles ou pelos tipos de critérios usados para ajudá-los a incluir, excluir e enfatizar decisões.

Os algoritmos, assim, são os novos editores pessoais da vida de cada um. Tomam continuamente decisões sobre o que incluir, excluir ou enfatizar, na tentativa de ajudar a mídia a resolver o problema de tempo e atenção limitados da sua audiência.

Como definiu Pires (2011), com seu potencial de demolição/reconstrução, a técnica não acomoda pacificamente a reflexão e, muitas vezes, a exclui do processo. Mas, ao convidar à criação, estabelece uma tensão permanente que o autor definiu como a “dialética do entusiasmo”. A partir de Kant, Pires define entusiasmo como o bem acompanhado do afeto, uma conscientização das próprias forças para vencer qualquer resistência.

Na sua criativa elaboração diz que “é este gênero de afeto que viceja quando o homem tecnológico se vê privado de suas referências constitutivas tendo à mão a possibilidade de, a partir desta ‘terra arrasada’, erguer outro tipo de parâmetro”. Em termos benjaminianos citados pelo autor em questão, confrontam-se a reação do desenvolvimento humano com o empobrecimento da experiência, que impele os homens a “ir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda”.

Para concluir, as novas formas de consumo de notícias, mediadas por algoritmos e marcadas pela inteligência artificial, exigem a prática dessa “dialética do entusiasmo”, na qual a conscientização da força do humano deve sobrepor-se à questionável objetividade das máquinas – o que é bonito, mas já foi massificado até pelos quatro roteiros baudrillardianos da série “Matrix”. No cinema, os humanos têm mais perdido do que vencido.



## CONCLUSÃO

Esta pesquisa cumpre pequeno papel no preenchimento das lacunas na historiografia brasileira a respeito das relações entre poderes governamentais e órgãos de comunicação. A busca, localização e análise de documentos históricos que fundamentam essa relação se propõem a abrir novas vertentes informativas e interpretativas. O resultado dessa jornada deslinda episódios obscuros em que política e comunicação estavam associadas, seja por interesse comum ou por imposição econômica ou governamental.

A investigação de documentos nos arquivos públicos do Brasil e dos Estados Unidos possibilitou inventariar e analisar segredos que regeram as relações entre mídia, Estados e governos, entre as décadas de 1969 e 1990, demonstrando que havia colaboração e parceria entre os polos, assim como pressão direta e indireta por meio de canais financeiros, ações de censura e de vigilância e de cobrança por afinidade política e ideológica.

O mapeamento revelou que tais pressões tiveram influência direta no comportamento da corporação jornalística, em seus diversos níveis, da direção editorial e financeira até a redação envolvida diretamente na produção da notícia.

As pressões e os alinhamentos de governos e empresas no produto jornalístico oferecido a leitores e telespectadores por diversas vezes comprometeu a objetividade jornalística.

Ao final, foram feitas conexões entre as formas de pressão do passado e as atuais e foram analisadas as contrapartidas de pressão do público a partir da consolidação da sociedade digital, em especial com o papel crescente e preponderante dos algoritmos na produção da notícia.

A hipótese central se constituiu na revelação de aspectos mantidos em segredo na prática do jornalismo diário. Quando imersa em seus próprios segredos, a imprensa se debate com uma contradição permanente, estrutural, não conjuntural, na concepção ocidental que ajudou a construir para si própria. Tal comprovação de imanência – termo aplicado, em filosofia e teologia, ao fato ou condição de estar inteiramente dentro de algo (do latim *immanere*, “habitar, permanecer”) – demonstra que, em pleno século XXI, falta transparência ao percurso histórico da imprensa, o que afeta sobremaneira os passos que ainda são necessários dar.

O conceito de transparência neste contexto compreende a possibilidade, a capacidade ou mesmo a ferramenta de que dispõem cidadãos e leitores para obter informações válidas e oportunas sobre as atividades de organizações governamentais ou privadas – nesse último caso, estão incluídas as empresas jornalísticas, claro.

Embora relacionado com conceitos políticos tais como responsabilidade, abertura, e capacidade de resposta, o conceito de transparência teve origem no mundo financeiro, referindo-se ao dever de uma empresa de prestar contas das suas atividades aos acionistas, órgãos de supervisão e ao público contribuinte/consumidor.

Nos Estados Unidos, a Lei da Liberdade de Informação de 1966 – que oferece garantias limitadas de acesso dos cidadãos à informação governamental – foi um marco de transparência; tendo sido emulada, e em muitos casos excedida no seu âmbito, pela legislação de outros países, como ocorreu com a Lei de Acesso à Informação brasileira de 2013.

A pressão social em defesa da reforma democrática e de mercado, na qual um crescente movimento anticorrupção se destaca, foi o que mais contribuiu para fazer da transparência um conceito chave de governança pública e privada. Os processos políticos transparentes são vistos como mais responsáveis e democráticos. A transparência na economia facilita os processos de livre mercado e de competição justa. Em ambas as esferas, os direitos de acesso à informação e as obrigações paralelas das instituições para defender esses direitos são propostos como salvaguardas contra abusos e como atividades de boa governança em alto nível.

Assim, a transparência é amplamente considerada como parte integrante de uma variedade de objetivos políticos, incluindo o controle da corrupção, o financiamento justo de campanhas eleitorais, o reforço da democracia nas instituições existentes, a consolidação da democracia nas sociedades de transição, e a limitação dos conflitos internacionais. A transparência nos negócios é defendida como uma salvaguarda contra a fraude empresarial, infiltração pelo crime organizado ou interesses políticos, e crises financeiras.

A transparência na imprensa se alinha com essas aspirações. Primeiro por oferecer ao leitor os caminhos na busca da informação, explicitando os filtros utilizados para assegurar a qualidade da informação, precisa e contextualizada. Depois por esclarecer quais as vinculações dos meios de imprensa e seus proprietários com grupos políticos, econômicos ou sociais. Na prática, contudo, a busca pela transparência pode ser atribulada. Onde a sociedade civil é pouco mobilizada ou onde os cidadãos e a imprensa são intimidados, as oportunidades para obter informação são dificultadas ou mesmo podem ser arriscadas. A informação sobre questões técnicas pode ser difícil de compreender para leitores e cidadãos desacostumados ou não educados para tal. Os governos opacos podem divulgar desinformação, criar procedimentos de transparência dispendiosos e complexos, ou divulgar material sob forma obscura, tentando ofuscar informações sensíveis ou com efeitos diretos em sua sustentação. As instituições e

procedimentos para implementar a transparência e o compromisso genuíno com o próprio princípio necessitam de atenção permanente e cobrança social direta.

Igualmente problemáticos são os limites da transparência. Poucos exigiriam que um governo revelasse decisões estratégicas em tempo de guerra. No entanto, determinar estas exceções e a sua utilização proposta é por si só complicada. Os envolvidos em processos de garantia da transparência devem gozar de autonomia dentro da qual possam debater livremente opções e a partir da qual possam implementar políticas claras de divulgação de dados de interesse público. Há aqueles que temem que eventual “transparência excessiva” poderia minar a autonomia, conduzir a tomada de decisões para canais restritos não documentados e criar mais corrupção. A transparência nas ações privadas pode expor os cidadãos a represálias oficiais ou pessoais. Governos fortes podem impor a transparência empresarial, mas Estados são fracos para enfrentar as empresas transacionais tão descentralizadas que a política de transparência de nenhum país será eficaz. Governos soberanos podem infringir impunemente as suas próprias leis, e as organizações internacionais podem ser tão remotas que a sociedade civil tem pouca influência sobre elas.

As pressões comunitárias e sociais hoje parecem mais efetivas na cobrança de rumos das empresas de comunicação, mesmo que ainda limitadas. A capacidade de mobilização do leitorado na era digital provocou revisões históricas do papel exercido pela mídia no passado e funciona para balizar parte da cobertura jornalística atual.

Ainda que alguns discursos midiáticos valorizem a ética e questões ligadas à responsabilidade social das empresas de comunicação, a prática mostra que para a mídia pouco importa: a fórmula essencial da moral midiática é comprar e vender (SODRÉ, 2002, p. 63).

As deficiências dos jornais do século XIX abriram caminho para o grande volume de revistas que surgiram no século XX. A internet e sua profusão de informação são, em certo sentido, o culminar de um processo por meio do qual microaudiências podem explorar e aprofundar seus interesses particulares. O problema do jornalismo no século XXI é como se adaptar para atender a todas as demandas de um público cada vez mais diversificado.

Os fatos permanecem fatos, mas a internet instituiu a possibilidade do conflito de difusão. Na era dos blogs, a linha que divide notícias e divulgação comercial de assessorias não é clara.

O jornalismo enfrenta uma crise. Como reflexo da esfera pública, se o jornalismo tem problemas, o sistema democrático corre riscos. O professor norte-americano Philip Meyer (2012) citou o Nobel Herbert Simon, que expressou economicamente a crise pela qual

passamos. A informação, disse Simon em 1971, consome a atenção de quem a recebe. Então, quando a informação é abundante, a atenção é escassa. Paul Lazarsfeld, como citado por Meyer, também havia categorizado, na década de 1940, a chamada disfunção narcotizante: quando o público recebe mais informação do que pode processar, corre o risco de tornar-se apático.

Na cacofonia digital, torna-se essencial a prática do jornalismo de qualidade, bastião da investigação de segredos do Estado que têm de vir a público para a manutenção salutar da República e da democracia.

A sociedade imersa na onipresença invisível dos financistas, manipulada por algoritmos e tolhida pela decadência da democracia parlamentar, precisa do jornalismo como mecanismo democrático e fortalecimento das instituições. Como afirma Muniz Sodré (2021), o lastro da sociedade civil são as instituições. A ditadura bloqueia as instituições em favor de organizações. O mercado financeiro é organização, as instituições necessárias para regulá-lo são cívicas. A ideia da desinstitucionalização em favor da organização empresarial percorre a mídia eletrônica.

O Facebook, por exemplo, é uma organização comercial gigantesca, mas seu criador quer travesti-la de instituição. Ele diz que só distribui, mas o algoritmo edita, ensina o tempo todo, distancia e aproxima, sendo o mais poderoso editor jamais criado. É uma forma subterrânea de racionalidade eletrônica que ameaça a democracia moderna. Não é robô parecendo gente, é um robô invisível manipulando gente. Mais do que editor, o algoritmo pretende ser governo secreto, a serviço de uma ideologia que busca a hegemonia no que se chamava de sociedade civil.

No Brasil, a crise dos meios de comunicação tradicionais coincide com o momento histórico de enfraquecimento na base social de conceitos caros ao pensamento progressista. A ideia de cidadania cada vez mais está vinculada à de liberdade de consumo. Existe uma percepção geral de que as formas de representação ou enquadramento do campo sociopolítico, com raízes plantadas nos séculos 18 e 19, deixam de ser efetivas na compreensão e avaliação de acontecimentos socialmente mais significativos. O antigo lugar de retórica argumentativa está sendo ocupado por bases de dados. Como resumiu Paiva (2018), a obliteração do polo receptivo em favor do emissor abre o caminho para a autonomização do algoritmo, ou seja, o caminho está aberto para que a inteligência artificial controle todo o processo interlocutório.

É fato, no entanto, que a crise das formas tradicionais não implica o desaparecimento do jornalismo, que permanece um espaço aberto para recriação, por meio de novas formas de mediação politicamente significativas para a sociedade civil, mesmo tendo em conta que os grandes princípios constitutivos da modernidade (contrato social, democracia, cidadania,

estado, nação, identidade individual) já não estão em sintonia com a síntese social operada pela nova ordem socioeconômica, como registrou Paiva (*Ibidem*).

O jornalismo profissional moderno surgiu em um momento específico sob condições particulares. A imprensa moderna, aquela que começou a ser moldada no Brasil a partir da década de 1950, marcou o início de um novo tipo de jornalismo, um novo tipo de economia e uma nova forma de democracia de massa. Ao longo do século XX, à medida que a política, a economia e a tecnologia mudaram, o jornalismo também mudou, embora nunca tenha se desviado muito de suas raízes básicas de meados do século XIX. Agora, com grandes mudanças em outros aspectos da vida moderna, é provável e necessário que se altere a relação entre jornalismo e democracia, entre jornais e revistas e seu público.

O jornalismo responde às mudanças ocorridas na sociedade, tanto quanto impulsiona essas mudanças. Portanto, é importante reconhecer que a imprensa está mudando, a democracia está mudando, os leitores estão mudando.

Pesquisa recente realizada nos Estados Unidos mostrou que o público em geral não partilha dos valores aos quais os jornalistas atribuem maior importância. O estudo do Media Insight Project (EASTON, 14/04/2021) pediu que um grupo de jornalistas primeiro nomeassem aquilo que acreditam ser os valores centrais da profissão. Em resumo, os jornalistas apontaram os seguintes valores e funções:

- vigilância/investigação: exercer o papel de “cães de guarda” que vigiam os funcionários governamentais e outras pessoas e instituições poderosas;
- transparência: defesa da exposição da informação de interesse público, contra aqueles que querem mantê-la escondida;
- factualidade: é crucial fornecer tanta informação precisa quanto possível para avançar na busca à verdade;
- expor a injustiça: a melhor forma de resolver os problemas da sociedade é expô-los à crítica pública;
- dar voz aos que não têm voz: o jornalismo deve defender aqueles que não têm poder ou posição social.

Estas ideias estão tão enraizadas que muitos jornalistas citam certos aforismos para as exprimir: “A luz solar é o melhor desinfetante” ou “confortar os aflitos e afligir os confortáveis” são alguns dos mais populares.

Estes valores majoritários para os jornalistas não encontram correspondência direta para o público em geral, de acordo com o estudo sobre a importância dos valores morais – tais como justiça, lealdade, autoridade, santidade – na vida das pessoas. Os investigadores

perguntaram aos participantes o quanto apoiam os valores aqui mencionados. Os resultados indicaram que apenas um dos cinco valores apontados pelos jornalistas são partilhados pelos entrevistados – a ideia de que mais fatos nos aproximam da verdade. Cerca de 7 pessoas em cada 10 apoiam esta ideia.

O valor que menos apoio suscita é a ideia de que uma boa forma de tornar a sociedade melhor é dar visibilidade aos seus problemas. Apenas cerca de 3 em cada 10 concordam. E apenas cerca de 1 em cada 10 ouvidos apoiam plenamente todos os cinco valores jornalísticos que foram testados.

As pessoas que mais se preocupam com a autoridade são muito menos propensas do que outras a ver a necessidade de um “cão de guarda” sobre os poderosos; enquanto as pessoas que valorizam a lealdade são mais propensas a pensar que a sociedade deve amplificar as vozes dos que não têm poder.

É impossível antecipar totalmente como as mudanças em curso no jornalismo e na sociedade afetarão os mecanismos que os cidadãos usam para obter informações sobre os mais importantes acontecimentos públicos de sua época. Pode ser que se constitua um mundo em que a maioria dos cidadãos saiba muito pouco sobre política e se preocupe com política ainda menos, um mundo em que grupos de interesse e atores politicamente ativos não apenas deem a orientação normativa para a produção de notícias, como também tenham os meios econômicos para sustentá-la. Em outras palavras, o jornalismo poderia servir a muitos públicos específicos em vez do público comum para o qual nasceu.

No entanto, é possível que o jornalismo se revigore e fortaleça enfrentando um monitoramento público combativo e ilustrado. Estaria assim em escrutínio aberto, obrigando que também se mantivessem aqueles que são essenciais no mundo das notícias – as instituições governamentais, as organizações econômicas, os grupos de poder. Esse novo ecossistema de mídia digital – no qual uma rede de cães de guarda amadores e grupos de interesse profissional interage com organizações de notícias antigas e novas on-line – precisa ser construído com transparência para ganhar confiabilidade.

A cultura do algoritmo deixou a sociedade civil como definida por Gramsci de cabeça para baixo, como bem definiu Sodré (2021). O espaço da sociedade civil está ocupado agora pela “sociedade incivil”, que dispensa negociação pública das diferenças, cooperação, solidariedade, discernimento crítico e amizade cívica.

A sociedade incivil, como propõe Sodré, pode ser definida como um ordenamento humano regido globalmente por tecnologias de comunicação desestabilizadoras das formas clássicas de representação do mundo; rejeita as ideologias de bem-estar social, é refratária às

instituições tradicionais e é inimiga dos avanços da cidadania. Na governança, fórmulas ocas hibridizam política estatal, demagogia e publicidade (*Ibidem*).

A política perde seu papel de mediação entre cidadãos e o Estado. O privado toma lugar do público. O burguês produtivista dá lugar ao rentista. Efemeridade e volatilidade passam a ser as bases do turbocapitalismo financeiro, alimentado por informação instantânea. No mundo incivil, diz Sodré, a força da convicção é maior do que a da verdade. É tempo de saber sem sabedoria, de fala sem diálogo, de ação sem pausa e reflexão. A emoção substitui a fé, e a dopamina toma o lugar de Deus.

Em vez do monopólio da fala dos tempos televisivos, os algoritmos promovem o sequestro da fala por meio da total dissimetria entre aqueles que captam os dados – os oligopólios das Big Techs representadas no acrônimo GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) – e aqueles que os fornecem – os usuários da sociedade em rede. As placas tectônicas do conhecimento se deslocam e deixam o humano sem solo firme para pisar.

É vivida a era da democracia das emoções, do enterro da discussão argumentativa, do segredo do voto desconstruído pela exposição informacional, do jornalismo sem povo, porque dominado pela busca única do clique.

Em suma, a sociedade incivil reflete a hegemonia do capitalismo financeiro e da cultura algorítmica. É uma nova máquina tecnossocial, articulada por meio da informação e da midiaticização. A velha sociedade civil morreu porque as mutações socioeconômicas desconstroem os laços representativos das instituições em benefício de formas tecnológicas e mais abstratas de controle social. Essas mutações constituiriam evidências do esvanecimento da sociedade civil, tal como interpretada pelo pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937), desenvolvendo conceitos estabelecidos antes por Hegel (1770-1831) e Lênin (1870-1924).

A sociedade em rede pode ser, no entanto, veneno e remédio. Pode ser a possibilidade de contramovimentação social necessária para a requalificação do político. Como o apoio da comunicação, que é separação e ponte, na definição do educador Paulo Freire, como citado por Sodré.

A relação entre jornalismo e democracia, e de fato o futuro do jornal em geral, depende de ideias ainda não consideradas, eleições ainda não realizadas, tecnologias ainda não desenvolvidas e acidentes que ainda não ocorreram. Qual é o futuro das notícias? É possível esboçar algumas possibilidades, mas, no final, apenas o tempo dirá.

Assim, o jornalismo, imerso na sociedade moderna, está em fase de redefinição pelo mercado e pela tecnologia. A perspectiva histórica, com os veios reconstrutivos do passado, todavia, pode ser aquela âncora temporal necessária a corrigir rumos e desbravar novos mares.

Como no samba de Paulinho da Viola (1975), “sem preconceito ou mania de passado, sem querer ficar do lado de quem não quer navegar, é hora de fazer como o velho marinheiro que durante o nevoeiro leva o barco devagar”.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Claudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico biográfico*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo, Editora Unesp, 2019.
- “A ‘FOLHA’ E AS DIRETAS”. *Lua Nova*, vol. 1, nº 2, 09/1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451984000200007>. Acesso em: jan. 2022.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz. Homo sacer III*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- “AGENDA PARA DESPACHO”, *CPDOC/FGV*, 25/04/1974, Classificação: EG pr 1974.04.08. Data: 08/04/1974 - 19/12/1978. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=PREG&pagfis=10525>. Acesso em: out. 2021.
- “A HISTÓRIA do jornal O Globo desde a sua fundação”. *Memória*, s/d. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>. Acesso em: jan. 2022.

“A LÓGICA Algorítmica da Sociedade Incivil: entrevista com Muniz Sodré”. São Leopoldo, *Digilabour*, 14/11/2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/11/14/a-logica-algoritmica-da-sociedade-incivil-entrevista-com-muniz-sodre/>. Acesso em: jan. 2022.

ALDRICH, Richard J. “American Journalism and the Landscape of Secrecy: Tad Szulc, the CIA and Cuba”. *History*. vol. 100, ed. 340, Reino Unido, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-229X.12101>. Acesso em: jan. 2022.

ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

“APOIO ao golpe de 1964 foi um erro”. *O Globo*, 01/09/2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-acervo/?navegacaoPorData=201020130901>. Acesso em: out. 2021.

ARZEL, Laurent. “1836, naissance de ‘La Presse’ d’Emile de Girardin”. *Gallica*, 2016. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/blog/12122016/1836-naissance-de-la-presse-demile-de-girardin?mode=desktop>. Acesso em: ago. 2019.

“AS ALTERNATIVAS do Brasil diante da crise do petróleo”. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1976. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/as-alternativas-do-brasil-diante-da-crise-do-petroleo-1976>. Acesso em: jan. 2022.

AZEVEDO, Reinaldo. “O governo quer a mídia de joelhos”. *Veja*, 31/07/2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/8220-o-governo-quer-a-midia-de-joelhos-8221/>. Acesso em: jan. 2022.

BALZAC, Honoré de. *Os jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira*. Niterói: UFF, 2002.

- \_\_\_\_\_. “Tempo, tempo histórico e tempo mediático: inter-relações”. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos (orgs.). *Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 2001.
- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BATTIBUGLI, Thaís. “Political Culture of the Cold War in Brazil (1947-1964)”. *Woodrow Wilson Center*, 2001. Disponível em: [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/wp256\\_political\\_culture\\_of\\_the\\_cold\\_war\\_in\\_brazil.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/wp256_political_culture_of_the_cold_war_in_brazil.pdf). Acesso em: jan. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEJAN, Adrian.. “Why the Days Seem Shorter as We Get Older”. *European Review*, 19/03/2019, vol. 27, ed. 2, p. 187-194. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1062798718000741>. Acesso em: jan. 2022.
- BELÉM, Euler de França. “O Globo supera a Folha de S. Paulo e é o jornal mais lido do Brasil”. *Jornal Opção*, 18/04/2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/o-globo-supera-a-folha-de-s-paulo-e-e-o-jornal-mais-lido-do-brasil-323552/>. Acesso em: jan. 2022.
- BENTLEY, Arthur Fischer. *The process of government: a study of social pressures*. New Brunswick; Londres: Transaction Publishers, 1995.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

BINGHAM, Adrian: “The Original Press Baron: The Role and Legacy of Lord Northcliffe”. *Daily Mail Historical Archive 1896-2004*, Cengage Learning, 2013. Disponível em: <https://www.gale.com/intl/essays/adrian-bingham-original-press-baron-role-legacy-lord-northcliffe>. Acesso em: dez. 2021.

“BIOGRAFIA de Roberto Marinho”. *CPDOC/FGV*, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marinho-roberto>. Acesso em: out. 2021.

BOBBIO, Norberto; REVELLI, Marco (org.). *Democracia e segredo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.

BOLLE, Monica de. “Respeito você, mas...”. *Época*, 20/06/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/respeito-voce-mas-23753056>. Acesso em: jan. 2022.

BOURGAULT, Jeanne. “Diversity in the newsroom can build better media. Here's why.”. *World Economic Forum*, 01/12/2021. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2021/12/diversity-in-news-media/>. Acesso em: jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio. *Roberto Marinho (Perfis Brasileiros)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

CAMARGO, José Augusto. “Jornalistas não têm o que celebrar sobre 1964”. São Paulo, *Rede Brasil Atual*, 03/04/2021. Disponível em

<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2021/04/jornalistas-sem-celebrar-1964/>. Acesso em: dez. 2021.

“CAMPANHA CLAUDICANTE”. *O Globo*, 21/10/1976.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2006. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf)>. Acesso em: abr. 2019.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel; TAVARES D’AMARAL, Marcio; SODRÉ, Muniz; DORIA, Francisco Antonio. *A Máquina e seu Avesso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora UFF, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CATANZARITI, Mariavittoria. *Segreto e potere. I limiti della democrazia*. Roma: Giappichelli, 2010.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo (org.). *Informação e poder: ampla liberdade de informar x responsabilidade no exercício dessa liberdade*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. “Jornalismo e efeito de transparência: definições na teoria e na práxis”. *SBPJor*, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_. “O que pensam os jornalistas brasileiros sobre a transparência das suas práticas?”. *Revista FAMECOS*, vol. 28, nº 1, e40656, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2021.1.40656>. Acesso em: jan. 2022.

\_\_\_\_\_. “Transparency, Innovation, and Journalism”. In: LUENGO, Maria; HERRERA, Susana (eds.). *News Media Innovation Reconsidered*. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2021.

“CIA’S USE OF JOURNALISTS AND CLERGY IN INTELLIGENCE OPERATIONS”. *U.S. Senate Select Committee on Intelligence*, 17/07/1996. Disponível em: <https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/hearings/ciasuseofjournal00unit.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

CÍCERO, Marcus Tullius. *Da República*. EBooksBrasi, 2021, edição Kindle.

CLARK, Walter. *O campeão de audiência*. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

“COLLOR”. *Julgados históricos/Tribunal Superior Eleitoral*, s/d. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/collor>. Acesso em: jan. 2022.

“CONHEÇA e acesse o relatório final da CNV”. *Comissão Nacional da Verdade*, 10/12/2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: out. 2021.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto* (edição ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. “Lembranças de Roberto Marinho”. *Folha de S.Paulo, São Paulo*, 10/08/2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1008200317.htm>. Acesso em: jan. 2022.

CONRAD, Joseph. *Nostromo*. São Paulo: LeBooks, 2021.

CORRÊA, Hudson. “As denúncias de envolvimento do pastor Marcos Pereira da Silva com o narcotráfico”. *Época*, 19/06/2014. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/06/denuncias-de-envolvimento-do-bpastor-marcos-pereira-da-silva-com-o-narcotrafico.html>. Acesso em: jan. 2022.

COSTA, Cecília. *Diário Carioca: O jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2011.

\_\_\_\_\_. *Odylo Costa, filho*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil (1904-2004)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Luciano Martins. “Imprensa torna a sociedade conservadora”. *Observatório da Imprensa*, 30/01/2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/imprensa-torna-a-sociedade-conservadora/>. Acesso em: jan. 2022.

COSTA, Sylvio; BRENER, Jayme. “Dossiê das Concessões de Televisão”. Brasília, *Correio Braziliense*, 1997.

COWAN, Geoffrey; WESTPHAL, David. “Public policy and funding the news”. *USC/Annenberg School for Communication & Journalism*, jan. 2010. Disponível em: <https://www.niemanlab.org/pdfs/USC%20Report.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

CRAFT, Stephanie; HEIM, Kyle. “Transparency in journalism: meanings, merits, and risks”. In: Wilkins, L.; Christians, C. (orgs.). *The Routledge Handbook of mass media ethics*. Nova York: Routledge, 2009.

CRAFT, Stephanie. “Transparency”. In: Vos, T.P; HANUSCH, F. *et al.* (orgs.). *The International Encyclopedia of Journalism Studies*, 2016.

CROSS, Gary. *Consumed Nostalgia: memory in the age of fast capitalism*. Nova York: Columbia University Press, 2015.

DANAHER, John. “The Threat of Algocracy: Reality, Resistance and Accommodation”. *Philos. Technol.* vol. 29, p. 245–268, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13347-015-0211-1>. Acesso em: jan. 2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina. “O AI-5”. *CPDOC/FGV*, 2002. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: fev. 2022.

“DAS ESCOLHAS e das responsabilidades”. *Época*, 24/08/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/das-escolhas-das-responsabilidades-23007603>. Acesso em: fev. 2022.

“DEBATE FORD-CARTER causa decepção entre os parlamentares”. *O Globo*, 25/09/1976.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIAFÉRIA, Lourenço. “Herói. Morto. Nós”. *Folha de S.Paulo*, 01/09/1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6325&anchor=4260232&origem=busca&originURL=&pd=36ac859838093fc806a0c1cf3bc4f8f3>. Acesso em: fev. 2022.

DIAS, André Bonsanto. “Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S.Paulo e O Globo, 1964-2014”. *Pública*, vol. 25, nº 3, set.-dez. 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253472>. Acesso em: fev. 2022.

DIAKOPOULOS, Nicholas. *Automating the news: how algorithms are rewriting the media*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2019.

\_\_\_\_\_. “Understanding bias in computational news media”. *Nieman Lab*, 2012. Disponível em: <https://www.niemanlab.org/2012/12/nick-diakopoulounderstanding-bias-in-computational-news-media/>. Acesso em: dez. 2021.

DINES, Alberto. *O papel do jornal e a profissão do jornalista*. São Paulo: Summus, 2009.

\_\_\_\_\_. “Com ele a imprensa reaprendeu a falar”. *Observatório da Imprensa*, 30/04/2007.

\_\_\_\_\_. “A distensão é para todos”. *Folha de S.Paulo*, 06/07/1975.



\_\_\_\_\_. “A imprensa desarvorada”. *Observatório da Imprensa*, 19/10/2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-imprensa-desarvorada/>.

Acesso em: dez. 2021.

DREIFUSS, René A. 1964, *a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Leticia. *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2020.

EASTON, Lauren. “What do Americans want from journalism?”. *AP Definitive Source*, 14/04/2021. Disponível em: <https://blog.ap.org/industry-insights/what-do-americans-want-from-journalism>. Acesso em: dez. 2021.

ESPINOSA, Baruch. *Tratado político*. São Paulo: Abril, 1983.

ELHAJJI, Mohammed. “Por um jornalismo autorreflexivo”. In: PAIVA, Raquel (Org.). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ENTMAN, Robert. “Framing: toward clarification of a fractured paradigm”. *Journal of Communication*, Nova York, vol. 43, n° 4, p. 51-58, 1993.

“EMPRESÁRIO influenciou durante 7 décadas”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08/08/2003.

“EMPRESÁRIO foi obstinado por independência e novidades”. *Folha de S.Paulo*, 30/04/2007

EQUIPE do Observatório da Imprensa. “O pensamento de Alberto Dines”. *Observatório da Imprensa*, 22/05/2018. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/homenagem-a-alberto-dines/o-pensamento-de-alberto-dines/>. Acesso em: jan. 2022.

ESTLUND, David. “Why not epistocracy?”. In: RESHOTKO, Naomi (ed.). *Desire, identity, and existence: essays in honor of T.M. Penner*. Academic Printing and Publishing, 2003.

“EUA liberam seus papéis sobre a queda de Goulart”. *Jornal do Brasil*, 18/12/1976. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=brother%20sam&pagfis=152911](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=brother%20sam&pagfis=152911). Acesso em: jan. 2022.

“EUA mobilizaram frota para o Brasil em 1964”. *Jornal do Brasil*, 18/12/1976. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&Pesq=brother%20sam&pagfis=152930](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=brother%20sam&pagfis=152930). Acesso em: jan. 2022.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

“FBI, CIA e NSA compõem o tripé da espionagem nos Estados Unidos”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08/09/2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0809200205.htm>. Acesso em: nov. 2021.

FELIX, Jorge. “O governo quer a mídia de joelhos”. *AOL Notícias*, São Paulo, 21/10/2003. Disponível em: <http://noticias.aol.com.br/brasil/fornecedores/aol/2003/10/21/0004.adp>. Acesso em: nov. 2003.

FERNANDES, Thaís. “Na ditadura, foi um jornalista quem primeiro usou o termo ‘terrorista’, e não os militares”. *Fazendo Media*, 21/09/2005. Disponível em: <https://fazendomedia.org/novas/politica210905a.htm>. Acesso em: jan. 2022.

FERREIRA FILHO, Manoel G. *et al. Liberdades públicas*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1978.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. *Lugar nenhum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FILHO, Gilson Caroni. “Uma lição perdida na *Folha*”. *Observatório da Imprensa*, 27/10/2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/uma-licao-perdida-na-folha/>. Acesso em: dez. 2021.

FOGEL, Jean-François; PATINO, Bruno. *Une press sans Gutenberg*. Paris: Grasset, 2005.

“FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas”. *Folha de S.Paulo*, 08/03/2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17835&anchor=5200756&origem=busca&originURL=&pd=3bdf0ac59b31acc5cb89af381be685e2>. Acesso em: fev. 2022.

“FOLHA CRIA editoria com missão de estimular diversidade em reportagens”. *Folha de S.Paulo*, 28/04/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>. Acesso em: fev. 2022.

“FORD E CARTER HOJE frente a frente na tv”. *O Globo*, 23/09/1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2008.

FRAGA, Plínio. *Como morre um jornal do Brasil*. Dissertação (mestrado), UFRJ, Rio de Janeiro, 2017a.

\_\_\_\_\_. *Tancredo Neves, O príncipe civil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017b, edição Kindle.

FREITAS, Janio de. “Inclinadas, quase caindo”. *Folha de S.Paulo*, 07/05/2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodef Freitas/2013/05/1274370-inclinadas-quase-caindo.shtml?origin=folha>. Acesso em: fev. 2022.

FRIAS FILHO, Otavio. “Um pai puritano e iluminista”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25/02/2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/publifolha/ult10037u351784.shtml>. Acesso em: nov. 2017.

GASPARI, Elio. “A radioatividade do capitão”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24/02/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2021/02/a-radioatividade-do-capitao.shtml>. Acesso em: jan. 2022.

\_\_\_\_\_. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Intrínseca, 2002, edição Kindle.

GENTIL, Cristine. “Perfil Racial da Imprensa revela maioria branca e masculina nas redações”. *I'max*, 17/11/2021. Disponível em: <https://blog.i-maxpr.com/post/perfil-racial-da-imprensa-revela-maioria-branca-e-masculina-nas-redacoes>. Acesso em: fev. 2022.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Ortiz, 1988.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 2005.

GLEICK, James. *Isaac Newton: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. “Os jornais e os operários”. *Jornal Avanti!*, 22 dez. 1916. Disponível em: [www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm](http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm). Acesso em: abr. 2014.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências de tempo*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.
- HIRST, Mônica Elen Seabra. “Entrevista Lincoln Gordon I”. Entrevista em áudio disponível na Sala de Consulta do CPDOC/FGV, 28/01/1980.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contracampo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HERKENHOFF, Alfredo. *Memórias de um secretário: pautas e fontes*. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora, 2010.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1991.
- JAMESON, Fredric. “O pós-modernismo e a sociedade de consumo”. In: KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

- JOUTARD, Philippe. “Reconciliar história e memória”. *Revista Escritos*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2007.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KRAENSKI, Mauro A.; PETRILÁK, Vladimir. *1964 – O elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista*. São Paulo: Vide Editorial, 2017.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITÃO, Míriam. *A Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- LEMOS, André; DOMINGO, David. “Introduction: Journalism and algorithms”. *Brazilian Journalism Research*, vol. 16, nº 3, p. 404-409, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v16n3.2021.1390>. Acesso em: fev. 2022.
- LEMOS, Renato. “Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968)”. In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Anais do seminário. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, 2004.
- LENE, Hérica. *Jornalismo de economia e a ditadura militar no Brasil: impulso e desenvolvimento*. Porto Alegre: Famescos, 2010.

LESSA, Washington. “A reforma do Jornal do Brasil”. In: AGUILERA, Yanet (org.). In: *Preto no branco: a obra gráfica de Amilcar de Castro*. São Paulo: Discurso Editorial; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIEBEL, Vinícius. “Uma facada pelas costas: paranoia e Teoria da Conspiração entre conservadores no refluxo das Greves de 1917 na Alemanha”. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, nº 76, set.-dez. 2017.

“LIMITES a Chavez”. *Folha de S.Paulo*, 17/02/2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17816&anchor=5201789&origem=busca&originURL=&pd=a0adecf908063d8d9b8ee7e760c7d005>. Acesso em: fev. 2022.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória, 1988.

LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. New Brunswick/Londres: Transaction Publishers, 1992.

LUENGO, María; HERRERA, Susana. *News Media innovation reconsidered: ethics and values in a Creative Reconstruction of journalism*. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 2021.

MACHADO DA SILVA, Juremir. *Origens do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

“MANIFESTAÇÃO contra Folha reúne 300 pessoas em frente ao jornal”. *Folha de S.Paulo*, 08/03/2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200906.htm>. Acesso em: nov. 2021.

“MARCOS Sá Corrêa: adeus, jornalismo velho”. *Revista de História*, Rio de Janeiro, 04/2008. Disponível em: [https://www.itu.com.br/conteudo/detalhe.asp?cod\\_conteudo=13961&adm=1](https://www.itu.com.br/conteudo/detalhe.asp?cod_conteudo=13961&adm=1). Acesso em: dez. 2021.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTINS, Marco Antônio. “CIA - Agentes conseguem atuar livremente no Brasil”. *Defesanet*, 15/09/2013. Disponível em: [https://www.defesanet.com.br/br\\_usa/noticia/12251/CIA---Agentes-conseguem-atuar-livremente-no-Brasil-/](https://www.defesanet.com.br/br_usa/noticia/12251/CIA---Agentes-conseguem-atuar-livremente-no-Brasil-/). Acesso em: out. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: LP&M, 2000.

MATHEUS, L. C. *Comunicação, tempo e história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

\_\_\_\_\_. “The Debates”. *The New York Times*, 23/09/1976. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1976/09/23/archives/the-debates.html?searchResultPosition=3>. Acesso em: fev. 2022.

MEDIA INSIGHT PROJECT. “A new way of looking at trust in media: Do Americans share journalism’s core values?”. *American Press Institute*, 2021. Disponível em: <https://www.americanpressinstitute.org/publications/reports/survey-research/trust-journalism-values/>. Acesso em: nov. 2021.

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Cascavel: Espaço Plural, 2012.

MENEZES, Luiz Fernando. “Desenhamos fatos sobre a concessão de rádio e televisão”. *Aos Fatos*, 01/11/2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-concessao-de-radio-e-televisao/>. Acesso em: nov. 2021.



MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer – como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2012.

MINC, Alain. *A nova Idade Média*. São Paulo: Ática, 1994.

MOLINA, Matías M. “Retrato de um jornal para seus leitores”. *Valor*, São Paulo. 05/02/2013.

“MORRE AOS 80 o empresário Nascimento Brito”. *Folha de S.Paulo*, 09/02/2003. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=15616&anchor=164067&origem=busca&originURL=&pd=f6e4e18f3d1b169ac02f80fb4a6cbc3e>. Acesso em: fev. 2022.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1980.

MOURA, Iara. “Raio X da ilegalidade: políticos donos da mídia no Brasil”. *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, 29/09/2016. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/raio-x-da-ilegalidade-politicos-donos-da-midia-no-brasil-924753/>. Acesso em: out. 2021.

MOURA, Mariluce; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. “Alberto Dines: Lições de jornalismo”. *Revista Fapesp*, ed. 194, abr. 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/alberto-dines-licoes-de-jornalismo/>. Acesso em: out. 2021.

NASSIF, Luís. “Trechos de um depoimento”. *Folha de S.Paulo*, 03/05/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0305200607.htm/>. Acesso em: out. 2021.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *et al.* (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

“NEWSPAPERS Fact Sheet”. Pew Research Center, 29/06/2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/fact-sheet/newspapers/>. Acesso em: fev. 2022.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2003, vol. 18, n° 52, p. 185-202. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=10705210](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10705210)>. Acesso em: ago. 2019.

NORA, Pierre. “Entre memória e história, a problemática dos lugares”. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: ago. 2019.

“NOTA DE COMUNICAÇÕES”, *CPDOC/FGV*, 24/04/1974, Classificação: EG pr 1974.04.08. Data: 08/04/1974 - 19/12/1978. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.04.08&pagfis=10520>. Acesso em: out. 2021.

“NOVO ATOR POLÍTICO aparece em cena”. *Memorial da Democracia*, s/d. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-ator-politico-aparece-em-cena>. Acesso em: out. 2021.

“O BRASIL NÃO PRECISA de lições”. *Folha de S.Paulo*, 22/9/1976.

“O DEBATE DE LÁ CÁ”. São Paulo, *Movimento*, ed. 64, 04/10/1976.

“O ENGENHEIRO QUER demolir a Globo”. *Imprensa*, 07/1989. Disponível em: <https://portalimprensa.com.br/imprensa25anos/img/internas/capas/05.pdf>. Acesso em: out. 2021.

“OLIGOPÓLIOS DE MÍDIA controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervenções lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil”. *Repórteres sem Fronteiras*, 31/10/2017. Disponível em: <https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de>

midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam. Acesso em: out. 2021.

OLIVEIRA, Octavio Frias. “Editorial: Banditismo”. *Folha de S.Paulo*, 22/09/1971. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-02c.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02c.shtml). Acesso em: out. 2021.

“ONU pede a países para combater notícias falsas e desinformação sobre a Covid-19”. *ONU News*, 23/09/2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/infodemia>. Acesso em: jan. 2021.

“OVERCOMING indifference: what attitudes towards news tell us about building trust”. *Reuters Institute*, Londres, 09/09/2021.

OWEN, Laura Hazard. “The New York Times is eliminating the position of public editor; here’s the Sulzberger memo”. *NiemanLab*, 31/05/2017. Disponível em: <https://www.niemanlab.org/2017/05/the-new-york-times-is-eliminating-the-position-of-public-editor-heres-the-sulzberger-memo/>. Acesso em: out. 2021.

PACE, Eric. “William Shawn, 85, is dead; New Yorker’s gentle despot”. *The New York Times*, Nova York, 09/12/1992. Disponível em: [www.nytimes.com/1992/12/09/obituaries/william-shawn-85-is-dead-new-yorker-s-gentle-despot.html](http://www.nytimes.com/1992/12/09/obituaries/william-shawn-85-is-dead-new-yorker-s-gentle-despot.html). Acesso em: ago. 2019.

“PAINEL do leitor”. *Folha de S.Paulo*, 20/02/2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17819&keyword=Benevides%2CComparato&anchor=5201779&origem=busca&originURL=&pd=834734c323d86712ef68252e9d5d172d>. Acesso em: out. 2021.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

\_\_\_\_\_. “Contra-mídia-hegemônica”. In: COUTINHO, E. Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

- \_\_\_\_\_. “Hegemonic media and inequality”. *Global Media and China*, vol. X, p. 1-8, 2018.
- PALMA, Glaíse Bohrer. *Jornalismo on-line: o caso JB*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. São Paulo: Publifolha, 2007.
- PASQUALE, Frank. *The black box society*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2015.
- PEDRO, Margarete Vieira. *O movimento das Diretas Já pela ótica de Janio de Freitas na Folha de S.Paulo*. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PERET, Eduardo. “Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem”. *Agência IBGE*, 07/03/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: jan. 2022.
- “PESQUISAS DIZEM que Ford venceu o debate”. *O Globo*, 25/09/1976.
- PIERCE, Robert N. *Lord Northcliffe: Trans-Atlantic Influences*. Minneapolis: Association For Education in Journalism, 1975.
- PINTO, Luís Costa. “Pedro Collor conta tudo”. *Veja*, 13/05/1992. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>. Acesso em: nov. 2021.

PIRES, Paulo Roberto. “A dialética do entusiasmo”. *Z Cultural*, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-dialetica-do-entusiasmo-de-paulo-roberto-pires/>. Acesso em: dez. 2021.

PLATÃO. *A República*. Brasília: Editora Kiron, 2012.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Memória, Rio de Janeiro, 1989.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”. *XXVI Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu/MG, Brasil, 22-26/10/2002.

“PRESENTE”. *Jornal do Brasil*, 02/04/1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_08&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=51609](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=51609). Acesso em: nov. 2021.

PROCTOR, Robert. *Agnology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

RAY, Michael. “How Secret Is Top Secret?”. *Encyclopedia Britannica*, s/d. Disponível em: <https://www.britannica.com/story/how-secret-is-top-secret>. Acesso em: fev. 2022.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura civil-militar”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31/03/2012. Disponível em: <https://www.oabrij.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis>. Acesso em: fev. 2022.

“RELATÓRIO DA ONO”. The Organization of News Ombudsmen and Standards Editors, 2021.

RICOEUR, Paul. “O bom uso das feridas da memória”. *Les oubliés de l’histoire parlent*. Poinçac: Editions du Roure, 2005. Disponível em: [www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/o\\_bom\\_uso\\_das\\_feridas\\_da\\_memoria](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/o_bom_uso_das_feridas_da_memoria)>. Acesso em: mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

\_\_\_\_\_. “Mídia e lugar da história”. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto M. (orgs.). *Mídia, memória & celebridades*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.

\_\_\_\_\_. *Anotações do curso “Memória, cultura e sociedade”*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. “Capital-imperialismo, o Eximbank e o capitalismo brasileiro: Notas para sua investigação crítica”. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364663499\\_ARQUIVO\\_Th.R.MarquesRibeiro\\_2013\\_-Capital-imperialismoeEximbank.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364663499_ARQUIVO_Th.R.MarquesRibeiro_2013_-Capital-imperialismoeEximbank.pdf). Acesso em: nov. 2021.

“ROBERTO MARINHO INFLUIU durante sete décadas”. *Folha de S.Paulo*, 07/08/2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52057.shtml#:~:text=Em%2029%20de%20julho%20de,de%20infarto%2C%20enquanto%20tomava%20banho>. Acesso em: jan. 2022

ROMÃO, José Eduardo Elias. *Pedra na funda: a classificação indicativa contra a ditadura da indústria da comunicação*. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael. “A mídia e a construção do biográfico: o sensacionalismo da morte em cena”. *Tempo Social*, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12326>. Acesso em: jan. 2022.

SALAVERRIA, Ramón. “De la pirámide invertida al hipertexto”. *Novática*, vol. 142, nov.-dez. 1999, p. 12-15. Disponível em: <<http://dadun.unav.edu/handle/10171/5186>>. Acesso em: mar. 2019.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *Direito à intimidade e à vida privada: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais, da vida e da morte*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SARZYNSKI, Sarah. “Reading the Cold War from the Margins: Literatura de Cordel as a Historical Prism”. *The Americas*, vol. 75, ed. 1, p. 127-153. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/tam.2017.99>. Acesso em: dez. 2021.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEN, Amartya. “Democracy As a Universal Value”. *Journal of Democracy* 10, nº 3, jul. 1999, p. 3-17.

SILVA, Natália. “Risco duplo: ser mulher e jornalista”. *Abraji*, 08/03/2019. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/risco-duplo-ser-mulher-e-jornalista>. Acesso em: dez. 2021.

SIMMEL, Georg. “A sociologia do segredo e das sociedades secretas”. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, nº 1, 2009.

SINGER, André. “Rebellion in Brazil”. *New Left Review*, Londres, nº 85, jan.-fev. 2014.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. “Sobre a episteme comunicacional”. *Matrizes*, vol. 1, nº 1, p. 15-26, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017362001>. Acesso em: jan. 2022.

\_\_\_\_\_. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2006a.

\_\_\_\_\_. *As estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *A máquina de Narciso: Televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

\_\_\_\_\_. *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. *A sociedade incivil: mídia, liberalismo e finanças*. Petrópolis: Vozes, 2021.

\_\_\_\_\_. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUBRAMANIAM, Subitha. “The rise of the visible hand in economic policy”. *Financial Times*, 02/05/2015. Disponível em: <https://www.ft.com/content/408379fc-edb0-11e4-987e-00144feab7de>. Acesso em: fev. 2022.

SULLIVAN, Margaret. “Bad news for journalists: The public doesn’t share our values. But there’s hope”. *Washington Post*, Washington, 14/04/2021.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

“TEMPO NEGRO. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° C, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”. *Jornal do Brasil*, 14/12/1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_08&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=126463](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=126463). Acesso em: nov. 2021.

THÉRENTY, M-E.; VAILLANT, A. (dirs). 1836. *L’An I de l’ère médiatique. Analyse littéraire et historique de La presse de Girardin*. Paris: Nouveau Monde, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la memoire*. Paris: Arléa, 1995.



TOFF, Benjamin *et al.* “Depth and Breadth: How News Organisations Navigate Trade-Offs Around Building Trust in News”. *Trust in News Project*, Reuters Institute, University of Oxford, s/d.

TUCHMAN, Gaye. *Making news*. Nova York: The Free Press, 1978.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são (vol. 1)*. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional (vol. 2)*. Florianópolis: Insular, 2013.

UCHA, Francisco. “Dines extraordinário!” Rio de Janeiro, *Jornal da ABI*, nº 374, 01/2012, p. 8.

VALENTE, Rubem. “Ditadura cogitou aumento de punições à imprensa”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12/12/2018.

VASCONCELOS, Frederico. “O empreendedor que apostou no pluralismo e criou a Folha moderna”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13/08/2006.

VENTURA, Mauro. “O Tribunal do tráfico em ação”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30/03/2008.

VIANA, MARCELO. “Algoritmos que aprendem suas tarefas”. São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 30/11/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloviana/2021/11/algoritmos-que-aprendem-suas-tarefas.shtml>. Acesso em: jan. 2022.

VIANA, Natália. “EUA fizeram lobby pró-censura durante governo militar”. *Pública.org*, 09/04/2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/04/eua-fizeram-lobby-pro-censura-durante-governo-militar/>. Acesso em: nov. 2021.

\_\_\_\_\_. “WikiLeaks: NSA espionou assistente pessoal de Dilma e avião presidencial”. *Pública.org*, 04/07/2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/07/wikileaks-nsa-espionou-assistente-pessoal-de-dilma-e-aviao-presidencial/>. Acesso em: dez. 2021

VIOLA, Paulinho (Paulo César de Farias). “Argumento”. In: *Paulinho da Viola*. Rio de Janeiro: Odeon, 1975.

WEINGARTEN, Marc. *The gang that wouldn't write straight*. Nova York: Crown Publishers, 2005.

WESTIN, Ricardo. *A queda de Dilma*. São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

WIZIAK, Julio. “Ministério planeja endurecer regras de concessão de TV em novo marco legal”. *Folha de S.Paulo*, 26/12/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/ministerio-planeja-endurecer-regras-de-concessao-de-tv-em-novo-marco-legal.shtml>. Acesso em: nov. 2021.

ZANONI, Fábio de Godoy Del Picchia. “O milagre político nos tempos do despertar do gigante: a ‘ditabranda’ luso-brasileira em questão”. *Revista de História e Cultura*, Franca, 2016, p. 281-303. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6077295>. Acesso em:

ZELIZER, Barbie; TENENBOIM-WEINBLATT, Keren (orgs.). *Journalism and memory*. Nova York: Palgrave MacMillan Memory Studies, 2014.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova York: Public Affairs, 2019.

ZWEIG, Stefan. *Xadrez e 24 horas na vida de uma mulher*. São Paulo: LeBooks, 2022.

“1964”. *Folha de S.Paulo*, 30/03/2014. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19814&anchor=5926104&origem=busca&originURL=&pd=7c6158b2768c30d3e4d2a61a0037027c>. Acesso em: nov. 2021.

## ENTREVISTAS CONCEDIDAS AO AUTOR

CONTI, Mario Sergio. São Paulo, 2017

DINES, Alberto. São Paulo, 2017

GARCIA, Luiz, Rio de Janeiro, 1998

GASPARI, Elio. São Paulo, 2017

FREITAS, Janio. Rio de Janeiro, 1998

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. São Paulo, 1998

SÁ CORRÊA, Marcos. Rio de Janeiro, 2011.

VENTURA, Zuenir. Rio de Janeiro, 1998.

VILLAS-BÔAS CORRÊA, Luis Antonio. Rio de Janeiro, 1998.